

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI

**O QUE É FEITO DOS JOVENS? DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS E EDUCATIVAS  
NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

**CURITIBA  
2013**

BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI

**O QUE É FEITO DOS JOVENS? DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS E EDUCATIVAS  
NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria de Fatima Quintal de Freitas

**CURITIBA  
2013**

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenâncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Romanelli, Berenice Marie Ballande

O que é feito dos jovens? Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional / Berenice Marie Ballande Romanelli. – Curitiba, 2013.

233 f.

Orientadora: Profª. Drª. Maria de Fátima Quintal de Freitas  
Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação,  
Universidade Federal do Paraná.

1. Psicologia social. 2. Acolhimento institucional. 3. Solidariedade. 4. Educação do adolescente. I. Título.

CDD 370



## PARECER

Defesa de Tese de **BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI** para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas: DR<sup>a</sup> MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS (UFPR) (Presidenta), DR<sup>a</sup> RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (PUCCAMP), DR<sup>a</sup> JUSAMARA VIEIRA SOUZA (UFRGS), DR<sup>a</sup> MONICA RIBEIRO DA SILVA (UFPR) e DR<sup>a</sup> TANIA STOLTZ (UFPR) (Membros Titulares) arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: **“O QUE É FEITO DOS JOVENS? DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS E EDUCATIVAS NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR <sup>a</sup> MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS		<i>Aprovada</i>
DR <sup>a</sup> RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO		APROVADA
DR <sup>a</sup> JUSAMARA VIEIRA SOUZA		APROVADA
DR <sup>a</sup> MONICA RIBEIRO DA SILVA		<i>Aprovada</i>
DR <sup>a</sup> TANIA STOLTZ		APROVADA

Curitiba, 14 de fevereiro de 2013.

**Profª Drª Maria Tereza Carneiro Soares**  
Decana do Programa de Pós-Graduação em Educação

## TERMO DE APROVAÇÃO

BERENICE MARIE BALLANDE ROMANELLI

### O QUE É FEITO DOS JOVENS? DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS E EDUCATIVAS NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Quintal de Freitas  
Departamento de Educação, UFPR

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Souza Lobo Guzzo  
Departamento de Psicologia, PUC Campinas

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jusamara Vieira Souza  
Departamento de Música, UFRGS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Ribeiro da Silva  
Departamento de Educação, UFPR

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Stoltz  
Departamento de Educação, UFPR

Curitiba, 14 de fevereiro de 2013.

**Dedicatória:**

Ao Vinícius, grande amor e amigo de todas as horas.

À minha família e meus pais, meus primeiros amores.

À minha avó Duzolina e meu avô Umberto, que eu adoraria ter conhecido. A meu pai, tios e tias, crianças e jovens que souberam dar a volta por cima, suportar a distância e a saudade dos pais e construir belíssimas trajetórias, cada um à sua maneira.

O que foi feito, amigo,  
De tudo que a gente sonhou  
O que foi feito da vida,  
O que foi feito do amor  
Quisera encontrar aquele verso menino  
Que escrevi há tantos anos atrás  
(...)  
No canto que criei,  
Nem vá dormir como pedra e esquecer  
O que foi feito de nós

O que foi feito de Vera  
O que foi feito de vera

Milton Nascimento, Fernando Brant e Márcio Borges.

## Agradecimentos

A Deus, que renova continuamente minhas esperanças e a fé no ser humano e que torna tudo possível.

Aos jovens que participaram dessa pesquisa e com grande generosidade compartilharam suas histórias, suas ansiedades, suas conquistas e sua humanidade. Obrigada pela grande disponibilidade em ajudar.

Aos amigos e colegas que contribuíram com a indicação dos jovens, obrigada pela ajuda, sem a qual a pesquisa de campo não teria sido possível.

Ao Vinícius, companheiro de todas as horas, grande incentivador, com quem compartilho angústias e sonhos por um mundo mais justo, sempre disponível para ajudar.

Aos meus pais, meus irmãos, suas esposas e filhos, que me ensinam cotidianamente o prazer de viver em família. A meus pais, Egídio e Anne-Marie, também agradeço por me ensinarem o gosto pelo estudo, pela pesquisa e toda a leitura e contribuição que deram ao longo desse trabalho. A meus irmãos Cláudio, Guilherme e Sandro, agradeço também pela ajuda em cada etapa do trabalho.

Aos meus sogros, Sérgio e Elizete, e aos meus cunhados, Celsius e Caio, pelo apoio, pelo incentivo e pelo carinho.

À Professora Doutora Maria de Fatima Quintal de Freitas, que admiro mais a cada dia, que prima pela reflexão, pelo afeto e pelo compartilhar. Obrigada pelos ensinamentos, pela amizade, pela dedicação e pelo companheirismo.

Às Professoras Doutoras Jusamara Vieira Souza e Raquel Souza Lobo Guzzo, pelas contribuições, sugestões e discussões na ocasião da banca de qualificação e de defesa.

Às Professoras Doutoras Mônica Ribeiro da Silva e Tânia Stoltz pelas contribuições, sugestões e discussões durante a defesa da tese.

Às Professoras Doutoras Sandra Regina Kirchner Guimarães e Maria Augusta Bolsanello, pelo carinho e pelo incentivo.

A Capes, pela Bolsa Reuni de março a maio de 2010.

Às profissionais do PPGE, de ontem e de hoje, pelo profissionalismo e dedicação: Patrícia, Sandra, Cinthia, Amanda, Darci e Dona Irene.

À Dona Conceição, sempre presente e atenciosa.

Aos amigos do Nupces<sup>1</sup>, especialmente à Renate, Lygia, Gina, Ana Maria, Ivo, Sharon, Carlini, Helena e Elaine pelas contribuições nas discussões, pela disponibilidade e pelo companheirismo.

À minhas madrinhas queridas Ligia Scherer e Fatima Hollanda, que me inspiram na busca de um mundo mais digno e pacífico e me sensibilizaram para a humanização pela Educação.

---

<sup>1</sup> NUPCES – Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde, coordenado pela Professora Maria de Fatima Quintal de Freitas e lotado no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPR.

Aos amigos do doutorado, com quem compartilhei parte dessa jornada, em especial à Luciana Ribeiro Pinheiro, Viviane do Rocio Barbosa, Nelly Narcizo de Souza e Josafá Cunha.

À Graziella Colombo, Adriana Hamann e Christopher Santos pelas contribuições de trabalhos conjuntos, pelas reflexões e inquietações.

Aos amigos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), em especial à Adriana Pellanda Gagno, Adriano Silva, Janaína Seguin Franzolin, que muito contribuíram para a realização da pesquisa. Agradeço também à Deise Leandra Fontana, Susi Silva, Evelise Dias Antunes, Maristella Gabardo, Patrícia Meyer, Caterine Moraz, Cássia Moretto da Silva, Doriana Gaio, Nadine de Biagi Ziesemer, pelo incentivo e pelo afeto.

A todos os amigos, que participaram de cada etapa da pesquisa com grande paciência e interesse genuíno, obrigada pelo apoio e pela amizade. Em especial agradeço à Gizelle, Andrea, Maria Elisa, Fernanda, Fabiane, Ângela, Geruska, Estela, Juliana, Guilherme e Daniela, Simonia, Fabio, Cristiane, Maurício e Maria Fernanda, Bruno e Raquel, Max e Débora, Marco e Edneia, Rodrigo e Marcelo.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco compreender o que acontece com os jovens que já moraram em instituições de acolhimento, empregando-se referências do campo da Psicologia Social Comunitária Latinoamericana e da Educação problematizadora, apoiada em Paulo Freire. Tem-se como objetivo compreender as condições e dinâmica de convivência, quando institucionalizados, e as perspectivas de vida e planos de futuro que têm para si próprios. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo. Para isso realizou-se um levantamento da produção científica dirigida ao tema do acolhimento institucional junto a artigos publicados em periódicos especializados, teses e dissertações. Foram também feitas entrevistas individuais, semi-estruturadas, com quatro jovens egressos de instituições de acolhimento na cidade de Curitiba. As entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo com categorias *a posteriori*, adotando os eixos temáticos: caracterização dos participantes e sua história; entradas e saídas da instituição; cenários e dinâmicas na instituição; significados da saída e entrada no mundo externo; futuro e perspectivas: o que é feito dos jovens? Apresentam-se informações a respeito do Serviço de Acolhimento Institucional em Curitiba, como fruto de uma sistematização de dados documentais oficiais. A experiência institucional, para os jovens, fornece bases de referência para sua convivência interpessoal atual, mesmo sendo avaliada em alguns momentos como negativa. Viver na instituição contribuiu para o desenvolvimento de sentimentos de solidariedade e compaixão, mas também gerou sentimentos de medo em relação ao mundo fora da instituição. Quanto às produções culturais, os jovens escrevem sobre suas histórias e a institucionalização, atividade importante para ressignificar a experiência institucional. Os jovens almejam crescimento profissional, propiciar oportunidades de estudos para os filhos e cuidar-lhes da forma como gostariam de ter sido cuidados. As instituições de acolhimento continuam presentes em seus planos futuros, seja com a realização de visitas ou atividades de lazer e recreativas, seja por meio do trabalho remunerado ou como voluntário. Algumas contribuições apontam para a necessidade dos jovens participarem de atividades em grupos para que possam se conscientizar do vivido e transformar as realidades institucionais.

Palavras-chave: jovens desinstitucionalizados e educação; instituição de acolhimento; acolhimento institucional; processo grupal; sentimento de pertencimento e (des)institucionalização; juventudes e psicologia social comunitária.

## ABSTRACT

This research focuses on understanding what happens to youths who have already lived in host institutions. Its key references stem from the field of Latin American Community Psychology and on Paulo Freire's Critical Education. The main goal of the research is to understand the conditions and the living dynamics of institutionalized youths, as well as understand their prospects for life and the plans they hold for the future. Bibliographic research was completed to gather data found in scientific production concerned with institutional sheltering, which included specialized periodicals, theses and dissertations. Individual semi-structured interviews were also applied to four youths egresses of host institutions in the city of Curitiba. The interviews were submitted to a content analysis with the category *a posteriori*, adopting the following main topics: the characterization of the participants and their history, meanings of entries and exits from the host institutions, scenery and dynamics in the host institution; meanings of the departures and entries in the external world; future and prospects: what happens to the youths? Information about the Institutional Sheltering Service in Curitiba is presented as a result of official documental data systematization. The institutional experience for the youths supplies the reference bases for their actual interpersonal relationships, even when the same experience was evaluated as negative in some moments. Living in the institution has contributed to the development of feelings of solidarity and compassion, although it has also generated feelings of fear towards the world outside the institution. As to the cultural production, the youths write about their own history and the fact of having lived in the institution, which is an important activity to give new meanings to the institutional experience. The youths aim at professional growth; at the possibility of offering their own children opportunities to study; at being able to take care of their children in the way they wish they would have been taken care of in the past. The sheltering institutions remain present in their lives plansthrough visits, leisure and recreative activities or even through paid or voluntary works. Some contributions suggest the necessity for the youths to participate in group activities in order to become more conscious of what was experienced and thus transform the institutional realities.

Key words: de-institutionalized youths and education; host institution; institutional sheltering; group process; feeling of belonging and de-institutionalization; youths and community social psychology.

## RÉSUMÉ

Cette recherche a pour objectif de comprendre ce que deviennent les jeunes issues d'établissements d'accueil. Les références utilisées sont du domaine de la Psychologie Sociale Communautaire Latino-américaine et de l'Éducation basée sur les théories de Paulo Freire. Le but est de comprendre les conditions et les dynamiques de cohabitation des jeunes pendant leur accueil, ainsi que leurs perspectives de vie et leurs plans pour l'avenir. Une recherche bibliographique et de terrain a été réalisée. Un relevé de la production scientifique, ayant pour thème les mesures d'accueil, a été fait dans des articles publiés dans des revues spécialisées, thèses et mémoires. Des interviews individuelles et semi-structurées ont été faites auprès de quatre jeunes issues d'établissements d'accueil à Curitiba. Ces interviews ont été soumises à une analyse de contenu par catégories *a posteriori*, en utilisant les axes thématiques suivants: caractérisation des participants; entrée et départ de l'institution; scénarios et dynamiques de cohabitation dans l'institution; significations de la sortie et de l'entrée dans le monde extérieur; avenir et perspectives ; qu'est-ce que l'on fait des jeunes? Des informations à propos du service d'établissements d'accueil à Curitiba sont présentées comme résultat d'une systématisation de données documentaires officielles. L'expérience institutionnelle fournit aux jeunes des bases de référence pour leur cohabitation interpersonnelle actuelle, même en étant évaluée à certains moments comme négative. Vivre dans l'institution a contribué au développement de sentiments de solidarité et compassion, mais a aussi apporté des sentiments de peur du monde extérieur à l'établissement d'accueil. Quant aux productions culturelles, les jeunes écrivent sur leurs histoires et l'expérience de la prise en charge, activité importante pour la resignification de leur expérience en établissement. Les jeunes souhaitent se développer professionnellement et donner à leurs enfants l'occasion d'étudier et veulent s'occuper d'eux de la façon dont ils auraient souhaité avoir été soignés. Les établissements d'accueil font partie de leurs plans pour l'avenir, en visitant les établissements soit en participant aux activités de loisir, soit en travaillant comme volontaire ou employé. Quelques contributions montrent le besoin de la participation des jeunes à des activités de groupes pour qu'ils puissent se rendre compte de leurs expériences et transformer la réalité d'accueil en établissement.

Mots-clés: jeunes issues d'établissements d'accueil et éducation; établissements d'accueil ; prise en charge ; processus de groupe; sentiment d'appartenance et (des)institutionnalisation; jeunesse et psychologie sociale communautaire.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL.....	54
FIGURA 02 - ESQUEMA EXPLICATIVO SOBRE AS CAUSAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	78
FIGURA 03 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TESES PRODUZIDAS DE ACORDO COM OS DIFERENTES GRUPOS TEMÁTICOS.....	156
FIGURA 04 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TESES PRODUZIDAS DE ACORDO COM OS DIFERENTES GRUPOS TEMÁTICOS.....	157
FIGURA 05 - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	160
FIGURA 06 - MODELO PARADIGMÁTICO PROPOSTO POR SÍLVIA LANE PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS E RELAÇÕES GRUPAIS.....	223
FIGURA 07 - ESQUEMA SINTÉTICO RELACIONANDO A INFLUÊNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARA OS JOVENS NA ATUALIDADE EM SEUS PLANOS FUTUROS.....	232

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....	40
QUADRO 2 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA CULTURA .....	41
QUADRO 3 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO .....	42
QUADRO 4 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME .....	43
QUADRO 5 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE .....	45
QUADRO 6 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE .....	46
QUADRO 7 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DO ESPORTE.....	47
QUADRO 8 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA JUSTIÇA .....	47
QUADRO 9 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR) .....	49
QUADRO 10 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTEXTOS” .....	64
QUADRO 11 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “MODALIDADES DE ACOLHIMENTO” .....	65
QUADRO 12 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA”.....	66
QUADRO 13 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “SUBJETIVIDADE E AFETIVIDADE”.....	67
QUADRO 14 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “FAMÍLIA E PROCESSO DE ACOLHIMENTO” .....	69
QUADRO 15 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “PRÁTICAS EDUCATIVAS”.....	71
QUADRO 16 - EFEITOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL .....	87
QUADRO 17 - ASSUNTOS RELATIVOS AOS PROBLEMAS E CONSEQUÊNCIAS VIVIDOS PELAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM INSTITUIÇÃO .....	93
QUADRO 18 - DIFICULDADES DAS CONDIÇÕES DE ACOLHIMENTO NA INSTITUIÇÃO .....	98
QUADRO 19 - PROBLEMAS REFERENTES AOS RECURSOS HUMANOS NA INSTITUIÇÃO .....	103
QUADRO 20 - OBSTÁCULOS NO FUNCIONAMENTO DAS REDES DE APOIO .....	107
QUADRO 21 - PROBLEMAS RELATIVOS AO ATENDIMENTO.....	112

QUADRO 22 - PROPOSTAS PARA AS FAMÍLIAS DOS JOVENS ACOLHIDOS EM INSTITUIÇÕES .....	120
QUADRO 23 - PROPOSTAS RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES DO ACOLHIMENTO NA INSTITUIÇÃO .....	129
QUADRO 24 - PROPOSTAS PARA OS RECURSOS HUMANOS NA INSTITUIÇÃO .....	132
QUADRO 25 - SUGESTÕES PARA O FUNCIONAMENTO DAS REDES DE APOIO .....	138
QUADRO 26 - SUGESTÕES QUANTO ÀS CONCEPÇÕES DE ATENDIMENTO .....	140
QUADRO 27 - COMPARAÇÃO ENTRE OS PROBLEMAS INDICADOS E AS PROPOSTAS SUGERIDAS PELOS ARTIGOS.....	145
QUADRO 28 - DISSERTAÇÕES E TESES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO I – FAMÍLIA, ESTADO E ACOLHIMENTO .....	150
QUADRO 29 DISSERTAÇÕES E TESES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO II – INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO .....	153
QUADRO 30: DISSERTAÇÕES E TESES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO III– EDUCADORES E AÇÕES EDUCATIVAS .....	155
QUADRO 31- DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO IV – DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, ESCOLA E TRABALHO.....	155
QUADRO 32 - ENTIDADES SOCIAIS PARCEIRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA .....	165
QUADRO 33 - INSTITUIÇÕES E MODALIDADES DE ACOLHIMENTO OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	166
QUADRO 34 - CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS COM RELAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	181
QUADRO 35 - CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS QUANTO AO TRABALHO E AO LAZER.....	182
QUADRO 36 - AS FAMÍLIAS DE ORIGEM DOS JOVENS, O CONTATO ATUAL E AS POSSIBILIDADES DE ADOÇÃO .....	185
QUADRO 37 - DESCRIÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS E DAS PESSOAS MAIS IMPORTANTES ATUALMENTE PARA OS JOVENS .....	187
QUADRO 38 - AS PUNIÇÕES APLICADAS PELAS INSTITUIÇÕES .....	194

## LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da imunodeficiência adquirida

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

CACFC - Centro de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária: Um lugar amigo da ONG RECRIAR.

CBIA - Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ ou CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

COMTIBA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONJUVE ou CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DST – Doença sexualmente transmissível

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EQP - Projeto Escola que Protege

FAS – Fundação de Ação Social

FEBEM – Fundação estadual do Bem Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

IHA - Índice de Homicídios na Adolescência

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MUNIC - Informações Básicas Municipais

NUPCES - Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde da UFPR

ONG – Organização Não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PEC - Praça dos Esportes e da Cultura

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor  
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos  
PPCAAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte  
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA  
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRVL - Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens  
PSE - Programa Saúde na Escola  
PSF - Programa Saúde da Família  
PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
SAM - Serviço de Assistência ao Menor  
SciELO - *Scientific Electronic Library Online*  
SEBES - Secretaria de Bem-Estar Social  
SDH/PR - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  
SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos  
SPDCA - Subsecretaria de Promoção dos direitos da Criança e do Adolescente  
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo  
SIPIA - Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>I – INSTITUCIONALIZAÇÃO E JUVENTUDES</b> .....	<b>23</b>
A – POLÍTICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: POLÍTICAS DE DIREITOS E ECA	28
1. <i>Características do acolhimento institucional</i> .....	34
B – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E AÇÕES PRÓ-JUVENTUDES .....	38
C – JUVENTUDES.....	55
<b>II – O QUE TEM SIDO INVESTIGADO SOBRE JUVENTUDES E INSTITUCIONALIZAÇÃO</b> .....	<b>62</b>
A – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO EM ARTIGOS.....	62
A 1– <i>Temas propostos nos artigos</i> .....	62
1. <i>Políticas públicas e contextos:</i> .....	63
2. <i>Modalidades de acolhimento:</i> .....	64
3. <i>Saúde e qualidade de vida</i> .....	65
4. <i>Subjetividade e afetividade</i> .....	67
5. <i>Família e processo de acolhimento</i> .....	68
6. <i>Práticas educativas</i> .....	69
A 2– <i>Processo de Acolhimento presente nos artigos</i> .....	71
1. <i>Causas do acolhimento institucional: trata dos motivos que levam ao acolhimento institucional;</i> .....	72
2. <i>Efeitos do acolhimento institucional para a população infanto-juvenil</i> .....	82
3. <i>Dificuldades e problemas no processo de acolhimento institucional</i> .....	89
3a) <i>Problemas enfrentados pelas famílias</i> .....	90
3b) <i>Dificuldades presentes nas condições de acolhimento</i> .....	94
3c) <i>Problemas referentes aos recursos humanos</i> .....	100
3d) <i>Dificuldades no funcionamento das redes de apoio</i> .....	104
3e) <i>Problemas relacionados ao atendimento</i> .....	109
3f) <i>Processo de Acolhimento: Síntese</i> .....	113
A 3– <i>Propostas para Acolhimento Institucional</i> .....	116
1. <i>Propostas para as famílias</i> .....	117
2. <i>Propostas relativas às condições do acolhimento</i> .....	121
3. <i>Propostas para os recursos humanos</i> .....	130
4. <i>Sugestões para as redes de apoio</i> .....	133
5. <i>Propostas dos autores para “novas” concepções</i> .....	139
6. <i>Propostas para o Acolhimento: Síntese</i> .....	140
A 4 - <i>Problemas, Alternativas e a Desinstitucionalização</i> .....	146
B – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO EM TESES E DISSERTAÇÕES .....	147
<b>III - PROPOSTA METODOLÓGICA</b> .....	<b>158</b>
A – PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	158
B – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES .....	158
C – ENTREVISTA PILOTO .....	161
D – PROCEDIMENTOS.....	161
E – CONTEXTO DE PESQUISA: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CURITIBA.....	162
1. <i>Possibilidades para os egressos de instituições de acolhimento</i> .....	169

<b>IV - RESULTADOS</b> .....	<b>173</b>
A – PROCESSO DE CONTATO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS .....	174
B – CUIDADOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NESTA PESQUISA.....	175
C - ENTREVISTAS .....	180
1. <i>Caracterização dos participantes e sua história</i> .....	180
2. <i>Entradas e saídas da instituição</i> .....	182
3. <i>Cenários e dinâmicas na instituição</i> .....	187
4. <i>Significados da saída e entrada no mundo externo</i> .....	202
5. <i>Futuro e perspectivas: o que é feito dos jovens?</i> .....	209
<b>V – VIDA DOS JOVENS DESINSTITUCIONALIZADOS: REFLEXÕES NA ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO</b> .....	<b>212</b>
<b>VI – ANEXO</b> .....	<b>234</b>
<b>VII – REFERÊNCIAS</b> .....	<b>236</b>
REFERÊNCIAS - ARTIGOS DA REVISÃO.....	244
REFERÊNCIAS – TESES E DISSERTAÇÕES DA REVISÃO.....	250

## INTRODUÇÃO

Quando discutimos a situação de jovens que passam pela experiência de viver em uma instituição de acolhimento, podemos pensar sobre suas vidas e seu futuro. Sobre suas vidas, quando analisamos aquilo que estes jovens já viveram nas instituições. Sobre seu futuro, quando analisamos como estas experiências podem marcá-los para uma ampliação ou para uma redução de seus horizontes existenciais.

Quais são as especificidades e as diferenças sentidas por estes jovens? Quais são as suas condições objetivas de existência? Entender o que fazem, pensam, querem, como se transformam e como transformam o mundo à sua volta, como e de que maneira são ouvidos e atendidos em suas demandas e inquietações, consiste em estar com eles e dar-lhes visibilidade e voz.

As cidades estão repletas de manifestações, de ações, de marcas dos grupos, da juventude pobre e rica, do centro e do subúrbio, de seus pontos de encontro e explosão cultural. Um bom exemplo disso acontece na cidade de Curitiba, onde desde os anos 80, aos pés de um shopping<sup>2</sup> no centro da cidade, jovens das idades mais variadas se encontram para dançar, divertir-se, ensinar e aprender. Apesar da imagem que algumas pessoas formam a respeito dos jovens, - considerando-os “arruaceiros” ou “baderneiros” - deve-se reconhecer a sua contribuição social em suas ações de transformação, renovação e criação, sobretudo no aspecto cultural (que tem tido visibilidade através das diferentes expressões artísticas, como o *rap*, *break dance*, *graffiti*, desenhos e música). Ao se reunirem, esses jovens constroem formas de lidar com o mundo e a realidade, expressando-se e compartilhando o seu mundo.

Como é viver a juventude em uma instituição? Considerando que a medida de acolhimento é uma forma de proteção dos jovens, o que acontece com eles, para que sejam abrigados? E o que acontece depois, ao saírem?

De maneira geral, é possível afirmar que a desigualdade social está na base do acolhimento institucional e que também contribui para que as famílias vivam em condições indignas. As dificuldades socioeconômicas, somadas à frágil rede de

---

<sup>2</sup> Desde os anos 1980, todo sábado, jovens se encontram na frente da entrada do Shopping Itália onde há um piso de granito, ideal para a prática dessa dança.

apoio e às diferentes estratégias que a família encontra para lidar com os desafios vividos, podem gerar um conjunto de situações e vulnerabilidades que são entendidas como condições de risco para a vida de crianças e jovens. A intervenção estatal, como medida provisória e excepcional, tem implicado na retirada da(s) criança(s) do ambiente familiar quando este representa risco, ameaça, perigo ou falta de proteção à criança e ao adolescente.

No entanto, os problemas enfrentados pelos familiares que culminam na dificuldade ou impossibilidade de cuidar do(s) filho(s) devem ser observados e analisados, buscando se compreender a rede multicausal que leva à perda da guarda de um filho(a) ou à perda do poder familiar.

Atualmente, é difundida uma imagem bastante otimista e favorável em relação ao panorama brasileiro, principalmente tomando-se em conta os dados econômicos. Parte deste crescimento se deve ao consumo interno de milhões de famílias brasileiras que passaram a comprar e a se endividar, dados que são sinalizados com o lucro recorde de bancos<sup>3</sup>.

O preocupante é quando esse crescimento econômico do país não está ligado à melhoria das condições de vida da população, à garantia de direitos básicos e de acesso à saúde, educação e lazer (de qualidade). Assim, tem-se como consequência um enorme contingente de jovens à procura de trabalho, empresas importando mão de obra e uma grande quantidade de organizações não governamentais desenvolvendo projetos dirigidos à população jovem.

Diante da falta de perspectiva e de possibilidades em encontrar soluções para seus problemas, muitas famílias se veem na condição de não poderem mais manter ou sustentar seus filhos, econômica e/ou afetivamente. Por mais que o acolhimento institucional no Brasil seja uma medida de proteção temporária, crianças e jovens passam anos de sua vida em instituições de acolhimento por causa das dificuldades das famílias de sair da condição em que se encontram, da demora nos processos de adoção, além de outros aspectos. Em função disso, vários desses jovens ficam na instituição até atingirem os 18 anos.

Estimava-se em 2012, que 2.187 jovens completariam a maioria em instituições de acolhimento no Brasil (ANTONELLI, 2012). Quando isso aconteceu, para onde foram? O que se sabe sobre eles?

---

<sup>3</sup> O lucro dos bancos bateu recordes e o IDH não tem crescido na mesma proporção.

Em artigo no jornal Gazeta do Povo, Antonelli (2012) discute as perspectivas de jovens que completam a maioridade em abrigos e salienta a falta de ações para ajudá-los na transição para a vida adulta. Ao mesmo tempo em que apresenta a vida de um jovem que trabalha, estuda e tem algumas economias, também esclarece que esse caso é uma exceção.

Entender essa realidade na perspectiva dos próprios jovens é uma maneira de dar visibilidade, permitindo que essas informações se juntem às possibilidades de melhoria do processo de institucionalização e aos cenários de esperança e de crítica. Espera-se, dessa forma, fazer jus às inúmeras formas, cores e composições construídas pelo caleidoscópio da vida desses jovens. O que é feito deles quando saem da instituição? Que futuro eles têm?

Essas questões são importantes porque o passar pelo processo de institucionalização marca a vida de crianças e jovens de diferentes maneiras. Ao mesmo tempo, a falta de informações sobre o que é feito desses jovens após a chegada da maioridade traz muitos questionamentos. Trazer um maior conhecimento sobre isso pode contribuir para serem identificadas as necessidades vividas pelos jovens neste processo de (des) institucionalização. Isto poderia ter alguma utilidade como conteúdo de proposição nas políticas públicas.

No campo acadêmico - dos artigos, teses e dissertações que têm sido produzidos na área do acolhimento institucional - verifica-se que grande parte das produções enfoca principalmente o período em que os jovens estão acolhidos, como é a vida na instituição, o que se faz e os agentes envolvidos nesse processo. Ao mesmo tempo, há algumas pesquisas que tratam do período de saída, mas abordam, sobretudo, a reinserção familiar e seus desafios.

A presente pesquisa visa descrever os projetos de vida e de futuro de jovens que estiveram institucionalizados, assim como os fatores e a dinâmica psicossocial responsável por sua institucionalização. Busca-se tecer análises sobre estas condições à luz da Psicologia Social Comunitária Latinoamericana e da Educação conscientizadora apoiada na filosofia de Paulo Freire. Conhecer os aspectos psicossociais e os contributos pedagógico-formativos da institucionalização na vida dos jovens, o processo de saída da instituição e os projetos futuros, pode subsidiar a elaboração de propostas pedagógicas nas instituições, dando voz aos jovens e contribuindo para as políticas públicas para a juventude.

Desta forma, a presente investigação tem como problema de pesquisa: O “que é feito” dos jovens que moraram em instituições de acolhimento? Quais são as condições de produção e reprodução de vida destes jovens, egressos de instituições de acolhimento?

Como objetivo geral busca-se compreender as condições de vida e perspectivas de futuro desses jovens, egressos de instituições de acolhimento. Esse objetivo se desdobra nos objetivos específicos:

- Analisar os motivos que levaram ao acolhimento institucional.
- Analisar os significados atribuídos pelos jovens ao período vivido na instituição.
- Descrever as atividades e as relações interpessoais dos jovens, dentro e fora da instituição.
- Descrever a saída da instituição e compreender o significado desta saída.
- Identificar as produções artístico-culturais desenvolvidas pelos jovens, dentro e fora da instituição.
- Descrever as expectativas de futuro dos jovens.

Este trabalho está estruturado em dois momentos principais. O primeiro, de caráter teórico, e o segundo, com a pesquisa documental e de campo. No capítulo I são discutidos os aspectos relativos às políticas de institucionalização, os programas governamentais para as juventudes e as juventudes.

A produção teórica sobre juventudes e institucionalização é apresentada no capítulo II, a partir de um levantamento feito em artigos e em teses e dissertações. Com base nos artigos, foram levantados os problemas presentes no processo de acolhimento, assim como as propostas de melhorias sugeridas pelos autores.

O terceiro capítulo trata da proposta metodológica da pesquisa, seus participantes, instrumentos e procedimentos. No capítulo IV são apresentados os resultados a partir de uma pesquisa documental sobre o serviço de acolhimento institucional em Curitiba e os resultados da pesquisa de campo.

Em seguida, no capítulo V, faz-se uma reflexão sobre a dimensão educativa e psicossocial da institucionalização para os jovens, à luz da Psicologia Social Comunitária. Os dois últimos capítulos referem-se, respectivamente, ao anexo e às referências.

## I – INSTITUCIONALIZAÇÃO E JUVENTUDES

O interesse pela compreensão do mundo dos jovens de baixa renda me acompanha desde o meu primeiro emprego em 1999, como professora de fotografia para jovens em situação de risco no projeto “Linhas do Conhecimento” da Fundação Cultural de Curitiba. A atuação ocorria em diversos locais, como quartéis (Projeto Formando Cidadão<sup>4</sup>), abrigos (oficiais da Prefeitura) e Piás<sup>5</sup> (lugares em que se trabalhavam oficinas em contraturno). Tive a oportunidade de conhecer vários adolescentes, de me fascinar sobre o que tinham a contar e de ajudá-los a retratar e revelar seu próprio mundo. A “Linha da Fotografia”, onde eu estagiava, utilizava um ônibus laboratório que se deslocava aos locais de atuação para as aulas de fotografia artesanal (*pin-hole*) e ampliação de negativos.

Após o fim do estágio, foi possível perceber, pelas conversas com amigos e coordenadores das “Linhas”, a fragilidade e a falta de continuidade na realização desse projeto como consequência, dentre outros fatores, das mudanças constantes na administração do município. Com o passar do tempo, o ônibus da fotografia foi abandonado e as “Linhas do Conhecimento” foram cada vez mais destinadas aos espaços menores, havendo enxugamento de pessoal e de verbas, até serem extintas em 2004. Dessa forma, tive contato com a triste realidade da inconstância e do abandono de programas culturais para comunidades de baixa renda, assim como acontece em tantos outros programas.

Em 2007 essa realidade retornou repleta de novos significados e reflexões quando comecei a trabalhar como voluntária em uma ONG que oferece cursos profissionalizantes para pessoas de baixa renda. Essa ONG atendia, na época, jovens abrigados para que tivessem uma formação profissional antes da sua saída compulsória dos abrigos, quando completassem a maioridade.

Entretanto, a desistência dos adolescentes que frequentavam os cursos profissionalizantes era muito alta, fato que obrigou as instituições (ONG e abrigos) a refletirem sobre os motivos dessa evasão e a buscarem soluções para esse problema. Na tentativa de compreender esse fenômeno, os professores dos cursos

---

<sup>4</sup> O Projeto Formando Cidadão promovia atividades de contraturno para adolescentes nos quartéis.

<sup>5</sup> O Projeto Piá é composto pela rede de Programas e Projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Criança nos Núcleos Regionais. Neste local eram realizadas atividades de contraturno com crianças e adolescentes de 7 a 17 anos que vivem na região no período em que não se encontram na escola.

profissionalizantes e os diretores e educadores dos abrigos, chegaram a algumas conclusões, entre elas que: os adolescentes não estavam preparados para tomar algumas decisões profissionais; tinham dificuldades de base para o aprendizado que os impediam de prosseguir (como as dificuldades escolares fundamentais); ou tinham problemas em manter o compromisso de ir até o fim de um curso. Em contraponto a essa opinião, verifica-se que os cursos tinham falhas e que não eram adequados a esse público e a essa faixa etária. Os cursos atendiam alunos um pouco mais velhos, de 19-20 anos, o que gerava um “choque” com os mais novos, de 16-17, que não se “adaptavam” à metodologia e eram interpretados como imaturos. Além disso, os profissionais que lidavam diariamente com esses alunos não estavam preparados para atendê-los e compreendê-los em suas necessidades e especificidades, sobretudo na relação professor-aluno e no processo pedagógico.

Em razão dessas dificuldades, os profissionais da ONG, juntamente com profissionais da Vara da Infância e Juventude, idealizaram um projeto específico para jovens que viviam em abrigos, com o objetivo de conhecê-los e acompanhá-los na escolha de um curso profissionalizante, dando subsídios e estabelecendo relações que pudessem ajudá-los em seu processo de saída do abrigo. Fui então convidada, em março de 2007, a fazer parte da equipe de elaboração e de execução desse projeto que conteria um núcleo de formação pessoal e outro de formação profissional, incluindo atividades esportivas e artísticas. O projeto foi elaborado em dois meses e teve início, com os jovens, em maio de 2007.

Como a maioria dos adolescentes tinha dificuldades escolares e uma vida acadêmica marcada por expulsões, desistências, evasões e reprovações, associando a vida escolar a experiências de frustração, era necessário desenvolver atividades diferenciadas e diversificadas que pudessem gerar novas experiências de aprendizado formal bem sucedidas para eles. Somado a isso, também era preciso possibilitar o fortalecimento das redes de relações entre eles e os profissionais da instituição, para que tivessem apoio afetivo e desenvolvessem habilidades para enfrentar os desafios futuros.

Enquanto pós-graduanda e psicóloga, algumas questões me inquietaram em decorrência dessa experiência profissional, como por exemplo: a forma como acontece o abrigamento nas políticas públicas; o caráter institucional dos abrigos oficiais; a formação variada dos educadores sociais; as dificuldades de profissionalização para esses adolescentes com baixa escolaridade em um sistema

competitivo e exigente; as lacunas nas redes sociais de atendimento; os problemas enfrentados pelas ONGs; as falhas no desenvolvimento de projetos e a falta de avaliações.

Tal realidade colocava em cheque a proposta inicial desse projeto. Ao longo de sua implantação, na fase piloto que aconteceu durante o ano de 2007, muitos ajustes foram feitos, mas a equipe ainda se encontrava insatisfeita com os resultados até então atingidos. Por isso, a equipe técnica e os professores continuaram questionando a proposta inicial e buscando adaptações necessárias para atender às necessidades dos adolescentes.

A equipe concluiu que, apesar dos adolescentes terem encontrado na ONG um lugar para refletirem sobre suas vidas e seus futuros, aquele espaço parecia se constituir, na verdade, muito mais como uma oportunidade de “fuga” ou uma possibilidade de “respiro” das situações vividas nos abrigos. Quanto ao curso em si, eles diziam que a primeira etapa (composta de oficinas de atividades de lazer e artes), com duração de um semestre letivo, era muito longa, e que eles queriam um curso profissionalizante para conseguir um trabalho o mais rápido possível. Porém, a idéia inicial desse projeto foi lançada dessa maneira justamente porque, quando não havia essa etapa preparatória para os jovens abrigados, eles costumavam interromper os cursos profissionalizantes. Nessas primeiras experiências, o projeto não teve resultados quantitativos bons devido à desistência de vários adolescentes e à falta de continuidade entre a primeira e a segunda etapa do projeto (eles participavam da primeira etapa, mas não completavam a segunda, profissionalizante), tendo sido reformulado ao final de cada semestre para tentar corrigir essas falhas. A primeira turma iniciou em maio de 2007, a segunda em agosto deste ano, As mudanças no projeto continuaram após minha saída da instituição, sendo que hoje os cursos são oferecidos para adolescentes mais jovens, a partir de 12 anos de idade. Segundo o depoimento de um dos coordenadores do projeto na ocasião, um dos problemas que contribuíram para o insucesso dos projetos iniciais era que os jovens ingressavam muito velhos, com 15 ou 16 anos, e a ONG não conseguia ajudá-los nesse intervalo de tempo curto, até os 18 anos.

Também foi possível perceber relações de dependência entre os adolescentes e os profissionais dos abrigos, onde a falta de tempo e diálogo no dia-a-dia criavam obstáculos que diminuía os momentos mais descontraídos de lazer e as possibilidades de reflexões dos jovens sobre a vida na instituição e fora dela.

Algumas decisões, por exemplo, sobre o curso a ser escolhido pelo adolescente, eram indicadas como se fossem sugestões pelos profissionais, sem que se houvesse tempo para discutir ou conversar a respeito. Essas questões estão possivelmente ligadas a dificuldades na rotina de trabalho desses profissionais, na carência de apoio da Fundação de Ação Social, na grande quantidade de adolescentes morando em cada casa, dentre outros. Por várias vezes a equipe técnica do projeto era procurada pelos profissionais que trabalhavam nas instituições de acolhimento para conversar sobre as dificuldades enfrentadas. Era comum ouvir queixas sobre a dificuldade que sentiam de “dar conta” da quantidade de tarefas que tinham. Muitos desses profissionais, principalmente os que ocupavam cargos de coordenação, eram experientes e tinham formação nesta área, mas alguns se diziam cansados e “perdidos”, sem saber que ações tomar e como realmente ajudar esses “meninos” e “meninas”.

Essas experiências na ONG me permitiram conhecer mais sobre como vivem os jovens abrigados, as percepções apontadas por eles sobre sua realidade, as interações que estabelecem nos grupos de que participam e como se expressam no cotidiano. Ao mesmo tempo, também foi possível acompanhar as preocupações que eles demonstravam ao se aproximar o momento de saída do abrigo aos 18 anos.

As minhas reflexões sobre a vida dos jovens abrigados continuaram presentes em minha vida, inclusive quando ingressei como professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), em 2010. Lá, tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão em uma instituição de acolhimento da região metropolitana de Curitiba. As propostas iniciais eram voltadas para a formação de educadores, tendo sido posteriormente desenvolvidas atividades com os jovens e suas famílias, nas visitas das famílias à instituição. Essa experiência proporcionou mais algumas reflexões acerca da dinâmica de funcionamento desse abrigo e de suas parcerias com instituições de ensino federais (UFPR e IFPR). Essas parcerias puderam proporcionar aproximações entre a comunidade e as instituições de ensino e promover crescimento mútuo, embora alguns obstáculos sejam costumeiros nesse tipo de relação.

Após essas experiências, foi possível perceber que os jovens desenvolviam, independentemente da eficácia dos projetos que frequentavam, uma leitura de mundo e das ações cotidianas que sustenta os caminhos que eles trilham.

Como aluna da pós-graduação, tive a possibilidade de conviver com professores, colegas e acessar conteúdos e temáticas que foram construindo formas de entender, estudar e refletir sobre alguns campos da educação e suas intersecções com demais áreas do conhecimento. Mesmo que a temática da dissertação tenha sido outra, o contato com conteúdos e disciplinas, assim como as orientações para a dissertação e sua construção, possibilitaram a abertura de caminhos como pessoa e pesquisadora.

Durante o doutorado, ao participar do NUPCES – Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde, coordenado pela Professora Maria de Fatima Quintal de Freitas e lotado no Programa de Pós-Graduação em Educação, tenho a possibilidade de conviver com os colegas e professores e discutir diferentes questões sob a ótica da Psicologia Social Comunitária. O contato com esse conteúdo específico começou a me apontar questões voltadas para o processo de naturalização da vida cotidiana e as estratégias de sobrevivência psicossocial, o que foi compondo meu olhar para trabalhar com a temática estudada. Baseando-se no marco da Psicologia Social Comunitária na perspectiva Latino-Americana, a ótica que tem sido desenvolvida no NUPCES tem importância fundamental para a reflexão e compreensão da temática estudada.

A proposta de pesquisa de doutorado foi sendo construída a partir dessas reflexões e questionamentos, na busca de conhecimentos sobre as juventudes vividas nas instituições e os caminhos, possibilidades e impossibilidades que decorrem dessa experiência.

## **A – POLÍTICAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO: POLÍTICAS DE DIREITOS E ECA**

Nesta seção serão apresentadas algumas diretrizes que normatizam a juventude institucionalizada. Apresenta-se um panorama sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, alguns de seus princípios e características de acolhimento previstas no documento.

A compreensão de crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento, que marca os anos 90 e é difundida até hoje, foi resultado de um processo social de transformações vividas tanto no seio familiar quanto no campo da convivência social mais ampla (MENDONÇA, 2002).

De acordo com Costa (2008) a trajetória de construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) resultou da participação e da mobilização democrática de representantes da área jurídica, das políticas públicas e dos movimentos sociais, principalmente com jovens dos grupos de Meninos e Meninas de Rua. Um dos fatores que gerou os movimentos populares era o quadro social brasileiro, marcado pelo empobrecimento de zonas urbanas e pela quantidade de jovens vivendo e trabalhando nas ruas em função do processo de exclusão social (COSTA, 1994).

Essa mobilização pressionou o poder público para o aumento de compromissos políticos na área da infância e da juventude, influenciando algumas mudanças no panorama legal relativo à população infanto-juvenil:

- Introdução de um capítulo sobre direitos da criança e do adolescente na Constituição (BRASIL, 1988, Art. 227);
- Inclusão desses direitos nas Constituições de quase todos os Estados e leis orgânicas de centenas de municípios;
- Regulamentação dos direitos de crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, integrando concepções e mecanismos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1989 e de outros documentos internacionais.

Os documentos legais que sustentam essas mudanças quanto à atenção dada à população infanto-juvenil são a Constituição (BRASIL, 1988), que prevê prioridade absoluta para crianças e adolescentes em todas as ações governamentais, o ECA (BRASIL, 1990) e, posteriormente, a Lei Orgânica de

Assistência Social (LOAS, 1993) que regulamenta e especifica esses preceitos constitucionais (COSTA, 2008).

Algumas das principais características que estão na base dessas mudanças são:

- a. A extinção dos modelos anteriores de atendimento infanto-juvenil;
- b. A compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos;
- c. A transformação na estrutura de gestão das políticas para infância e juventude

- a. A extinção dos modelos anteriores de atendimento infanto-juvenil;

A partir da Constituição de 88 e do ECA (BRASIL, 1990) é revogada a antiga sustentação legal para as práticas assistencialistas e correccionais-repressivas, inscritas no código de menores e executadas por meio da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), vigente desde 64 (COSTA, 2008). O impacto imediato sobre as políticas públicas foi a extinção das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs)<sup>6</sup>. O rompimento com esse modelo antigo pode dar a impressão de que as ações com crianças e jovens teriam se transformado radicalmente. Entretanto, a exemplo do que aconteceu na passagem do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) para a PNBEM, a substituição de um modelo por outro não garantiu mudanças no trabalho com os jovens<sup>7</sup>.

A nova legislação também gerou a substituição do termo “menor” por “crianças e adolescentes”, sendo este mais interessante, por abranger a totalidade de jovens e eliminar o aspecto de diminuição e desvalorização que marca a expressão “menor”.

A partir do ECA, as medidas de proteção destinadas à população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade foram diferenciadas das medidas sócio-educativas voltadas para crianças e adolescentes que cometeram infrações. Para Schuch (2009), essa diferenciação foi uma inovação do ECA em comparação às

---

<sup>6</sup> As FEBEMs eram órgãos executores estaduais da FUNABEM - Fundação Nacional de Bem Estar do Menor, estabelecida em 1964 pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) (SILVA e MELLO, 2004).

<sup>7</sup> Quando tomou o lugar do SAM, a PNBEM buscava substituir as práticas correccionais repressivas típicas do SAM (instituído em 1942), mas como herdou a estrutura física e o pessoal do próprio SAM, acabou mantendo o mesmo trabalho e a mesma concepção que pretendia combater. (COSTA, 1994)

modalidades de atendimento previstas pelos documentos anteriores, que não separavam os perfis dos jovens compreendidos nas políticas de intervenção.

A diferenciação com o modelo antigo restringe-se às mudanças nas expressões usadas em relação aos jovens e à separação das medidas de proteção (jovens em situação de vulnerabilidade) das medidas socioeducativas (infratores) e a extinção da FEBEM.

b. A compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos;

Do ponto de vista formal, o ECA inaugura o estado de direito para a infância e a adolescência no Brasil com a doutrina jurídica da proteção integral, novo paradigma de intervenção estatal pública em relação a crianças e adolescentes cuja essência consiste em afirmar os direitos das crianças e adolescentes (FROTA, 2008). Considerar crianças e adolescentes “sujeitos de direitos” significa que eles não podem mais ser tratados como objetos passivos de controle por parte da família, do Estado e da sociedade (FROTA, 2008).

No entanto, ser titular de direitos depende da criança e do adolescente terem voz, serem ouvidos e respeitados. Além disso, quem compartilha a responsabilidade por eles são a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público (ECA, Art. 4º). O Estado nem sempre (ou quase nunca) faz sua parte, falhando na garantia da educação de qualidade, de creche, de pré-escola. A família por sua vez, também deixa de garantir tantos outros direitos. Mas na luta de poder entre Estado e família, parece que a família tem sido apontada como a grande vilã, através de discursos acompanhados de elementos um tanto moralistas que colocam na família, na sua reorganização e reconfiguração, a responsabilidade de todas as problemáticas atuais.

Assim, estudar crianças e adolescentes que sofrem exclusão social é ter diante de si pessoas, famílias e coletividades que não têm suas necessidades básicas atendidas devido a um grande conjunto de circunstâncias e privações. Costa (1990, p. 74) afirma: “O chamado ‘menino de rua’ é uma ilha de omissões por todos os lados. Todas as políticas públicas já falharam em relação a ele.” Ou seja, as políticas de emprego falharam com seus pais, as de habitação, saneamento básico e urbanização se omitiram em relação à sua família, assim como as de educação e saúde.

Miceli (2010) explica que as elaborações jurídicas têm suas limitações. Para a autora, o documento trata de diferentes regras que visam o bem-estar de crianças e

adolescentes sem prever mecanismos eficazes para que sejam operacionalizados: “(...) sabe-se que de nada adianta a declaração de direitos se não há condições materiais para a sua execução e nem legitimação social para sua irrestrita aplicação.” (MICELI, 2010, p. 279)

c. A transformação na estrutura de gestão das políticas para infância e juventude

O Estatuto também inaugurou uma nova estrutura de gestão das políticas para infância e para a juventude, propondo a participação e o controle social preconizados pela Constituição (BRASIL, 1988). Dessa forma, tem-se uma proposta de co-responsabilidade no financiamento, na regulamentação e na execução de programas e projetos, e a possibilidade de participação da sociedade civil organizada. O ECA também produziu mudanças nos movimentos e entidades não-governamentais, tanto na diversificação e organização da atenção direta, quanto na promoção e defesa de direitos e na integração das duas ações, antes dissociadas.

No entanto, é importante lembrar que a participação das ONGs não garante o sucesso dos projetos, nem garante o bom uso do dinheiro público. A proliferação dessas instituições parece revelar a “mina de ouro” que se tornou a gestão de recursos financeiros públicos no Brasil. Prova disso são os escândalos de desvio e mau uso do dinheiro público envolvendo algumas ONGs. Somados a isso, mesmo em algumas instituições idôneas há falta de transparência na gestão, falta de controle nos gastos e na prestação de contas.

As diretrizes da política de atendimento (BRASIL, 1990, Art. 88) preconizam a participação da sociedade civil na formulação, execução e fiscalização das políticas por meio de representações em todos os níveis da federação, por meio da criação de Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. A esfera federal é responsável pela normatização das políticas, cabendo aos municípios (e em certos casos, aos estados) sua execução (COSTA, 2008).

Criado em 1991, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (BRASIL, 1991), órgão colegiado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem como finalidade elaborar normas gerais da política nacional de atendimento a crianças e adolescentes, fiscalizar as ações de execução, zelar pela aplicação da política nacional de atendimento da criança e do adolescente e avaliar as políticas e a atuação dos conselhos estaduais e municipais

dos direitos da criança e do adolescente. Um dos importantes documentos elaborados pelo CONANDA e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006). Principal órgão do sistema de garantia de direitos, o CONANDA é marcado pela gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, na definição de políticas e na fiscalização das ações do poder público, destacando a participação popular na gestão das políticas públicas.

Algumas iniciativas têm surgido no sentido de proporcionar a garantia dos direitos de crianças e jovens. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a Subsecretaria de Promoção dos direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), com o objetivo de assegurar que sejam atendidos os direitos previstos na legislação. A SPDCA é responsável pelas ações de defesa e garantia da proteção integral no atendimento aos direitos de crianças e adolescentes. Também é atribuição da SPDCA a coordenação nacional da política de proteção especial à população infanto-juvenil em situação de risco pessoal e social, nos casos em que o atendimento não é contemplado pelas demais políticas setoriais (saúde, educação e assistência social) (SILVA e MELLO, 2004)

Em 2004 foi organizado um grupo interministerial para fazer um diagnóstico da situação da juventude no país e dos programas para atender esse público. Esse grupo recomendou a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE ou CNJ) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituídos pela lei 11.129, de 2005 (BRASIL, 2005).

A Secretaria Nacional de Juventude está inserida na Secretaria Geral da Presidência da República e visa articular programas e projetos dirigidos para jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, em âmbito federal (BRASIL, 2005, Art. 11). Uma das finalidades do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE ou CNJ) é formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude (BRASIL, 2005).

O debate e a discussão sobre a juventude no Brasil têm sido contemplados pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Nacional da Juventude. O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2004a), criado pelo projeto de Lei 4529/04, foi aprovado em 2011 pela Câmara Federal. Voltado para a população de 15 a 29 anos, tem como

intuito consolidar os direitos para essa população. O Plano Nacional da Juventude (BRASIL, 2004b), criado no projeto de Lei 4530/04, visa, dentre outros aspectos:

Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos, e familiares.

Entendendo que parte da população jovem no Brasil, sobretudo acima de 18 anos, é excluída por causa da falta de escolarização de qualidade e de qualificação profissional, percebe-se a necessidade de debates sobre os rumos a serem tomados para fortalecer a garantia dos direitos dessa população.

A criação de Secretaria e Subsecretaria, a elaboração de um diagnóstico a respeito da juventude no Brasil e o Estatuto da Juventude podem intensificar a discussão e o debate sobre possibilidades e ações para essa população. No entanto, corre-se o risco de aumentar as estruturas e as pessoas envolvidas, a burocracia e a máquina pública, sem que de fato se encontre saídas para apoiar a juventude em seus direitos.

Que mecanismos estão agindo a favor ou contra a garantia de bem-estar do jovem? Qual o impacto dessas mudanças nas práticas desenvolvidas em torno da população infanto-juvenil?

Uma das explicações que têm sido oficialmente levantadas para o fato das transformações não serem “sentidas” pelos jovens, é o histórico brasileiro que representaria um ônus pelas centenas de anos de omissões e violências a crianças e adolescentes. Nesse sentido, ao fazer uma análise sobre os desafios do campo da assistência social e das políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil, Costa (2008) ressalta que as políticas:

(...) se ressentem de uma trajetória marcada pela atitude entre tuteladora e abertamente repressiva do Estado em relação aos setores mais vulnerabilizados da sociedade, expressa de forma inequívoca na doutrina da situação irregular, presente no artigo Código de Menores<sup>8</sup> e cuja cultura as instituições voltadas para o atendimento a adolescentes em situação de risco ainda lutam para superar.

(COSTA, 2008, p. 55)

---

<sup>8</sup> O Código de Menores, de 1927, marcado pela doutrina jurídica da “Situação Irregular”, buscava legitimar uma intervenção estatal absoluta sobre os jovens pobres abandonados e considerados potencialmente delinquentes, em nome de sua proteção, sob orientação correccional repressiva (FROTA, 2008)

Nesse caso, qual seria o impacto da Doutrina da Proteção Integral no dia-a-dia dos jovens acolhidos? Di Giovanni (2009) elabora uma proposta de análise das políticas públicas em que um dos elementos é composto pela estrutura simbólica, formada pelos valores, saberes e linguagens. Assim, são estabelecidas formas de comunicação próprias que revelam aspectos ideológicos e conceituais e configuram sua materialização.

toda política pública se baseia numa “teoria”, ou seja, num conjunto de asserções de origem diversa (racional ou não) que dá sustentação às práticas da intervenção, em busca de um determinado resultado. A observação histórica mostra que “teoria”, práticas e resultados, são elementos primários que estão presentes em todas as políticas públicas, embora empiricamente teoria, práticas e resultados tenham uma concreção histórica própria e única.

(DI GIOVANNI, 2009, p.19)

Ao mesmo tempo em que as propostas das políticas públicas seguem determinados pontos de vista acerca de determinado tema, também podem conformar a maneira da sociedade entendê-lo. Ou seja, “(...) a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens.” (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 18)

Os resultados advindos das políticas públicas dependem de uma complexa articulação de fatores envolvendo as relações da sociedade e das próprias políticas, adquirindo uma configuração própria. Além disso, as políticas por si só não têm o poder de modificar as ações dos profissionais que trabalham com crianças e jovens, de quem também depende a execução e a viabilização dos pressupostos legais. Assim, a violação de direitos de crianças e adolescentes ainda é uma realidade bastante presente no Brasil e em vários lugares do mundo, necessitando de contínuos avanços, reflexões, conscientizações, discussões, e, principalmente, de transformações na ação e no trabalho diário com a população infanto-juvenil.

A partir disso passa-se a discutir de que forma o Estatuto entende o acolhimento institucional e os mecanismos intrínsecos a essa medida de proteção.

## **1. Características do acolhimento institucional**

Os termos utilizados para nomear a infância abandonada, denotam traços e marcas das experiências de vida desses jovens. Podem também indicar mudanças

de concepções ocorridas ao longo do tempo. Expressões como expostos, desamparados, desvalidos, enjeitados, infelizes, desviantes, inocentes, carentes, menores, e crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, são exemplos disso.

Ao longo dos anos foram criadas entidades e serviços que representaram os diferentes termos usados para se referir a jovens institucionalizados.

Os programas de proteção e programas sócio-educativos estão contemplados no Artigo 90 (ECA, 1990), mas, apesar do ECA diferenciar as medidas para os jovens que vivem situações de vulnerabilidade daquelas para os jovens que cometeram alguma infração, ambas as situações são abordadas no mesmo artigo.

Como historicamente esses jovens foram atendidos do mesmo modo e a imagem de crianças abandonadas é muitas vezes associada à de crianças infratoras, considera-se importante distinguir as modalidades de proteção.

O acolhimento institucional (BRASIL, 2009) é uma das modalidades de programas de proteção destinados à população infanto-juvenil, promovendo sua proteção quando tiverem seus direitos ameaçados ou violados (Art.98). Entretanto, a medida de acolhimento familiar deve ser prioritária ao acolhimento institucional, o que não tem acontecido.

São encaminhadas para instituições de acolhimento crianças e adolescentes que passam por situações de risco pessoal e social ou perdem os vínculos familiares e/ou comunitários. A medida de proteção integral objetiva assegurar os direitos às crianças e adolescentes até que as condições de violação de direitos tenham sido superadas.

Quando alguma criança ou adolescente está em situação de risco pessoal e social, o encaminhamento para instituições de acolhimento pode ser feito pelas seguintes instâncias: “Conselho Tutelar, Central de Regate Social/FAS, Vara da Infância e da Juventude e demais Varas Especializadas” (PROTOCOLO/FAS, 2007, p.21). Apenas em caráter excepcional e de urgência o abrigo pode receber a criança e/ou adolescente sem este encaminhamento prévio. Quando ocorrem denúncias da comunidade por telefone (156), o Serviço de Atendimento ao Vitimizado em domicílio é acionado.

Essas medidas de proteção são acionadas durante o período em que as famílias das crianças e/ou adolescentes estiverem temporariamente impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção. Os jovens são desligados da

instituição quando cessam as condições que levaram ao acolhimento, com retorno familiar ou retorno à família extensa, ou adoção ou porque o jovem atingiu a maioridade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) regulamenta os procedimentos para o acolhimento institucional e familiar. Dentre as mais importantes pode-se ressaltar:

- I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;
- II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;
- III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;
- IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;
- X - propiciar escolarização e profissionalização;
- XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XV - informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;
- XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;

(BRASIL, 1990, Art. 94)

A medida de acolhimento deve garantir a manutenção das atividades realizadas pela criança ou pelo adolescente, como por exemplo, a frequência escolar, o lazer e a profissionalização, sem a restrição de direitos. O número de crianças ou adolescentes que vivem na instituição depende da modalidade de acolhimento. No entanto, por lei, está previsto que sejam “pequenas unidades e grupos reduzidos”, sem que seja esclarecida a quantidade indicada para a forma de acolhimento.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2009, art. 101, parágrafo 1º): “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.” Embora a lei prescreva que o tempo na instituição seja passageiro, isso não garante sua efetividade. De acordo com dados oficiais (SILVA e MELLO, 2004) mais de 52,6% de crianças e adolescentes pesquisados viviam há mais de dois anos na instituição de abrigamento.

O ECA sofreu modificações com a Lei nº 12.010 (BRASIL, 2009) que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes. Foram alterados alguns

aspectos relativos ao acolhimento institucional e à adoção, com o intuito de reduzir o tempo de institucionalização e a conseqüente privação de convivência familiar e comunitária. A lei restringe para dois anos o tempo de permanência de uma criança ou adolescente em uma instituição de acolhimento, priorizando sua convivência familiar. Ademais, a situação do jovem acolhido em instituição ou em família deve ser reavaliada a cada seis meses (ECA, 2009, Art 19).<sup>9</sup>

Os desligamentos das crianças e adolescentes de instituições de acolhimento devem ocorrer mediante autorização do Conselho Tutelar e da Vara da Infância e da Juventude. O desligamento pode ocorrer devido à possibilidade de retorno familiar, transferência para outra instituição, evasão, adoção ou guarda, como decisão conjunta entre a Vara da Infância e da Juventude e o Conselho Tutelar. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) o desligamento da criança ou do adolescente da instituição deve ser gradativo.

Um dos princípios das entidades que desenvolvem programas de abrigo consiste na “preparação gradativa para o desligamento” do adolescente, de modo que ele tenha condições de viver fora do abrigo ao atingir a maioridade (BRASIL, ECA, art. 92, inciso VIII).

No entanto, percebe-se que a preparação não tem acontecido, ou ocorre de maneira inadequada, pressionando-se os jovens e assustando-os com a saída compulsória. Portanto, dentre as questões institucionais, essa é uma das mais complicadas e delicadas, que invalida ou desvaloriza o trabalho e a atuação anteriores, independentemente de seus aspectos positivos ou negativos.

Mesmo entendendo a complexidade da questão legal no Brasil, pergunta-se: como os direitos das crianças e jovens são preservados em seu cotidiano? As leis foram pensadas para eles, nem sempre com eles, sendo necessário “trilhar” um longo percurso para que imprimam mudanças efetivas em seu dia-a-dia. Os programas e as ações desenvolvidos para crianças e jovens podem fornecer algumas pistas sobre o impacto da política para esse grupo populacional.

---

<sup>9</sup> Buscando a efetivação desses direitos, tem circulado nas redes sociais e por email um abaixo assinado (PETIÇÕES, 2012) reivindicando uma melhor estrutura e ampliação das equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude na cidade de Curitiba. Esse pedido é justificado pelo tempo excessivo de espera para que crianças sejam desinstitucionalizadas e representa uma cobrança conjunta de cidadãos e uma organização não-governamental clamando por mudanças.

## **B – PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E AÇÕES PRÓ-JUVENTUDES**

Nesta seção, apresentam-se os programas e ações referentes às políticas públicas, na esfera federal, dirigidas à população infanto-juvenil, especialmente aos jovens que se encontram excluídos socialmente e podem ser acolhidos em instituições. As informações foram recolhidas em diversas páginas e *sites* governamentais durante o mês de janeiro de 2012. Os *sites* pesquisados abrangem os diferentes Ministérios (Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Esporte, da Justiça, da Saúde, do Trabalho e Emprego) e algumas Secretarias, em especial a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). A partir dessa sondagem, propõe-se um breve paralelo com artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a lei 12.010 (BRASIL, 2009) para identificar como os direitos infanto-juvenis são expressos nas propostas de programas federais.

A política pública é entendida por Di Giovanni (2009, p.4-5) “como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade (...)” Nessa interação se definem as situações consideradas problemáticas, assim como as formas de intervenção estatal. Como no exemplo do menino de rua, as políticas públicas visam assegurar os direitos à cidadania a partir de um conjunto de instrumentos que pretendem alcançar esses direitos e combater sua violação. Entretanto, essa divisão é complicada em um país de tamanhas desigualdades, em que grande parcela da população não é atingida pelas políticas sociais básicas.

O conjunto de fatores que influencia o dia-a-dia das populações e interfere em seu bem estar vai além do aspecto legal. Baseando-se em Schuch (2009) a prática de programas e projetos específicos para um determinado grupo populacional permite vislumbrar o direito em sua dimensão cotidiana. Após a formulação e o delineamento das políticas públicas, elas se desmembram em programas, ações e projetos capazes de traduzir seus propósitos e planos em ações concretas (SOUZA, 2006).

A política social estrutura o acesso a bens e serviços com o objetivo de promover o bem-estar e a dignidade da população, definida como: “(...) estrutura de leis, propósitos, compromissos, princípios e valores que presidem a estrutura e o

funcionamento do ramo social do Estado no âmbito da satisfação das necessidades básicas dos cidadãos.” (COSTA, 1990, p. 71)

As instâncias de intervenção estatal das políticas sociais, segundo Costa (1990) abrangem as políticas sociais básicas e as políticas de assistência social. As políticas sociais básicas ou de primeira linha, intencionalmente de caráter universal, voltadas para a totalidade da população, são responsáveis pelas áreas do trabalho, educação, saúde, habitação, abastecimento, transporte, esporte, meio ambiente, lazer, dentre outras. As políticas de assistência social, por outro lado, são destinadas à parcela da população destituída das condições de acesso aos parâmetros mínimos de bem-estar e de dignidade. Os programas de ações de assistência social buscam dar acesso ao direito de cidadania a essas pessoas, cujas políticas sociais de primeira linha não alcançaram.

Os objetivos presentes nas propostas e ações envolvem projetos que dependem de parcerias entre os diferentes níveis: municipal, estadual e federal, elaboração de documentos e execução, repasse de verbas, avaliação da implantação dos programas, dentre outros.

As informações encontradas foram organizadas em quadros, divididos por Ministério, para melhor compreensão e visualização, com o nome do programa, para quem ele é dirigido e seu objetivo principal. Deve-se ressaltar que algumas dessas informações não são muito claras nos *sites* dos Ministérios, gerando algumas dúvidas, principalmente em relação às pessoas destinatárias dos programas. São muitas vezes listados todos os envolvidos, e não somente o público alvo.

### **Ministério da Educação**

O Ministério da Educação propõe programas que visam melhorar o acesso e a permanência de pessoas ao ensino básico e à formação profissional. Também são promovidas atividades desenvolvidas na escola, aos finais de semana, para ampliar as oportunidades de atividades educativas e recreativas às famílias e a atenção à saúde integral de crianças e adolescentes. (vide QUADRO 1)

<b>Nome do programa</b>	<b>Público atendido</b>	<b>Objetivo principal</b>
Programa Mais Educação – Escola de Tempo Integral	Crianças e adolescentes	Aumentar a oferta de atividades optativas nas escolas públicas
PROJOVEM Urbano	Jovens de 18 a 29 anos	Garantir ações de elevação de escolaridade, visando o término do ensino fundamental, a formação profissional inicial e a participação cidadã por meio de cursos com esse fim.
PROJOVEM Campo -Saberes da Terra	Jovens de 18 a 29 anos	Oferta de qualificação profissional e escolarização a agricultores familiares com ensino fundamental incompleto.
Programa Escola Aberta	Estudantes de vários níveis de ensino	Aproximar escolas públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social e a comunidade, abrindo o espaço escolar nos finais de semana.
Programa Saúde na Escola (PSE) <sup>10</sup>	Não faz referência à idade <sup>11</sup>	Ações de prevenção, promoção e atenção à saúde em que os estudantes são avaliados pelas equipes do programa Saúde da Família.
Programa Brasil Profissionalizado	Alunos do ensino médio	Integração do conhecimento do ensino médio à prática profissional, com a modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional.
Programa Brasil Alfabetizado (PBA),	Jovens, adultos e idosos	Alfabetizar jovens, adultos e idosos, visando despertar-lhes o interesse pela continuidade dos estudos.
Projeto Escola que Protege (EQP)	Crianças e adolescentes	Atuar na promoção e defesa dos direitos, no enfrentamento e prevenção de violências no contexto escolar.
PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA	Alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos	Integrar a educação profissional à educação básica e aumentar o acesso ao ensino de jovens e adultos trabalhadores.

**QUADRO 1 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FONTES: FREITAS E ROMANELLI (2013)<sup>12</sup>**

Dentre os direitos abordados nas ações promovidas pelo Ministério da Educação, estão o direito à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à cultura (BRASIL, 1990, Art 4), vinculados com as propostas de incentivo à permanência ou retorno à escola (PROEJA), à programas de profissionalização no campo (PROJOVEM Campo) e na cidade (PROJOVEM Urbano)

<sup>10</sup> Programa em parceria com o Ministério da Saúde

<sup>11</sup> Estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

<sup>12</sup> Professora Doutora Maria de Fatima Quintal de Freitas e Berenice Marie Ballande Romanelli, respectivamente orientadora e autora do presente trabalho.

Dos nove programas, quatro são voltados para crianças e adolescentes: Programa Mais Educação, Escola que Protege (EQP), Escola Aberta e Saúde na Escola. As atividades previstas pelo Programa Mais Educação envolvem desde acompanhamento pedagógico até atividades em áreas diversificadas.

O Programa Escola que Protege tem relação com a garantia dos direitos às crianças e sua defesa contra formas de violência, como previsto pelo ECA. O programa financia projetos de formação continuada de professores e a elaboração de materiais didáticos nessa área.

### Ministério da Cultura

As ações e os programas promovidos pelo Ministério da Cultura, incluídos no QUADRO 2, contemplam editais de concessão financeira para a realização e execução de projetos na área de cultura, possibilitando a parceria entre iniciativas locais de organizações não governamentais com as iniciativas do governo. Esse tipo de proposta busca parcerias com as iniciativas regionais de cada comunidade e a adaptação dos objetivos à população e às regiões a que se destinam e envolvem.

Nome do programa	Público atendido	Objetivo principal
Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva	Populações de baixa renda, adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, estudantes do ensino público, etc.	Ampliar e garantir o acesso à fruição, produção e difusão de bens culturais por meio de parcerias com diferentes atores sociais, que desenvolvem projetos de construção e expressão culturais destinados à população de baixa renda, principalmente os pontos de cultura <sup>13</sup> .
PROGRAMA Mais Cultura	Pessoas que vivem em locais com baixos indicadores de saúde e educação e aos territórios de identidade <sup>14</sup> .	Promover a diversidade cultural, a auto-estima, a cidadania e a emancipação social, sobretudo em regiões metropolitanas com maior índice de violência.

QUADRO 2 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA CULTURA  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

No que tange à legislação, o Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Os artigos 58 e 59 abordam, respectivamente, o respeito aos valores culturais do contexto da criança e do adolescente; e o estímulo e facilitação à destinação de

<sup>13</sup> Os “Pontos de Cultura” constituem pontos de articulação das atividades do Programa “Cultura Viva” e são formados por instituições reconhecidas e apoiadas pelo Ministério da Cultura que desenvolvem projetos na área sócio-cultural nas comunidades em que atuam.

<sup>14</sup> Territórios de Identidade: quilombos, reservas indígenas e comunidades artesanais

verbas para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. De acordo com o ECA, é direito de todas as crianças e adolescentes o acesso à informação, à cultura, ao lazer, aos esportes, às diversões, aos espetáculos, respeitando-se sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A amplitude do público alvo é marcante nesses programas: O Programa Cultura Viva abrange populações de baixa renda, estudantes do ensino público, professores e coordenadores, além de agentes culturais, artistas e outros. Talvez a visão da proposta seja envolver um grande número de pessoas, mas isso pode diluir as ações e fazê-las correr o risco de se transformarem de “tudo para todos” em “nada para muitos”.

O programa Mais Cultura se divide em dimensões voltadas para a população infanto-juvenil. A dimensão “Cultura e Cidadania” integra diferentes ações, dentre as quais os pontinhos de cultura, que fortalecem iniciativas culturais voltadas à infância e adolescência que atuam com atividades lúdicas. A dimensão “Cultura e Cidades” visa aumentar o acesso à cultura por meio da criação de infraestrutura cultural em locais com baixos indicadores sociais e população em situação de vulnerabilidade.

### **Ministério do Trabalho e Emprego**

O Ministério do Trabalho e Emprego tem papel central em relação às oportunidades de qualificação profissional e ampliação das chances de inclusão no mundo do trabalho (vide QUADRO 3)

<b>Nome do programa</b>	<b>Público atendido</b>	<b>Objetivo principal</b>
PROJOVEM Trabalhador	Jovens de 18 a 29 anos	Promover a geração de trabalho, emprego e renda a jovens em situação de desemprego, visando sua inserção na atividade produtiva por meio da qualificação sócio-profissional.

**QUADRO 3 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Um dos maiores desafios dos jovens na atualidade é a falta de oportunidades para a primeira experiência profissional no campo formal do trabalho. Aliando a falta de escolarização ou a escolarização precária à falta de qualificação profissional e de

oportunidades, os jovens pobres acabam tendo reduzidas suas chances de inclusão laboral.

Quando se trata de jovens acolhidos em instituições, há mais degraus a serem superados. É muito comum as pessoas falarem hoje em dia que “todos os jovens têm acesso ao computador”, no entanto, muitos dos que moram em instituições não são alfabetizados digitalmente, o que já os distancia de oportunidades de trabalho quando se pensa em um mercado competitivo.

Esse exemplo serve para explicar que a formação profissional dos jovens deve ser consistente, profunda, integrada com outros conhecimentos e promover possibilidades reais de acesso ao mundo do trabalho.

### **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Os programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome promovem ações voltadas para a alimentação, a distribuição de renda, o combate ao trabalho infantil e a promoção da qualificação profissional (vide QUADRO 4).

<b>Nome do programa</b>	<b>Público atendido</b>	<b>Objetivo principal</b>
PROJOVEM Adolescente -Serviço socioeducativo <sup>15</sup>	Jovens de 15 a 17 anos	Promover mecanismos de garantia da convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência de jovens no sistema educacional.
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	Estudantes e egressos do ensino médio da rede pública e da educação de jovens e adultos, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e trabalhadores	Ampliar a oferta de vagas na educação profissional, melhorando as condições de inserção no mundo do trabalho.
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Crianças e adolescentes de até 16 anos <sup>16</sup>	Retirar crianças e adolescentes das práticas de trabalho infantil.

**QUADRO 4 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

<sup>15</sup> Esse programa é distinto das medidas socioeducativas previstas pelo ECA (1990, Art. 122), embora possa receber egressos de medida socioeducativa.

<sup>16</sup> Exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Voltados ao combate da desigualdade social, os programas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome dirigem-se à melhoria de acesso à água, alimentos de qualidade, e complementação da renda das famílias que vivem em condições de pobreza e extrema pobreza. Assim, aumentam as possibilidades de assegurar a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à dignidade, constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Art.4). Ademais, ao promover ações diretamente voltadas para a família, reforça o direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, Art.4), apoiando a família em manter seus membros unidos.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) visa garantir todos os direitos fundamentais e assegurar o Art 60: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.” O PROJOVEM, por sua vez, garante o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, expressos no capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 1990, Art. 4).

Os programas como o PRONATEC e o PROJOVEM Adolescente ampliam a possibilidade de formação educacional e profissional, melhorando a qualificação das famílias em situação de vulnerabilidade e suas condições de vida em médio prazo, fazendo cumprir o direito à educação e à profissionalização (BRASIL, 1990, Art. 4).

O PRONATEC é executado por instituições parceiras, muitas delas, instituições federais e de ensino. O abismo que separa a proposta de sua realização também envolve dificuldades nas parcerias, falta de qualificação das instituições executoras, burocracia no funcionamento, além de inúmeras outras falhas.

### **Ministério da Saúde**

O Ministério da Saúde integra programas que buscam promover o bem-estar de crianças e suas mães através do combate às formas de violência e situações de vulnerabilidade que colocam em risco a saúde da família (vide QUADRO 5). Ressaltam-se as ações voltadas para o planejamento familiar e acompanhamento das gestantes com especial atenção às mulheres em situação de vulnerabilidade e que necessitam de auxílio especial. Além disso, as ações focadas no incentivo ao aleitamento materno, na prevenção e atenção às situações de violência familiar contra mulheres e crianças, no acesso à educação infantil e na preocupação com o desenvolvimento integral de crianças são relevantes e constituem necessidades prioritárias para a população de baixa renda.

Os programas promovidos pelo Ministério da Saúde objetivam melhoria da saúde da gestante e do bebê, enfatizando o “direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.” (BRASIL, 1990, Art.7).

<b>Nome do programa</b>	<b>Público Atendido</b>	<b>Objetivo principal</b>
Programa Mais saúde: direito de todos	Toda a população	Melhorar a qualidade de vida e as condições de saúde dos brasileiros por meio da expansão do sistema de atenção à saúde e dos eixos de intervenção propostos.

QUADRO 5 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA SAÚDE  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

O Eixo 1, que faz parte do “Programa Mais Saúde: direito de todos”, contém a Estratégia “Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis – Primeiros Passos para o Desenvolvimento Nacional”, que visa promover o suporte integrado ao desenvolvimento infantil buscando garantir qualidade de vida a todos os brasileiros.

Esses direitos são contemplados no programa Mais saúde, sobretudo nas ações de “Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis”. Dentre as ações do “Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis”, também se ressalta a proposta de elaboração de processos de formação de cuidadores, tanto membros da família quanto profissionais da educação. Desde que desenvolvida privilegiando o respeito, à identidade e à participação das comunidades, essa ação pode servir de apoio na construção de redes de cuidado à infância e juventude, protegendo crianças e adolescentes contra os diferentes tipos de violência.

Destacam-se também as estratégias de apoio contra a violência, a atenção especial quando do uso de substâncias psicoativas, mostrando a interligação de todas essas questões na atenção à saúde.

Além disso, também se percebe a relação da saúde com a educação, na ênfase na ampliação do acesso à educação infantil, por exemplo, assegurado o direito à educação e atendimento em creche e pré-escola às crianças entre zero e seis anos de idade (BRASIL, 1990, Art. 53)

## Secretaria Nacional da Juventude

A Secretaria Nacional da Juventude tem papel essencial por tratar especificamente dos jovens. Foi criada em 2004 para diagnosticar a situação da juventude brasileira e analisar os programas voltados para esse público (vide QUADRO 6).

Nome do programa	Público atendido	Objetivo principal
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens	Jovens de 15 a 29 anos	Reintegrar jovens ao processo educacional, elevar sua escolaridade e prepará-los para o mundo do trabalho.

QUADRO 6 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE  
FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Trata-se de uma Secretaria específica para esse público, havendo somente um programa central. Diferentes modalidades do PROJOVEM são promovidos por outros Ministérios. A Secretaria Nacional da Juventude coordena o programa que tem como ação principal a escolarização e a profissionalização de jovens.

## Ministério do Esporte

As ações e os programas propostos pelo Ministério do Esporte promovem a criação de equipamentos públicos que ampliem as áreas de convivência e promovam atividades esportivas, culturais, de lazer em regiões de vulnerabilidade social. (vide QUADRO 7). Essas ações respeitam o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Art. 4), onde, dentre os direitos assegurados com absoluta prioridade, estão o direito ao esporte e ao lazer.

Há que se lembrar que o ministério do Esporte é um dos que tem mais verba, com destaque à importância dada às diferentes ações esportivas dirigidas à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

<b>Nome do programa</b>	<b>Público atendido</b>	<b>Objetivo principal</b>
Programa Segundo Tempo	Crianças, adolescentes e jovens	Oferecer práticas esportivas educacionais democratizando o acesso à prática e à cultura do esporte.
Programa Recreio nas Férias	Crianças e adolescentes	Oferecer às crianças e adolescentes opções de lazer no período das férias escolares com o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas.
Praça dos Esportes e da Cultura – PEC	Moradores de regiões de alta vulnerabilidade social	Criar equipamentos públicos para a viabilização de programas e ações relativas à cultura, esporte e lazer, formação e qualificação para o trabalho, serviços sócio-assistenciais, políticas de prevenção da violência e inclusão digital.
Praça da Juventude	Pessoas de todas as faixas etárias	Promover a inclusão social por meio da prática esportiva e de lazer, como área de convivência integrando atividades culturais, de inclusão digital e de lazer.

**QUADRO 7 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DO ESPORTE**  
**FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)**

### **Ministério da Justiça**

O Ministério da Justiça desenvolve programas que visam diminuir a criminalidade com ações de prevenção da violência, tratamento em relação ao uso de drogas e promoção da cultura de paz, envolvendo pessoas da comunidade como participantes e parceiras nesse processo, como consta no QUADRO 8.

<b>Nome do programa</b>	<b>Público atendido</b>	<b>Objetivo principal</b>
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)	Jovens de 15 a 29 anos à beira da criminalidade ou que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei e os reservistas <sup>17</sup>	Articular políticas de segurança com ações sociais, com a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.
Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas	Dentre os objetivos contempla a atenção aos públicos vulneráveis, entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua.	Desenvolver ações de prevenção ao uso, atenção aos usuários e dependentes, sua reinserção social e repressão ao tráfico de drogas.

**QUADRO 8 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)**

<sup>17</sup> No entendimento do programa, os reservistas podem ser recrutados pelo crime organizado em função de seu aprendizado do manejo de armas durante o serviço militar.

Destaca-se o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da Cultura de Paz por meio de parcerias com jovens (Territórios de Paz), o que possibilita a participação das pessoas em suas comunidades. São ressaltados o direito à liberdade e a possibilidade dos jovens e de representantes das comunidades exercerem sua opinião e expressão e participarem da vida familiar e comunitária, sem discriminação, quando participam desses projetos (BRASIL, 1990, Art. 16).

Essa pode ser uma ideia interessante, a de apoiar as regiões e os membros de comunidades que conhecem e compartilham a cultural local, seus potenciais e desafios. Entretanto, esse tipo de parceria com as comunidades também depende bastante da execução, do treinamento das equipes, do envolvimento e do interesse da própria população e da real possibilidade de envolvimento da comunidade no sentido de que terá interlocutor para tal.

A integração de projetos de segurança pública com ações sociais parece considerar que a violência em muitas comunidades está interligada à pobreza e às condições de vida em favelas ou regiões metropolitanas. A mídia escrita e impressa tem divulgado notícias relacionando a violência à pobreza, fato que estigmatiza as regiões mais pobres e limita a compreensão e a dinâmica da violência.

No entanto, um dos aspectos preocupantes é tratar alguns aspectos de saúde ou pobreza como questões de justiça, como é o caso do plano de enfrentamento ao crack. As ações dos profissionais devem tomar em conta a fragilidade em que se encontram as pessoas usuárias e a necessidade de tratamento e de perspectivas futuras. A intervenção dos profissionais da justiça e dos profissionais da saúde não tem o mesmo tipo de abordagem. Ao se entender questões de saúde como problemas de justiça corre-se o risco de cometer os mesmos erros cometidos em São Paulo, nas ações da cracolândia.

### **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)**

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República é um órgão da Presidência da República que trata de políticas públicas voltadas para os direitos humanos. Os Programas de maior interesse para a população infanto-juvenil constam no QUADRO 9:

<b>Nome do programa</b>	<b>Público atendido</b>	<b>Objetivo Principal</b>
Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) <sup>18</sup>	Geral	Concretizar a promoção dos Direitos Humanos, sendo composto de seis eixos orientadores, totalizando 25 diretrizes.
Programa de implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Pró-Sinase	Jovens	Promover ações para a formação profissional e inclusão dos jovens em outros projetos como o bolsa-família e o Programa da Juventude.
O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	Crianças e adolescentes ameaçados de morte	Preservar a vida, protegendo-os com a retirada do local em que sofrem ameaça e a colocação em moradia substituta (na modalidade familiar e institucional).
O Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL)	Jovens	Sensibilizar a sociedade e os poderes públicos para a mortalidade de adolescentes e jovens no Brasil, buscando construir estratégias comuns de enfrentamento.

**QUADRO 9 – PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL / SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH/PR)**

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Dentre os seis eixos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH – 3, 2009), o Eixo Orientador III - Universalizar direitos em um contexto de desigualdades - tem algumas diretrizes voltadas para a faixa infanto-juvenil excluída socialmente. A oitava diretriz desse eixo aborda especificamente a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, sendo que o objetivo estratégico III - Proteger e defender os direitos de crianças e adolescentes com maior vulnerabilidade – contem ações programáticas relacionadas com as medidas de proteção.

Dentre as ações consta a extinção de grandes abrigos e a eliminação do tempo prolongado de institucionalização, a ampliação da oferta de programas de famílias acolhedoras e a estruturação de moradias coletivas para os egressos dos abrigos. Ou seja, é uma questão já inserida no PNDH - 3, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, 2009, Art.94, item XVIII), para que as instituições que atuam no acolhimento institucional mantenham programas voltados para o apoio e acompanhamento dos egressos. Essa situação chama a atenção para um problema já percebido, mas que ainda não encontra soluções. Para onde vão os jovens que viveram até os 18 anos em instituições?

Os outros programas promovidos pela Secretaria dos Direitos Humanos, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

<sup>18</sup> O Programa foi assinado por 31 Ministérios

e o Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL), buscam assegurar o direito à vida aos jovens (BRASIL, 1990, Art. 7) e protegê-los contra a violência (BRASIL, 1990, Art. 5). Como parte do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) foi criado o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), indicador de risco de assassinato sofrido por adolescentes entre 12 e 18 anos em cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. Os dados a respeito da mortalidade de jovens tem sido assustadores, sinalizando um problema grave de falta de oportunidades e perspectivas para essa população.

As propostas vinculadas à Secretaria dos Direitos Humanos contêm ações voltadas para a população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade e, mais especificamente, a crianças e adolescentes abrigadas. Dois pontos merecem destaque: a ênfase em extinguir instituições que atendem grande quantidade de jovens; e o esforço em diminuir o tempo de abrigo, combatendo períodos prolongados de institucionalização.

### **Algumas reflexões acerca das ações dos diferentes Ministérios**

Observando os programas de políticas públicas constata-se uma grande quantidade de programas voltados para os jovens. Isto se aproxima de uma preocupação na gestão pública em oferecer opções para esse público, no sentido de aumentar as oportunidades dirigidas ao desenvolvimento e construção de alternativas saudáveis e dignas para os setores oprimidos.

Dentre esses programas, alguns são de interesse especial quando se considera as crianças e os jovens em situação de vulnerabilidade social. Na busca de garantia de direitos há programas que atuam na erradicação do trabalho infantil (PETI), no enfrentamento ao uso de drogas, na proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAAM) e na redução da violência letal contra jovens (PRVL), dentre outros. O foco desses programas é importante no que se refere ao combate à violência contra a população infanto-juvenil e representa uma preocupação do Estado com esta população.

O PROJOVEM e o PRONATEC, associados aos programas do Ministério da Educação visam garantir o acesso à educação formal e a preparação para o trabalho, buscando possibilidades de desenvolvimento profissional e geração de

renda para os jovens. Essas ações são especialmente importantes, considerando-se o grande número de jovens que não estudam e nem trabalham (POCHMANN, 2004), e que, portanto, parecem necessitar de oportunidades voltadas para a formação profissional. Há também outros programas direcionados para a promoção da saúde e para propostas de cultura e esporte.

Teles e Freitas (2008) realizaram um estudo sobre as políticas públicas para a juventude no Brasil, compreendidas no período de 2003 a 2006 (governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que teve duração de 2003 a 2011) e traçaram um breve percurso histórico dessas práticas no país. Os autores afirmam que “em linhas gerais, pode-se dizer que as políticas públicas para a juventude são oriundas dessa diversidade de perspectivas, que traduz a visão que um governo tem sobre os jovens e a partir da qual ele pretende intervir.” (TELES e FREITAS, 2008, p. 206).

Acerca da visão presente nos textos governamentais, em curso no ano de 2012, observa-se o uso de expressões que ilustram o pensamento atual sobre crianças e jovens que têm constantemente seus direitos violados. São frequentes os usos de algumas terminologias como: diversidade, cidadania, emancipação social, autogestão, desenvolvimento de lideranças, prevenção da violência. Ao lado desses, para tratar da população atendida nesses programas, se utiliza: população em situação de risco, territórios de vulnerabilidade social, riscos sociais, inclusão social. Essas expressões mostram um avanço na compreensão da população em situação de vulnerabilidade com foco na diversidade, nos processos de participação e de autonomia dessa população.

No entanto, o uso dessas expressões, vastamente utilizadas na mídia e em demais discursos governamentais ou de ONGs, pode revelar o emprego de modismos. Ao usá-los constantemente em projetos e programas, esses termos perdem sentido e conteúdo temático, podendo assumir um discurso demagógico. Parece haver certa valorização e *status* em se trabalhar com pessoas pobres ou em situação de vulnerabilidade social, sendo que os discursos nesta área estão repletos de propostas para desenvolver a cidadania e protagonismo juvenil, ações estas nem sempre eficientes.

Por outro lado, a partir das reflexões presentes no estudo de Teles e Freitas (2008), entende-se que essas propostas focam quase que exclusivamente os jovens que foram excluídos socialmente, como forma do Estado atender às pressões sociais. Ao mesmo tempo, a perspectiva da dívida social presente nas políticas

compensatórias pode dar a impressão de que outros jovens (não contemplados por essas propostas) estão bem, o que pode não ser verdade.

O uso de terminologias apropriadas ou que contenham em si um sentido de emancipação e libertação é interessante, mas por si só não é suficiente para a garantia de mudanças, dada a existência de abismos que distanciam os discursos e as práticas nessa área.

Em estudo desenvolvido por FREITAS (2008b), acerca da relação entre as estratégias de ação comunitária e mudança social, a autora aponta para a construção de uma pseudo ideia de mudança relacionada ao grande número de programas e projetos comunitários. Para ela, em função dessas intervenções, pode ser gerada uma falsa idéia de que as formas de exclusão estariam diminuindo ou desaparecendo. A respeito dos processos de “exclusão-includente” e de “inclusão-excludente”, resultados dessa situação, a autora explica:

O efeito psicossocial gerado por isto é interessante e distorsivo, visto que cria uma idéia de que a sociedade estaria tornando-se mais igualitária e justa, quando o que de fato acontece é um alargamento do grau de aceitação e conformismo para com as diferentes e sutis formas de injustiça e de exploração da vida cotidiana (...)

(FREITAS, 2008b, p. 34-35)

No campo das políticas públicas o grande número de programas e projetos voltados para a população infanto-juvenil marginalizada também pode gerar conclusões equivocadas que podem maquiagem ou enganar a percepção das pessoas acerca das problemáticas vividas pelos jovens pobres. Não significa que esse “engano” seja obrigatoriamente fruto de uma dissimulação por parte de órgãos governamentais, mas a distorção sobre a realidade é nociva, tanto para a compreensão do fenômeno como para seu enfrentamento.

É possível também que vários jovens participem desses programas e de fato gostem ou aprendam muito com essa participação. Entretanto, para os jovens, participar de projetos dessa natureza não obrigatoriamente significa que haja transformação de suas condições de vida. FREITAS (2008b) ressalta que é necessário verificar o quanto as práticas psicossociais se orientam em direção à transformação social e à manutenção das redes de relações solidárias entre as pessoas.

Com relação à participação ou não dos jovens nos programas apresentados nessa seção, pode-se questionar sobre o conhecimento e o acesso que eles têm aos programas, a sua participação, a avaliação que fazem e o impacto da participação nesses programas em suas vidas. De acordo com FREITAS (2008b) é importante questionar a serviço de quem estão as práticas psicossociais e quais as prioridades dessas práticas. Na análise dos trabalhos desenvolvidos é relevante verificar os motivos para sua realização, as relações entre a comunidade e os agentes externos e o processo de trabalho e resultados obtidos (FREITAS, 2008b).

Ao se refletir sobre os programas voltados para os jovens, pode-se pensar a partir de que necessidades eles são realizados, como são construídas as justificativas para a sua implantação e como se dá o processo de execução e avaliação. É igualmente importante considerar o processo de construção do trabalho com os jovens, verificando sua participação e a integração entre os diferentes agentes (externos e internos, pertencentes à comunidade). Nas propostas voltadas para a juventude tem sido recorrente o apelo à participação da sociedade civil e de movimentos sociais, o que representa uma maior participação da população na formulação sobre essas ações.

Entretanto, ao observar os objetivos dos programas percebe-se a existência de um desafio quanto à sua execução e coordenação. No estudo desenvolvido por Teles e Freitas (2008) os autores consideram que as políticas eram desconectadas e de execução demagógica e compensatória, e também perceberam falhas na operacionalização das ações, havendo falta de coordenação entre os diferentes programas. É possível afirmar, ao observar os programas em curso atualmente, que esses problemas continuam presentes como programas desconexos entre si, dispersos em diversos ministérios e secretarias e não coordenados entre si.

Por fim, é imprescindível, baseando-se em Freitas (2008b), investigar a coerência entre as práticas desenvolvidas e os compromissos assumidos com os projetos.

Na FIGURA 1 são apresentados os programas de políticas públicas, dos diferentes Ministérios e Secretarias voltados para a população infanto-juvenil.

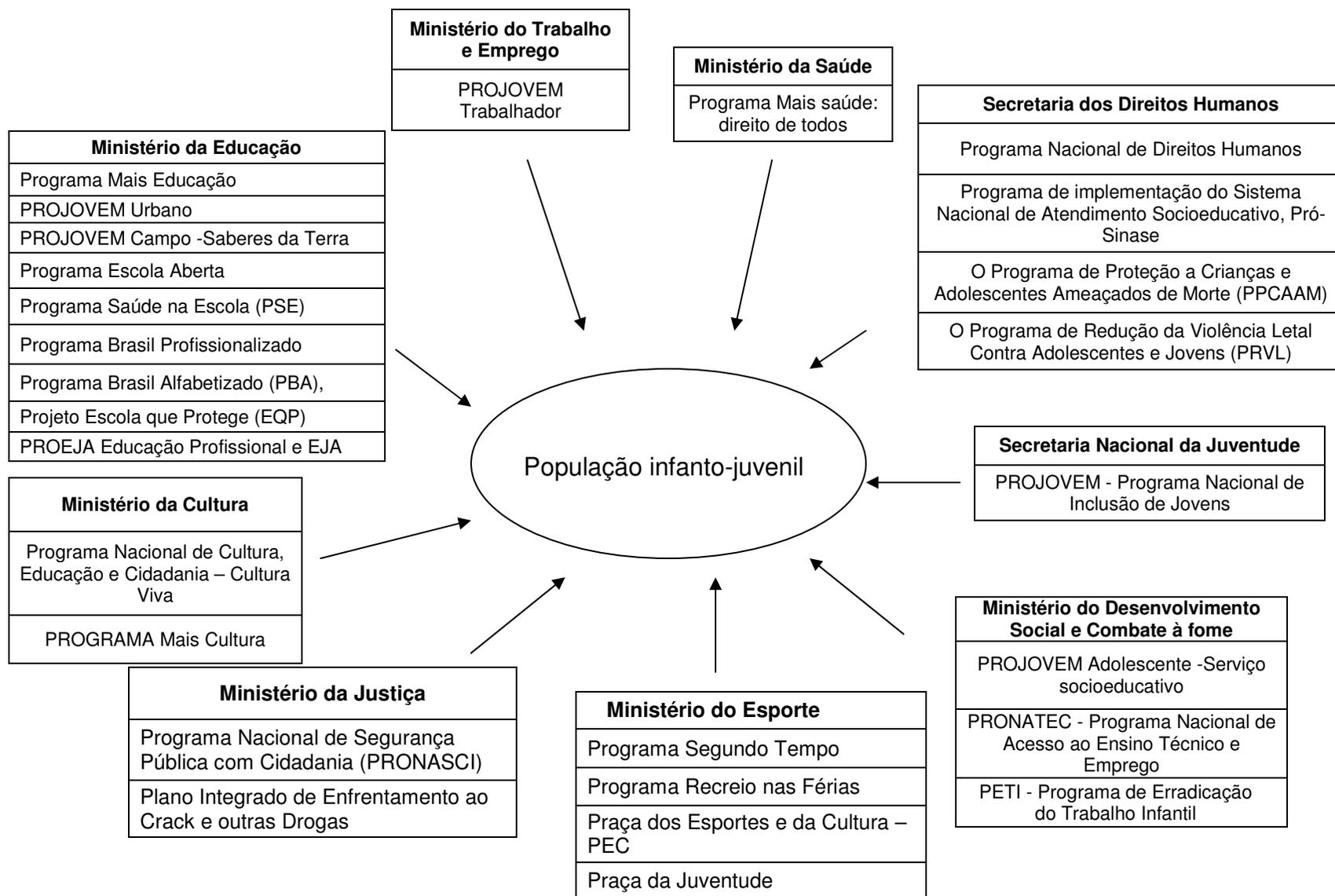


FIGURA 01 - PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL  
 FONTE: FREITAS e ROMANELLI (2013)

## C – JUVENTUDES

O “que” é um jovem?

A essa pergunta, aparentemente fácil de responder, está atrelado um conjunto de definições, denotando o caráter polissêmico do termo. Essa temática envolve muitas tensões, fruto da multiplicidade de significados atribuídos à juventude (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007).

O termo juventude é uma expressão cunhada historicamente, associada a processos biológicos, sociais, culturais, econômicos, políticos, e outros tantos. Para Esteves e Abramovay (2007) a juventude é uma construção social vinculada a uma determinada sociedade, seus momentos históricos, aspectos econômicos e percepções que se tem do lugar do jovem.

Assim como o conceito de infância, o significado de juventude muda no tempo e no espaço em função das modificações sociais, do aumento da expectativa e condições concretas de vida. Dessa forma, ser jovem na atualidade, ou cem anos atrás, tem suas peculiaridades e diferenças. A esse respeito, Pochmann (2004) refere-se à complexidade em compreender a juventude, hoje, em relação a outros momentos históricos. Baseando-se na ampliação da expectativa de vida da população brasileira, o autor explica o efeito das mudanças no ciclo de vida através do alargamento da faixa etária considerada como juventude e identificada como aproximadamente entre os 16 e os 34 anos. O impacto dessa mudança se percebe na ampliação do tempo para a preparação da entrada no mercado de trabalho, resultando na relação de continuidade entre educação e formação ao longo da vida, sobretudo para as classes trabalhadoras.

Novaes (2003, p. 125) discute o binômio inclusão/exclusão e usa o termo “caleidoscópio de jovens” para se referir a essa diversidade. Nesse aparelho óptico o observador pode contemplar, num simples movimento de rotação, a infinidade de formas criadas, combinando todos os elementos de maneira peculiar e variada. Assim é a juventude: um conjunto de realidades que se modificam constantemente de acordo com o tempo, o espaço. Por isso, Dayrell (2007) defende o uso do termo “juventudes” para enfatizar a diversidade de ser jovem, termo que se utiliza como título desta seção.

Há múltiplos fatores que interferem nas trajetórias e nas oportunidades juvenis e tornam-se critérios de seleção do binômio inclusão - exclusão como: renda,

gênero, raça, local de moradia, área urbana ou rural, participação em projetos sociais, exposição à violência, acesso ao lazer, inclusão digital, viver em uma instituição, trajetória escolar, dentre outros. Para Novaes (2003), esses recortes são geradores de preconceito e discriminação. Por isso, entende-se que eles moldam possibilidades ou impossibilidades no campo do pertencimento social. Mesmo tendo em conta essas questões, é importante salientar que jovens de uma mesma classe social, que moram em uma mesma região e têm a mesma raça e gênero, vivenciam juventudes diferentes.

No campo da psicologia, utiliza-se majoritariamente o termo adolescente ao invés de jovem, o que representa uma visão tradicional da adolescência baseada nos aspectos biopsicológicos, tendo um entendimento desse período de desenvolvimento humano como sendo turbulento. Ozzela e Aguiar (2008) consideram essa visão como naturalizante e a-histórica e propõem uma visão sócio-histórica da adolescência. Em pesquisa realizada com jovens na grande São Paulo, os resultados indicaram uma grande diversidade de adolescências (OZELLA e AGUIAR, 2008), assim como é constatado em relação à juventude. Dessa forma, percebe-se no próprio campo da psicologia discussões que ampliam a visão da juventude, entendendo-a de maneira mais complexa e histórica.

Há várias tentativas de se delimitar períodos etários para caracterizar a juventude. De maneira geral, é entendida como o período que se segue à infância, que compreende a adolescência e a juventude juntas e se encerra com o ingresso no mundo adulto. Segundo documento elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004) normalmente a determinação do limite inferior para esse grande período de desenvolvimento, é mais consensual, e tem como critérios aspectos maturacionais fisiológicos. Quanto ao limite superior, há uma gama de possibilidades, baseando-se mais em critérios sociais do que biológicos, como emancipação, formação da identidade, trabalho, dentre outros.

Considerando a desigualdade e a heterogeneidade de condições que os jovens brasileiros experimentam, poderíamos quase dizer que há jovens que ingressaram no mundo adulto por volta dos 16 anos ou até mesmo bem antes, trabalhando, cuidando de sua família, enquanto outros se tornam adultos após os 30 anos. Assim, qualquer que seja a faixa etária definida para o que se considera juventude, jovens da mesma idade vivenciam juventudes diferentes. Essa diferença

é mais latente quando consideramos a classe social, abordando aspectos como ingresso no mundo do trabalho, entrada ou saída na educação formal (NOVAES, 2003).

De acordo com Pochmann (2004), a estagnação da economia do Brasil que se estende há mais de três décadas gerou um quadro de deterioração das possíveis vantagens que a educação poderia fornecer aos jovens, oriundos das classes desfavorecidas. Esse panorama pode ser observado, segundo o autor, no aumento da desigualdade de renda para níveis educacionais iguais. Aparece, também, no aumento da taxa de desemprego de jovens de classe baixa à medida que aumenta seu nível de escolaridade, revelando um processo de discriminação no mercado de trabalho. No Brasil, o desemprego é maior entre os jovens, sendo maior entre jovens de baixa renda. Além disso, há, segundo Pochmann (2004), 4,5 milhões de jovens brasileiros que estão fora do mercado de trabalho e fora do processo de educação formal. Fruto das desigualdades nas oportunidades de educação e trabalho que esses jovens têm diante de si, tendo restritos horizontes de ocupação e renda dignos, eles ficam mais vulneráveis à violência.

Haveria algo de comum nestas “diferenças” vividas pelos jovens? No que se refere às características desse período do ciclo vital, a sociologia funcionalista entende a juventude como categoria geracional, um momento de transição no ciclo de vida da infância para a maturidade (ABRAMO, 2007). Da mesma forma, a psicologia “tradicional”, entende a adolescência como um período do desenvolvimento marcado pela transição da infância para a idade adulta, influenciado por fatores biológicos, sociais, comportamentais e culturais, relacionados entre si (COLE e COLE, 2004). Em relação a essa característica, o documento elaborado pela UNESCO (2004) trata de uma transitoriedade particular, no que se refere à importância desse período com relação às opções fundamentais da vida, tendo uma particularidade própria. No entanto, segundo Dayrell (2007), juventude é um momento determinado que tem importância em si mesmo, não podendo ser limitado a uma etapa de passagem. Concorda-se com o autor; considerar esse período como uma passagem é entender que ele está por vir ou será ignorando o que ele já é.

A Psicologia Social Comunitária entende o jovem em constante movimento: pelo que ele foi, está sendo, está por vir ou será, sendo construído no cotidiano e nas relações vividas por eles. Essa perspectiva busca compreender a rede de

relações da qual os jovens fazem parte, assim como as crenças e valores que têm em relação a si mesmos e aos outros, à confiança que eles têm nas possibilidades de superação dos desafios vividos, e as possibilidades de construção de relações apoiadas nos processos de cooperação que podem desenvolver, dentre outros. (FREITAS, 2008)

Além disso, a definição do conceito de adolescência parece estar muito ligada às questões maturacionais, biológicas, utilizando-as como justificativa para alguma habilidade não adquirida ou compreensão não aprendida. Essa idéia pode dar a impressão de que pouco pode ser feito a respeito, a não ser esperar pelo amadurecimento do jovem, o que não dependeria tanto dele e de seu entorno.

Abramo (2007) descreve um breve panorama histórico de como os jovens têm sido vistos e percebidos pela sociedade, concentrando-se na maneira segundo a qual a juventude é tratada. A autora critica a forma como os jovens são vistos pela opinião pública, entendidos muitas vezes como problemas sociais em função do risco de descontinuidade e ruptura em relação à coesão social; ou como são vistos pela academia, onde é dado destaque excessivo somente a discussão dos sistemas e instituições que fazem parte do cotidiano dos jovens. Para a autora, na maioria das abordagens, há uma grande dificuldade de se considerar os jovens como sujeitos, de entendê-los como capazes de propor, agir e transformar. Apenas recentemente têm sido desenvolvidas pesquisas centradas na ótica dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções e atuação (ABRAMO, 2007).

Em pesquisa realizada com jovens brasileiros de 15 a 24 anos (SALLAS *et al*, 2008), a juventude é descrita como “um momento particular da vida em que se deve divertir-se, jogar, curtir a vida” (p. 28), e se entende que ela termina com o início da responsabilidade e com a constituição de uma família. Ainda assim, definir a juventude em função da formação de uma nova família, pressupõe que só se tornam adultos os que a constituem.

Ao mesmo tempo, definir esse período em função do tempo de formação e desenvolvimento poderia pressupor que ele se limita a este momento acadêmico. Delimitar o período final da juventude a partir do ingresso no mundo do trabalho também não considera jovens que ingressam muito mais cedo em atividades laborais, e outros que iniciam posteriormente.

Por outro lado, considerar os jovens em função do que fazem durante o tempo livre, ou como descrito acima como “curtir a vida”, gera a idéia da existência

de uma homogeneidade nas atividades que os jovens fazem em termos de lazer, fruição e expressão cultural. De acordo com Brenner, Dayrell e Carrano (2008) há um equívoco em se considerar a juventude como uma realidade homogênea em termos de ocupação do tempo livre e atividades de lazer. Para os autores, há distintas maneiras de vivência do tempo na juventude, altamente condicionadas pelo contexto de vida dos jovens:

Os contrastes socioeconômicos da sociedade brasileira se manifestam eloqüentemente na desigualdade da qualidade do tempo livre juvenil e no precário acesso a bens, serviços e espaços públicos de cultura e lazer da maioria da população juvenil.

(BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2008, p. 41)

Os autores identificaram uma demanda reprimida em relação às atividades culturais e percebem a existência da desigualdade na qualidade do tempo livre juvenil e no acesso a bens culturais. Contribuem para essas diferenças o contraste socioeconômico, o tamanho das cidades, o fato de viverem no meio rural ou urbano, as questões de gênero e a faixa de renda dos jovens.

Se por um lado o termo juventude tem um caráter pejorativo, de “risco”, encarnando as dificuldades pelas quais passa a própria sociedade como um todo, por outro, a juventude “absorve” os aspectos dos dilemas atuais, no sentido de receber a carga das soluções sobre o futuro, como retrato projetivo da sociedade, da esperança de transformação (ABRAMO, 2007).

Ora como vítimas do sistema, ora como determinados por ele, os jovens acabam sendo percebidos como sujeitos incompletos e incapazes, não autônomos, ou passam a ser vistos somente em sua condição potencial, e não como ser em si. Essas concepções impedem a visibilidade de positividade da ação juvenil, como atores sociais propriamente ditos (ABRAMO, 2007).

Seguindo a mesma concepção, Martins e Augusto (2005) explicitam que:

A recente retomada dos estudos sobre juventude, contudo, orienta-se menos pela visão do jovem como ator político do que pela preocupação de situá-lo diante das diferentes dimensões da vida em sociedade, como o trabalho, a religião, a família, os valores, o lazer, tendo como referência as transformações do mundo globalizado e suas conseqüências para os indivíduos. (MARTINS e AUGUSTO, 2005)

A ocupação do tempo livre constitui-se importante elemento para compreender os jovens, as escolhas que fazem com relação às atividades em seu dia-a-dia e sua participação em atividades culturais e desportivas. Para Brenner,

Dayrell e Carrano (2008), essas atividades implicam na liberdade de escolha dos jovens, mesmo considerando os condicionantes materiais quanto ao leque de opções e oportunidades oferecidas aos jovens. Os autores realizaram uma análise da pesquisa de opinião intitulada Perfil da Juventude Brasileira, desenvolvida em 2001 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do MUNIC (Informações Básicas Municipais), e identificaram grande diversidade na maneira como os jovens vivem seu tempo livre.

Os resultados mostram uma predominância de atividades de lazer e entretenimento como passear, sair, namorar, atividades dentro de casa (assistir TV, ouvir música, descansar), prática esportiva, visitas a parentes e amigos e frequência em atividade religiosa. O acesso a atividades culturais e desportivas é muito baixo, fruto da escassez de equipamentos públicos de cultura nos bairros populares (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2008).

Ao se referir à educação musical, entendida como prática concreta e relacional entre educador e educando, Souza (2004) enfatiza a importância do cotidiano e de sua contextualização sócio-histórica como aspectos inspiradores para pensarmos a juventude no plural. Em outras palavras, Souza (2004) destaca os diferentes matizes que os jovens podem assumir em suas vidas, fazendo-nos pensar nas diferentes possibilidades da juventude, que se manifestam também nas expressões artístico-culturais e de lazer que os jovens constroem no seu fazer cotidiano, dentro dos grupos aos quais pertencem.

Na condição de ser social, esses jovens adolescentes/crianças (con)vivem com as transformações da sociedade, cuja dinâmica globaliza as pessoas e os lugares, organizam suas representações sobre si e sobre o mundo e interagem por meio de relações sociais no cotidiano com diferentes e diversos espaços e meios de socialização. Esses meios de socialização que oferecem referências de identidade ao ser jovem ou criança não são só os lugares tradicionais que representam relações pedagógicas institucionais como a família, a igreja e a escola. Os alunos estabelecem relações sociais e culturais em diferentes espaços e meios de socialização: no lugar em que residem, no bairro em que vivem, no grupo social e de amigos e, em diversas formas de lazer utilizadas no tempo livre, nos locais de práticas esportivas, na rua, no shopping, nos lugares de entretenimento da cidade, como os de grandes eventos e festas coletivas. (SOUZA, 2004, p.10)

Na mesma linha de Souza (2004), Dayrell (2007) apresenta-nos os jovens como sujeitos sociais ativos, constituídos através das relações estabelecidas com o outro, cujos conteúdos, em muitas ocasiões, são dados pelas condições sociais nas

quais se inserem. Assim, para este autor, considerar os jovens como sujeitos ativos trata-se de uma postura metodológica e ética.

Entende-se que não há uma definição consensual sobre o tema, mas mesmo assim é possível dar um lugar a esse conjunto de pessoas, que, tão diferentes entre si, também enfrentam situações semelhantes. Nesse sentido, concorda-se com Dayrell:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas, sim, como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

(DAYRELL, 2007, p. 158)

Quais são, então, as experiências compartilhadas pelos jovens? Os jovens que vivem em instituições são esses meninos e meninas, que passaram por uma experiência diferente, a de viver em um abrigo. A esse respeito, ninguém melhor do que eles para contar o que isso significa e que tipo de juventudes eles têm vivido.

## II – O QUE TEM SIDO INVESTIGADO SOBRE JUVENTUDES E INSTITUCIONALIZAÇÃO

### A – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO EM ARTIGOS

#### A 1– Temas propostos nos artigos

A produção científica sobre instituições de acolhimento para crianças e adolescentes é multidisciplinar e envolve focos bastante específicos e diferenciados. Com o intuito de conhecer parte dessa produção foi realizado um levantamento de artigos nas bases de dados SciELO<sup>19</sup> e BVS<sup>20</sup>, utilizando-se os seguintes descritores ou palavras-chave:

- abrigo; institucionalização; acolhimento institucional; institucionalizada; institucionalizado; criança institucionalizada; adolescente institucionalizado; jovens institucionalizados; situação de risco; adolescentes em situação de risco; adolescentes institucionalizados; jovem abrigado; adolescentes abrigados; jovens abrigados; abrigamento; casa-lar.

Ao realizar o levantamento foram selecionados 52 artigos relacionados ao tema do acolhimento de crianças e adolescentes, sendo excluídos da seleção artigos referentes à institucionalização de adolescentes que cometeram atos infracionais e que cumprem medidas socioeducativas, aos abrigos para idosos, aos abrigos para mulheres que sofreram violência doméstica e aos abrigos para jovens em situação de rua, com exceção dos artigos que abordam o acolhimento institucional de crianças e adolescentes nessa condição.

A partir da leitura e do estudo dos artigos foi elaborada uma classificação em que os 52 artigos foram agrupados segundo a temática em comum. Posteriormente, foi feito um levantamento dos problemas enfrentados pela população acolhida em instituições e das propostas de melhoria indicadas pelos artigos encontrados.

---

<sup>19</sup> A *Scientific Electronic Library Online* - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

<sup>20</sup> A Biblioteca Virtual em Saúde do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde é uma base de informações científico-técnicas produzidas nacional e internacionalmente. Disponível em <<http://regional.bvsalud.org>>

Então os artigos foram subdivididos e classificados nos seguintes títulos-temas: (1) Políticas públicas e contextos; (2) Modalidades de acolhimento; (3) Saúde e qualidade de vida; (4) Subjetividade e afetividade; (5) Família e processo de acolhimento; (6) Práticas educativas.

As categorias dessa classificação não são excludentes, ou seja, um mesmo artigo pode aparecer em diversas categorias de acordo com as temáticas envolvidas. Cada uma dessas categorias será apresentada de forma breve, sendo seguida de um quadro correspondente com os temas centrais tratados nos artigos a partir dos grupos temáticos.

### **1. Políticas públicas e contextos:**

Nos artigos que tratam do tema políticas públicas e contextos, Nascimento e Scheinvar (2005) apresentam uma análise dos equipamentos sociais da justiça da infância e da juventude e Chaves *et al.* (2003), os significados e práticas em casas de proteção do século XIX.

Outros artigos abordam o tema da proteção entendido como instrumento de controle social (AYRES, CARDOSO e PEREIRA, 2009) e o processo de avaliação dos abrigos, principalmente quanto à variedade e à falta de habilidade dos avaliadores quanto à identificação de indicadores de qualidade (SALINA-BRANDÃO e WILLIAMS, 2009).

O direito à convivência familiar e comunitária é analisado por Nery (2010) e Siqueira e Dell'Aglio (2011), que indicam a escassez de programas para a preservação e a reinserção familiar.

Ayres *et al.* (2010) apresentam alguns elementos presentes na produção acadêmica que apontam para a construção dos estigmas institucionais, sobretudo quanto aos abrigados. Borrione e Chaves (2004) analisam os sentidos presentes nos estatutos do Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Salvador.

No QUADRO 10 são apresentados os assuntos abordados nesse tema:

Tema/ Assunto	Assuntos centrais tratados nos artigos	Artigos
1 Políticas públicas e contextos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipamentos de proteção à infância</li> <li>- Redes de proteção e intervenção do Estado</li> <li>- Práticas de proteção</li> <li>- Produção acadêmica e estigmas</li> <li>- Avaliação das práticas institucionais</li> </ul>	AYRES <i>et al.</i> (2010) AYRES, CARDOSO e PEREIRA (2009) BORRIONE e CHAVES (2004) CHAVES <i>et al.</i> (2003) NASCIMENTO e SCHEINVAR (2005) NERY (2010) SIQUEIRA e DELL'AGLIO (2011) SALINA-BRANDÃO e WILLIAMS (2009)

QUADRO 10 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTEXTOS”

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Assim, o tema “Políticas públicas e contextos” abrange assuntos ligados à temática do acolhimento institucional, sobretudo para as políticas públicas e questões contextuais, como as redes de atendimento, os equipamentos de proteção e as práticas institucionais e sua avaliação.

## 2. Modalidades de acolhimento:

Sobre o tema “Modalidades de acolhimento”, pode-se observar que contempla o funcionamento, os objetivos e a organização das formas de acolhimento, incluindo o acolhimento familiar e o institucional e a prática do apadrinhamento afetivo.

Os artigos sob esta classificação abordam as diferentes modalidades de acolhimento como medida de proteção. Santana *et al.* (2004) apontam divergências entre as concepções contidas nos documentos e a prática institucional das instituições que atendem a população infanto-juvenil em situação de rua. As concepções presentes na literatura sobre instituições de acolhimento para crianças de 0-6 anos são discutidas por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a).

Conceição e Sudbrack (2004) realizaram um estudo sociométrico que embasou a construção da proposta pedagógica de uma instituição para a população com vivências na rua. Os critérios para a avaliação das instituições de acolhimento são analisados por Salina-Brandão e Williams (2009), que identificaram variabilidade de indicadores de qualidade.

As condições de encaminhamento, acolhimento e permanência de crianças em instituições de acolhimento são apresentadas por Cavalcante, Magalhães e

Pontes (2007b), que ressaltam que a institucionalização precoce e prolongada são práticas frequentes.

Os artigos que tratam da rotina de funcionamento dos abrigos abordam as diferenças entre o funcionamento da casa lar e do abrigo tradicional (PRADA; WILLIAMS e WEBER, 2007) e da transição funcional da Santa Casa de Misericórdia da provisão dos meios imediatos de sobrevivência para a promoção de educação profissional e reinserção social das crianças (BORRIONE e CHAVES, 2004).

Alguns artigos tratam do acolhimento familiar, sendo que Costa e Rossetti-Ferreira (2009) contextualizam essa modalidade de acolhimento e suas possibilidades no Brasil, e Delgado (2010) caracteriza o acolhimento familiar em Portugal.

Sousa e Paravadini (2011) apresentam as dificuldades no processo de apadrinhamento afetivo e problemas nas relações entre padrinhos e afilhados.

A seguir, no QUADRO 11 são apresentados os assuntos abordados nesse tema:

<b>Tema/ Assunto</b>	<b>Assuntos centrais tratados nos artigos</b>	<b>Artigos</b>
2 Modalidades de acolhimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Funcionamento das instituições de acolhimento</li> <li>- Objetivos, concepções e práticas e critérios para a avaliação do processo de institucionalização e</li> <li>- Encaminhamento, acolhimento e permanência da população infanto-juvenil a instituições de acolhimento</li> <li>- Acolhimento familiar</li> <li>- Apadrinhamento afetivo</li> </ul>	BORRIONE e CHAVES (2004) CAVALCANTE, MAGALHAES e PONTES (2007a) CAVALCANTE, MAGALHAES e PONTES (2007b) CONCEIÇÃO e SUDBRACK (2004) COSTA e ROSSETTI-FERREIRA (2009) DELGADO (2010) PRADA; WILLIAMS e WEBER (2007) SALINA-BRANDÃO e WILLIAMS (2009) SANTANA <i>et al.</i> (2004) SOUSA e PARAVIDINI (2011)

QUADRO 11 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “MODALIDADES DE ACOLHIMENTO”

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

### **3. Saúde e qualidade de vida**

Os estudos sobre “Saúde e qualidade de vida” nas instituições abrangem principalmente questões voltadas às influências da institucionalização para a saúde, a assistência à saúde, a exposição dos jovens às situações de risco e ao aumento de chances para contrair doenças.

Siqueira e Dell’Aglío (2006) apresentam uma revisão de literatura sobre a influência do ambiente institucional para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Schwonke, Fonseca e Gomes (2009) tratam dos fatores de risco à saúde nos abrigos e a vulnerabilidade sofrida por jovens com vivência nas ruas. Alguns autores abordam as doenças às quais as crianças abrigadas estão expostas, tais como a AIDS (MEDEIROS e MOTTA, 2008), além de outras, tanto no momento do encaminhamento quanto depois (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009).

Outros estudos apresentam pesquisas comparativas entre crianças abrigadas ou não, demonstrando maior média de depressão entre meninas abrigadas (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004) e maior exposição a situações potenciais de risco, além de maior manifestação de sintomas depressivos em jovens institucionalizados (WATHIER e DELL'AGLIO, 2007). Pereira *et al.* (2010) detectaram que o nível global de desenvolvimento de crianças acolhidas em instituições era menor do que o esperado para a idade.

Estudos sobre o desempenho escolar da população abrigada identificaram média mais baixa de desempenho escolar em crianças institucionalizadas (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004), pouca escolaridade, alto índice de repetência e multirepetência (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2010).

Ferriani, Bertolucci e Silva (2008), demonstraram a assistência à saúde no abrigo. Gontijo e Medeiros (2008) estudaram o significado da maternidade para mães acolhidas em instituições.

Os assuntos que abordam esse tema constam no QUADRO 12, a seguir:

<b>Tema/ Assunto</b>	<b>Assuntos centrais tratados nos artigos</b>	<b>Artigos</b>
3 Saúde e qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Influências da vida institucional no desenvolvimento infanto-juvenil</li> <li>- Fatores de risco à saúde</li> <li>- Vulnerabilidade a DSTs e AIDS nos jovens abrigados com vivência nas ruas</li> <li>- Doenças presentes na população abrigada</li> <li>- Saúde mental</li> <li>- Significado da maternidade para mães acolhidas</li> <li>- Assistência em saúde no abrigo</li> <li>- Desempenho escolar</li> </ul>	CAVALCANTE, MAGALHAES e PONTES (2009) DELL'AGLIO e HUTZ (2004) FERRIANI, BERTOLUCCI e SILVA (2008) GONTIJO e MEDEIROS (2008) MEDEIROS e MOTTA (2008) PEREIRA <i>et al.</i> (2010) SCHWONKE, FONSECA e GOMES (2009) SIQUEIRA e DELL'AGLIO (2006) SIQUEIRA e DELL'AGLIO (2010) WATHIER e DELL'AGLIO (2007)

QUADRO 12 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE "SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA"

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

#### 4. Subjetividade e afetividade

Os estudos voltam-se para a percepção e a vivência da criança acolhida em instituição e a construção de laços afetivos, principalmente entre os jovens e seus educadores. Vários estudos discutem as relações afetivas nas instituições de acolhimento. O QUADRO 13 apresenta as temáticas voltadas para a “Subjetividade e afetividade” nas instituições de acolhimento. Mota e Matos (2008) identificam os laços afetivos no abrigo como fator de proteção e, assim como Alexandre e Vieira (2004), entendem que esses vínculos são importantes fatores de resiliência para crianças.

Em estudo sobre o desenvolvimento de crianças institucionalizadas e as narrativas sobre o apego entre as crianças e os cuidadores, Pereira *et al.* (2010) encontraram prevalência de apego seguro. Boing e Crepaldi (2004) entendem que a maternagem se constitui como fator de proteção para o desenvolvimento do bebê que é adotado.

Quanto ao suporte afetivo, Marques e Czermak (2008) citam as redes de apoio como “ancoragem psicossocial” e Mota e Matos (2008) identificaram professores e educadores como figuras significativas de suporte social de adolescentes abrigados. Estudos de Dalbem e Dell’Aglio (2008) indicaram a presença de processos de resiliência na construção de novas relações afetivas estabelecidas após a institucionalização, tanto com pares como com adultos. Escolher estar na instituição por afinidade com os pares é apresentado por Conceição e Sudbrack (2004) como elemento responsável pela fixação e adesão dos jovens à instituição. Os assuntos abordados constam no QUADRO 13:

<b>Tema/ Assunto</b>	<b>Assuntos centrais tratados nos artigos</b>	<b>Artigos</b>
4 Subjetividade e afetividade	<ul style="list-style-type: none"><li>- A construção de laços afetivos, relações e vinculações nos abrigos</li><li>- Significados e percepções atribuídos por crianças e jovens em relação ao abrigo</li><li>- Subjetividade e vivências da criança abrigada: o brincar, a satisfação e as redes de apoio</li><li>- Maternagem no processo de saída da instituição</li></ul>	ALEXANDRE e VIEIRA (2004) BOING e CREPALDI (2004) CONCEIÇÃO e SUDBRACK (2004) DALBEM e DELL’AGLIO (2008) GIACOMELLO e MELO (2011) MARQUES e CZERMAK (2008) MEDEIROS e MOTTA (2008) MOTA e MATOS (2008) PEREIRA <i>et al.</i> (2010) SANTANA <i>et al.</i> (2005) SIQUEIRA e DELL’AGLIO (2010) ZEM-MASCARENHAS e DUPAS (2001)

QUADRO 13 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “SUBJETIVIDADE E AFETIVIDADE”

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Alguns artigos analisaram os significados e as percepções que as crianças e os jovens têm em relação à instituição. Medeiros e Motta (2008) identificaram que moradoras de um abrigo para crianças com AIDS avaliaram positivamente sua experiência. Neste mesmo sentido, adolescentes em situação de rua entendem as instituições de acolhimento como lugar importante para eles (SANTANA *et al.*, 2005). Já, em estudo realizado por Zem-Mascarenhas e Dupas (2001), a percepção dos abrigados em relação à institucionalização é contraditória.

A subjetividade dos jovens abrigados está presente nos estudos que discutem o brincar como forma de expressar sentimentos e possibilitar reflexões sobre situações vivenciadas (GIACOMELLO e MELO, 2011) e o nível de satisfação de vida de jovens acolhidos (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2010).

## **5. Família e processo de acolhimento**

Alguns estudos discutem a família diante do processo de institucionalização de seus filhos. Gabatz *et al.* (2010) buscaram compreender os fatores relacionados à institucionalização de crianças vítimas de violência familiar, e Bazon (2000), as trajetórias de famílias de crianças abrigadas antes e após a institucionalização dos filhos.

Dentre os artigos que tratam do processo de reinserção familiar, Silva e Nunes (2004) acompanharam a situação de famílias que tinham seus filhos acolhidos em uma casa de passagem, após a realização de um programa de reinserção familiar. Siqueira e Dell'Aglio (2007), verificaram que os fatores de risco no ambiente familiar levaram ao reabrigamento do adolescente. Azôr e Vectore (2008) estudaram o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes abrigados durante o processo de institucionalização e desinstitucionalização. Siqueira *et al.* (2010) realizaram um estudo que mostra falhas no processo de saída do abrigo e de reinserção familiar. Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) analisaram as interações entre família e a instituição durante o processo de reinserção familiar.

Siqueira e Dell'Aglio (2011) discutiram sobre as políticas do direito à convivência familiar e comunitária a partir dos programas de preservação e reinserção familiar. Prada, Williams e Weber (2007) abordaram o vínculo familiar no funcionamento de casas-lares e abrigos, a partir das visitas das famílias às instituições, assim como Siqueira e Dell'Aglio (2010), que examinaram a relação da família e dos jovens acolhidos em instituições.

Martins e Szymanski (2004) estudaram os significados de família para crianças abrigadas. Venturini, Bazon e Biasoli-Alves (2004) tratam das concepções de família e violência de crianças abrigadas ou não.

Ao discutir sobre ambiente familiar como lugar de proteção, Nery (2010) apresenta que este pode ser um espaço de violação dos direitos da criança e do adolescente.

No QUADRO 14 são apresentados os assuntos tratados nos artigos. São discutidos os estudos sobre a família com filho (a) institucionalizado (a), a interação que a família vivencia com a instituição e o processo de reinserção familiar. Também são discutidas questões sobre violência familiar e o significado da família para crianças abrigadas.

<b>Tema/ Assunto</b>	<b>Assuntos centrais tratados nos artigos</b>	<b>Artigos</b>
5 Família e processo de acolhimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A família e a institucionalização</li> <li>- O processo de reinserção familiar</li> <li>- Significados de família para crianças abrigadas</li> <li>- Interação entre famílias das crianças acolhidas e as instituições</li> <li>- Violência familiar</li> </ul>	AZÔR e VECTORE (2008) BAZON (2000) GABATZ <i>et al.</i> (2010) MARTINS e SZYMANSKI (2004) NERY (2010) PRADA; WILLIAMS e WEBER (2007) SILVA e NUNES (2004) SIQUEIRA e DELL'AGLIO (2007) SIQUEIRA e DELL'AGLIO (2010) SIQUEIRA <i>et al.</i> (2010) SIQUEIRA e DELL'AGLIO (2011) VASCONCELOS, YUNES e GARCIA (2009) VENTURINI, BAZON e BIASOLI-ALVES (2004)

QUADRO 14 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “FAMÍLIA E PROCESSO DE ACOLHIMENTO”  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

## 6. Práticas educativas

Vários artigos versam sobre a interação entre a população infanto-juvenil abrigada e seus cuidadores ou educadores. Os temas apresentados no QUADRO 15 abordam as práticas educativas nas instituições, sobretudo a interação entre educadores e jovens acolhidos, a percepção que os profissionais têm dos jovens abrigados, o desenvolvimento profissional dos educadores e o papel da escola como parte da rede de apoio.

Dentre estes estudos, um consiste na observação participante da interação entre os adolescentes e educadores (SANTOS e BASTOS, 2002), outro, na relação

entre crianças e educadoras (BARROS e FIAMENGHI JR., 2007) e outro levantou falta de trocas afetivas entre mãe social e criança (NOGUEIRA e COSTA, 2005). Quanto à percepção dos educadores, Vectore e Carvalho (2008) constataram a heterogeneidade da visão sobre as crianças abrigadas e diferenças na forma de pensar as ações educativas.

No que se refere às práticas educativas no abrigo, Motta *et al.* (2006) estudaram sua relação com os níveis de empatia em crianças que moram em diferentes tipos de instituições e com suas famílias. Penna, Carinhanha e Leite (2009) analisaram estratégias utilizadas por profissionais no abrigo na atenção às situações de violência vividas por mulheres adolescentes.

Em estudo realizado por Freitas *et al.* (2010) com profissionais de enfermagem que atuam com crianças com AIDS, os significados relatados pelos profissionais em relação ao cuidado reflete conflitos de papéis entre o cuidado materno, de cuidar, e de ser técnico.

Siqueira (2009) estudou participação da escola em situações vividas por adolescentes acolhidos e verificou pouco envolvimento da escola no processo de reinserção familiar.

Dentre os artigos que tratam do desenvolvimento profissional de educadores sociais, Prada, Williams e Weber (2007) estudaram as relações educativas entre educadores e jovens acolhidos, comparando casas-lares e abrigos. Chaves *et al.* (2003) analisaram as relações de cuidado de educadores de meninas pobres institucionalizadas do século XIX.

Bazon e Biasoli-Alves (2000) discutem modelos de desenvolvimento profissional na área da intervenção social, principalmente os que atuam com jovens institucionalizados.

Pereira *et al.* (2010) realizaram um estudo sobre o desenvolvimento mental e características sócio-emocionais de crianças institucionalizadas, relacionando-os com a qualidade das narrativas sobre o apego das suas cuidadoras.

Os assuntos abordados são apresentados no QUADRO 15, a seguir:

<b>Tema/ Assunto</b>	<b>Assuntos centrais tratados nos artigos</b>	<b>Artigos</b>
6 Práticas educativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interação entre a população acolhida e cuidadores</li> <li>- Práticas educativas nas instituições</li> <li>- Significado atribuído por educadores ao cuidado com crianças com AIDS abrigadas</li> <li>- Escola e institucionalização</li> <li>- Percepção dos educadores sobre as crianças acolhidas</li> <li>- Desenvolvimento profissional para trabalhadores em instituições de acolhimento</li> </ul>	BAZON e BIASOLI-ALVES (2000) BARROS e FIAMENGHI JR. (2007) CHAVES <i>et al.</i> (2003) FREITAS <i>et al.</i> (2010) MOTTA <i>et al.</i> (2006) NOGUEIRA e COSTA (2005) PENNA, CARINHANHA e LEITE (2009) PEREIRA <i>et al.</i> (2010) PRADA; WILLIAMS e WEBER (2007) SANTOS e BASTOS (2002) SIQUEIRA (2009) VECTORE e CARVALHO (2008)

QUADRO 15 - ASSUNTOS PRESENTES NOS ARTIGOS SOBRE “PRÁTICAS EDUCATIVAS”

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

## **A 2– Processo de Acolhimento presente nos artigos.**

Foi realizado um levantamento dos problemas vividos pelos jovens abrigados e das causas do acolhimento institucional e, também, das propostas apresentadas pelos autores para essa problemática. Foi possível identificar alguns problemas pelos quais passam os jovens abrigados e todos os atores envolvidos no processo de acolhimento (como seus familiares e as próprias instituições de atendimento). Os 52 artigos abordam as diversas problemáticas enfrentadas pela população abrigada.

A despeito da dificuldade de se dissociar as causas e os efeitos relacionados ao abrigo, ambos foram separados em itens diferentes, para melhor entendimento do fenômeno. Essa compilação levou à organização das seguintes subseções:

1. Causas do acolhimento institucional: trata dos motivos que levam ao acolhimento institucional;
2. Efeitos do acolhimento institucional para a população infanto-juvenil: impacto das experiências no abrigo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes;
3. Dificuldades e problemas no processo de acolhimento institucional;

## **1. Causas do acolhimento institucional: trata dos motivos que levam ao acolhimento institucional;**

As razões que determinam o acolhimento institucional são variadas e envolvem um conjunto amplo de violações dos direitos fundamentais, vinculadas à falta de condições adequadas de vida e à fragilidade sócio-econômica das famílias que têm membros acolhidos.

Para Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) o abrigamento é explicado pelo agravamento de problemas estruturais da sociedade brasileira e pelos desafios impostos às famílias na contemporaneidade. Para Nascimento e Scheinvar (2005) a generalização do processo de exclusão decorrente do modo de produção capitalista causa impactos nas possibilidades de suporte das redes sociais primárias, como a família e a comunidade.

Gontijo e Medeiros (2008) verificaram que adolescentes que viveram nas ruas e passaram por instituições de acolhimento são provenientes de famílias marcadas pelo processo de exclusão social. De fato, diversas pesquisas apontam a pobreza ou as adversidades sócio-econômicas das famílias como fator determinante para o abrigamento, tanto na realidade brasileira (ZEM-MASCARENHAS e DUPAS, 2001; VECTORE e CARVALHO, 2008; SILVA e NUNES, 2004; NOGUEIRA e COSTA, 2005; AZÔR e VECTORE, 2008), quanto em escala mundial (WATHIER e DELL'AGLIO, 2007).

A institucionalização é a medida de proteção tomada pelo Estado quando se considera que as famílias oferecem riscos ao desenvolvimento saudável de seus filhos (BAZON, 2000). Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) explicam que a pobreza pode levar pais e cuidadores a falharem nas tarefas de sustentar, educar e dar assistência aos filhos, possibilitando a geração de um ambiente de privações que influencia negativamente o bem-estar físico e emocional da criança. Boing e Crepaldi (2004) explicam que o abandono de crianças é um sintoma social, observado em famílias pobres. Em um caso descrito pelas autoras, a mãe decidiu entregar o bebê recém-nascido à adoção por não ter possibilidades de parar de trabalhar (na lavoura) para cuidar dele.

Dessa forma, a combinação de vários fatores aliada à falta de possibilidades das famílias superarem a condição em que se encontram impede-as de cuidar

plenamente de seus filhos, podendo ocasionar a perda da guarda<sup>21</sup> ou do poder familiar<sup>22</sup>.

Silva e Nunes (2004) descrevem que as condições relacionadas à precária situação econômica geram problemas ligados aos aspectos do “ter”, do “saber” e do “ser”. O “ter” é afetado na questão do emprego, da renda familiar e no acesso aos bens de consumo; o “saber” é influenciado negativamente pelo difícil acesso à escolarização e ao conhecimento; e o “ser” é afetado por problemas ligados à família, sua rede social e possibilidades de lazer. Em estudo realizado com jovens acolhidos, Venturini, Bazon e Biasoli-alves (2004) identificaram os bens de consumo como condição para a existência da felicidade familiar, o que sugere o sofrimento gerado pela privação material. De acordo com as autoras, para os jovens abrigados a questão material está relacionada à necessidade de trabalhar.

Na área da habitação essas famílias são afetadas pela grande concentração demográfica nos centros urbanos em decorrência da migração (NOGUEIRA e COSTA, 2005) e pela falta ou precariedade de moradias (NOGUEIRA e COSTA, 2005 e CAVALCANTE, MAGALHÃES E PONTES, 2009).

No que diz respeito ao trabalho e à renda, as famílias passam por dificuldades de acesso a empregos na rede formal (NOGUEIRA e COSTA, 2005; SIQUEIRA E DELL’AGLIO, 2010), devido à falta de oportunidades de escolarização (ZEM-MASCARENHAS e DUPAS, 2001 e CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009; SIQUEIRA E DELL’AGLIO, 2010), e à má distribuição de renda (NOGUEIRA e COSTA, 2005), fatores que geram a falta de oportunidades de trabalho e o desemprego crônico (ZEM-MASCARENHAS e DUPAS, 2001; NOGUEIRA e COSTA, 2005; CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009; BAZON, 2000; SIQUEIRA E DELL’AGLIO, 2010) ocasionando a insuficiência e precariedade de rendimentos (BAZON, 2000 e CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009).

No que se refere aos cuidados básicos e à própria sobrevivência, as famílias dos jovens abrigados padecem de privação material (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009), falta de alimentação suficiente ou adequada para a idade e desmame precoce (ZEM-MASCARENHAS E DUPAS, 2001 e MAGALHÃES E

---

<sup>21</sup> Guarda: Envolve os cuidados com a criança ou adolescente em relação à assistência material, moral e educacional e confere a seu detentor o direito de se opor a terceiros, inclusive aos pais. A guarda concede à criança ou adolescente a condição de dependente (BRASIL, 1990).

<sup>22</sup> Poder familiar: É um complexo de direitos e deveres do(s) genitor(es) com relação a seus filhos, mudando o instituto de poder dos pais sobre os filhos, para os deveres (LÔBO, 2006). O termo poder familiar substitui a expressão pátrio poder, a partir da lei nº 12.010, de 2009.

PONTES, 2009), descuido com a higiene corporal e ambiental, e o descumprimento de programas de imunização (MAGALHÃES E PONTES, 2009).

Siqueira e Dell'Aglio (2010) identificaram que a maior parte das famílias com membros institucionalizados são numerosas (com média de quatro irmãos), tendo vários filhos acolhidos em instituição.

Alguns autores indicam a desestruturação ou desintegração familiar (AZÔR e VECTORE, 2008; CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009; WATHIER e DELL'AGLIO, 2007), a dissolução das relações conjugais (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009), a ausência da figura paterna (AZÔR e VECTORE, 2008), e a monoparentalidade (BOING e CREPALDI, 2004) como determinantes para o abrigo. A ausência da figura paterna não é entendida por nós como um problema em si, mas, sim, como um desafio maior vivido pelas famílias monoparentais. Ser mãe sozinha ou pai sozinho pode gerar dificuldades no cuidado com os filhos caso esse pai ou mãe não tenha uma rede de apoio com a qual possa contar. Siqueira e Dell'Aglio (2010) também relacionam a mobilidade ou a instabilidade nas configurações familiares com a presença de diversos casamentos, divórcios e recasamentos, sendo que a maioria dos casais, pais dos jovens acolhidos, não está mais junto. Entretanto, é necessário ressaltar, segundo Siqueira e Dell'Aglio (2011, p. 269), que: "Muitos estudos indicam que as dificuldades de funcionamento familiar não estão necessariamente associadas à sua configuração, mas sim às relações que se estabelecem entre os seus membros."

Somados aos motivos já citados, estão as doenças (ZEM-MASCARENHAS e DUPAS, 2001), a doença mental (GABATZ *et al.*, 2010), o alcoolismo e o uso de drogas (NOGUEIRA e COSTA, 2005; BAZON, 2000), o tráfico de drogas (BAZON, 2000), a prisão dos chefes de família (VECTORE e CARVALHO, 2008; BAZON, 2000), ameaças de morte sofridas pelas mães (BAZON, 2000), e as situações possivelmente ligadas à própria falta de oportunidades e de condições dignas de vida. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) utilizam o termo "combinação explosiva" para tratar da associação dramática entre pobreza, desagregação familiar e consumo abusivo de álcool e outras drogas por cuidadores primários, deteriorando as condições de vida da população infantil. Gabatz *et al.* (2010) também apontam como fatores associados à institucionalização a negligência em virtude do uso abusivo de álcool, sendo associado à agressão e violência materna em relação aos filhos.

Para ilustrar o problema de saúde pública, Medeiros e Motta (2008) explicam que, em decorrência da AIDS, a maioria das crianças com HIV (em abrigos específicos para crianças com a síndrome) é órfã de pai, mãe ou ambos. A orfandade é mencionada por Freitas *et al.* (2010) e Bazon (2000) como fator que leva ao abrigamento.

Alguns autores (AZÔR e VECTORE, 2008 e CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009) também indicam como um fator que leva ao acolhimento institucional a carência ou fragilidade das redes de apoio sociais à família no auxílio às atividades de sustento e educação dos filhos.

Todo esse cenário apresentado nesta seção acarreta o aumento das dificuldades dessas famílias e o abismo que as afasta de uma vida digna, intensificando situações que geram violência e sofrimento familiar. A população infanto-juvenil em situação de risco é acometida por diversos tipos de violência, uma das maiores causas do acolhimento institucional (WATHIER e DELL'AGLIO, 2007). Nesse caso, a relação de violência entre adultos e crianças está vinculada à desigualdade social (FERRIANI, BERTOLUCCI e SILVA, 2008). Gabatz *et al.* (2010) sugerem a associação entre violência e pobreza como desencadeador de outros tipos de violência, mas também ressaltam a existência de subnotificação dos casos de violência em famílias de classe média ou alta, em função dos mecanismos de sigilo.

As formas de violência descritas pelos autores abrangem: maus-tratos, violência doméstica, prostituição infantil (VECTORE e CARVALHO, 2008), o trabalho infantil e sua exploração (VECTORE e CARVALHO, 2008; GONTIJO e MEDEIROS, 2008), crianças moradoras de rua (VECTORE e CARVALHO, 2008), abuso sexual praticado por familiares (VECTORE e CARVALHO, 2008; ZEM-MASCARENHAS e DUPAS, 2001), violência física (PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007) e violência propriamente dita (WATHIER e DELL'AGLIO, 2007).

A infância em vulnerabilidade envolve situações de privação emocional, negligência (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007b; PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007) e abandono (VECTORE e CARVALHO, 2008; ZEM-MASCARENHAS e DUPAS, 2001; PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007). É necessário ressaltar que a negligência, segundo Venturini, Bazon e Biasoli-Alves (2004), é uma das maiores causas da institucionalização, sendo caracterizada pela omissão de cuidados, mais do que pelo cometimento de agressão ao jovem.

Também foram indicadas como causas do abrigo os estilos parentais permissivos, autoritários ou indiferentes (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009). A falta ou a ruptura de uma relação afetiva saudável ou de apego entre a criança e seus pais ou cuidadores pode causar uma série de efeitos prejudiciais como angústia, depressão e o aparecimento de enfermidades físicas e mentais (BOING e CREPALDI, 2004; ALEXANDRE e VIEIRA, 2004). Além disso, a violência doméstica pode acarretar problemas no desenvolvimento neurológico, intelectual, social, baixa auto-estima, comportamentos agressivos, dificuldade de adaptação sexual, evasão escolar (VENTURINI, BAZON e BIASOLI-ALVES, 2004), semelhantes aos problemas encontrados na literatura em relação aos efeitos da institucionalização.

Essa soma de violações intensifica as dificuldades já vividas por estas famílias e gera outros processos de exclusão que colocam ainda mais em risco o bem-estar dos jovens, expondo-os à vida nas ruas. Para Conceição e Sudbrack (2004) a situação das crianças de rua é gerada por fatores diversificados: econômicos, políticos, sociais, administrativos. Santana *et al.* (2005) também descrevem alguns fatos que originam esta condição: a situação de miséria vivida pela família, a necessidade de mendicância ou de trabalhos na rua como fonte de renda familiar, a violência intrafamiliar e o rompimento de vínculos com a escola ocorrido após uma sucessão de fracassos. Sobreviver e encontrar pequenos trabalhos nas ruas expõe os jovens a fatores negativos para seu desenvolvimento, como por exemplo, o uso e abuso de substâncias, o trabalho informal e a prática de delitos, configurando situações que também podem levar os jovens ao abrigo. O uso de substâncias psicoativas é mencionado pelos jovens como um motivo para não estarem nas instituições de acolhimento e se manterem em situação de rua (SANTANA *et al.*, 2005). Gontijo e Medeiros (2008) realizaram estudo com meninas que moravam nas ruas e explicaram que na rua elas também descobrem sua sexualidade e várias delas engravidam durante a própria adolescência.

Schwonke, Fonseca e Gomes (2009) mostraram, ao descreverem e analisarem as situações de vulnerabilidades que vivenciaram jovens de 12 a 17 anos, que a maioria tinha histórico de dificuldades de adaptação ao ambiente escolar, obtendo baixo rendimento nos estudos, frequentes reprovações, desinteresse e, por fim, abandonando a escola. Como o estudo foi realizado com jovens que viveram nas ruas, também é indicada uma relação entre a desistência

escolar e a necessidade econômica da família, já que ele precisava trabalhar para ajudar em casa. As autoras assinalam a existência de um círculo vicioso: sem escolaridade as oportunidades são escassas e a redução de possibilidades os afasta também do envolvimento com a escola. Elas também explicam que a escola não considera o universo do jovem que vive esta realidade e não oferece qualificação profissional.

Também é importante ressaltar que vários jovens passam pela re-institucionalização, ou seja, voltam a morar na instituição de acolhimento após tentativa frustrada de reinserção familiar na família de origem ou por adoção. Siqueira e Dell'Aglio (2011) apontam como problemas nas tentativas de retorno familiar e causas da re-institucionalização a falta de elaboração de planos de retorno do jovem à família, a ausência de avaliação efetiva do retorno, falhas no preparo de jovens e seus familiares para a convivência conjunta e a inexistência de acompanhamento sistemático do retorno familiar. Siqueira e Dell'Aglio (2011) também apontam a fragilidade, a ausência ou a perda do vínculo familiar, a carência de políticas públicas de apoio à reestruturação familiar, o envolvimento dos pais ou cuidadores com drogas e a violência doméstica como causas da dificuldade do retorno familiar.

Na FIGURA 02 estão reunidas algumas informações, a partir da visão dos autores consultados, de fatores apontados como responsáveis pelo acolhimento institucional.

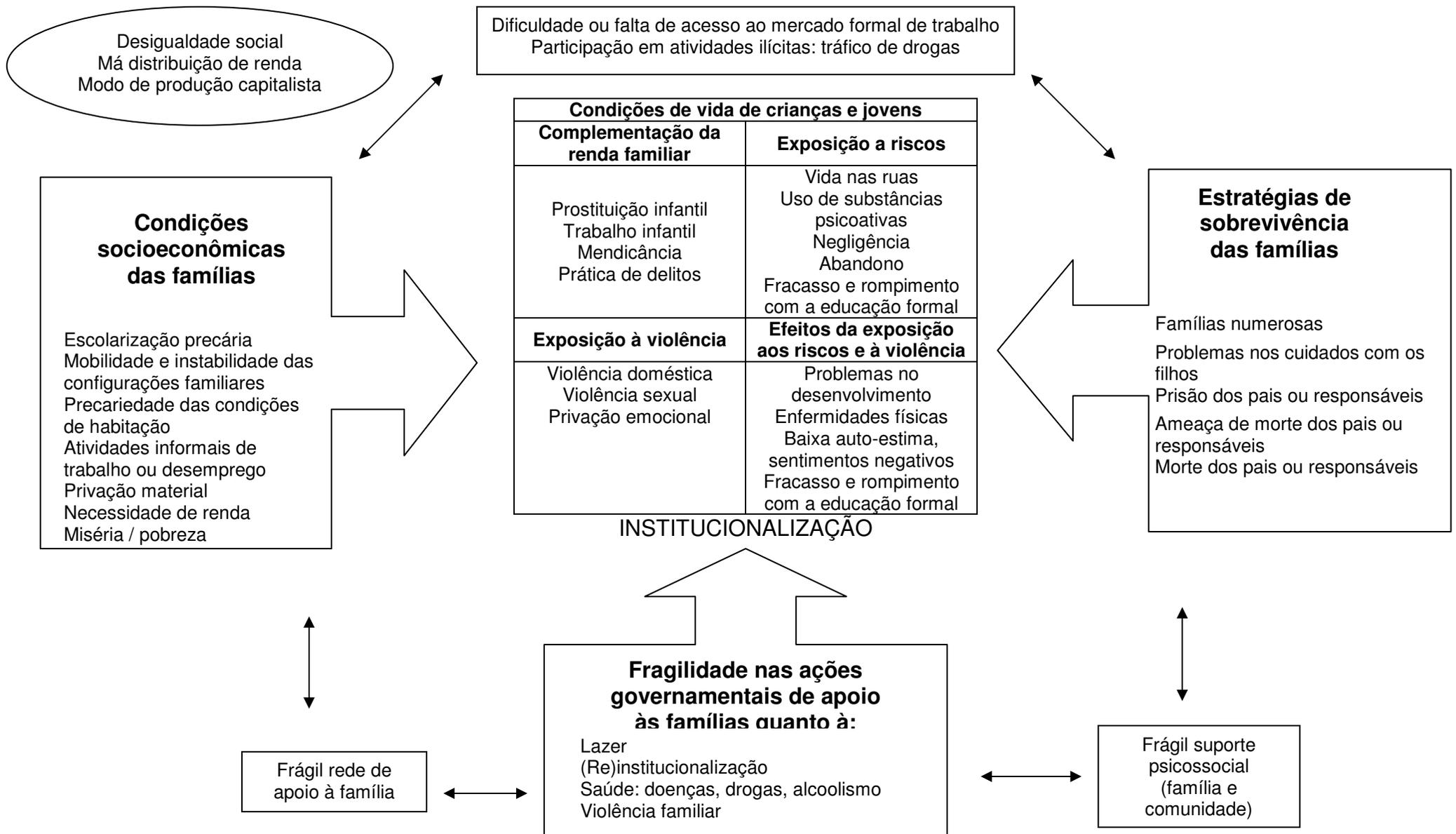


FIGURA 02 - ESQUEMA EXPLICATIVO SOBRE AS CAUSAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO  
FONTE: FREITAS e ROMANELLI (2013)

É possível perceber como a condição de vida pode interferir negativamente de diferentes maneiras na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. De maneira geral, dentre as maiores causas do acolhimento institucional estão a desigualdade social e a má distribuição de renda, mazelas associadas às falhas do modo de produção capitalista, como representado no canto esquerdo do esquema. Esse processo de exclusão social leva um enorme contingente de famílias a viver em condições indignas. Os três quadros mais externos ilustram as principais causas da institucionalização: “Condições socioeconômicas das famílias”, “Estratégias de sobrevivência das famílias” e “Fragilidade nas ações governamentais de apoio às famílias”, sendo que cada item contempla outros elementos relacionados entre si.

O ciclo de empobrecimento, diretamente relacionado com aspectos sócio-econômico-políticos da história brasileira, intensificou o êxodo rural e a busca das famílias por oportunidades em grandes cidades. Na vida em regiões metropolitanas e nas favelas, as famílias se deparam com graves problemas de infra-estrutura e de apoio social e encontram na submoradia sua única possibilidade de sobrevivência. Há que se lembrar que em muitos desses locais o acesso a creches, escolas, postos de saúde e equipamentos públicos de cultura é mais difícil, já que os serviços são escassos ou de qualidade inferior, gerando uma falta de apoio público para que estas famílias se organizem nestas localidades.

A alta concentração demográfica nestas regiões, somadas à escolarização precária e à falta de profissionalização dos membros dessas famílias levam ao desemprego ou subemprego, gerando graves consequências para sua subsistência em termos de condições básicas de vida.

Além disso, em função da fragilidade nas ações governamentais, muitas destas famílias sofrem com a carência de apoio diante de problemas como abuso de álcool e drogas, da falta de possibilidades de lazer e com a desagregação familiar e a violência. O frágil suporte psicossocial também cria barreiras para que as famílias consigam cuidar de sua saúde, de sua escolarização, de sua profissionalização, e do sustento de seus filhos.

Esses fatores juntos geram circunstâncias que influenciam nas condições de vida de crianças e jovens, ilustradas no quadro interno da FIGURA 01 sobre as “Condições de vida de crianças e jovens”. Dentre os aspectos indicados, há alguns fatores principais que levam à institucionalização: a necessidade de complementação de renda familiar (mendicância, trabalhos, prostituição e delitos), a

exposição a riscos (vida nas ruas, uso de substâncias psicoativas, rompimento com a educação formal, negligência e abandono) e à violência (maus-tratos, violência doméstica), e efeitos de todas essas violências sobre a população infanto-juvenil (problemas no desenvolvimento, enfermidades físicas, baixa auto-estima, sentimentos negativos, fracasso e rompimento com a educação formal e gravidez precoce).

Muitos dos jovens com vivências nas ruas e nas instituições de abrigo saíram de casa em busca de sobrevivência e, na rua, em contato com a delinquência, acabaram cometendo pequenos delitos, roubos, envolvendo-se com o crime, com atividades de mendicância, uso de drogas e prostituição. Nestes casos os jovens tornam-se ainda mais vulneráveis, tendo agravada a situação de risco em que se encontravam e não tendo respostas satisfatórias para suas necessidades de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, esses jovens que frequentemente já tinham histórico de fracasso em sua escolarização, encontram ainda mais dificuldades de manter sua frequência e seu desempenho na instituição escolar, evadindo-se da escola. As dificuldades enfrentadas pelas suas famílias, o afastamento da escola, a sobrevivência nas ruas e os inúmeros fatores de risco para sua vida e bem estar aumentam ainda mais o abismo que os separa de seus direitos como cidadãos. Cabe, então, a intervenção do Estado para que estas crianças e adolescentes sejam atendidos nos programas de proteção especial, seja em forma de acolhimento institucional ou nos sistemas de socioeducação, caso atravessem a tênue linha que os separa da infração penal.

Ao final desse processo, a institucionalização consiste em uma intervenção estatal que retira a(s) criança(s) do ambiente familiar visando garantir sua proteção.

As causas do abrigamento descritas condizem com o Artigo 98 (medidas de proteção aplicadas quando os direitos de crianças ou adolescentes são ameaçados ou violados) do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990):

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.[do jovem]”

Os motivos que levam ao abrigamento de crianças e adolescentes são multifatoriais, relacionados tanto com a conduta dos jovens ou devido à ação ou omissão dos pais, da sociedade e do Estado. Ou seja, a medida de proteção pode

ser acionada quando os direitos fundamentais, à Vida e à Saúde, à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade e à Convivência Familiar e Comunitária não são respeitados (BRASIL, 1990, título II, artigos 7 a 24).

A intervenção do Estado nem sempre acontece, depende de denúncias, do envolvimento de pessoas da comunidade, dos profissionais da área da assistência social. Ao mesmo tempo, institucionalizar o jovem parece não ter um resultado positivo, ou seja, pode também ser uma fonte de sofrimento para ele.

No entanto, há uma contradição no conjunto de fatores que geram a institucionalização: o sofrimento das famílias, que também é ocasionado pelas condições estruturais e conjunturais a que estão expostas, fundamenta a intervenção estatal. Ou seja, essa situação que resulta em parte da própria falta de ação governamental serve de justificativa para a constatação da impossibilidade das famílias cuidarem de seus filhos. Protegida por legislações específicas, a ação governamental centra-se na criança, em detrimento das causas mais amplas que estão na base das condições vividas pela população infanto-juvenil.

Retomando a contribuição de Gabatz *et al.* (2010), que ressaltam a existência da subnotificação de casos de violência em famílias de classe média ou alta, percebe-se que as famílias de classe baixa são frequentemente censuradas por não conseguirem cuidar de seus filhos. Constata-se a tendência da justiça ser mais rigorosa nas decisões contra famílias pobres do que com que famílias ricas, dando a compreensão de que as famílias pobres têm mais dificuldades ou expõem seus filhos a mais a riscos e violências do que as famílias mais abastadas. Há que se considerar que a vida privada de famílias com maior poder aquisitivo é de mais difícil acesso, possivelmente em função das barreiras arquitetônicas que impedem que se veja o que acontece em casa.

São as famílias excluídas socialmente que têm seus filhos mais frequentemente institucionalizados, sendo o fator socioeconômico determinante para o acolhimento, segundo os autores. No entanto, no Artigo 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990 e 2009), que trata do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, observa-se que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.” Caso não haja nenhum outro motivo que autorize a decretação da medida, o jovem continua vivendo com sua família, que deve ser assistida por programas de auxílio oficiais.

De acordo com Nery (2010):

O que é recorrente na sociedade é a rápida decisão de retirar a criança da situação de pobreza, abandono ou violência para espaços que garantam melhorias físicas, incluindo, por exemplo, cama, cobertor, todas as refeições e, se for possível, que continue frequentando a escola. É bem mais raro que se esteja atento ao que é indispensável a todo ser humano: afeto, confiança, proteção, (...) Privilegia-se a condição material, em detrimento do emocional, do social e do espiritual.

Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) salientam a necessidade de se entender as estratégias de sobrevivência das famílias e de se questionar a relevância dada a aspectos relacionados à condição de pobreza como suficientes para determinar a retirada de crianças de suas famílias para a colocação em instituições. Talvez faltem critérios para a tomada de decisão de se encaminhar uma criança para uma instituição, podendo ser uma decisão precipitada.

## **2. Efeitos do acolhimento institucional para a população infanto-juvenil**

Neste item são discutidos os efeitos da institucionalização e as experiências relacionadas ao período de acolhimento na vida dos jovens, abordando o impacto sobre seu desenvolvimento e bem estar. Busca-se responder à pergunta: que efeitos o processo de institucionalização produz?

Siqueira e Dell'Aglio (2006) discutem a vivência institucional por meio de uma revisão de literatura, buscando explicar em que aspectos as instituições de acolhimento são prejudiciais ao desenvolvimento dos jovens, e quando podem ser uma alternativa positiva diante das dificuldades enfrentadas em sua família de origem. O longo período de institucionalização é discutido como um fator negativo para o desenvolvimento, todavia, também é visto pelas autoras como um momento que permite a manutenção das relações afetivas e de vínculo vivenciados no abrigo.

Pereira *et al.* (2010) indicam a existência de fatores nocivos presentes no ambiente institucional, que interferem negativamente no bem-estar dos jovens abrigados, prejudicando seu desenvolvimento. Por outro lado, os autores salientam a dificuldade de estabelecer se os resultados obtidos em pesquisas com crianças institucionalizadas se referem ao tempo na instituição ou aos fatores de risco às quais foram submetidas no período anterior ao abrigamento. Boing e Crepaldi (2004) associam os dois fatores como prejudiciais, enfatizando o fator negativo da

separação das crianças de seus pais quando aliado à ausência de condições favorecedoras para seu desenvolvimento, revelando o abandono como fator de risco para o desenvolvimento. Entretanto, Costa e Rosseti-Ferreira (2009), ao analisarem os estudos que associavam quadros psicopatológicos à privação materna, argumentam que estas alterações estão mais ligadas às más condições institucionais do que diretamente à quebra do vínculo com a mãe. As autoras questionam a influência do rompimento da relação materna como fator patologizante, pois a privação materna não necessariamente levaria a quadros psicopatológicos desde que os jovens tivessem os cuidados de que necessitavam. Ou seja, os efeitos prejudiciais do abrigamento não estariam ligados à separação da mãe, mas à falta de qualidade do atendimento na instituição em que a criança vive.

Vários estudos abordam o modo como a subjetividade dos jovens é afetada pela vivência em instituição e os impactos dessa experiência nas relações significativas e no modo como eles se sentem.

Segundo Azôr e Vectore (2008) o abrigamento é entendido como uma experiência paradoxal pela maioria dos adolescentes: ao mesmo tempo em que possibilita conhecer e estabelecer vínculos com novos colegas, funcionários da instituição e ter oportunidades de estudo, é visto, também, como um período doloroso, de ausência de liberdade, com presença de castigos e regras, gerando sensação de isolamento e prisão. A respeito da institucionalização em Portugal, Mota e Matos (2008) explicam que as instituições são geradoras de sentimentos de perda e abandono, mesmo que o jovem pertença a uma família disfuncional. As autoras entendem que os jovens se sentem aprisionados estando em um local que não escolheram, como um último recurso. Para Sousa e Paravadini (2011) a instituição é vista às vezes como um “congelamento” em função da quase impossibilidade da experiência de felicidade nesse ambiente. Zem-Mascarenhas e Dupas (2001) descrevem a experiência da criança como conflituosa com relação à institucionalização, pois ela percebe ter recursos materiais, mas sente falta da família, da casa, dos amigos e da vida fora dali.

Viver em uma instituição produz impactos na vida dos jovens, gerando sentimentos, muitas vezes negativos. "Ser levado para um abrigo" e "ter que viver em abrigo" foram identificadas por Wathier e Dell'Aglio (2007) como as situações estressantes mais citadas por jovens institucionalizados, embora estas não sejam as de maior impacto.

Ademais, Nogueira e Costa (2005) salientam que jovens acolhidos apresentam sentimentos de angústia e ansiedade em relação à saída da instituição e também com a expectativa de serem adotados.

Vectore e Carvalho (2008) verificaram que a redistribuição das crianças para outras mães sociais ocorreu sem explicação ou preparação prévia, o que pode intensificar os sentimentos negativos devido à falta de informação e comunicação sobre seus próprios futuros.

Vectore e Carvalho (2008) constataram que nas instituições de abrigo há uma preocupação em se evitar o apego demorado (entre mães sociais e crianças), para não comprometer os processos de desligamento da criança da instituição. Boing e Crepaldi (2004) ressaltam que a descontinuidade das relações das crianças devido à mudança de cuidadores, afeta o curso de seu desenvolvimento emocional, causando sofrimento e atraso na sua orientação e adaptação ao meio.

A ansiedade sentida pelos jovens também é exacerbada pela descontinuidade nas relações afetivas, principalmente dos profissionais que trabalham no abrigo. Para Nogueira e Costa (2005), a falta de pessoas que mantenham uma convivência de longo prazo com os adolescentes, ocasionada principalmente pela alta rotatividade de profissionais, educadores e voluntários que trabalham no abrigo, dificulta a formação de vínculos e a estabilidade emocional dos jovens, assunto que será retomado no item 1.5 “Recursos humanos nas instituições de acolhimento” de forma mais aprofundada. Essa privação de laços afetivos na infância afeta o desenvolvimento saudável da criança e possivelmente suas relações com o outro e com o meio circundante (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004). Estudos de Barros e Fiamenghi Jr. (2007) alertam que quanto maior a idade das crianças, menor é a presença de trocas afetivas das monitoras em relação às abrigadas e também sugerem a existência de um comportamento de evitação por parte das crianças, possivelmente para impedir os sentimentos de rejeição e de negligência já vivenciados.

Com relação ao direito à convivência familiar e comunitária, alguns estudos voltam-se para o impacto da medida de acolhimento para as redes de relações a que os jovens pertencem. Os resultados obtidos em estudo desenvolvido por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) indicam que tanto os fatores familiares quanto a longa permanência em ambiente institucional podem se constituir fatores de risco à saúde física e psíquica infantil.

Motta *et al* (2006) citam, dentre os prejuízos do abrigo para os jovens, o rompimento ou enfraquecimento dos vínculos afetivos que afetam seu sentimento de segurança e capacidade empática. Estudos com crianças abrigadas indicam que elas apresentam atrasos no reconhecimento de pessoas conhecidas (BARROS e FIAMENGI JR., 2007) e dificuldades em estabelecer ligações significativas (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004).

Assim, o tempo de abrigo, frequentemente bastante prolongado, gera uma ruptura do jovem com a vida anterior à institucionalização, criando uma cisão ou distanciamento ainda maior com sua família e comunidade. Gabatz *et al.* (2010) explicam que os jovens ficam divididos entre o amor e o ódio em relação ao vínculo parental, sofrendo com sentimentos de ambivalência. Prada, Williams e Weber (2007) perceberam a diminuição das frequências das visitas de familiares ao longo dos anos, tanto em casas-lares quanto nos abrigos. Além disso, a maioria das crianças pesquisadas pelas autoras nunca recebeu a visita de um amigo, o que demonstra seu isolamento.

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007b) ressaltam que, a despeito do caráter excepcional e temporário da medida de acolhimento, a institucionalização precoce e prolongada ainda é bastante comum.

Diversos estudos indicam a possibilidade do surgimento da depressão em jovens abrigados (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004; MOTA e MATOS, 2008), com maior incidência de depressão entre adolescentes do sexo feminino (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004) demonstrando a associação dessas experiências com o sofrimento mental. A associação entre a ocorrência de eventos estressantes e sintomas depressivos é evidenciada por diversos autores (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004; WATHIER e DELL'AGLIO, 2007; MOTA e MATOS, 2008). As causas indicadas envolvem a perda ou o afastamento dos pais (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004), a violência e as múltiplas passagens nas diversas instâncias ligadas à proteção da criança e do adolescente (WATHIER e DELL'AGLIO, 2007). Costa e Rosseti-Ferreira (2009) somam a esta lista de sofrimentos a psicopatia, a sociopatia, e a delinquência.

Siqueira e Dell'Aglio (2010) identificaram a precocidade da experimentação de bebidas alcoólicas (a partir dos cinco anos de idade), cigarro e drogas ilícitas, demonstrando o aumento de exposição a situações de risco para o desenvolvimento saudável.

Também foi constatado baixo desempenho escolar (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004; SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2010), pouca escolaridade, alto índice de repetência e multirepetência em jovens acolhidos (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2010).

Segundo Pereira *et al.* (2010), vários aspectos do funcionamento institucional geram atraso no desenvolvimento (linguagem, funções cognitivas e crescimento físico e psicomotor). Em estudo realizado com crianças abrigadas de 3 a 6 anos em Portugal, Pereira *et al.* (2010) encontraram níveis de desenvolvimento inferior aos valores normativos. Estudos apontam ainda como efeitos da institucionalização atrasos na aquisição da fala (BARROS e FIAMENGI JR., 2007), dificuldades de comportamento e de personalidade (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004) e problemas comportamentais e sócio-emocionais graves nas relações com os pares e com os adultos (PEREIRA *et al.*, 2010). Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009) salientam que a experiência de ajustamento à vida institucional pode impactar negativamente na aquisição de habilidades sociais, cognitivas e afetivas.

Para Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009), a elevada incidência de doenças infecciosas no ambiente institucional é provavelmente explicada pela ausência de espaço individualizado e pelo compartilhamento contínuo de objetos pessoais. Além da grande quantidade de pessoas em um mesmo espaço, acreditamos que o sofrimento, o estresse e as tensões vividas pelos jovens de alguma forma interfiram em sua imunidade, abrindo espaço para a ação de doenças infecciosas.

Os dados apresentados mostram que as medidas de acolhimento, mesmo que sejam tomadas para proteger crianças e adolescentes contra violações de direitos, na maneira como ocorrem também acabam expondo os jovens a fatores estressantes e emocionalmente difíceis, podendo interferir negativamente em seu desenvolvimento e bem-estar.

Os jovens vivenciam sentimentos negativos em relação à experiência de acolhimento institucional e ainda sofrem um afastamento das relações familiares e comunitárias. Diante desse turbilhão de sentimentos, o abrigo também parece não se mostrar um ambiente de acolhimento afetivo no sentido de promover o apego e estreitar laços de convivência importantes, já que os jovens também têm dificuldades em estabelecer ligações significativas no abrigo.

Assim, as dificuldades vividas pelos jovens, somadas à falta de trocas afetivas podem intensificar a dor sentida, aumentando sua sensação de isolamento. Além

disso, o jovem também se sente inseguro devido à falta de informação e conhecimento dos motivos que o levaram para lá e em relação a seu próprio futuro e o de sua família.

O sofrimento psíquico parece ser consequência de todos estes fatores, e talvez possa ser entendido como forma de suportar a dor sentida. É possível que os jovens acolhidos apresentem dificuldades de comportamento justamente pela sequência de violações das quais foram vítimas. Ou então, diante dos sofrimentos vividos, os jovens tenham comportamentos de rebeldia e questionamentos, o que pode ser interpretado como inadequação comportamental e social, ou até, como psicopatologias.

No QUADRO 16 são apresentadas as informações discutidas pelos autores sobre os efeitos da institucionalização para a população acolhida.

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Conseqüências</b>
Período doloroso: perda, abandono, rejeição.	Sentimentos negativos
Insegurança, angústia, ansiedade, sensação de estar aprisionado, isolamento	
Problemas na aquisição de habilidades afetivas / Rompimento e enfraquecimento de vínculos e descontinuidade das relações	Problemas socioemocionais com pares e adultos
Dificuldade em estabelecer ligações significativas, comportamento de evitação	
Dificuldade de reconhecimento de pessoas significativas e diminuição da capacidade empática	
Sentimentos de ambivalência em relação aos pais	Atraso no desenvolvimento
Atraso no crescimento físico/psicomotor	
Funções cognitivas: atraso no desenvolvimento da linguagem, dificuldade de comunicação	Aumento do adoecimento
Enfermidades físicas	
Aumento de doenças infecciosas	Sofrimento e adoecimento psíquico
Dificuldades de comportamento e socioemocionais, problemas na aquisição de habilidades sociais	
Depressão e sintomas depressivos, isolamento	
Estresse	
Comportamento social inadequado, psicopatia, sociopatia, delinquência	
Problemas de personalidade	
Precocidade no experimentar bebidas alcoólicas/cigarro e drogas ilícitas	
Alto índice de repetência, multirrepetência e pouca escolaridade	Baixo desempenho escolar

QUADRO 16 - EFEITOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Sobre os sentimentos que os jovens acolhidos têm em relação à saída, apresentados por Nogueira e Costa (2005), acreditamos que a situação de

institucionalização gera um conjunto de sentimentos vinculados à insegurança em relação a seu futuro fora da instituição. Isso pode ocorrer devido à instabilidade da situação em que vivem, por ser uma medida temporária, do funcionamento das instituições e do sentimento de vulnerabilidade relacionados ao próprio acolhimento. A experiência de institucionalização também parece gerar sentimentos ambivalentes de culpa (ao considerar que tenham feito algo errado) ou raiva (ao considerar que violaram seus direitos e os colocaram na situação em que se encontram atualmente). Isso mostra a necessidade de implantação de propostas para a reinserção social dos jovens e de melhoria no processo de acolhimento.

A respeito dos questionamentos levantados por Mota e Matos (2008): as crianças e adolescentes são informados sobre a institucionalização e seus motivos? Para onde vão e por quê? Existe uma comissão de apoio para que esses jovens se sintam acolhidos e integrados? O artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) estabelece que as entidades que desenvolvem programas de internação (incluindo as de abrigo) têm a obrigação de “informar periodicamente ao adolescente internado sobre sua situação processual”. Assim, o jovem precisa estar a par dos avanços do processo, das questões em jogo e das possibilidades que terá diante de si. Se por um lado o desconhecimento do processo de acolhimento ou da desinstitucionalização gera sentimentos negativos aos jovens acolhidos, não significa obrigatoriamente que ter ciência do processo diminua esses sentimentos. Dependendo da maneira como se informa, esse processo pode inclusive constituir numa forma de coerção. O fato de se informar os jovens (previsto na legislação) implica em fazer com que eles conheçam sobre o que pode acontecer com eles, mas isso não é suficiente para a garantia do bem estar e a conscientização sobre o processo.

Em função da quantidade de crianças que passaram parte de sua infância ou juventude em abrigos e da necessidade de se garantir o direito à convivência familiar a crianças e adolescentes, a lei nº 12.010 (BRASIL, 2009, Art. 19, parágrafo 1º) institui:

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

(BRASIL, 2009, Art. 19)

Essas contribuições legais já incorporam a noção de que o tempo de abrigo é prejudicial e que a medida de acolhimento em instituição deve ser reavaliada frequentemente (a cada 6 meses) para que os jovens não fiquem *ad eternum* na instituição. No entanto, a aplicação e a execução das leis nem sempre ocorre e nem sempre são obrigatoriamente “boas” para o jovem. Também consta na lei que, por causa do “superior” interesse do jovem, o tempo de acolhimento pode ser maior. Pode se pensar em que constituiria esse interesse superior que justificaria sua permanência, ou quem determina esse interesse.

Além disso, a determinação legal de reavaliar a situação do acolhido a cada 6 meses tem o intuito de pressionar as instituições para diminuir o tempo de acolhimento. A viabilidade dessa medida depende da ação dos profissionais que atuam com os jovens (das instituições e do judiciário), e a determinação legal não parece “considerar” suas condições de trabalho e a sobrecarga de trabalho. A inserção dessa questão na legislação parece visar a “garantia” de mudança, mas também deve se atentar à maneira como essas avaliações são feitas. Reavaliações periódicas, se por um lado, podem levar à brevidade da medida, também podem gerar decisões precipitadas em relação à vida do jovem acolhido.

Além disso, os artigos associam o sofrimento vivido pelos jovens ao tempo longo de institucionalização. Mas o pouco tempo de vivência institucional não parece ser garantia de sucesso na experiência. Nesse caso, o problema central está na forma do atendimento e não na duração dessa experiência.

### **3. Dificuldades e problemas no processo de acolhimento institucional**

Nesse item são tratados os problemas ou dificuldades apresentados pelos autores dos artigos, classificados em diferentes áreas:

3a) Problemas enfrentados pelas famílias.

3b) Dificuldades relativas às condições de acolhimento.

3c) Problemas referentes aos recursos humanos: formação, ingresso e acompanhamento dos profissionais.

3d) Dificuldades no funcionamento das redes de apoio.

3e) Problemas relacionados ao atendimento.

3f) Processo de Acolhimento: Síntese: reflexões acerca dos problemas no processo de acolhimento; nesta rubrica são retomados os aspectos abordados nos diferentes itens de maneira a sintetizar e analisar os dados.

### **3a) Problemas enfrentados pelas famílias**

Juntamente à questão dos jovens e dos desafios pelos quais passam quando precisam ser abrigados, encontra-se a família que enfrenta dificuldades em manter seus membros agregados e sofre adversidades que levam seu filho ou filha ao abrigo, como já discutido anteriormente. Além disso, Siqueira e Dell'Aglio (2010) identificaram que a maior parte das famílias têm vários filhos acolhidos em instituição, o que aumenta as dificuldades. Para Azôr e Vectore (2008) o período de institucionalização tem sido descrito como doloroso tanto para a família quanto para os filhos. A esse respeito, jovens abrigados indagados sobre a concepção que tinham sobre família infeliz, associam a ruptura familiar à infelicidade (VENTURINI, BAZON e BIASOLI-ALVES, 2004).

Os autores pesquisados chamam a atenção para o processo de culpabilização da família pobre (AYRES, CARDOSO e PEREIRA, 2009) e a estigmatização da família que perde a guarda de seus filhos por ser considerada incompetente no desempenho desta função (COSTA e ROSSETTI-FERREIRA, 2009). Segundo Azôr e Vectore (2008), as práticas adotadas para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ainda se restringem ao abrigo, o que reforça a incapacidade da família em cuidar de seus filhos.

Estudos pesquisados também descrevem o preconceito dos funcionários de abrigo em relação às famílias dos jovens acolhidos: a crença de que elas são desorganizadas, desestruturadas e incapazes de superar a situação de adversidade em que se encontram (SIQUEIRA *et al.*, 2010); inúteis, difíceis de confiar, desinteressadas (VECTORE e CARVALHO, 2008) e acomodadas (SIQUEIRA *et al.*, 2010; VECTORE e CARVALHO, 2008).

Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) corroboram estas informações e explicam que as relações entre família e conselho tutelar são permeadas de insegurança e desconfiança. As autoras mencionam a falta de preparo e sensibilidade das equipes para trabalhar com famílias nestas condições. Para as autoras, as decisões de abrigo são permeadas por preconceitos e julgamentos

que parecem justificar a desconfiança das famílias em relação aos equipamentos do Estado.

Nascimento e Scheinvar (2005) explicam este processo como parte de uma compreensão que exclui os problemas coletivos como produzidos histórica e socialmente, condenando unicamente a família pela dificuldade em educar e manter seus filhos. Para Bazon (2000) há um desconhecimento, por parte dos técnicos e pessoas que trabalham junto às famílias, de seu universo sócio-cultural.

Siqueira (2009) comenta que as famílias se posicionam passivamente frente às ações que poderiam resultar no desabrigo de seus filhos. Por outro lado, Nascimento e Scheinvar (2005) entendem que as famílias, ao serem atendidas pelo Juizado da Infância e da Juventude, vêem este lugar como de proteção com o respeito de que “o juiz saberá o que fazer”, que ao mesmo tempo as tira do processo de decisão e discussão sobre o melhor caminho para sua própria família.

Além das dificuldades envolvidas no próprio processo de institucionalização, Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) explicam que os problemas de comunicação e interação entre família e abrigo aumentam o tempo de abrigo, intensificando o sofrimento das famílias e das crianças e adolescentes. Siqueira e Dell’aglio (2011) ressaltam a pouca quantidade de programas que objetivam a preservação e o fortalecimento da família, ou quando existem, o atendimento é limitado a poucos casos. Vectore e Carvalho (2008) e Azôr e Vectore (2008) concordam que não há trabalhos efetivos junto às famílias.

Silva e Nunes (2004) relatam que os problemas pelos quais passam as famílias de jovens abrigados dificilmente são solucionados, por mais longo que seja o período de institucionalização de seus filhos. Nesta vertente também estão incluídas as políticas redistributivas (como o bolsa família), pois o auxílio financeiro recebido por estas famílias não garante a autonomia e a geração de renda para a superação da condição em que se encontram (VASCONCELOS, YUNES e GARCIA, 2009). Segundo Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) a realidade aponta problemas nas políticas públicas para suprir carências e dificuldades vividas pela população de baixa renda.

Siqueira *et al.* (2010) constataram a falta de preparo dos jovens e de seus familiares no processo de retorno familiar e a falta de apoio da instituição aos jovens e suas famílias após o desligamento. Nogueira e Costa (2005) corroboram estas informações e complementam que também faltam políticas eficazes para a

preparação das famílias antes do abrigamento. O período pós-desligamento da instituição, e o conseqüente retorno familiar, foi descrito por Azôr e Vectore (2008) como um período repleto de dificuldades.

O QUADRO 17 mostra que a institucionalização gera sofrimento à família, o que é intensificado pela forma como o processo ocorre e pelos variados problemas relacionados ao funcionamento dos programas de proteção. A ruptura das relações familiares, somadas à falta de acesso à informação e a problemas de comunicação com os profissionais, geram efeitos perversos, em que são depositadas nas próprias famílias coleções de adjetivos que parecem justificar ações desrespeitosas.

Somada à marca que a família recebe, na aplicação da medida, como incapaz ou incompetente em cuidar de seu(a) filho(a), os profissionais as estigmatizam e culpabilizam, expondo uma série de preconceitos em relação às famílias de baixa renda.

Outro aspecto que expõe as falhas de execução das políticas públicas, é que durante o tempo de acolhimento institucional as famílias não superam ou solucionam grande parte dos seus problemas, que, frequentemente, constituem os próprios motivos que levaram ao abrigamento de algum membro de sua família. Ao lado disso, ocorre uma falta de preparo das famílias e dos jovens no processo de abrigamento ou retorno familiar, colocando em risco este delicado processo.

A dificuldade dos técnicos e profissionais envolvidos em compreender a problemática vivida pelas famílias de maneira holística acaba criando um ciclo de desrespeito e conformismo. Ao não se entender e não se acreditar que estas famílias têm condições de superar as adversidades pelas quais passam, os profissionais deixam de compartilhar com elas algumas ferramentas básicas que possibilitariam avanços. Assim, cada insucesso vivido por uma família subsidia a crença de que “não adianta nada”, e “não há o que fazer”, reforçando e naturalizando preconceitos atribuídos às famílias pobres.

No QUADRO 17 são apresentados sucintamente os dados discutidos pelos artigos sobre os problemas enfrentados pela família cujo filho(a) foi institucionalizado(a):

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Consequências</b>
Ruptura familiar	Sufrimento da família
Culpabilização da família	Estigmatização da família
Preconceito, desrespeito em relação à família	
Falta de compreensão histórico social dos problemas vividos pela família	
Desconhecimento do universo familiar por parte dos técnicos dos abrigos	
Dificuldade da família obter informação	Desamparo, insegurança e desconfiança
Dificuldade de comunicação e interação família-abrigo	
Falta de acompanhamento (preparação para o retorno familiar) dirigido à família	
Causas da institucionalização não são enfrentadas	

**QUADRO 17 - ASSUNTOS RELATIVOS AOS PROBLEMAS E CONSEQUÊNCIAS VIVIDOS PELAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM INSTITUIÇÃO**

**FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)**

O acolhimento em instituições é uma medida excepcional e provisória, como forma de transição para a colocação em família substituta (BRASIL, 1990, Art 101, Parágrafo Único). Essa medida de proteção consiste em uma forma de moradia alternativa que afasta o jovem do ambiente onde estava sofrendo algum tipo de violação de direitos (família, comunidade) para posterior retorno familiar após melhoria destas condições ou colocação em família substituta, por adoção ou não.

O princípio subjacente é a provisoriedade da medida para o retorno à convivência familiar. Por um lado, se observa uma tendência ao retorno familiar, mas sem que a família tenha mudado suas condições (que levaram ao acolhimento de seu(s) filho(s)) ou possa estar com esse jovem. Assim, o tempo na instituição pode ser uma medida que gera sofrimento para ambos (filhos e famílias) e que, ao final, acabe resultado no retorno familiar em condições próximas às que causaram a institucionalização. Por outro lado, a família que perde a guarda de seu(s) filho(s) já se encontra nesta condição (que leva à retirada de seu filho(s)) devido a um conjunto de sofrimentos vivenciados e de falhas na execução das políticas públicas na área da assistência social básica e da assistência social especial.

Percebe-se, a partir dos autores, que a família não tem sido respeitada em relação ao acesso às informações de que necessita e ao conhecimento sobre como recuperar a guarda de seus filhos. Nesse caso, como há intervenção Estatal, talvez não haja a orientação e acompanhamento dessas famílias, ficando para a própria família a função de descobrir como recuperar a guarda seus filhos.

Pode-se afirmar, então, que as medidas de acolhimento institucional ampliam o distanciamento entre os membros da família e o jovem, em função do tempo de institucionalização e da distância física. A família também padece da mesma dificuldade que a criança ou adolescente: nem sempre recebe informações ou tem acesso aos motivos do acolhimento, o futuro de seu filho e as condições para seu retorno familiar.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Art. 92), a preservação dos vínculos familiares é um dos princípios que devem ser adotados pelas instituições de acolhimento, devendo ser promovidas ações de encontro e reaproximação entre a família e o jovem abrigado. Observa-se a ênfase dada ao retorno familiar

O ECA, ao prescrever a manutenção dos vínculos, parece priorizar a reinserção familiar dos jovens em suas famílias biológicas. Implícita a essa visão pode estar a compreensão de que os laços sanguíneos são “melhores” e “mais adequados” para o desenvolvimento infanto-juvenil.

Em nome dessa “preservação dos vínculos familiares”, é possível que a reinserção familiar aconteça mais por “insistência” dos profissionais que acompanham a família e o jovem, do que pelas possibilidades reais de convivência pacífica e espaço de promoção saudável aos jovens. A reinserção familiar pode colocar o jovem em risco novamente, trazendo à tona o questionamento dos critérios estabelecidos entre a possibilidade de retorno ou não à família biológica.

### **3b) Dificuldades presentes nas condições de acolhimento**

Como abordado nos itens anteriores, os jovens destinatários das medidas de proteção viveram experiências de vida que somam inúmeras violações a seus direitos. Em função disso, as crianças acolhidas em instituições precisam de ainda mais atenção devido ao sofrimento pelo qual passam (NOGUEIRA e COSTA, 2005). Mas, Penna, Carinhonha e Leite (2009) relatam que existem muitas barreiras para

que se estabeleça um processo de acolhimento que promova de fato a reinserção social dos adolescentes.

A dinâmica das instituições de atendimento a crianças tem um caráter emergencial, que acarreta uma dinâmica rápida e uma sobrecarga de trabalho aos funcionários (SANTANA *et al.*, 2004). Além disso, seu funcionamento leva em consideração suas próprias necessidades e não as dos jovens que atendem (NOGUEIRA e COSTA, 2005), sendo marcado pela burocracia (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007b). Em pesquisa realizada por Santana *et al.* (2004), os documentos institucionais são pobres e obsoletos, provavelmente devido à dificuldade de atualização constante. Nogueira e Costa (2005) ainda ressaltam que a história da criança fica arquivada em pastas, na própria instituição, sendo de acesso restrito para os profissionais que trabalham no local. Ademais, no espaço institucional faltam objetos pessoais (NOGUEIRA e COSTA, 2005; CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007a; PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007) referentes à história da criança, o que impede a lembrança de muitos momentos relacionados à sua vida.

O abrigo é considerado por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007b) um local que promove os cuidados físicos adequados, como alimentação, higiene e tratamento de doenças comuns; mas não cria um espaço emocionalmente saudável para os jovens. Nery (2010) acrescenta que, na intenção de proteção, é mais raro o abrigo dar atenção aos aspectos indispensáveis ao ser humano, como afeto, confiança e proteção, preocupando-se mais com as necessidades materiais. Segundo Pereira *et al.* (2010), o ambiente institucional privilegia a prestação de cuidados físicos em detrimento ao estabelecimento de relações e cuidados individualizados e promove pouca estimulação motora, sensorial e cognitiva. Borrione e Chaves (2004), ao tratarem do asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, assinalam a ambiguidade da instituição que oferecia abrigo, vestuário, alimentação e educação, mas gerava uma marca ligada ao rótulo carregado pela criança de ter sido exposta.

Dentre os fatores que interferem negativamente na qualidade do atendimento são citadas a supressão ou falta de intimidade (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007a; ALEXANDRE e VIEIRA, 2004), a quase inexistência de privacidade (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007a), e um ambiente excessivamente coletivo que desconsidera as características peculiares de cada

criança no contexto institucional (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007a). Diante disso, o cuidado e a atenção individuais ficam muito prejudicados, (NOGUEIRA e COSTA, 2005), caracterizando atendimento despersonalizado (DELL'AGLIO e HUTZ, 2004). Para vários autores (NOGUEIRA e COSTA, 2005; SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2007; CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007b) o atendimento impessoal feito por educadores é ocasionado pela alta rotatividade de profissionais e pela grande quantidade de crianças e adolescentes para cada profissional.

Santana *et al.* (2004) descrevem a existência de superestimativa da capacidade de atendimento das instituições, como estratégia para a angariação e manutenção de subsídios financeiros para o desenvolvimento de suas atividades. Este apelo numérico, segundo as autoras, gera um ciclo vicioso que impede a execução de políticas públicas com maior seriedade e compromisso porque os recursos financeiros, superestimados, acabam sendo centralizados a poucos receptores.

Alguns dos fatores já listados criam problemas relacionais afetivos nas instituições e no bem-estar dos jovens acolhidos. A esses problemas, ainda somam-se: dificuldades na construção de vínculos afetivos estáveis e duradouros (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2007; DELL'AGLIO e HUTZ, 2004), falta de apoio afetivo (PINHEIRO, 2006; CARVALHO, 2002, *apud* WATHIER e DELL'AGLIO, 2007), a carência de cumplicidade nas relações (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004), o abandono afetivo e emocional (MARTINS e SZYMANSKI, 2004).

As práticas educativas são diferentes de um local para outro e também podem estar relacionadas com o formato e organização da instituição. Motta *et al.* (2006) revelam que no abrigo grande, de curta permanência, as práticas tendem a ser mais negativas se comparadas ao abrigo menor, de longa permanência, e à convivência familiar. Em estudo comparando jovens que viviam em abrigos de curta e longa permanência e crianças que moravam com suas próprias famílias, Motta *et al.* (2006) encontraram prejuízo no desenvolvimento da empatia de crianças e adolescentes que viviam em uma instituição de grande porte.

De acordo com Silva (2004a, *apud* VECTORE e CARVALHO, 2008), a convivência institucional possui as seguintes características: é mais fechada em relação ao mundo exterior e impõe rotinas mais rígidas. Martins e Szymanski (2004)

complementam que dentre os problemas nas instituições de acolhimento há ainda o fato de crianças serem colocadas em grandes espaços, muitas crianças por quarto.

Siqueira e Dell'Aglio (2007) consideram fatores de risco presentes no cotidiano dos abrigos, o acolhimento inadequado no momento do abrigamento e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo.

Alguns autores (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2007; PINHEIRO, 2006; CARVALHO, 2002, *apud* WATHIER e DELL'AGLIO, 2007) ressaltam a falta de atividades planejadas na instituição. Essa informação é corroborada por Prada, Williams e Weber (2007), que afirmam que no abrigo há poucas atividades externas, em comparação às casas-lares. No entanto, quando surgem essas possibilidades, as autoras afirmam ser comum as crianças serem levadas para passear por pessoas desconhecidas, sem que elas sejam sequer consultadas sobre seu desejo ou interesse.

Marques e Czermak (2008) estudaram um núcleo de abrigos residenciais de proteção à infância e adolescência e entendem que a lógica disciplinar destes locais tem um funcionamento análogo ao das instituições totais, pela dificuldade de trabalhar com as diferenças entre o público atendido, pelos jovens receberem tudo de forma padronizada e pelo enfraquecimento da reflexão individual e coletiva, acompanhados de manifestações de violência.

Entretanto, Dell'Aglio e Hutz (2004) sustentam que os abrigos (no caso específico estudado pelos autores) não podem ser considerados instituições totais por funcionarem em regime aberto e permitirem a entrada e saída dos jovens para atividades externas.

O acolhimento institucional, principalmente nos abrigos e nas repúblicas, em que há quantidade maior de crianças e adolescentes, parece não criar condições suficientes para garantir seu bem-estar. Apesar de dar conta dos cuidados físicos, o ambiente institucional não parece capaz de promover um ambiente de confiança, proteção e atenção, para garantir o cuidado afetivo e o bem-estar psíquicos dos jovens.

Dentre os motivos citados estão problemas na estrutura e funcionamento das instituições, como ambientes excessivamente coletivos, a falta de preparo e a grande rotatividade de profissionais e a burocracia. Esses aspectos afetam as relações interpessoais e geram um ambiente hostil, estruturado por rotinas rígidas disciplinares acompanhadas de manifestações de violência. Estão presentes a

padronização do atendimento, a impossibilidade de criação de laços de intimidade e cumplicidade nas relações e o desrespeito à privacidade de cada jovem, além da falta de atividades planejadas de lazer. Ou seja, parece que o funcionamento do abrigo leva em consideração sua própria estrutura e aspectos burocráticos, ao invés da qualidade do atendimento.

No QUADRO 18 são apresentadas as dificuldades das condições de acolhimento, a partir dos autores dos artigos:

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Consequências</b>
Burocracia	Funcionamento “rígido”
Problemas no desligamento dos jovens e dos profissionais	
Tempo excessivo de institucionalização	
Dinâmica rápida/emergencial	
Alta rotatividade de profissionais / Variação dos profissionais e dos acolhidos	
Falta de privacidade /ambiente excessivamente coletivo / Falta de objetos pessoais	
Convivência institucional mais fechada em relação ao ambiente externo	
Grandes espaços com muitas crianças por quarto	Características estruturais inadequadas
Superestimativa da capacidade de atendimento / Sobrecarga de trabalho para os profissionais	
Documentação obsoleta	
Poucos profissionais em relação à quantidade de crianças e jovens	
Lógica disciplinar rígida / rotinas rígidas	Ambiente de acolhimento frio
Acolhimento inadequado quando do ingresso dos jovens / Problemas na construção de vínculos estáveis e duradouros	
Práticas educativas mais negativas (sobretudo em abrigos grandes)	
Fragilidade na rede de apoio social e afetivo / Falta de intimidade / Ênfase nos cuidados físicos, em detrimento das relações afetivas.	
Falta de planejamento de atividades / poucas atividades externas	
Atendimento impessoal / Padronização e despersonalização do atendimento	
Enfraquecimento das reflexões individuais e coletivas	

QUADRO 18 - DIFICULDADES DAS CONDIÇÕES DE ACOLHIMENTO NA INSTITUIÇÃO

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

O QUADRO 18 ilustra algumas características das dificuldades no processo de acolhimento em instituições. Os aspectos gerais apresentados na coluna “Consequências” se referem ao funcionamento das instituições, às suas características estruturais e práticas educativas. É possível perceber as relações entre um fator e outro, como, por exemplo, a burocracia e a velocidade da dinâmica institucional (características de funcionamento) serem influenciadas por

características estruturais (falta de profissionais), e por sua vez, influenciarem as práticas educativas, como o caráter impessoal do atendimento e a fragilidade na rede social e afetiva. Mesmo sendo uma medida de proteção, vários estudos salientam a existência de aspectos intrínsecos ao contexto institucional e à forma de organização e estrutura das instituições que impactam negativamente na vida dos jovens.

Dentre as obrigações das instituições de acolhimento, constam (BRASIL, 1990, Art. 94):

- III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;
- IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

É possível perceber a preocupação quanto à manutenção da identidade dos jovens e a personalização do atendimento. De acordo com a literatura, esses aspectos não são respeitados. No entanto, o termo “pequenas unidades e grupos reduzidos” é bastante vago e parece não deixar clara a quantidade de pessoas atendidas em cada instituição.

Giacomello e Melo (2011) ressaltam que a pequena quantidade de profissionais para atender os jovens interfere negativamente no relacionamento entre cuidadores e crianças. Siqueira e Dell’Aglio (2010) entendem que os jovens que moram há mais tempo na instituição se envolvem e interagem menos com pessoas desse ambiente por causa da rotatividade de profissionais e das fugas e desligamentos dos jovens. A pouca quantidade e a variação de profissionais pode interferir nos relacionamentos na instituição, por exemplo, considerando a sobrecarga de trabalho, mas parecem insuficientes para explicar a diminuição do envolvimento dos jovens e de sua interação na instituição. Acredita-se que esses aspectos parecem não contemplar a diversidade das experiências e os conflitos vividos pelos jovens na instituição. É provável que a má qualidade na interação com os profissionais, conflitos com os colegas e aspectos do funcionamento institucional (rigidez, controle) possam influenciar nesse “distanciamento” dos jovens.

Os autores apontam que as práticas de rotina institucional são rígidas e há falta de planejamento de atividades que possam contribuir para o desenvolvimento humano. A rotina está mais relacionada com atividades “sem sentido”, da própria organização, com pouca oferta de atividades educativas de lazer. Parece existir uma

lógica disciplinar que aparentemente cria disciplina, mas não promove o desenvolvimento dos jovens como cidadãos. Os autores também tratam do excesso de burocracia nas instituições e indicam que a parte documental não está a contento. Esses aspectos burocráticos são contraproducentes e mostram que os profissionais das instituições perdem energia e tempo na realização dessas tarefas.

Os artigos também fizeram referência ao fato das instituições de acolhimento terem funcionamento análogo ao das instituições totais. Instituições totais (Goffman, 2010) são estabelecimentos sociais cujo “fechamento” ocorre em função de apresentarem em grau intenso muitos dos seguintes atributos: as pessoas que vivem nessas instituições desenvolvem quase todas suas atividades essenciais (ex.: dormir, brincar e trabalhar) nesse local, seguindo planejamentos pré-determinados de forma rigorosa e sob “supervisão” constante. As atividades são realizadas conjuntamente com um grupo relativamente grande de pessoas, todas tratadas da mesma forma; e o contato com o meio social externo é restrito ou controlado. A instituição de acolhimento pode criar situações para ocultar sua proximidade com as instituições totais, não querendo se assemelhar a elas. Por outro lado, os jovens também encontram formas de burlar as regras estabelecidas, como com as evasões.

Segundo Goffman (2010) o fato da instituição se caracterizar ou não como instituição total é determinado tanto por sua estrutura quanto por determinantes histórico-sociais, envolvendo sua finalidade e seus aspectos ideológicos. Observa-se que as instituições para órfãos são citadas dentre os diferentes tipos de instituições totais, como pessoas entendidas como inofensivas e incapazes, assim como as casas que atendem pessoas cegas, idosas e indigentes.

No que se refere à execução das políticas sociais da proteção social especial, vários autores tratam dos problemas relacionados presentes no dia-a-dia das instituições de acolhimento, descritos a seguir.

### **3c) Problemas referentes aos recursos humanos**

Dentre os aspectos mais importantes para se entender o processo de institucionalização se encontra a questão dos profissionais que atuam nas instituições e convivem diariamente com os jovens abrigados e têm um papel essencial na atenção e nos cuidados em relação a eles. Devido à atividade funcional desempenhada nas instituições os educadores sociais, cuidadores ou monitores, são considerados aqui como sinônimos.

Vários estudos fornecem informações sobre a admissão para o trabalho, a formação e o treinamento profissional de educadores sociais, monitores ou cuidadores nos abrigos, mostrando a fragilidade na formação dos recursos humanos nos abrigos (SIQUEIRA, 2009). Para Mota e Matos (2008) os problemas de recursos humanos estão relacionados tanto com a quantidade quanto com a qualificação dos profissionais.

O critério para contratação dos profissionais da instituição é a conclusão do ensino médio completo, sem a exigência de nenhuma formação ou qualificação específicas. (GIACOMELLO e MELO, 2011). A admissão de educadores ou mães sociais está mais ligada a concepções e experiências pessoais como "gostar de crianças" do que à formação profissional e essa formação é bastante heterogênea (VECTORE e CARVALHO, 2008).

Barros e Fiamenghi Jr. (2007) sustentam haver falhas na formação e na capacitação das cuidadoras. Outros autores (MOTA e MATOS, 2008; MARTINS e SZYMANSKI, 2004) também apontam a falta de preparo específico dos profissionais que trabalham nas instituições para lidar com as dificuldades vividas pelos jovens devido à situação de vulnerabilidade que enfrentam.

Bazon e Biasoli-Alves (2000) ressaltam a ausência de supervisão e a falta de acompanhamento regular no trabalho dos educadores para que possam ter um distanciamento emocional para lidar com os desgastes e a complexidade das questões vividas pelos jovens. Para as autoras, mesmo profissionais com bastante tempo de experiência revelam dificuldades iniciais, demonstrando que a quantidade de experiências por si só não garante a atuação adequada.

Tanto as falhas na contratação, na formação, quanto a carência de orientação, treinamento e apoio para a atividade profissional, podem provocar ou intensificar algumas falhas na atuação de educadores no desempenho de suas funções. Barros e Fiamenghi Jr. (2007) explicam que a ausência de formação técnica indica desconhecimentos sobre as necessidades das crianças e de seu desenvolvimento, e também relatam haver comportamentos inadequados das educadoras com as crianças. A esse mesmo respeito, Vettore e Carvalho (2008) sinalizam o uso da agressão e de violência como forma dos funcionários imporem sua autoridade.

A presença de práticas educativas coercitivas é descrita por vários autores (PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007 e SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2007), sendo

que no abrigo percebeu-se maior presença de castigos, em comparação com casais (Prada, Williams e Weber, 2007). Siqueira e Dell'Aglio (2007) identificaram a hostilidade entre crianças e monitores e a não disponibilidade de investimento emocional. Soma-se ainda a falta de cumplicidade nas relações (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004)

A partir de pesquisa sobre a atuação dos educadores em situações de violência, Penna, Carinhanha e Leite (2009) indicam que os educadores não se sentem capacitados para lidar com tais problemas. Martins e Szymanski (2004) explicam que no contexto institucional é comum a criança pedir a ajuda de um adulto, mas como este auxílio tarda a chegar ou às vezes nem chega, a criança acaba por solucionar a questão sozinha, ou em parceria com outras crianças. Isso demonstra possivelmente a falta de tempo ou preparo para que os profissionais que trabalham nos abrigos possam dar a atenção necessária às crianças que atendem.

Vários autores relatam haver uma alta rotatividade de profissionais nos abrigos (SANTANA *et al.*, 2004; VECTORE e CARVALHO, 2008), o que, por sua vez, também causa constantes rupturas nas relações (VECTORE e CARVALHO, 2008). A rotatividade pode estar relacionada às dificuldades intrínsecas a este tipo de atividade (SANTANA *et al.*, 2004), e também à falta de preparo, treinamento e orientações para sua realização. Também é importante notar a rotatividade dos dirigentes das instituições (SANTANA *et al.*, 2004), causando muitas vezes a descontinuidade do trabalho realizado pelas instituições.

Além dos monitores, dos educadores sociais e dos cuidadores, muitos abrigos recebem voluntários para atividades esporádicas ou frequentes, de acordo com a sua disponibilidade. Barros e Fiamenghi Jr. (2007) ressaltam que nem todos os voluntários frequentam o abrigo com regularidade, impedindo o estabelecimento de vínculo entre eles e as crianças e dificuldades nos próprios jovens. Aliado à falta de continuidade das visitas às instituições e a ausência de comprometimento dos padrinhos e madrinhas, para Sousa e Paravidini (2011) o apadrinhamento passa a ser mais uma fonte de frustração e ruptura para os jovens acolhidos.

O trabalho dos educadores sociais constitui importante diferencial na qualidade do ambiente institucional. Entretanto, falhas no processo de seleção, formação, treinamento e acompanhamento no desempenho do trabalho, influenciam negativamente a qualidade do trabalho. Da mesma forma, as famílias acolhedoras necessitam de preparo e acompanhamento. Os autores relatam que os educadores

demonstram desconhecimento acerca do desenvolvimento infantil e apresentam comportamentos inadequados e às vezes violentos, em nome da disciplina e da imposição de autoridade.

Ao observar o QUADRO 19 pode-se perceber a interdependência entre os dois principais problemas referentes aos recursos humanos nas instituições: a profissionalização e a prática educativa. O preparo insuficiente dos educadores, a falta do acompanhamento de seu trabalho e falhas na profissionalização parecem influenciar as práticas educativas que se apresentam, ao mesmo tempo coercitivas e pouco afetivas.

Os problemas apresentados pelos artigos, sobre a profissionalização da institucionalização, são apresentados no QUADRO 19:

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Consequências</b>
Problemas na admissão profissional / Alta rotatividade de profissionais	Ausência de profissionalização
Falta de formação e capacitação de educadores sociais / Ausência de supervisão	
Falta de apoio emocional	
Educadores não se sentem capacitados para lidar com situações	
Falta de regularidade dos voluntários	
Ausência de comprometimento de padrinhos/madrinhas em relação aos afilhados que moram nas instituições	
Práticas educativas coercitivas / Hostilidade entre crianças e profissionais	Práticas e relações educativas inadequadas
Uso da agressão / violência	
Falta de cumplicidade na relação adulto-criança / Pouco investimento emocional dos educadores	

QUADRO 19 - PROBLEMAS REFERENTES AOS RECURSOS HUMANOS NA INSTITUIÇÃO

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Alguns autores explicaram que o critério de seleção na contratação de educadores e pais sociais é muitas vezes baseado no fato de gostarem de crianças. Esse critério não é obrigatoriamente negativo, já que mostra uma predisposição à vinculação afetiva ou ao cuidado. Além disso, a heterogeneidade (no perfil de educadores) pode promover um ambiente de acolhimento mais rico, mais diversificado. Entretanto, observa-se que o preparo para a atuação não tem sido adequado, o que acaba levando a práticas e relações educativas inadequadas.

As falhas na contratação, no treinamento e no acompanhamento dos profissionais contribuem para a falta de condições de trabalho dos profissionais e

deixam-nos desamparados em relação à sua atuação. Esses aspectos contribuem negativamente para o serviço oferecido.

Entretanto, a qualidade humana e as habilidades pessoais dos profissionais criam um contraponto à falta de condições adequadas de trabalho. Em pesquisa realizada por Dalbem e Dell'Aglio (2008) as adolescentes mencionaram seus monitores na instituição como cuidadores importantes na sua infância. Ou seja, esses profissionais parecem ter uma importante função afetiva, de atenção e cuidado.

### **3d) Dificuldades no funcionamento das redes de apoio**

Neste item serão abordados os problemas nas redes de apoio institucionais referentes às entidades de atendimento, equipamentos do Estado voltados para a assistência à infância e adolescência, ou seja, as instituições das políticas sociais básicas como a escola, e as da assistência social, como os conselhos tutelares, as Varas de Infância e Juventude, o Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

De forma geral, as políticas de geração de renda, de moradia, os programas de saúde e todas as condições relacionadas às políticas distributivas também são fatores que influenciam a precária situação sócio-econômica em que se encontram as famílias. Para Conceição e Sudbrack (2004) a situação das crianças e jovens brasileiros denuncia o fracasso na execução das políticas de atendimento a crianças e adolescentes.

No caso das políticas redistributivas, como o bolsa-família, Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) constatam que o auxílio financeiro do governo não garantiu a autonomia e a geração de renda (da família pesquisada). No entanto, de acordo com Siqueira (2009), estudos estrangeiros indicam a importância de programas de combate à pobreza para o sucesso na reinserção familiar, mostrando a interrelação entre as condições de vida da família com a possibilidade de retorno do jovem abrigado ao ambiente familiar. Nesse mesmo sentido, Nogueira e Costa (2005) constatam a falta de políticas públicas eficazes para o apoio e auxílio à família.

Alguns problemas apresentados nos artigos se referem à lentidão e à burocracia do judiciário. Para Vectore e Carvalho (2008) os longos processos judiciais perpetuam a institucionalização, o que por sua vez, vai diminuindo as possibilidades de adoção devido ao crescimento das crianças. Além disso, as autoras apontam problemas no processo de adoção, que segundo elas permitiu a

devolução da criança em função de seu mau comportamento. Mesmo que o ECA preconize: “A adoção é medida excepcional e irrevogável (...)” (BRASIL, 2009, Art. 39), neste caso, a devolução é mais uma forma de violar os direitos da criança, colocando sobre ela a responsabilidade sobre suas dificuldades e o peso das consequências.

Ademais, Nascimento e Scheinvar (2005) ressaltam que as pessoas que recorrem ao juizado não se reconhecem neste estabelecimento, desconhecem seus direitos e sentem-se coagidas.

De acordo com Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), em alguns casos o conselho tutelar, que deveria conhecer, orientar e ajudar a família, utiliza seu poder para puní-las e retira a guarda de seus filhos de maneira apressada e precipitada.

Para Wathier e Dell’Aglío (2007), uma das explicações do estresse vivido por jovens institucionalizados envolve a passagem pelo Conselho Tutelar, pelo Juizado da Infância e Juventude e pelas múltiplas avaliações profissionais. De acordo com Vectore e Carvalho (2008) as crianças abrigadas precisam continuamente se adaptar a rotinas rígidas e a normas do judiciário, sendo que têm pouco espaço para serem ouvidas e compreendidas ou manifestarem seus desejos.

Vários autores (VASCONCELOS, YUNES e GARCIA, 2009; SALINA-BRANDÃO e WILLIAMS, 2009) ressaltam a dificuldade de viabilizar ações conjuntas entre os órgãos que compõem a rede de proteção, demonstrando a falta de articulação entre diferentes órgãos públicos. Um dos problemas centrais nessa falta de integração é a ausência de objetivos comuns, a dificuldade de interação (MOTA e MATOS, 2008) e comunicação entre instituições da rede de atendimento (SALINA-BRANDÃO e WILLIAMS, 2009; MOTA e MATOS, 2008), e entre setores como a rede social de apoio e os abrigos (NOGUEIRA e COSTA, 2005).

Além disso, a dificuldade de comunicação entre entidades sociais tais como escola, instituição de abrigo e família e a existência de ações pontuais e fragmentadas impedem e dificultam a provisoriedade e a excepcionalidade da institucionalização (SIQUEIRA, 2009).

Para Siqueira e Dell’Aglío (2006) o longo tempo de institucionalização pode ser explicado por diversos fatores: falta de integração das políticas sociais existentes, dificuldade de interação e comunicação e ausência de objetivos comuns entre as entidades que trabalham com jovens em situação de vulnerabilidade, fragilidade dos recursos humanos das instituições e vulnerabilidade das famílias.

Ayres, Cardoso e Pereira (2009) indicam as redes de proteção como responsáveis pela permanência de crianças e adolescentes nos abrigos. Para as autoras, a maioria das crianças abrigadas tem família e permanece no abrigo em função da precariedade das condições das redes de proteção às quais estão filiadas.

Outro problema de execução das políticas públicas é o da avaliação das instituições de acolhimento. Salina-Brandão e Williams (2009) pesquisaram as estratégias utilizadas por profissionais ao avaliarem os abrigos e identificaram uma grande variabilidade de critérios utilizados na avaliação e inabilidade na identificação de indicadores de qualidade ou de risco nesses contextos.

Para Mota e Matos (2008), durante a institucionalização ocorre um estreitamento das perspectivas futuras dos jovens. Segundo as autoras, os contextos institucionais, escolares e sociais acabam sendo ambientes de falta de expectativas e oportunidades. Santos e Bastos (2002), baseando-se em Leite (1998), ressaltam que a escola não atende às necessidades de geração de trabalho e renda.

Segundo Delgado (2010), o acolhimento familiar em Portugal apresenta falhas na preparação das famílias acolhedoras, no acompanhamento técnico e na formação continuada. Assim, mesmo sendo uma alternativa importante frente à colocação de jovens em instituições, também depende de preparação e acompanhamento regular.

Em sua experiência, Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) perceberam falhas no processo de apadrinhamento afetivo, percebidas pela insegurança sentida pela família de origem em função da comparação feita pela criança ou jovem com os pais e irmãos da família que o/a apadrinhou. Sousa e Paravadini (2011) também perceberam que o apadrinhamento afetivo tem prejudicado o funcionamento dos processos jurídicos e gerado problemas para os jovens por criar uma expectativa de adoção que muitas vezes não é concretizada.

A partir do QUADRO 20 é possível observar que existe uma falta de integração entre as diferentes instituições voltadas para a população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade e falhas no funcionamento de algumas delas. As dificuldades apresentadas pelos autores dos artigos, a respeito do funcionamento das redes de apoio, são apresentadas no QUADRO 20, a seguir:

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Consequências</b>
Variabilidade de critérios e inabilidade na identificação de indicadores	Problemas na avaliação das instituições de acolhimento
Ambiente de falta de expectativas e oportunidades	Escola não atende às necessidades
Não atende às necessidades de geração de trabalho e renda	
Dificuldade de comunicação	Falta de integração entre entidades da rede social de atendimento
Dificuldade de viabilizar ações conjuntas / Falta de articulação e ausência de objetivos comuns	
Falta de interação entre os diferentes órgãos	
Ações pontuais e fragmentadas	
Precariedade das redes de proteção	
Políticas redistributivas são importantes, mas insuficientes	
Falhas no apadrinhamento afetivo	
Ambientes de falta de expectativas e oportunidades	
Falta de preparo e acompanhamento das famílias acolhedoras	
Falta de políticas públicas de apoio à família	
Longos processos judiciais	Lentidão e burocracia do judiciário
Problemas nos processos de adoção	
Medidas apressadas tomadas pelo Conselho Tutelar	
Usuários desconhecem seus direitos e se sentem coagidos nos julgados	
Passagem dos jovens por diversas instituições (burocracia e compartimentalização)	
Rotinas rígidas não “adaptadas” ao público atendido	

QUADRO 20 - OBSTÁCULOS NO FUNCIONAMENTO DAS REDES DE APOIO  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Os estudos apresentados apontam para um problema grave no cumprimento das políticas públicas voltadas para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social: a falta de integração e de coesão entre os diferentes equipamentos do Estado e os diversos profissionais que atuam nessas instituições. Entretanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tratar das diretrizes da política de atendimento enfatiza:

A integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei;

(BRASIL, 2009, Art. 88, inciso VI)

Apesar de constar na lei, uma das maiores dificuldades encontradas na execução das políticas de proteção especial é a falta de comunicação, integração, coesão e interação. Além disso, os objetivos das ações desempenhadas pelas diversas instituições não parecem ser compartilhados, ocorrendo uma sobreposição das atividades. Como exemplo, pode ser observar as avaliações constantes vividas pelos jovens por diferentes profissionais de diferentes áreas de atuação. Cada um dos equipamentos do Estado parece desempenhar suas funções de forma fragmentada, sem haver uma coordenação de todas essas ações em nível mais amplo.

Os artigos mostram a importância de programas para o combate à pobreza para auxiliar as famílias, o que de fato pode ajudar as famílias em alguns dos obstáculos que enfrenta. No entanto, os programas não parecem suficientes para garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e jovens acolhidos em instituições. Ou seja, essas ações, se desvinculadas de outras ligadas ao trabalho, à renda, à saúde, podem não alcançar os resultados almejados.

Outra questão levantada pelos autores é que os jovens nem sempre são ouvidos quando frequentam diferentes órgãos do judiciário, não tendo muitas possibilidades de expressar o que sentem e pensam sobre o que vivem e sobre seu futuro.

Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

(BRASIL, 1990 e 2009, art. 28)

Assim, legalmente defende-se que os jovens possam ser ouvidos “sempre que possível” em relação às importantes decisões que serão tomadas sobre eles. Ou seja, legalmente já se considera que ocasionalmente pode não ser possível ouvir as crianças e os adolescentes. Observa-se também que o funcionamento do judiciário pode gerar certo “afastamento” das pessoas (jovens e educadores que os acompanham), fazendo com que não se sintam confortáveis para falar e também não consigam entender as expressões jurídicas.

Além disso, os jovens enfrentam um estreitamento de oportunidades ao frequentar escolas que nem sempre oportunizam crescimento e desenvolvimento, resultado do conjunto de problemas que permeiam a instituição escolar.

A falta de oportunidades de educação formal e de profissionalização dificulta a transformação das condições da família e dos jovens, que nem sempre conseguem superar a barreira que os separa da dignidade. Não tendo muitas oportunidades de profissionalização os jovens também enfrentam dificuldades no mercado de trabalho, de renda e, possivelmente, de condições de sobrevivência.

### **3e) Problemas relacionados ao atendimento**

O dia-a-dia na instituição de acolhimento também é influenciado por aspectos ideológicos e conceituais, voltados para a concepção que se tem de desenvolvimento, proteção para crianças e adolescentes e suas famílias.

Como explicam Nascimento e Scheinvar (2005), as práticas de proteção são produzidas historicamente e localizadas de acordo com a época e a forma que adotam. Assim, o significado de proteção às crianças e adolescentes em dado momento histórico influencia a prática social. No entanto, Nascimento e Scheinvar (2005) ressaltam que no Brasil existe o costume de se incorporar novos discursos, mantendo velhas práticas, ou seja, a prática cotidiana nem sempre é modificada pelas mudanças nas concepções sociais.

Ayres, Cardoso e Pereira (2009) estudaram os efeitos dos discursos presentes em produções acadêmicas (no período de 2000 a 2008) nas práticas cotidianas de assistência à população infanto-juvenil. Para as autoras, o discurso é entendido como prática social produtora de modos de funcionamento e gestão da vida, estabelecendo relações de poder e construindo instituições. Nesse sentido, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a) relatam a existência de uma relação paradoxal entre proteção e risco: proteção, no sentido de afastar o jovem do contexto em que seus direitos foram violados (pobreza, violência e abandono) o que implica, na maioria das vezes, no afastamento do convívio familiar; e, risco, ao se considerar a ameaça ao direito da convivência familiar e comunitária e a segregação social presentes na vivência institucional. Nascimento e Scheinvar (2005) complementam que as práticas dos estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente integram duas concepções opostas: de proteção, como espaço de soluções, e de coerção, como poder repressivo, representando a autoridade. Para as autoras, o autoritarismo da área social é um traço marcante do paternalismo que acompanha as práticas de proteção.

De acordo com Martins e Szymanski (2004) ocorre um abandono afetivo e emocional das crianças sob responsabilidade do Estado, onde os jovens acolhidos são vistos como ameaça ou caso perdido. Para Vectore e Carvalho (2008), representantes da instituição de acolhimento pesquisada parecem ter uma visão inatista do desenvolvimento humano. Desta forma, a exemplo do que foi observado por Martins e Szymanski (2004), as bagagens e possibilidades das crianças foram cunhadas na concepção, não havendo nada a ser feito para modificar ou intervir na realidade em que vivem. Ao estudar significados de proteção à infância a meninas pobres da Bahia do século XIX, Chaves *et al.* (2003) encontraram dados semelhantes de despreocupação com a superação da condição social pré-institucional das meninas abrigadas.

A relação desigual entre discursos e práticas também ocorre no âmbito institucional mais amplo. Santana *et al.* (2004) perceberam uma discrepância entre os postulados das instituições referidas nos documentos e o atendimento a crianças e adolescentes.

Nascimento e Scheinvar (2005) explicam que a educação de crianças é historicamente diferenciada segundo a classe social a que pertencem. Isso pode ser observado pelo maior número de intervenções (do Estado) nas famílias pobres que, sob a égide da proteção, são constantemente desqualificadas e culpabilizadas. As autoras explicam que nestes casos os problemas não são entendidos como produzidos histórico-socialmente, mas sim como responsabilidade única da família que, ao invés de ser auxiliada, sofre intervenções e é desqualificada em suas funções. Essa visão é compartilhada por Nery (2010), segundo a qual as práticas para proteção têm se revezado entre o autoritarismo, o assistencialismo e o minimalismo. Para Ayres, Cardoso e Pereira (2009), no Brasil a intervenção estatal tem caráter assistencial e caritativo.

Chaves *et al.* (2003) estudaram os significados de proteção à infância a meninas pobres da Bahia do século XIX e demonstram que a proteção significava abrigar as meninas, alimentá-las e treiná-las em algumas habilidades. Se comparado aos dados levantados acerca do funcionamento mais recente, a instituição, na prática, continua bastante semelhante à do século XIX.

Seguindo essa mesma lógica, o juizado é entendido como espaço de proteção das pessoas mais pobres e, ao mesmo tempo, de manutenção da ordem (NASCIMENTO e SCHEINVAR, 2005). O poder judiciário é entendido por Ayres,

Cardoso e Pereira (2009) como um dispositivo de controle social. Para Ayres, Cardoso e Pereira (2009) a política de adoção também é entendida pelos autores como fator que incentiva a destituição do poder familiar sob o discurso de proteção.

Conceição e Sudbrack (2004) responsabilizam o modelo social e político vigente pela marginalização sócio-econômica das famílias. De acordo com Nascimento e Scheinvar (2005), as políticas de reintegração social pressupõem uma integração anterior que não existiu: as condições materiais das famílias não se transformam e há uma barreira no mercado de trabalho extremamente excludente. Um das causas indicadas por Conceição e Sudbrack (2004) para a situação em que se encontram as famílias de hoje é a política nacional de priorização do desenvolvimento econômico em detrimento do bem-estar da população.

Além disso, Ayres *et al.* (2010) constataram, em pesquisa com artigos sobre abrigo, convivência e destituição do poder familiar, que são conferidas características psicológicas aos jovens acolhidos atribuindo-lhes uma identidade que os aprisiona em estigmas: déficits de aprendizagem, de atenção, problemas de agressividade, carência de afeto, depressão e insegurança. Para as autoras, os artigos usam como referência o modelo de família burguesa como "normal", não integrando a heterogeneidade social, histórica e geográfica.

Ayres *et al.* (2010) defendem que esse posicionamento perpetua o estigma dos jovens institucionalizados, indo de encontro às formulações do ECA, dos jovens como sujeitos de direitos. O estigma está relacionado ao fato de se comprovar e prever o destino dos jovens pobres, especificamente os acolhidos em instituições, entendidos como problemas potenciais ou até perigosos para a sociedade.

A esse respeito, Silva e Mello (2004) explicam que a maioria das entidades assistenciais encarregadas da implementação de programas de acolhimento institucional atuam de acordo com suas próprias crenças e convicções, nem sempre de acordo com os preceitos defendidos pelo ECA (BRASIL, 1990). Nesse mesmo sentido, Venturini, Bazon e Biasoli-Alves (2004) constataram a influência do aspecto religioso como filosofia educativa nas instituições de acolhimento.

É possível que o cotidiano nas instituições de acolhimento possa ser influenciado pelas concepções de desenvolvimento e proteção de determinado momento histórico e local. No entanto, mesmo que a legislação brasileira tenha mudado bastante, principalmente no final dos anos 80 e nos anos 90, a prática diária

nas instituições de acolhimento apresenta falhas graves, denotando a manutenção de práticas já ultrapassadas e maléficas para o desenvolvimento infanto-juvenil.

A partir dos autores, percebe-se que é comum para as instituições de acolhimento considerarem que os jovens *a priori*, são um caso perdido, não havendo o que fazer para “recuperá-los” da situação em que se encontram. Essa concepção suprime totalmente o sentido e a função das medidas de proteção. Os jovens também são considerados uma ameaça, justificando práticas autoritárias e coercitivas, demonstrando que a doutrina da situação irregular, dos Código de Menores (BRASIL, 1927 e 1979) e da Funabem (BRASIL, 1964) mantiveram-se mesmo após a publicação do ECA.

A partir do QUADRO 21, pode-se perceber que muitas vezes a concepção que se tem do público atendido nas instituições é apresentada como negativa e desvalorizada. A medida de proteção, ao invés de se proteger as famílias e os jovens, os expõe frequentemente a riscos e vulnerabilidades.

O QUADRO 21 ilustra as informações apresentadas pelos autores dos artigos a respeito dos problemas nos atendimento das instituições.

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Consequências</b>
Proteção e coerção	Relação paradoxal entre proteção e risco
Poder judiciário: controle social	
Destituição do poder familiar sob o discurso da proteção	
Jovens acolhidos vistos como caso perdido	Concepção negativa sobre o público atendido
Estigmatização dos jovens na produção acadêmica	
Bem-estar da população deixado em segundo plano	Política de priorização do desenvolvimento econômico
Discrepância entre postulados e atendimento oferecido	Hiato entre teoria e prática das entidades
Influência do aspecto religioso como filosofia educativa	
Abrigar, alimentar e treinar em alguma habilidade (sec XIX)	Práticas de proteção inadequadas
Autoritarismo	
Caráter assistencial / Caritativo	
Minimalismo	

QUADRO 21 - PROBLEMAS RELATIVOS AO ATENDIMENTO  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

A concepção político-social implícita e a visão sobre a criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade refletem a forma de a sociedade entender e se relacionar com estas crianças e adolescentes e, sobretudo, no dia-a-dia nas instituições. Essas visões são reflexo da prática cotidiana nas instituições de

acolhimento. De modo geral, as visões assistencialistas, presentes ao longo do tempo, carregam um caráter paternalista e conformista em relação à população atendida, sem pretensão de transformação social.

### **3f) Processo de Acolhimento: Síntese.**

Neste item apresenta-se uma síntese dos itens anteriores. Entre as causas da institucionalização, tem-se um conjunto de fatores interligados entre si e relacionados com a maneira de organização e produção da sociedade brasileira. Os fatores encontrados nos diferentes artigos corroboram os dados do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência - SIPIA (SILVA, 2004b), de que os familiares são os principais agentes violadores dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Entretanto, isso não significa que a responsabilidade é única e exclusivamente da família, mas sim que a família e sua relação com crianças e jovens são o final de um processo longo e cruel de exclusão e violação de direitos. O agravamento da pobreza e a falta de dignidade e cidadania em que vivem muitas pessoas na busca da sobrevivência diária, levam a um conjunto de sofrimentos, exclusões (dos sistemas de saúde, da escolarização e do mundo do trabalho) e violações que expõem a situações de risco familiares e seus filhos. A falta de oportunidades intensifica processos de sofrimento psíquico e físico, abrindo feridas ainda mais graves. Diante disso, muitos jovens se encontram em situações nas quais não deveriam estar, tendo o seu bem-estar e desenvolvimento saudável expostos a uma situação vulnerável.

Os efeitos da institucionalização para a população infanto-juvenil (item b) mostram o impacto do abrigo em seu desenvolvimento geral e afetivo. Os autores tratam do sentimento de angústia e abandono sofrido por crianças e adolescentes, causados tanto pelas dificuldades vividas em sua família de origem, quanto pela saída deste ambiente e chegada ao abrigo, ou os três juntos. A insegurança sentida por eles parece ser intensificada pela falta de informações sobre suas próprias possibilidades futuras, instabilidade e distanciamento nas relações afetivas. Somados a estes aspectos, o ambiente estressante também leva ao desenvolvimento de problemas comportamentais, atraso no desenvolvimento e enfermidades físicas e mentais. Entende-se, assim, que viver no abrigo, mesmo que seja uma medida de proteção, ainda acarreta muitos prejuízos ao desenvolvimento psíquico e físico de jovens, deixando de atingir seus objetivos de proteção.

Sobre os problemas enfrentados pelas famílias das crianças e adolescentes acolhidos em instituição, foram observados vários problemas. As famílias são continuamente desrespeitadas e humilhadas desde o processo de acolhimento, até o retorno familiar, sem condições de exercer sua cidadania ou requerer direitos diante dos processos judiciais bastante complexos e quase incompreensíveis para elas. Durante o tempo de acolhimento as famílias não têm seus problemas superados, denotando ineficácia nos processos de apoio que elas recebem e, conseqüentemente, falta de sentido nesta medida. Os processos de abrigamento ou desabrigamento não são desenvolvidos com cuidado ou preparação adequados, sendo tão dolorosos para os jovens quanto para seus familiares.

No que concerne às dificuldades das condições de acolhimento na instituição, observa-se que a estrutura institucional tem uma rotina e uma organização próprias que parecem desviar sua função para aspectos burocráticos ao invés de promover de fato a proteção das crianças. O ambiente institucional é marcado pelo atendimento excessivamente coletivo e padronizado, com práticas disciplinares e coercitivas e enfraquecimento da reflexão individual e coletiva. Ao lado disso é notável a importância dada aos cuidados físicos (alimentação, saúde, higiene), em detrimento dos aspectos afetivos, que parecem ser desprezados.

Quanto aos problemas referentes aos recursos humanos na instituição, apesar dos profissionais terem um papel importante na qualidade da atenção dada aos jovens, não têm condições de trabalho e formação para de fato atenderem às necessidades das crianças e adolescentes abrigados. A falta de formação específica, as falhas no processo de seleção, o escasso treinamento e acompanhamento do trabalho levam às dificuldades na atuação, tanto em não saber como agir, quanto em usar formas autoritárias e violentas em nome dos processos educativos.

Os obstáculos no funcionamento das redes de apoio levantam uma grave questão, a da inexistência de uma rede funcional entre os equipamentos públicos ligados à proteção social básica e especial. A falta de comunicação, articulação, integração e coesão entre os diversos profissionais de diferentes equipamentos levam ao enfraquecimento das ações feitas individualmente e da perda de sentido e eficácia do ponto de vista mais amplo.

Quanto aos problemas relativos às concepções de atendimento (1.5.) percebe-se a coexistência de diferentes concepções de proteção a crianças e

adolescentes em vulnerabilidade. O autoritarismo e o assistencialismo andam lado a lado com a noção de direitos, que parece ainda não ter espaço na prática. Além disso, famílias de baixa renda sofrem mais intervenções por parte do Estado, indício do preconceito sofrido por estas pessoas.

Dessa forma, a concepção de proteção é acompanhada de uma diferenciação no tratamento e no atendimento a famílias de baixa renda, que sofrem mais intervenções por parte do Estado, intensificando sua desqualificação e culpabilização. Ao mesmo tempo, parece que a ênfase nas políticas voltadas para a população de baixa renda é menor do que a dada ao desenvolvimento econômico, mantendo as famílias nas condições em que se encontram. O judiciário acaba sendo visto e entendido como dispositivo de controle social, longe de ser acessível às famílias e aos jovens que dele precisam.

A noção de risco e proteção é um aspecto importante: do que se protege? Qual o risco a que a criança é exposta em casa, com sua família, ou vivendo no abrigo? Esse aspecto está diretamente relacionado com a avaliação das instituições de acolhimento, mostram falhas em relação à identificação de indicadores de qualidade e risco e anuncia o próximo item, que trata da integração de toda a rede que atende jovens e famílias de baixa renda.

Enfim, refletindo sobre estes aspectos, tem-se que:

O jovem que sofreu violações de direitos é retirado de sua família e inserido em um ambiente pouco acolhedor, onde recebe cuidados básicos de higiene, alimentação, e está aparentemente “bem cuidado”, enquanto seu bem estar psíquico é esquecido. Assim, a despeito do avanço em relação à elaboração de legislações voltadas para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a prática de acolhimento institucional não promove um ambiente saudável em termos de desenvolvimento integral.

Ao mesmo tempo em que o jovem está acolhido em instituição, sua família sofre contínuas desqualificações diante da constatação de que não pode cuidar dele(a). Passado certo tempo de abrigamento, família e jovem se afastam afetiva e fisicamente e muitas vezes voltam a morar juntos, quase nas mesmas condições em que a família estava antes da medida de proteção. O abrigo acaba ocupando o lugar da ausência ou ineficácia de medidas preventivas (SILVA e MELLO, 2004) sem que estes problemas sejam sanados durante o período de abrigamento.

Na prioridade das políticas, parece ocorrer certo descaso com famílias pobres que sofrem em função da pobreza estrutural que padecem. Ao mesmo tempo, se elas não têm condições de cuidar de seus filhos de modo a garantir seus direitos, o que é feito com elas? Insistir em um retorno familiar sem uma eficaz rede de apoio e suporte a essa família não parece fazer o menor sentido.

No abrigo há quantidade insuficiente de profissionais, despreparo e falta de formação da equipe, funcionamento burocrático que, aliados à falta de integração entre as diferentes instituições que atuam na área de proteção de jovens, desviam os objetivos a que se destinam.

Qual o sentido de todas as ações de proteção à população infanto-juvenil? Em que medida elas promovem os direitos de crianças e adolescentes? Qual o lugar dos jovens que, sob a égide da proteção, são levados de um lugar para outro, com ações desconexas? De que forma os jovens tomam decisões em relação às suas vidas e planejam seu futuro no contexto institucional? Acredita-se que essas são perguntas importantes para refletir sobre o processo de acolhimento institucional.

Não queremos com isso desvalorizar o trabalho de técnicos e profissionais que acreditam e que promovem transformações no cotidiano de suas ações, mas de forma geral, parece que o acolhimento institucional não faz muito sentido.

Na próxima seção os 52 artigos incluídos nesta revisão serão considerados sob outro ângulo. Será feito um levantamento das propostas que os autores apresentam para melhorar ou diminuir os problemas do acolhimento institucional.

### **A 3– Propostas para Acolhimento Institucional**

A partir dos 52 artigos selecionados e utilizados na seção anterior, foram levantadas as propostas que os autores indicam para melhorias no processo de acolhimento institucional. Essas sugestões foram subdivididas em cinco áreas, segundo a proximidade temática dos assuntos abordados, descritas nos seguintes itens:

1. Propostas para as famílias: relação entre família e instituição e processos de reaproximação entre o jovem abrigado e sua família.
2. Propostas relativas às condições do acolhimento: aspectos estruturais e humanos e qualidade no atendimento.

3. Propostas para recursos humanos: qualificação profissional e formas de atuação dos que trabalham.

4. Sugestões para as redes de apoio: ações de integração entre órgãos públicos e sociedade civil, a preparação do ambiente escolar como apoio e as políticas públicas nessa área.

5. Propostas dos autores para “novas” concepções sobre a população atendida.

### **1. Propostas para as famílias**

Entre os autores consultados, é clara a preocupação quanto à garantia da convivência familiar e comunitária dos jovens acolhidos e a maneira de se atender e apoiar suas famílias. Em estudo feito com jovens acolhidos em instituições, eles relataram o desejo de convivência e proximidade física com os familiares (VENTURINI, BAZON e BIASOLI-ALVES, 2004). Ferriani, Bertolucci e Silva (2008) ressaltam a necessidade de se fortalecer as bases de apoio, os recursos familiares e comunitários, para o desenvolvimento integral dos jovens.

Um dos aspectos mais importantes é a necessidade da elaboração e implantação de programas de atenção para os jovens que estão acolhidos e suas famílias, incluindo o auxílio à família com os gastos com transporte e alimentação para garantir sua presença na instituição de acolhimento (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2011). Deve ser elaborado juntamente com a família um plano formal de visitas ao acolhimento (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2011), ou um plano de trabalho de compromissos mútuos, respeitando a família no reconhecimento de suas competências e necessidades (NERY, 2010).

Para Siqueira e Dell'Aglio (2011), é necessário promover e estreitar os laços familiares, possibilitar espaço de aprendizagem para os pais e ajudar a família a se envolver nas atividades do jovem. Além disso, elas reforçam que é essencial implantar o processo de avaliação, preparação e acompanhamento das famílias antes e depois do desligamento da instituição.

De acordo com Azôr e Vectore (2008), é essencial estreitar laços entre abrigo e família, incentivando as visitas da família à instituição. Mota e Matos (2008) explicam que a aproximação do abrigo ao sistema familiar é positiva, assumindo papéis de proteção, carinho e representando modelos identificatórios.

As ações que podem aproximar família e abrigo consistem na compreensão dos recursos que a família dispõe (AZÔR e VECTORE, 2008), na valorização dos aspectos significativos das condições de vida da criança em sua família (sobretudo os aspectos estruturais, culturais, de composição familiar e estilo de vida, sua forma de apoio às necessidades infantis e rede de apoio social) (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2009) e a recuperação da noção positiva de família, qualificando a família de origem como competente (CONCEIÇÃO e SUDBRACK, 2004).

A interação entre profissionais das instituições e as famílias dos jovens abrigados precisa ser marcada pela honestidade e pela clareza (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2011), uma relação aberta, permeada de confiança e livre de estigmas, sobretudo no sentido dos profissionais respeitarem e acreditarem nos esforços das famílias e não fazerem promessas que não poderão cumprir (SIQUEIRA *et al.*, 2010).

Assim, segundo Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), deve-se entender as estratégias de sobrevivência das famílias e questionar a relevância de aspectos relacionados à condição de pobreza como suficientes para a retirada de crianças de suas famílias e colocá-las em instituições.

De acordo com Nery (2010), os vínculos familiares devem ser protegidos pelo Estado e pela sociedade priorizando ações que visem refazer os vínculos originais ou estimular a formação deles, fortalecer este núcleo, aliando apoio socioeconômico à elaboração de novas formas de interação e de acesso aos bens e serviços públicos.

Siqueira e Dell'Aglio (2007) sugerem a realização de um trabalho efetivo e eficaz com a família a fim de potencializar suas capacidades e promover a sua reorganização. Para as autoras é necessário um plano de intervenção que priorize: (1) visitas frequentes da família às crianças e adolescentes e vice-versa; (2) entrevistas regulares com os abrigados e também com seus familiares; e, (3) visitas domiciliares de um técnico do abrigo à família, a fim de investigar a situação física e econômica, como também a motivação, os sentimentos e os medos relacionados ao retorno do filho (a) que se encontra abrigado (a).

Delgado (2010) sustenta a necessidade de se acompanhar e apoiar a família biológica dos jovens abrigados para modificar o quadro que levou à retirada de seu(s) filho(s) do convívio familiar. Conceição e Sudbrack (2004) ressaltam a

necessidade do resgate da convivência familiar e da rede primária afetiva para a construção de novos modelos de referência da autoridade (pais e filhos) e novos padrões de relações afetivas e sociais.

No caso das famílias que vivem situações de violência e o abrigo envolve a vitimização de crianças, o cuidado não deve se resumir às crianças vítimas de violência, mas incluir também o cuidado às famílias (GABATZ *et al.*, 2010). As autoras sustentam a necessidade de se investir na recuperação e reabilitação do agressor/a, na prevenção dessas situações e na reorganização da família.

Com relação ao retorno da criança ou jovem abrigado à convivência familiar, vários pesquisadores sugerem a necessidade de planos de acompanhamento e auxílio para o núcleo familiar. Para Siqueira e Dell'Aglio (2007) as famílias devem ser auxiliadas e preparadas para o retorno de seus filhos, sendo preciso desenvolver estratégias sólidas e seguras de avaliação e intervenção nos processos de reinserção familiar.

Segundo Silva e Nunes (2004), para enfrentar os desafios envolvidos no retorno familiar de jovens egressos de instituições, é necessário considerar as condições que levaram ao acolhimento institucional, procurando verificar quais os vínculos preservados e os que necessitam ser resgatados ou aprimorados. Também devem ser considerados os aspectos históricos e sociais dessa família, buscando identificar a rede social em que está inserida e as possibilidades de suporte que tem na própria comunidade.

De acordo com Siqueira (2009), o processo de reinserção familiar deve contemplar a preparação prévia da família antes da reunificação, visitas periódicas e acompanhamento após o desligamento do jovem da instituição e retorno familiar. Para Azôr e Vectore (2008) o desligamento do jovem da instituição e o seu retorno familiar necessitam de acompanhamento multiprofissional, sistemático e criterioso.

Silva e Nunes (2004) propõem um programa de reinserção familiar que inclui a tentativa de reconstrução dos vínculos familiares através da reaproximação progressiva entre as crianças e jovens e suas famílias, contando com o apoio e a orientação da equipe técnica durante o período em que o jovem está no abrigo. Inicialmente, os primeiros contatos entre a criança ou adolescente e sua família devem acontecer na própria instituição. Posteriormente, os jovens visitam suas famílias em seus domicílios e, gradativamente, vai aumentando o tempo de

permanência em casa. Os pais (ou responsáveis) e os filhos devem receber atendimento individual e no grupo familiar antes e após cada visita.

A partir do QUADRO 22 pode-se observar que, de modo geral, os autores salientam a importância da comunicação aberta e respeitosa entre os profissionais das instituições de acolhimento e os familiares dos jovens abrigados, primando pela consideração e compreensão das famílias e suas culturas. Dentre as ações sugeridas constam as visitas mútuas (família e instituição) e entrevistas à família, buscando levantar as potencialidades do núcleo familiar e de sua rede social, valorizando seus esforços e elaborando planos conjuntos para a mudança da situação em que se encontra e a reconstrução de vínculos.

No QUADRO 22 são apresentados os dados resumidos das propostas presentes nos artigos nas questões que envolvem os jovens institucionalizados e suas famílias:

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Propostas</b>
Plano formal de visitas com a família	Implantação de programas de atenção a jovens e suas famílias
Conhecer a motivação e os sentimentos dos familiares em relação ao retorno do filho(a)	
Visitas domiciliares frequentes antes e após o retorno familiar	
Auxiliar reinserção familiar (retorno dos filhos) e avaliar o retorno	
Preservação dos vínculos familiares	Promover a aproximação do jovem e sua família
Relação de confiança, respeito e honestidade	Melhorar o relacionamento entre família e instituição
Compreensão dos recursos da família, Fortalecer a família em suas competências, potencialidades	
Recursos materiais que necessita	Apoiar a família
Reorganização familiar	
Construção de novos modelos de referência da autoridade e novos padrões de relação afetivo-sociais	
Reabilitação do agressor em casos de violência doméstica	
Identificar a rede de apoio da família e avaliar possibilidades de suporte na comunidade	
Fortalecer as bases de apoio, recursos familiares e comunitários	

QUADRO 22 - PROPOSTAS PARA AS FAMÍLIAS DOS JOVENS ACOLHIDOS EM INSTITUIÇÕES

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Visando incentivar o retorno do jovem à família, um dos autores sustenta a necessidade de se realizar entrevistas, investigar a motivação e os sentimentos familiares em relação ao retorno do filho(a). Salta aos olhos a pergunta: E os

jovens? Eles têm obrigação de querer retornar para casa? Quem decide isso é somente sua família? São questões reflexivas para chamar a atenção de um dos princípios que regem a aplicação das medidas de proteção:

IV - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;

(BRASIL, 2009)

Esse assunto evoca algumas reflexões. Se a decisão deve priorizar o interesse do jovem, quem tem condições de dar essa informação e quanto se deve insistir para o retorno familiar. Ao mesmo tempo em que para algumas situações o jovem pode parecer não ter condições de tomar a decisão sozinho, ele pode demonstrar afastamento ou resistência em estar com sua família de origem mostrando-se contra o retorno familiar.

Caso se decida pelo retorno familiar, é importante fortalecer as famílias e ajudá-las a solucionar os problemas que geraram o acolhimento de seu(s) filho(s), sendo imprescindível o acompanhamento dos jovens e suas famílias antes e durante o retorno.

## **2. Propostas relativas às condições do acolhimento**

Muitos dos artigos estudados abordam propostas de mudanças na maneira como as instituições de acolhimento se organizam, na proporção entre crianças e jovens e profissionais, nas práticas educativas, no ambiente e nas atividades cotidianas e de lazer. Martins e Szymanski (2004) propõem que sejam revistas as formas de funcionamento das instituições de acolhimento estatais. Nogueira e Costa (2005) entendem que a relação materna é insubstituível, mas, caso a institucionalização seja necessária, aconselham uma reflexão sobre a função do abrigo.

Nogueira e Costa (2005) questionam de que maneira a instituição pode ser um ambiente promotor de desenvolvimento alternativo à convivência familiar e Santana *et al.* (2004) sugerem que se repensem as possibilidades alternativas para a promoção desse tipo de convivência.

Por outro lado é importante lembrar que há autores que consideram aspectos positivos na institucionalização. Para Dalbem e Dell'Aglio (2008), embora o ambiente institucional não seja ideal para o desenvolvimento, contribui, contudo, para o bem estar dos adolescentes, se constituindo como espaço para a construção de novos relacionamentos afetivos significativos, diferentes dos anteriores. Seguindo as especificações do ECA, tem ocorrido mudanças significativas no atendimento em instituições de acolhimento (WATHIER e DELL'AGLIO, 2007).

Santana *et al.* (2005) propõem a realização de grupos focais com adolescentes visando apresentar para o público infanto-juvenil sugestões e colocar em discussão os objetivos institucionais. É importante ressaltar que a participação do público atendido na definição dos objetivos e na melhoria das instituições é essencial em qualquer atividade e público. Além disso, em função dos problemas de comunicação entre funcionários da instituição e público atendido, essa proposta poderia minimizar esses obstáculos.

Do ponto de vista da estrutura geral de funcionamento das instituições de acolhimento, um dos temas relevantes é a quantidade de pessoas atendidas. Vários autores recomendam que as instituições tenham um número reduzido de crianças e/ou adolescentes (MOTTA *et al.*, 2006; MARTINS e SZYMANSKI, 2004), tendo de 12 a 20 crianças (CAVALCANTE, MAGALHÃES e PONTES, 2007a). De acordo com Barros e Fiamenghi Jr. (2007) as instituições que têm baixa proporção entre adultos e crianças promovem melhores condições de saúde, higiene e estímulos físicos e emocionais, podendo favorecer o desenvolvimento dos jovens ao invés de prejudicá-los. O próprio ECA (Art. 94) regulamenta que as instituições devem oferecer atendimento personalizado em pequenas unidades e grupos reduzidos. Talvez o problema seja a indefinição do que seja um grupo reduzido, a adequação dessa norma por parte das instituições e a fiscalização de seu seguimento.

Um dos quesitos mais importantes abordados pelos autores é a necessidade de melhoria da qualidade no atendimento dispensado às crianças e jovens acolhidos em instituições (VASCONCELOS, YUNES e GARCIA, 2009) e no relacionamento entre a equipe de educadores e os adolescentes (SANTOS e BASTOS, 2002). Para tanto é necessário entender a instituição como parte da rede de apoio social e afetivo, que ofereça um espaço para o desenvolvimento saudável e harmonioso (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2006; VECTORE e CARVALHO, 2008; NOGUEIRA e COSTA, 2005) e acesso às condições básicas necessárias para a convivência

saudável e sobrevivência do público atendido em instituições (VASCONCELOS, YUNES e GARCIA, 2009). Motta *et al.* (2006) sugerem que o atendimento seja personalizado, mais próximo ao ambiente familiar, tanto no que se refere às relações, quanto à estrutura física.

O ambiente deve ser cuidadosamente pensado e estruturado para um cuidado individualizado e integral pautado na compreensão do outro, visando minimizar os efeitos da institucionalização (GABATZ *et al.*, 2010). Segundo Santos e Bastos (2002), também são necessários a constância e a estabilidade no relacionamento institucional, o exercício da reciprocidade e da mutualidade.

Vectore e Carvalho (2008) sugerem que a instituição se constitua como um espaço de promoção de vínculos seguros. Para Barros e Fiamenghi Jr. (2007) o sucesso da instituição depende do maior apego que as crianças possam dedicar a seus cuidadores, ou seja, quanto mais afetivo for o ambiente, melhores as chances de se promover um desenvolvimento saudável dos jovens. Assim, sugere-se que a recepção do jovem à instituição seja acolhedora e educada (AZÔR e VECTORE, 2008), com foco nos vínculos afetivos e de apego (MARTINS e SZYMANSKI, 2004; PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007).

Quanto às instituições que recebem bebês, Böing e Crepaldi (2004) defendem a maternagem como fator de proteção de modo a garantir ao bebê uma figura afetiva constante e de referência entre o momento em que ele é colocado para adoção e a ocasião em que é adotado.

Vários autores apresentam a possibilidade do abrigo proteger os jovens em relação a riscos vividos ou diminuir suas vulnerabilidades (MOTA e MATOS, 2008) e ajudá-los a superar as dificuldades ou adversidades (PEREIRA *et al.*, 2010; SANTOS e BASTOS, 2002; ; ALEXANDRE e VIEIRA, 2004), sendo promotor de resiliência (VECTORE e CARVALHO, 2008; ALEXANDRE e VIEIRA, 2004). A exemplo disso Mota e Matos (2008) relatam a experiência de jovens que consideram o período de institucionalização como o melhor momento de suas vidas, na manutenção de laços afetivos que persistiram ao deixar a instituição.

Mas isso depende da qualidade do ambiente institucional (PEREIRA *et al.*, 2010; VECTORE e CARVALHO, 2008) e dos fatores de proteção (PRADA, WILLIAMS e WEBER, 2007). Para tanto, as instituições precisam promover maior segurança e estabilidade (VECTORE e CARVALHO, 2008), criar ambientes de sensibilidade, afetividade, responsividade e promoção de novas relações de apego

ou figuras significativas (PEREIRA *et al.*, 2010; MOTA e MATOS, 2008). Além disso, é imprescindível que se valorize todas as oportunidades de comunicação, focando na escuta, na interação (MARQUES e CZERMAK, 2008), nas ludicidades (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004), no cultivo do diálogo, no caráter face-a-face das interações (SANTOS e BASTOS, 2002), e no desenvolvimento de relações afetivas entre as crianças, constituindo uma rede de apoio social (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004).

Para Penna, Carinhanha e Leite (2009) é essencial que o cuidado aos jovens seja livre de juízos de valor, sem a afirmação de estigmas e rótulos, focando na compreensão das raízes, no respeito pelas formas de ver e estar no mundo e na compreensão da diversidade cultural. Outro aspecto abordado por Nascimento e Scheinvar (2005) é a necessidade da busca de soluções específicas e individuais para cada criança ou adolescente, instituindo olhares múltiplos a situações múltiplas, sem encaixá-los em modelos pré-estabelecidos.

Além disso, Ferriani, Bertolucci e Silva (2008) consideram imprescindível deslocar o foco de atendimento do risco e do assistencialismo para a promoção do desenvolvimento saudável das crianças, quebrando o ciclo de exclusão. Penna, Carinhanha e Leite (2009) reforçam que o ambiente institucional pode ajudar os jovens a superar as descrenças em si mesmos, por meio do afeto.

Conceição e Sudbrack (2004) realizaram um estudo buscando identificar os principais elementos responsáveis pela fixação e adesão da clientela a uma instituição de acolhimento para o público infanto-juvenil. A partir desses pontos, foram levantadas quatro dimensões presentes na metodologia desenvolvida pela instituição estudada. Os quatro pontos são (CONCEIÇÃO e SUDBRACK, 2004):

- Adesão no grupo por critério sociométrico, a partir de vinculações prévias e espontâneas com os pares, construídas por iniciativa dos mesmos. O critério sociométrico implica no fato do envolvimento dos membros com a instituição ocorrer a partir das relações afetivas dos membros de uma comunidade, havendo liberdade de escolha;
- Presença de afinidade e integração entre os dirigentes da instituição sobre a proposta educativa;
- Compatibilidade da vivência na instituição com a expectativa dos participantes de viver em família, com o devido cuidado de construir relações com as mães dos jovens de forma a não competir com as famílias;

- Presença de figuras masculinas de identificação em papéis positivos de responsáveis ou dirigentes, legitimadas pelas vivências e anseios das próprias demandas dos jovens, identificadas como “pai”.

Os itens levantados por Conceição e Sudbrack (2004) contribuem para a reflexão acerca do funcionamento da instituição, da consonância entre o que o público atendido procura e encontra na instituição, da importância da sintonia entre os dirigentes, e de vínculos afetivos entre os próprios jovens e as figuras de direção.

Outra sugestão importante para evitar as rupturas nas redes de relações em função das mudanças de moradia, é tentar manter a criança próxima a seu local de residência, mantendo laços de amizade na escola (NERY, 2010). Além disso, Siqueira e Dell’Aglia (2011) reforçam a necessidade de realização de encontros positivos entre os jovens e seus familiares de modo a valorizar e auxiliar as famílias nesse processo.

De acordo com Penna, Carinhanha e Leite (2009) os abrigos devem se constituir como instituições facilitadoras do processo de reinserção social, configurando um cenário propício ao processo educativo crítico e transformador. As autoras sugerem a proposta de educação problematizadora, a partir das ideias freirianas, como pilar para as práticas educativas que se propõem transformadoras. Nesse mesmo sentido, também se sugere que o ambiente institucional humanize suas práticas (FERRIANI, BERTOLUCCI e SILVA, 2008), promova ações libertadoras, estimule a emancipação (NERY, 2010).

Para Vectore e Carvalho (2008) é importante dar voz à criança para que possa se expressar de forma diversificada, assegurando-lhe a liberdade de exercer sua própria voz. Dentre as alternativas de comunicação e expressão, vários autores abordam a importância das atividades lúdicas e artísticas no ambiente institucional. Para Medeiros e Motta (2008) o brincar é uma maneira da criança se sentir melhor em uma casa de apoio.

Martins e Szymanski (2004) ressaltam a importância de se propor situações capazes de explorar o imaginário infantil em que as crianças possam representar experiências, dando-lhes oportunidades de expressão e interações variadas. Somada a esses aspectos, a brincadeira possibilita a interpretação do mundo à sua volta (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004) e concretiza o próprio direito das crianças vivenciarem sua infância (FREITAS *et al.*, 2010).

A participação em atividades lúdicas também promove a expressão de sentimentos (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004) e a externalização de situações imaginárias (MARTINS e SZYMANSKI, 2004), favorecendo a interação entre as crianças de mesma faixa etária e de diferentes idades (MARTINS e SZYMANSKI, 2004) e a vinculação positiva entre pares (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004). No entanto, é importante que os profissionais estejam preparados e atentos aos comportamentos das crianças durante as brincadeiras para terem subsídios para suas intervenções (ALEXANDRE e VIEIRA, 2004).

Marques e Czermak (2008) também citam a contribuição de representações teatrais para ressignificação de vivências. Nesse mesmo sentido, Santana *et al.* (2004) sugerem que as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de rua ofereçam atividades atrativas e interessantes, em que a continuidade não seja requisito indispensável para a participação do jovem, já que muitas instituições apresentam grande variação no público atendido (sobretudo as casas de passagem).

Para que seja possível a promoção de atividades lúdicas e criativas, Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007a) propõem a adaptação arquitetural das casas, para a criação de espaços lúdicos e de convivência, como locais para a recreação, para o estudo e o lazer.

Diversos autores também abordam a necessidade de ações específicas, sobretudo em relação à promoção da saúde e da qualidade de vida nas instituições. Dell'Aglio e Hutz (2004) e Siqueira e Dell'Aglio (2010) indicam a necessidade de promover estratégias de reforço escolar para jovens institucionalizados no sentido de promover seu desenvolvimento saudável, melhorar seu desempenho escolar e evitar que esse seja mais um motivo de exclusão.

Dell'Aglio e Hutz (2004) recomendam ações específicas voltadas para a prevenção da depressão, e Wathier e Dell'Aglio (2007) sugerem a avaliação das estratégias de *coping* de jovens que apresentam sintomatologia depressiva e eventos estressores no intuito de desenvolver programas de intervenção psicossocial.

Schwonke, Fonseca e Gomes (2009) sugerem o desenvolvimento de trabalhos, junto às crianças e jovens acolhidos, relacionados à proteção contra DSTs e AIDS e prevenção da gravidez, incluindo ações e práticas educativas para os que vivenciam seu cotidiano nas ruas.

Gontijo e Medeiros (2008) estudaram adolescentes-mães abrigadas e destacam a importância de um contexto que sirva de suporte e apoio para a independência e a autonomia das adolescentes e de seus bebês.

No que se refere aos documentos das instituições de acolhimento, Santana *et al.* (2004) propõem sua elaboração ou atualização como forma de repensar e qualificar a prática institucional. Dessa forma também será possível integrar melhor o cotidiano do abrigo com a concepção formulada, mas dependendo do modo como é feito, não garante este aspecto reflexivo.

Costa e Rossetti-Ferreira (2009) apontam algumas questões fundamentais para analisar a constituição, o fomento e a sistematização de programas de acolhimento familiar: Como os programas estão se estruturando? Quais crianças visam atender (vitimizadas, grupo de irmãos, bebês, adolescentes, etc)? Que tipo de suporte especializado é oferecido às famílias acolhedoras, às famílias de origem e aos acolhidos? Como os programas estão concebendo a possibilidade da criança ou adolescente vincular-se a uma ou mais famílias de acolhimento e depois retornar para a família de origem? Como manter o vínculo com a família de origem? Diante disso, as autoras sugerem a realização de pesquisas para acompanhar as experiências e programas já existentes, focando nos distintos protagonistas destas práticas, além da transformação da cultura de acolhimento na sociedade.

Para Delgado (2010), que estuda o acolhimento familiar em Portugal, é essencial desenvolver campanhas para recrutar famílias disponíveis em acolher, aperfeiçoar o sistema de informação e operacionalizar base de dados atualizados e precisos sobre o acolhimento familiar em comparação às demais formas de acolhimento. O autor considera imprescindível a transferência de crianças acolhidas em instituições para o acolhimento familiar e também defende o aumento do apoio (financeiro) às famílias para gastos e despesas com crianças acolhidas.

De acordo com Delgado (2010), as decisões tomadas em relação ao acolhimento familiar não devem ser determinadas somente em função do retorno familiar, já que ele não se efetiva na maioria dos casos. Desta forma, o autor defende que se preveja a medida de acolhimento familiar até a maioridade do jovem acolhido, reconhecendo o papel da família acolhedora para a independência do jovem.

Dentre os aspectos abordados pelos autores, são levantadas sugestões importantes quanto à função e às atividades desenvolvidas pelas instituições, assim

como a atualização dos documentos institucionais como forma de constante retomada e reflexão. De forma geral, as sugestões apontadas pelos autores nesse item envolvem aspectos referentes ao funcionamento das instituições. A proporção entre educadores e a população atendida deve ser adequada, sendo ideais as instituições com menor número de crianças ou jovens, permitindo a personalização do atendimento e a aproximação do ambiente familiar.

Além do aspecto formal, muitos pesquisadores ressaltam a importância da qualidade no atendimento na instituição como elemento básico para a promoção do bem-estar de crianças e jovens abrigados. Essa condição pode ser atingida por meio da valorização e da promoção das interações sociais, da vinculação afetiva entre educadores e jovens e entre os próprios jovens, do acolhimento e da segurança do ambiente institucional.

Outro item muito importante para a melhoria do ambiente institucional é a qualidade das atividades de lazer, permitindo a ampliação de formas de expressão e interação no abrigo, por meio de atividades lúdicas e artísticas.

São também considerados fundamentais o acompanhamento em relação aos estudos e a atenção quanto ao bem estar psicossocial, sobretudo às manifestações de estresse e sintomatologia depressiva dos jovens acolhidos em instituições.

Apesar da medida de acolhimento familiar ser indicada como alternativa ao acolhimento institucional, autores indicam a necessidade de aumentar a produção de pesquisas e análises sobre essa medida na prática. No entanto, as pesquisas já trazem algumas sugestões em relação a essa medida. Levanta-se a necessidade de recrutar e preparar famílias acolhedoras e desenvolver um sistema integrado de suas informações para a acolhida das crianças.

No QUADRO 23 são apresentadas as propostas que os autores dos artigos apresentam quanto às condições do acolhimento institucional:

De acordo com as informações discutidas pelos autores e apresentadas no QUADRO 23, um dos aspectos para melhorar o ambiente institucional se refere à humanização no atendimento, ao respeito que técnicos e funcionários devem apresentar em relação aos jovens e seus familiares, evitando avaliações com juízos de valor e destacando-se como figuras especiais de identificação para os acolhidos. Ao lado disso, devem-se incorporar novas atividades e melhorar a oferta de lazer e cultura e promover um ambiente na instituição que se afaste dos modelos rígidos e formais vigentes.

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Propostas</b>
Expor seus objetivos ao público	Transformação da cultura de acolhimento na sociedade
Atualizar documentos e repensar a prática	
Envolvimento do público na discussão dos objetivos	
Consonância entre a expectativa e realidade	
Priorizar o acolhimento familiar	Estrutura de funcionamento menos rígida
Diminuir quantidade de pessoas por instituição	
Aumentar sintonia entre dirigentes da instituição	
Adesão à instituição por critério sociométrico	
Presença de figuras masculinas (educadores ou gestores)	
Buscar soluções individualizadas	
Manter os jovens em acolhimento familiar até a maioridade	Estrutura física mais adequada
Acolher próximo aos locais de residência	
Criar espaços lúdicos e de convivência	
Melhorar as características físicas	Melhorar e incluir atividades
Aproximar o ambiente ao do familiar	
Ampliar momentos para atividades lúdicas	
Representações teatrais	
Atividades atrativas e interessantes	
Estratégias de reforço escolar	
Trabalhos sobre DST's, Aids e contracepção	Qualidade no ambiente: humanização do atendimento
Mais encontros entre jovens e familiares	
Ambiente saudável para o desenvolvimento / Foco do atendimento na promoção do desenvolvimento (desfocar do risco)	
Recepção acolhedora e sem juízos de valor / Qualidade no relacionamento educadores - acolhidos	
Ambiente de maior segurança, constância e estabilidade das relações, de compreensão do outro. Promoção de vínculos	
Ambiente individualizado	
Mais fatores de promoção	
Maternagem para a saída do abrigo (bebês)	
Valorização da comunicação / Prática dialógica	
Cultivar o diálogo e as interações face a face	
Promover ambiente de expressão	
Compreensão das raízes do público atendido	
Suporte e apoio para a independência e a autonomia	
Prevenção de depressão e estresse	
Fortalecer bases de apoio e recursos familiares e comunitários / Conscientização dos jovens acolhidos	
Campanhas para recrutar famílias	Sistematizar programas de acolhimento familiar
Aperfeiçoar o sistema de informação	
Apoio financeiro às famílias	
Pesquisar experiências e programas existentes	

**QUADRO 23 - PROPOSTAS RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES DO ACOLHIMENTO NA INSTITUIÇÃO**

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

### 3. Propostas para os recursos humanos

Vários artigos consultados tratam de sugestões em relação aos profissionais que atuam na área do acolhimento institucional.

Autores (MOTTA *et al.*, 2006; BARROS e FIAMENGGHI JR., 2007) sugerem que a formação de educadores possibilita a promoção do desenvolvimento integral dos jovens. Além disso, o desenvolvimento do vínculo entre as famílias e a escola (e a possibilidade de reinserção familiar) só é possível com o treinamento e a capacitação da equipe acerca da institucionalização e da reinserção familiar (SIQUEIRA, 2009).

Por isso, vários pesquisadores indicam a necessidade de formação e qualificação profissional (NERY, 2010; MOTTA *et al.*, 2006; BARROS e FIAMENGGHI JR., 2007; GIACOMELLO e MELO, 2011), assim como apoio, supervisão e capacitação constantes para a execução do trabalho dos profissionais que atuam nas instituições de acolhimento (NOGUEIRA e COSTA, 2005; SANTANA *et al.*, 2004; AZÔR e VECTORE, 2008).

Assim, Bazon e Biasoli-Alves (2000) propõem um modelo de formação do educador em serviço, por meio de acompanhamento e supervisão continuados vinculados às necessidades relatadas pelos próprios profissionais. Giacomello e Melo (2011) também consideram promover para os cuidadores cursos de capacitação e reciclagem sobre violência, além de supervisão de um profissional de saúde mental aos profissionais envolvidos.

É igualmente indicado o aumento da quantidade de profissionais que atuam nas instituições de acolhimento (SANTANA *et al.*, 2004; BÖING e CREPALDI, 2004) para atender as crianças institucionalizadas de modo constante e personalizado, tanto nas necessidades físicas quanto nas emocionais (BÖING e CREPALDI, 2004).

Além disso, Siqueira e Dell'Aglio (2006) discutem a necessidade de ações direcionadas às equipes das instituições, a fim de oportunizar melhores condições de trabalho e diminuição da rotatividade.

Santos e Bastos (2002) observaram o quanto os educadores são figuras positivas de referências para os jovens, aproximando a natureza do abrigo à familiar. Nesse sentido, seria essencial que as crianças que vivem em uma instituição pudessem ter um adulto que as vissem de forma singular, diferenciando-as do resto do grupo e mantendo com elas um vínculo amoroso (GIACOMELLO e MELO, 2011). Por isso, autores salientam a necessidade dos cuidadores construírem com os

jovens relações e vínculos de confiança (FREITAS *et al.*, 2010; SCHWONKE, FONSECA e GOMES, 2009; DALBEM e DELL'AGLIO, 2008) marcadas pela reciprocidade, pela qualidade afetiva positiva, pelo equilíbrio de poder (SANTOS e BASTOS, 2002) e pela adoção de práticas educativas positivas (PRADA; WILLIAMS e WEBER, 2007).

Assim, os funcionários dos abrigos precisam se envolver na construção de uma instituição que de fato promova o acolhimento, constituindo-se como um lar para os jovens abrigados (MARQUES e CZERMAK, 2008). Para tanto, é necessário que os profissionais entendam o contexto da criança acolhida (FREITAS *et al.*, 2010), e sejam capazes de acolher toda a revolta e a raiva que é exteriorizada, devolvendo-lhes um meio estável de confiança permeado por ligações afetivas seguras (MOTA e MATOS, 2008) e sejam comprometidos, apresentem disponibilidade afetiva e comunicação aberta (DALBEM e DELL'AGLIO, 2008).

Além disso, para Schwonke, Fonseca e Gomes (2009) é necessário sensibilizar profissionais que trabalham com crianças e jovens com vivências nas ruas de modo que entendam o processo da exclusão social respeitando seus saberes e sua cultura e se despidendo de juízos de valor sobre suas escolhas ou comportamentos anteriores. Mota e Matos (2008) complementam esse fato reforçando a importância dos jovens institucionalizados não serem vistos como delinquentes, cujo futuro já está escrito, mas como pessoas que viveram situações adversas e que a qualquer momento podem desenvolver uma trajetória semelhante aos demais jovens desde que apoiados para isto.

Esse cuidado também se estende à maneira dos profissionais atenderem as famílias. Siqueira e Dell'Aglio (2011) sugerem a sistematização de programas de capacitação continuada nos abrigos com o intuito de formar os profissionais para o trabalho com as famílias. Esse treinamento deve focar na interrupção do ciclo de negativismo por parte dos profissionais que trabalham nas instituições de considerar as famílias "incapazes" para cuidar de seus filhos. Bazon (2000) também ressalta a importância dos educadores conhecerem melhor as famílias dos jovens acolhidos, seus valores, suas formas de organização, para adequar melhor os serviços às suas necessidades e, ao mesmo tempo, evitar julgamentos de valor quanto a padrões de comportamentos ou maneiras de viver.

Freitas *et al.* (2010) abordam propostas de atendimento em instituições de acolhimento que abrigam crianças com AIDS, sobretudo para profissionais da área

de enfermagem, enfatizando a necessidade de se considerar, além dos cuidados que envolvem a doença, também aspectos afetivos das crianças. Além disso, Medeiros e Motta (2008) reforçam a necessidade de se sensibilizar profissionais da saúde para o cuidado humanístico nas instituições e a formação de profissionais da área da saúde para atuar de forma preventiva em situações que possam levar à violência intrafamiliar (GABATZ *et al.*, 2010). Vectore e Carvalho (2008) também defendem a inserção do profissional da psicologia na composição da equipe multiprofissional do abrigo.

As propostas para a profissionalização da institucionalização são apresentadas no QUADRO 24, a seguir:

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Propostas</b>
Maior quantidade de profissionais	Melhorar as condições de trabalho
Inserção do profissional da psicologia	
Diminuição da rotatividade	
Capacitação para o trabalho e reciclagem	Formação e qualificação profissional
Capacitação de profissionais que avaliam os abrigos	
Apoio, supervisão para o trabalho de educadores	
Supervisão de profissional da área da saúde mental	
Preparação da família acolhedora	
Construção de relações afetivas nas famílias acolhedoras	
Comprometimento com o trabalho	Conteúdos de capacitação de educadores e profissionais da saúde
Desenvolver habilidades de comunicação, qualidade afetiva positiva/ relações de confiança	
Cuidado humanizado nas instituições	
Conhecer as famílias/ adequar os serviços e evitar julgamentos	
Práticas educativas positivas	
Atuação preventiva (contra a violência familiar)	

QUADRO 24 - PROPOSTAS PARA OS RECURSOS HUMANOS NA INSTITUIÇÃO  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

A necessidade de profissionalização se estende a outros atores envolvidos de forma menos direta com as instituições de acolhimento. Salina-Brandão e Williams (2009) sugerem a necessidade de se investir na capacitação continuada de profissionais envolvidos com a avaliação dos abrigos. Na pesquisa realizada pelas autoras, esses profissionais desempenhavam as funções de conselheiros tutelares, conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Juiz da Vara da Infância e da Juventude, promotor da cidade e integrante da Secretaria de Bem-Estar Social (SEBES).

A partir do QUADRO 24 percebe-se que os autores mencionam que a profissionalização das pessoas que atuam nas instituições de acolhimento deve passar pela formação e qualificação profissional, assim como acompanhamento das atividades, orientação em serviço, somados à melhoria nas condições de trabalho.

Além disso, a relação entre os educadores, cuidadores e demais profissionais que trabalham em instituições de acolhimento para crianças e jovens deve se basear na criação de vínculos, de confiança e de acolhimento diante das difíceis situações vividas pelo público atendido. Para tanto, os educadores devem respeitar a cultura e os saberes dos jovens e ao mesmo tempo promover um atendimento constante, afetivo e personalizado.

#### **4. Sugestões para as redes de apoio**

A integração dos diversos segmentos da sociedade civil e setores governamentais é citada por Ferriani, Bertolucci e Silva (2008) como importante nas ações voltadas para o combate à violência e para a assistência a crianças e adolescentes acolhidos em instituições.

Para Ayres, Cardoso e Pereira (2009), o funcionamento das redes de proteção para crianças e adolescentes é um trabalho a ser feito não só pelo Estado, mas pela sociedade civil e profissionais e especialistas que estão inseridos no interior dos abrigos, onde podem garantir e reafirmar, nas práticas cotidianas, a nova lógica de proteção.

O apadrinhamento afetivo é uma das formas de garantir a convivência familiar e comunitária a crianças e adolescentes institucionalizados com a participação de voluntários que se tornam padrinhos/madrinhas desses jovens. No entanto, Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) acreditam que esse tipo de proposta deveria ser destinada somente às crianças que não mais podem retornar às famílias de origem ou que a proposta fosse estendida à família da criança abrigada para que também seja apadrinhada e fortalecida em seu papel parental.

Com relação aos programas de acolhimento familiar, Nery (2010) sugere que ocorra a preparação da família acolhedora, inclusive para fortalecer a família de origem e ajudar na reintegração da criança. Costa e Rossetti-Ferreira (2009), nesse mesmo sentido, enfatizam a necessidade de se promover a construção de vínculos e relações afetivas na família acolhedora.

Delgado (2010) sustenta a necessidade do aperfeiçoamento da prevenção primária e da articulação entre as entidades competentes pela mediação em cada comunidade, melhorando a intervenção na família segundo critérios eficazes e justos. Nesse mesmo sentido, Nery (2010) ressalta a necessidade de aproximação entre as seguintes áreas: desenvolvimento social, urbano e econômico, demandas de habitação, trabalho e renda, saneamento, segurança alimentar, saúde, esporte, lazer, cultura e educação.

Para Ferriani, Bertolucci e Silva (2008), deve-se estabelecer uma nova relação entre as áreas da Assistência Social, do Judiciário e da Saúde em especial da enfermagem (área das autoras), na busca de práticas, principalmente as que se reportem à atuação conjunta à criança e ao adolescente que sofreram algum tipo de violência, à sua família, ao abrigo e à comunidade. Mas para tanto, é indispensável uma profunda integração das ações que perpassam as políticas públicas, em especial das políticas sociais (Nery, 2010).

Gabatz *et al.* (2010) ressaltam a importância da ação conjunta de profissionais de diferentes áreas: unidade de atenção básica à saúde, escola, conselho tutelar e instituição de acolhimento. Considerando as situações de violência intrafamiliar que geraram a institucionalização, os profissionais da área da saúde têm atribuições importantes na comunicação dos casos. Mas, para isso, além da qualificação profissional eles necessitam de uma rede de apoio para encaminhar vítimas e agressores (GABATZ *et al.*, 2010)

A esse respeito, Silva e Nunes (2004) propõem que sejam revistos os critérios que subsidiam a decisão de afastar temporariamente um jovem de sua família, já que, para Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009), nesse período a situação da família nem sempre melhora e o filho se torna um estranho, intensificando os problemas relacionais familiares.

Quanto ao tempo de acolhimento na instituição, Siqueira e Dell'Aglio (2010), propõem a integração das ações entre as instituições e as famílias no intuito de garantir o caráter provisório do acolhimento e possibilitar o retorno do jovem ao convívio familiar.

Outra ação, sobretudo para diminuir o tempo de abrigamento, é acelerar os processos de adoção para que os bebês e crianças institucionalizadas se integrem em uma família substituta o mais rapidamente possível (BÖING e CREPALDI, 2004).

Além disso, como a família fica vulnerável às decisões externas e parece ficar indefesa diante das deliberações, é importante pensar na atuação e no atendimento da defensoria pública para as famílias no sentido de orientá-las sobre o que podem fazer para conseguir seus filhos de volta (VASCONCELOS, YUNES e GARCIA, 2009). Siqueira e Dell'Aglio (2011) sugerem ainda que o programa de preservação e reinserção familiar seja implementado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em parceria com as instituições de acolhimento e demais instituições, primando pela integração com a comunidade. Para Nery (2010), as famílias com necessidades de recursos materiais devem ser inseridas em programas oficiais de auxílio visando superar as dificuldades e restaurar os direitos.

Siqueira *et al.* (2010) sugerem a criação de uma política de reinserção familiar envolvendo profissionais da psicologia e do serviço social em parceria com o Sistema Único de Saúde, como, por exemplo, com as equipes que desenvolvem o trabalho junto às famílias com o Programa Saúde da Família (PSF). Essa parceria poderia concentrar-se especialmente nos processos de reinserção familiar, incluindo a avaliação e preparação das famílias e abrigados e a avaliação posterior ao retorno familiar, com visitas domiciliares frequentes e realização dos demais encaminhamentos necessários (saúde, formação profissional). Siqueira e Dell'Aglio (2007) também reforçam a necessidade de políticas públicas que assegurem o acompanhamento das transições para uma reinserção familiar adequada.

De acordo com Alexandre e Vieira (2004), a rede de apoio social e afetiva é fundamental para que as crianças se desenvolvam adequadamente. Esse suporte emocional pode ser encontrado fora do abrigo, com professores ou colegas no ambiente escolar. Para tanto, Santos e Bastos (2002) salientam a necessidade de adaptação da escola às demandas múltiplas dos jovens, oferecendo uma educação inclusiva em que se valorize a diversidade linguística e cultural. Para Mota e Matos (2008), as relações afetivas e ligações seguras que os jovens estabelecem nas instituições de abrigo e no ambiente escolar (principalmente pela figura do professor) podem permitir uma organização emocional, melhorando ou alterando as respostas pessoais dos jovens aos fatores de risco por eles vivenciados.

Nesse sentido, Siqueira (2009) propõe o desenvolvimento de estratégias junto aos professores para capacitá-los e sensibilizá-los quanto ao seu potencial de apoio social. A autora sugere importantes pontos a serem abordados em capacitação

continuada junto aos professores: (1) as diretrizes do ECA, como o direito fundamental à convivência familiar e comunitária; (2) os aspectos do contexto e da trajetória de vida dos jovens em situação de institucionalização e em processo de reinserção familiar; (3) o funcionamento e as características das famílias desses jovens, para que não sejam desconsideradas e desacreditadas; e (4) o importante papel da escola na rede de apoio de jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

Segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007b) são necessárias reflexões sobre o conteúdo e a gestão de políticas públicas capazes de fortalecer as famílias em suas competências e promover a preservação dos vínculos sócio-afetivos entre pais e filhos diante de situações adversas, como a pobreza, a desagregação familiar, a violência doméstica e a dependência do álcool e outras drogas. A esse respeito, Gabatz *et al.* (2010) indicam a necessidade de trabalhos envolvendo o planejamento reprodutivo, cuidados com pré-natal e parto.

Vasconcelos, Yunes e Garcia (2009) sugerem a melhoria das políticas públicas de atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social e ambiental, a implementação da qualidade nos serviços de atendimento e pleno acesso às condições básicas necessárias à convivência saudável e sobrevivência de modo a suprir carências e dificuldades vividas por essa população.

Ademais, indica-se a necessidade de políticas públicas eficazes nos diferentes níveis (municipal, estadual e federal), com intervenção de uma equipe multiprofissional (AZÔR e VECTORE, 2008) e a promoção de discussão de políticas de atendimento aos jovens abrigados, primando pelo seu bem-estar psicológico (WATHIER e DELL'AGLIO, 2007). Santos e Bastos (2002) reforçam a necessidade de políticas sociais mais sensíveis às demandas dos jovens em situação de vulnerabilidade a partir de modelo multifatorial do risco de Winfield<sup>23</sup> (1996, *apud* SANTOS e BASTOS, 2002) e trabalhos sobre a promoção da resiliência.

Medeiros e Motta (2008) sugerem a sensibilização de gestores para o desenvolvimento de políticas públicas no que tange às crianças e adolescentes abrigadas com AIDS.

---

<sup>23</sup> O modelo multifatorial do risco reconhece a co-existência de fatores do contexto e fatores pessoais. Estes fatores podem estar atuando juntos, aumentando a potência dos riscos ou podem ser mediadores do efeito um do outro.

Em relação à preparação para a saída da instituição, Delgado (2010) defende a criação de mecanismos ou programas que facilitem a transição dos jovens acolhidos para a vida independente:

Quando atingem a maioridade mas não reúnem as condições para iniciar uma vida autônoma, há que encontrar meios ou instrumentos que suportem as suas famílias acolhedoras e que possibilitem uma transição mais prolongada e adequada para a autonomia.

(DELGADO, 2010, p. 343)

Vários autores fazem propostas para as políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social, abrangendo tanto as crianças e jovens acolhidos quanto seus familiares e as comunidades a que pertencem.

Diversos autores reforçam a necessidade da integração entre sociedade civil e setores governamentais, da articulação nas ações de diferentes áreas e atuação conjunta para uma efetiva atuação com crianças e adolescentes acolhidos em instituições e suas famílias.

A escola é igualmente mencionada como importante ambiente da rede de apoio social e afetivo dos jovens institucionalizados, devendo ser propostas ações no sentido de preparar professores e comunidade escolar para este importante papel.

No intuito de diminuir o tempo de abrigo e promover ações de retorno familiar também são abordadas a necessidade de revisão de critérios para o acolhimento institucional, o acompanhamento e avaliação da reinserção familiar e a aceleração do processo de adoção.

Retomando os aspectos deste item, os pesquisadores sugerem a melhoria das políticas públicas destinadas à população em situação de vulnerabilidade, incluindo famílias pobres e crianças e jovens acolhidos em instituições. Deve haver maior eficácia nos serviços de atendimento nos diferentes níveis da federação e ocasiões de reflexão acerca das políticas redistributivas, que são importantes para a diminuição da pobreza, mas se mostram insuficientes para garantir à família sua dignidade e cidadania.

Ademais, indica-se a necessidade de políticas públicas específicas para jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente para os que se encontram abrigados, incluindo ações para ajudá-los em sua vida após a desinstitucionalização.

No QUADRO 25 são apresentadas as sugestões dos autores para o funcionamento das redes de apoio:

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Propostas</b>
Articulação entre entidades	Integração das ações
Integração segmentos da sociedade civil e setores governamentais	
Rede de apoio entre Estado, sociedade civil e profissionais / Encaminhamentos necessários	
Aproximação das ações voltadas para a família: infra-estrutura, moradia, trabalho e renda, saneamento, saúde, cultura e educação, etc.	
Novas relações entre assistência social, judiciário e saúde	Melhoria dos serviços públicos de atendimento
Aperfeiçoar prevenção primária	
Ação da defensoria pública (orientar famílias)	
Programa de preservação e reinserção familiar	
Acelerar os processos de adoção	
Rever os critérios para o acolhimento institucional	
Integração entre instituições de acolhimento e famílias	
Adaptar a escola às demandas de jovens acolhidos	
Aperfeiçoar o apadrinhamento afetivo	
Incluir famílias nos programas de auxílio econômico	
Garantir acesso às condições básicas de vida	
Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento	
Programas para a saída dos jovens da instituição	
Mais sensíveis às demandas dos jovens	Criação de políticas públicas
Eficazes nos diferentes níveis (equipe multiprofissional)	
Atendimento à população vulnerável socialmente	
Políticas de reinserção familiar em parceria com o SUS	
Para crianças e adolescentes com AIDS	
Fortalecer as famílias	
Planejamento reprodutivo, cuidado pré-natal e parto	

**QUADRO 25 - SUGESTÕES PARA O FUNCIONAMENTO DAS REDES DE APOIO**  
**FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)**

As redes de proteção integral se expressam por um conjunto de organizações interconectadas que visam assegurar o cumprimento e a exigibilidade dos direitos instituídos e a responsabilização dos responsáveis quando de suas violações. “No eixo da defesa dos direitos, a rede de proteção local envolvida com a implementação da medida de abrigo reúne, mais frequentemente, o Juizado da Infância e da Juventude, a Promotoria da Infância e da Juventude e o Conselho Tutelar” (AQUINO, 2004, p. 342)

Um dos problemas relacionados à falta de integração dos diferentes agentes que atuam com crianças e adolescentes abrigados é a retirada precipitada de jovens de seu núcleo familiar, ao invés dos profissionais auxiliarem e orientarem a família e compreenderem suas estratégias de sobrevivência. No entanto, o fato de se compreender a família não deve se sobrepor aos direitos dos jovens.

O ECA (artigo 88, inciso VI) estabelece como diretrizes da política de atendimento:

integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

Assim, entende-se que a articulação é preconizada pelo ECA, mas encontra dificuldades de efetivação, devendo ser encontradas soluções que harmonizem as relações e atuações entre os diferentes órgãos da política de atendimento a crianças e jovens acolhidos em instituições.

### **5. Propostas dos autores para “novas” concepções**

Quando se trata de mudanças necessárias com relação à institucionalização de crianças e jovens, um dos aspectos apresentados pelos autores é o da revisão das concepções de atendimento, ou seja, do entendimento, da compreensão ou da percepção que se tem do processo de acolhimento, das pessoas acolhidas, de seus familiares e das ações educativas. Entretanto, Giacomello e Melo (2011) ressaltam que é impossível fazer algo certo por uma criança, promulgando uma lei ou instalando uma engrenagem administrativa. Para as autoras, estas ações são necessárias, mas constituem apenas um primeiro estágio. Segundo Zem-Mascarenhas e Dupas (2001), existe um movimento discursivo por parte do estado, mas ele não se configura em ações estruturais amplas. Por isso, segundo Nascimento e Scheinvar (2005) é necessário intervir nas práticas para produzir as rupturas nas concepções de atendimento.

Para Chaves *et al.* (2003) a proteção à infância requer uma postura epistemológica transdisciplinar que considere a aproximação entre história e psicologia para a reconstrução da compreensão dos significados culturais, o esclarecimento das narrativas sobre proteção à infância nos dias atuais e a análise das práticas sociais e do estado, inconsistentes com o conteúdo de tais narrativas. Nesse mesmo sentido, Nascimento e Scheinvar (2005) também propõem o debate da produção histórico-política dos modos de funcionamento das relações de proteção voltadas para os setores infanto-juvenis. Borrione e Chaves (2004)

defendem a importância desse tipo de estudo e reflexão suscitada para a elucidação do contexto histórico e das práticas sociais, integrando psicologia e história.

Segundo Ferriani, Bertolucci e Silva (2008) é imprescindível deslocar o foco do risco e do assistencialismo para a promoção de desenvolvimento saudável, interrompendo o ciclo de exclusão. Para Zem-Mascarenhas e Dupas (2001) são necessárias mudanças na estrutura do modelo de desenvolvimento do país, que tem mantido a situação das famílias e da infância em situação de vulnerabilidade.

As propostas dos pesquisadores envolvem “novas” concepções sobre os jovens acolhidos e de sua inserção no mundo e a resignificação do valor da vida, a sistematização da prática dialógica e o combate à naturalização das relações (NASCIMENTO e SCHEINVAR, 2005). Nessa mesma linha, Nascimento e Scheinvar (2005) indicam a necessidade de se abrir espaço para a participação democrática da população. O QUADRO 26 reúne as sugestões apresentadas pelos autores quanto ao atendimento em instituições:

<b>Assuntos (categorias) indicados pelos autores</b>	<b>Propostas</b>
Postura epistemológica transdisciplinar	Melhorar as concepções das instituições
Debate da produção histórico-política das instituições	Reflexões sobre o processo educativo nas instituições
Contexto histórico e das práticas sociais	
Combater naturalização das relações	
Deslocar o foco para o desenvolvimento saudável	Reestruturar o foco das ações
Mudanças no modo de desenvolvimento do país	
Ampliar a participação democrática da população	

QUADRO 26 - SUGESTÕES QUANTO ÀS CONCEPÇÕES DE ATENDIMENTO  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

No QUADRO 26 são apresentados três aspectos principais: a melhoria das concepções das instituições, as reflexões sobre o processo educativo nas instituições e a reestruturação do foco das ações. Nesse sentido, percebe-se que as mudanças de concepção passam por reflexões e debates interdisciplinares que visam modificar as ações nas instituições, tornando o espaço mais democrático e promotor de desenvolvimento.

## **6. Propostas para o Acolhimento: Síntese**

Assim, a partir dos temas levantados, têm-se alguns aspectos importantes que apontam para propostas de melhorias do processo de institucionalização da população infanto-juvenil.

No que se refere às “Propostas para as famílias”, os autores reforçam a necessidade de se respeitar e ajudar a família, tanto no processo de acolhimento institucional quanto no de retorno familiar, buscando o resgate dos laços afetivos familiares. Também é reforçada a necessidade de construção de estratégias juntamente com a família no intuito de resolver ou minimizar os problemas sócio-econômicos e relacionais que levaram ao abrigamento.

São abordadas as “Propostas relativas às condições do acolhimento”, indicando mudanças estruturais (arquitetônicas), de pessoal (relação entre número de educadores e crianças atendidas), sobretudo em relação à melhoria do atendimento. Os aspectos de interação e afetividade são citados por diversos autores como essenciais para a promoção de um ambiente saudável e propiciador de bem-estar, assim como a qualidade na comunicação e possibilidades de lazer e brincadeiras promovidas nas instituições. Também são abordados os cuidados específicos em relação à saúde psicossocial da população atendida, sobretudo quanto ao estresse, à depressão, e ao acompanhamento escolar. São igualmente essenciais para a qualidade do atendimento a atenção e o cuidado respeitoso dos funcionários em relação ao público atendido e seus familiares, sempre primando pelo respeito e pela identificação e construção de vínculos.

Entretanto, Baptista *et al.* (2008) explicam que a desqualificação das famílias pobres, tratadas como incapazes de educar seus filhos, forneceu sustentação ideológica às práticas sociais. Um dos grandes desafios da área, a mudança do lugar das famílias nas políticas públicas e ações sociais, passa pela atualização e pelo conhecimento sobre a realidade dessas famílias. Ao conhecer suas peculiaridades tende-se a quebrar os discursos homogêneos e estereotipados, alcançando o real conhecimento de seus recursos, condições e competências, compreendidas no campo das possibilidades. Essa perspectiva pode contribuir para a construção coletiva de ações, considerando as necessidades e os direitos dessas famílias (BAPTISTA *et al.*, 2008).

Quanto ao acolhimento familiar, ele é entendido como alternativa prioritária ao institucional, sendo necessárias adequações no recrutamento, preparo e integração das informações e dados sobre as famílias acolhedoras. No entanto, como a medida é recente do ponto de vista legal e há falta de sistematização sobre como tem acontecido, é essencial a produção de conhecimento acerca da prática e da implementação dessa forma de acolhimento.

A subseção “Propostas para os recursos humanos” trata da formação e da qualificação dos diferentes profissionais que atuam nas instituições de acolhimento. De modo geral, os pesquisadores indicam a necessidade de formação para o bom desempenho no trabalho, além de acompanhamento e supervisão contínua. A atuação desses profissionais deve ser pautada nas relações afetivas, na criação de vínculos e na acolhida dos jovens atendidos, respeitando sua cultura, seus saberes e experiências de vida.

Para Costa (2002) o estado deve dar condições para a contínua qualificação do atendimento e o aperfeiçoamento da formação profissional nas entidades de atendimento da assistência social, da criança e do adolescente.

Para Bazon (2001) a reorganização dos serviços de assistência social implementada pelo ECA passa obrigatoriamente pela qualificação profissional dos trabalhadores que estão diretamente e cotidianamente envolvidos com crianças e adolescentes na “linha de frente” dos serviços. A autora propõe o modelo psicoeducativo com aporte teórico advindo de diferentes áreas teóricas, no intuito de promover, nas instituições, a educação integral dos jovens, ressaltando o valor educativo das experiências cotidianas. Desenvolvido na década de 40 no Canadá, esse movimento gerou modificações na organização das instituições de atendimento a adolescentes infratores. Dessa forma, a proposta visa conferir uma maior sistematização das práticas cotidianas institucionais com a formação de educadores com conhecimentos científicos e desenvolvimento de habilidades profissionais e estratégias metodológicas para o trabalho desenvolvido.

“Sugestões para as redes de apoio”, trata da necessidade de complementaridade e articulação entre as entidades voltadas para o acolhimento infanto-juvenil, os diferentes setores governamentais e a sociedade civil, visando uma atuação conjunta. Também é mencionada a importância de se preparar a comunidade escolar para auxiliar nas ações, sobretudo como rede de apoio social para os jovens acolhidos em instituições.

A esse respeito Cruz (2006) explica que o combate à vulnerabilidade social implica na superação de enfoques setorialistas e desarticulados, reforçando a necessidade de urgente articulação das políticas sociais. Para intensificar a integração das ações das políticas públicas, Costa (2002) sugere um trabalho de engenharia institucional com a criação de instâncias formais de diálogo. Para o autor essa articulação pode ocorrer por meio da concepção e da implantação dos

programas e ações que levem em conta a intersecção entre as diversas áreas que visam atender.

No que se refere às parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor, Costa (2002) explica que elas são fundamentais para o maior alcance das ações e a diminuição de lacunas e sobreposições das ações na área. Mesmo que essa questão envolva ambigüidades e problemas, é necessário potencializar e estimular as contribuições e as possibilidades de mobilização da sociedade civil. Entretanto, para que esses convênios funcionem, essa associação não deve ser entendida como uma terceirização das ações de responsabilidade do Estado. O poder público precisa estabelecer as diretrizes da política de Assistência Social e da criança e do adolescente, integrando as diversas iniciativas (COSTA, 2008).

No que se refere às políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social, os autores consultados ressaltam a importância da melhoria e do aumento da eficácia dessas políticas tanto para as famílias em situação de vulnerabilidade quanto para jovens pobres, especificamente os que estão acolhidos em instituições. Recomenda-se também a criação de ações voltadas para ajudar os jovens que vivem em instituições de acolhimento para sua autonomia e independência.

Um dos temas discutidos por Costa (2008), a respeito das políticas de assistência social à infância e adolescência no Brasil é a falta de informação sobre o resultado e o impacto das políticas e dos programas. Como parte dessa problemática se refere à avaliação dos programas existentes, o autor resalta a necessidade da sistematização do acompanhamento e avaliação dos programas e das políticas. Dessa forma poderiam ser acompanhados os trabalhos nas instituições de acolhimento, visando garantir a qualidade dos serviços.

Ao tratar do conceito de vulnerabilidade, Cruz (2006) explica o quanto ele está relacionado às políticas públicas, envolvendo a falta de acesso à riqueza e à cidadania.

No que concerne às “Propostas dos autores para “novas” concepções sobre a população atendida”, os(as) pesquisadores(as) abordam a necessidade de transformação no modo de se entender o acolhimento institucional, buscando ações individualizadas, voltadas para a participação, o diálogo, os processos de conscientização e emancipação da população acolhida.

Luna (2001), ao abordar criticamente a apropriação da infância vulnerável, propõe a responsabilização no cuidado à população infanto-juvenil. Para a autora, as instituições especializadas e a sociedade devem promover a possibilidade das crianças e famílias serem protagonistas de suas próprias vidas, retomando para si a possibilidade de decidir sobre seu futuro.

O QUADRO 27 apresenta a comparação dos assuntos tratados nos artigos, dos problemas indicados e propostas sugeridas pelos autores. Na primeira coluna constam as temáticas gerais; a segunda contempla os problemas apontados na seção “Processo de Acolhimento, segundo os artigos”; e a terceira inclui as propostas dos autores a partir da seção “Propostas para o acolhimento institucional”.

Pode-se perceber que várias questões apresentadas como problemas aparecem também referidas nas alternativas sugeridas.

Com relação à família, que sofre e é estigmatizada, propõe-se a criação de programas de atenção e foco na melhoria do relacionamento (entre instituição e família) e combate ao preconceito no tratamento dessas famílias.

No item acolhimento institucional, que contempla “como” acontece a institucionalização, são indicados vários problemas relacionados à estrutura e ao funcionamento inadequados e excessivamente institucionais. As propostas seguem esse mesmo sentido, defendendo a humanização do ambiente institucional e sua transformação.

Os recursos humanos que atuam nas instituições são apontados como pouco profissionalizados e com práticas inadequadas. As propostas envolvem a melhoria das condições de trabalho e a formação e qualificação profissional.

Quanto às redes de apoio, os autores apontam problemas de diversos tipos envolvendo as instituições que servem como rede de apoio. Os artigos propõem melhorias nos serviços públicos, a integração das ações das diferentes instituições e a criação de políticas públicas.

No que se refere ao acolhimento, são apontados problemas ligados à relação paradoxal entre risco e proteção e política de priorização do crescimento econômico, dentre outros. As propostas envolvem melhorar as concepções de ação, a reflexão e a reestruturação das ações de proteção especial. (vide QUADRO 27)

<b>ASSUNTOS TRATADOS NOS ARTIGOS</b>	<b>PROBLEMAS INDICADOS PELOS AUTORES</b>	<b>PROPOSTAS SUGERIDAS PELOS AUTORES</b>
As famílias das crianças e adolescentes acolhidos em instituições	Sofrimento da família Estigmatização da família Desamparo, insegurança e desconfiança  (QUADRO 17, p.93)	Implantação de programas de atenção a jovens e suas famílias Promover a aproximação do jovem e sua família Melhorar o relacionamento entre família e instituição Apoiar a família (QUADRO 22, p.120)
Condições de acolhimento na instituição	Funcionamento "rígido" Características estruturais inadequadas Ambiente de acolhimento frio  (QUADRO 18, p.98)	Transformação da cultura de acolhimento na sociedade Estrutura de funcionamento menos rígida Estrutura física mais adequada Melhorar e incluir atividades Qualidade no ambiente: humanização do atendimento Sistematizar programas de acolhimento familiar (QUADRO 23, p.129)
Recursos humanos na instituição	Ausência de profissionalização Práticas e relações educativas inadequadas  (QUADRO 19, p.103)	Melhorar as condições de trabalho Formação e qualificação profissional Conteúdos de capacitação de educadores e profissionais da saúde (QUADRO 24, p.132)
Funcionamento das redes de apoio	Problemas na avaliação das instituições de acolhimento Escola não atende às necessidades Falta de integração entre entidades da rede social de atendimento Falta de políticas públicas Lentidão e burocracia do judiciário (QUADRO 20, p.107)	Integração das ações Melhoria dos serviços públicos de atendimento Criação de políticas públicas  (QUADRO 25, p.138)
Concepções de atendimento	Relação paradoxal entre proteção e risco Concepção negativa sobre o público atendido Política de priorização do desenvolvimento econômico Hiato entre a teoria e prática das entidades Práticas de proteção inadequadas (QUADRO 21, p. 112)	Melhorar as concepções das instituições Reflexões sobre o processo educativo nas instituições Reestruturar o foco das ações  (QUADRO 26, p.140)

**QUADRO 27 - COMPARAÇÃO ENTRE OS PROBLEMAS INDICADOS E AS PROPOSTAS SUGERIDAS PELOS ARTIGOS**  
**FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)**

#### **A 4 - Problemas, Alternativas e a Desinstitucionalização**

Há falta de discussão dos autores sobre a questão da desinstitucionalização dos jovens aos 18 anos. Esse tema é tratado *en passant*, não sendo muito aprofundado. Esse ponto é mais um argumento que justifica a necessidade desta pesquisa, em função da necessidade de se investigar o paradeiro dos jovens quando saem das instituições.

A maior parte dos artigos (VECTORE e CARVALHO, 2008; SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2011; NOGUEIRA e COSTA, 2005; AZÔR e VECTORE, 2008; SIQUEIRA *et al.*, 2010; VASCONCELOS, YUNES e GARCIA, 2009) trata da experiência de jovens que retornam a viver com a família (reinserção familiar), quando o processo de desinstitucionalização não ocorre obrigatoriamente em função da chegada da maioridade.

Mesmo que o ECA ressalte a necessidade da preparação para a saída da instituição, alguns autores (SILVA e NUNES, 2004; SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2007; AZÔR e VECTORE, 2008; SIQUEIRA *et al.*, 2010; SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2011) indicam que esse período não tem sido devidamente planejado e acompanhado.

Para Nogueira e Costa (2005), a saída é sentida com angústia e ansiedade pelos jovens. Defende-se a preparação para a saída da instituição (DELGADO, 2010) com a criação de programas que auxiliem os jovens em sua vida fora da instituição, principalmente porque o retorno familiar não acontece na maior parte das vezes.

A temática da desinstitucionalização é importante, mas não tem sido estudada com frequência, havendo um vácuo de pesquisas ou informações a respeito do paradeiro dos jovens que moraram em instituições. Por essa razão, entende-se a necessidade da realização de pesquisas nesta área para se conhecer o processo de saída das instituições de acolhimento a partir da ótica dos jovens, buscando informações que possam subsidiar propostas educativas para as instituições e a criação de programas para jovens acolhidos em instituições.

## **B – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E JOVENS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO EM TESES E DISSERTAÇÕES**

A presente seção inclui a revisão de teses e dissertações que estudam a temática do acolhimento institucional. Foram feitos levantamentos nas bibliotecas online de teses e dissertações das seguintes instituições: Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP); Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foram utilizadas para a busca as seguintes palavras-chave: abrigo; institucionalização; acolhimento institucional; institucionalizada(s); institucionalizado(s); abrigado(s); abrigamento; adolescentes em situação de risco; adolescentes em situação de vulnerabilidade social; jovens em situação de vulnerabilidade social; e jovens em situação de risco. O período de abrangência foi de 1990 (ano da promulgação do ECA) a 2012 (disponíveis no formato *online* até setembro de 2012).

Foram encontrados 131 trabalhos, sendo 104 dissertações e 27 teses, diretamente relacionados com o tema “acolhimento institucional”. Não foram encontradas pesquisas na PUCCAMP e na PUCPR, seguindo as palavras-chave utilizadas como elemento de busca.

A maior parte dos estudos encontrados foi realizada em programas de pós-graduação em Psicologia (50), Serviço Social (23) e Educação (22). Os programas da área de Sociologia e Antropologia (8), Enfermagem (7), História (5), Ciências Médicas (4) e Direito (4) também desenvolveram trabalhos na área do acolhimento. Há outros trabalhos mais isolados realizados em diferentes áreas do conhecimento (8).

Acerca da metodologia de pesquisa utilizada, a maior parte dos trabalhos foi de pesquisas de campo (75), outros envolveram tanto pesquisa documental quanto de campo (26) e as demais, foram pesquisas documentais (23). Para algumas pesquisas não foi possível identificar o tipo de pesquisa ou o resumo não foi encontrado.

As informações sobre as produções científicas foram organizadas em grupos temáticos pela semelhança dos assuntos abordados, criando-se quatro categorias *a posteriori* a partir da análise dos resumos<sup>24</sup>. As categorias são:

B 1 – Família, Estado e acolhimento.

B 2 – Instituições de Acolhimento.

B 3 – Educadores e Ações Educativas.

B 4 – Desinstitucionalização, Escola e Trabalho.

Cada categoria será apresentada com um quadro onde estão listados o ano de defesa, o nível de ensino (dissertação ou tese), a instituição de ensino, o título da pesquisa e os nomes do(a) autor(a) e do(a) orientador(a).

### **B 1 - Família, Estado e acolhimento**

Essa categoria abrange pesquisas sobre a intervenção do Estado em famílias (gerando a perda do poder familiar), sobre as relações entre a família e o jovem acolhido, sobre as ações desenvolvidas para a sua aproximação, sobre o significado de cuidado e de família para jovens acolhidos, sobre o acolhimento familiar e o direito à convivência familiar e comunitária e sua violação.

Na categoria sobre Família, Estado e Acolhimento foram encontrados 35 trabalhos, sendo 27 dissertações e 8 teses (vide QUADRO 28).

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
1995	DM	UNICAMP	A influência da família na socialização da criança institucionalizada	Machado, C. Orient.: Simson, O. R. de M. von
1998	DM	PUCSP	"Vamos brincar de casinha": a construção do significado de família na interação de crianças institucionalizadas	Martins, E. Orient.: Szymanski, H.
1999	T	USP	Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua.	Medeiros, M. Orient.: Carvalho, M. das G. B. de
2000	DM	UFSC	Abrigo de crianças e realidade familiar: a desmistificação do abandono	Alves, E. S. Orient.: Zago, N.
2004	DM	UFPR	Nos caminhos da rua: a mobilidade social do menino de rua na cidade de Curitiba	Gnoato, G. Orient.: Gomide, P. I. C.
	DM	UFPR	O que leva uma mãe a abandonar um filho?	Santos, C. S. D. dos Orient.: Weber, L. N. D.
2005	DM	UNICAMP	Mães que perdem seus filhos na justiça.	Copolla, M. E. A. C. Orient.: Banzato; C. E. M.
	T	UFPR	Criança e adolescente em situação de rua: políticas e práticas sócio-pedagógicas do poder público em Curitiba	Miranda, S. M. G. de A. Orient.: Freitas, M. F. Quintal de

<sup>24</sup> Dos documentos consultados três deles não tinham os resumos disponíveis nas bases de dados e não foram encontrados em outras bases. Nesses casos, a classificação temática foi feita a partir do título do trabalho.

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2005	DM	UFRGS	Substituindo famílias: continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946/2003	Pilar, U. B. Orient.: Fonseca, C.
	T	PUCSP	Proposta de intervenção com famílias de crianças e adolescentes institucionalizados	Martins, S. R. de C. Orient.: Macedo, R. M. S. de
	DM	UFSC	Irmãos em abrigos: possibilidades e limites para o resgate do direito à convivência familiar e comunitária	Carreirão, Ú. L. Orient.: Schmickler, C. M.
	T	USP	Situação dos órfãos em decorrência da AIDS em Porto Alegre/RS e fatores associados à institucionalização	Doring, M.I Orient.: França Júnior, I.
	DM	PUCSP	O direito à convivência familiar	Piovesan, F. C. Orient.: Figueredo, L. C. P.
2006	T	UNICAMP	Filhos da lua: a ausência de relações sociais de reconhecimento em crianças que vivem em instituições de atendimento a infância	Santos, S. D. M. dos Orient.: Sirgado, A. P.
	DM	PUCSP	Avós, pais e netos: relações socioafetivas intergeracionais em situação de pedido de guarda na Vara da Infância e Juventude / Comarca de Santos/SP	Antonio, M. de L. B. Orient.: Vitale, M. A. F.
	DM	PUCSP	A relação entre o prescrito e o real no discurso jurídico de destituição do poder familiar	Peters, E. B. de O. Orient.: Souza e Silva, M. C. P. de
	DM	PUCSP	A preservação dos vínculos familiares: um estudo em abrigos	Volíc, C. Orient.: Baptista, M. V.
2007	DM	PUCSP	Famílias acolhedoras: um estudo comparativo	Camargo, V. L. K. Orient.: Baptista M. V.
2008	DM	PUCSP	O acolhimento familiar como garantia do direito à convivência familiar e comunitária	Valente, J. A. G. Orient.: Baptista, M. V.
	DM	UFPR	Concepções de cuidado familiar na visao de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG	D'Aroz, M. S. Orient.: Stoltz, T.
	DM	PUCSP	O direito fundamental de liberdade da convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente	Pereira, J. A. B. Orient.: Shimura, S. S.
2009	DM	PUCSP	Construções possíveis: o convívio em um projeto público de acolhimento familiar	Dias, W. A. Orient.: Campos, M. S.
	DM	PUCSP	Circulação de crianças e adolescentes em Vargem Grande Paulista-SP	Oliveira, D. N. de Orient.: Baptista, M. V.
	T	USP	Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares	Leoncio, W. A. H. Orient.: Tardivo, L. S. de la P. C.
2010	DM	PUCSP	Migração, história e transmissão: uma família que se conta	Castilho, M. L. C. de Orient.: Rosa, M. D.
	DM	PUCSP	A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar	Bento, R. Orient.: Baptista, M. V.
	DM	USP	As implicações do aprisionamento dos pais no exercício do direito à educação e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em regime de abrigo na cidade de São Paulo	Abrão, M. J. Orient.: Silva, R. da
	DM	UFSC	Caminhos e (des)caminhos do plano nacional de convivência familiar e comunitária: a ênfase na família para a proteção integral de crianças e adolescentes	Silva, I. R. da Orient.: Souza, M. P.
	DM	USP	Delineamento adaptativo/psicológico de mães de crianças abrigadas	Valentim, N. dos S. Orient.: Yamamoto, K.
2011	DM	PUCSP	A noção de família em processos judiciais: uma análise a partir de casos de violência sexual infantil	Avarca, C. A. de C. Orient.: Spink, M. J. P.
	DM	PUCRS	O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?	Santos, A. C. R. dos Orient.: Fernandes, I.

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2011	T	PUCSP	Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: a questão das políticas públicas/sociais em relação à família - estudo acerca de suas possibilidades em diferentes cidades	Zola, M. B. Orient.: Campos, M. S.
	DM	UFPR	Da convivência familiar da criança e do adolescente na perspectiva do acolhimento institucional	Kreuz, S. L. Orient.: Fachin, L. E.
2012	T	PUCSP	A violência intrafamiliar em Brasil e Portugal: uma avaliação das ações terapêuticas a partir de duas cidades, Arujá e Coimbra	Miura, P. O. Orient.: Naffah Neto, A.
	DM	UFRGS	Na cena jornalística, os serviços de acolhimento e a adoção: incitamentos à vontade de família	Rodrigues, L. Orient.: Hennigen, I.

Índice: DM (Dissertação de Mestrado); T (Tese de Doutorado)

## QUADRO 28 - DISSERTAÇÕES E TESES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO I – FAMÍLIA, ESTADO E ACOLHIMENTO

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

### B 2 - Instituições de Acolhimento

Essa categoria contempla estudos sobre os aspectos históricos das políticas públicas de proteção, sobre as características de funcionamento das instituições, sobre estudos de caso de propostas institucionais, sobre os significados da experiência institucional para os acolhidos, e sobre os aspectos psicológicos e sócio interacionais do acolhimento institucional (vide QUADRO 29).

Na categoria Instituições de Acolhimento foram encontrados 62 trabalhos, sendo 50 dissertações e 12 teses.

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
1994	DM	PUCRS	Crianças em abandono: a hipótese do complexo de Édipo	Rey, S. Orient.: Cunha, J. A.
1996	DM	PUCRS	Adolescentes abrigados: suas vivências e a compreensão de seus projetos de vida	Kern, F. A. Orient.: Bulla, L. C.
1998	T	UFPR	Metamorfose: de criança para menor: Curitiba - início do século XX	Trindade, J. M. B. Orient.: Burmester, A. M. de O.
	DM	UFSC	Meninos e meninas em risco: análise da prática da (des)proteção em regime de abrigo	Lepikson, M. de F. P. Orient.: Fantin, M.
1999	DM	UFPR	Do terço a chácara: a expressão da alteridade na construção do sujeito para os meninos de Quatro Pinheiros	Rigoni, M. H. Orient.: Rasia, J. M.
2000	T	UFRGS	O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes	Dell'Aglio, D. D. Orient.: Hutz, C. S.
2001	DM	PUCSP	A infância e a lei: o cotidiano de crianças pobres e abandonadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e suas experiências com a tutela, o trabalho e o abrigo	Mariano, H. A. Orient.: Peixoto, M. do R. da C.
2002	DM	UFPR	A família, o abrigo e o futuro: análise de relatos de crianças que vivem em instituições	Prada, C. G. Orient.: Weber, L. N. D.
	DM	UFSC	Um espaço e muitas vidas: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940	Ackermann, S. R. Orient.: Falcão, L. F.

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2003	DM	UFSC	Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo	Alexandre, D. T. Orient.: Vieira, M. L.
	DM	UFPR	Os Conselhos Tutelares e a democratização da Política de Abrigamento para crianças e adolescentes no município de Curitiba.	Meirelles, G. Á. L. de. Orient.: Souza, N. R. de
	DM	UFPR	A vida na República Nova Esperança: uma observação no interior de uma instituição de proteção de adolescentes em situação de risco	Cardoso, D. Orient.: Sallas, A. L. F.
	DM	UFSC	O sistema de abrigamento em Chapecó: possibilidade e limites da implementação de direitos para crianças e adolescentes	Amorim, D. C. Orient.: Schmickler, C. M.
	DM	PUCRS	Instituição & gênero: e a formação para o século XXI?	Kurylo, C. C. C. Orient.: Desaulniers, J. B. R.
2004	DM	PUCSP	Que mulher eu posso ser?: a constituição do psiquismo na menina vitimizada	Babadopulos, A. L. Orient.: Violante, M. L. V.
	DM	UFSC	Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição	Sartorelli, J. B. Orient.: Botomé, S. P.
	T	UFRGS	Uso de drogas em indivíduos institucionalizados e associação entre fatores de risco e dependência de drogas ilícitas	Ferigolo, M. Orient.: Stein, A. T. Co-orient.: Barros, H. M. T.
2005	DM	UFRGS	Características da representação do apego em adolescentes institucionalizados e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas	Dalbem, J. X. Orient.: Dell'Aglio, D. D.
	T	UNICAMP	Espelhos d'AIDS: infâncias e adolescências nas tessituras da AIDS	Cruz, E. F. Orient.: Camargo, A. M. F. de
	DM	UFPR	Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba: (Segunda metade do século XVIII)	Cavazzani, A. L. M. Orient.: Nadalin, S. O. Co-orient.: Andreazza, M. L.
	DM	PUCSP	Das ruas ao internato: experiências infantis - Abrigo de menores do estado de Santa Catarina - Florianópolis (1950-1972)	Nunes, E. S. N. Orient.: Brites, O.
	T	PUCRS	Desarticulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem	Cruz, L. Orient.: Guareschi, N. M. de F.
	T	UNICAMP	Direito a delicadeza: crianças e adolescentes livres da exploração sexual	Rimoli, J. Orient.: Smeke, E. de L. M.
	DM	PUCSP	Concepções de infância em relatórios psicológicos judiciais	Bernardi, D. C. F. Orient.: Rosemberg, F.
2006	DM	UFSC	O fogo da modernização: tradição e tecnicismo no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1940-1980)	Santos, R. B. Orient.: Silva, E. F. da
	DM	PUCSP	O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade complexa	Arruda, I. C. de Orient.: Baptista, M. V.
	DM	UFRGS	O caráter provisório do abrigo e a passagem adolescente: pensando transitoriedades	Oliveira, A. P. G. de Orient.: Milnitsky-Sapiro, C.
	DM	USP	O significado da experiência de abrigo e a autoimagem da criança em idade escolar.	Montes, D. C. Orient.: Ribeiro, M. O.
	DM	PUCSP	Crianças que não conseguem esquecer: sobre o traumático na infância	Ferreira, M. R. P. Orient.: Mezan, R.
	DM	USP	Análise do desenvolvimento emocional de gêmeos abrigados no primeiro ano de vida: encontros e divergências sob a perspectiva Winnicottiana	Careta, D. S. Orient.: Motta, I. F. da

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2006	DM	UFRGS	Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência	Siqueira, A. C. Orient.: Dell'Aglio, D. D.
2007	DM	UFRGS	Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade	Poletto, M. Orient.: Koller, S. H.
	DM	PUCSP	A escuta de sujeitos adolescentes que vivenciaram o abrigamento: contribuições psicanalíticas	Santos, C. P. Orient.: Pacheco Filho, R. A.
	DM	UFRGS	Existir de crianças com AIDS em casa de apoio sob o olhar da teoria de Paterson e Zderad	Medeiros, H. M. F. Orient.: Motta, M. C. da
	DM	PUCSP	Alterações de linguagem em crianças com histórias de desagregação familiar: três estudos de caso	Silva, C. P. da Orient.: Palladino, R. R. R.
2008	DM	UFSC	Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	Savi, A. E. Orient.: Dischinger, M.
	Tese	PUCRS	Abrigos e políticas públicas: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente	Janczura, R. Orient.: Bulla, L.C.
	DM	UFRGS	Vivências adversas e depressão: um estudo sobre crianças e adolescentes institucionalizados	Abaid, J. L. W. Orient.: Dell'Aglio, D. D.
	DM	PUCSP	A trajetória de vida de um jovem que vivenciou o rompimento dos vínculos familiares e um longo período de abrigamento	Ribeiro, L. da C. Orient.: Baptista, M. V.
	DM	PUCRS	O caso AMIB: institucionalização, estigma e controle social	Azevedo, R. G. de. Orient.: Svirski, A. C. C. N.
	T	USP	O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto	Serrano, S. A. Orient.: Ferreira, M. C. T. R.
	DM	UFPR	Pensando sobre si mesmos: o que adolescentes em situação de vulnerabilidade social aprendem ao enfrentar adversidades	Rodriguez, S. I. N. Orient.: Loos, H.
	DM	UFPR	Chegadas partidas: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares	Snizek, B. K. Orient.: Silveira, M. S.da
2009	T	PUCSP	Controle e repressão em uma sociedade de classes: estudo da institucionalização e do processo educativo de dois abrigos infantis em Bragança Paulista	Silva, M. N. M. Orient.: Baptista, M. V.
	DM	UFRGS	"Eu, a casa e a escola": narrativas de adolescentes em conflito com a lei acerca de si, da casa abrigo e da escola	Baldissera, M. J. S. Orient.: Traversini, C. S.
	T	UFRGS	Crianças, adolescentes e transições ecológicas: instituições de abrigo e família como contextos de desenvolvimento	Siqueira, A. C. Orient.: Dell'Aglio, D. D.
	DM	UFPR	Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho: ações do estado do Paraná à infância do "Abrigo Provisório Para Menores Abandonados" ao "Educandário Santa Felicidade"	Silva, J. de F. M. da Orient.: Souza, G. de
	DM	PUCSP	Os direitos sociais colocados em pauta na construção de metodologia para abrigo: a experiência da Fundação Criança de São Bernardo do Campo-SP	Gallo, M. Orient.: Martinelli, M. L.
	DM	UNICAMP	Os mecanismos protetores utilizados por uma equipe multidisciplinar na promoção de crianças e adolescentes resilientes	Vincenzi, M. R. R. C. Orient.: Zanolli, M. de L.
2010	DM	PUCSP	A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896-1944)	Oliveira e Silva, M. B. de Orient.: Bittencourt, C. M. F.

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2010	T	PUCSP	Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX	Sousa, C. M. P. de Orient.: Chizzotti, A.
	DM	USP	Órfãos de pais vivos: uma análise da política pública de abrigamento no Brasil	Glens, M. Orient.: Endo, P. C.
	DM	UFRGS	Narrativas de jovens que experimentaram a proteção em abrigos na década de 90	Boucinha, I. A. Orientador: Santos, N. I. S. dos
	DM	PUCRS	Nas trilhas de João e Maria: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo	Hadler, O. H. Orient.: Guareschi, N. M. de F.
	DM	PUCRS	Comportamento agressivo e aspectos psicodinâmicos em crianças abrigadas	Cecatto, G. M. Orient.: Gauer, G.I J. C.
	DM	USP	Fatores de proteção sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica e abrigados - subsídios para a construção da resiliência	Carlos, D. M. Orientador: Carvalho, M. das Gr. B. de
	DM	UFPR	Ao abrigo da família: emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar.	Prestes, A. B. Orient.: Naveira, M. A. C.
2011	DM	UFRGS	A infância abrigada: impressões das crianças na casa abrigo	Feitosa, A. G. S. Orient.: Dornelles, L. V.
	T	UFRGS	Bem-estar subjetivo: um estudo longitudinal com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	Poletto, M. Orient.: Koller, S. H.
	DM	UFPR	A resiliência na história de vida de adolescentes institucionalizados: possibilidades para a prática de enfermagem	Batista, J. M. da S. Orient.: Labronici, L. M.
	DM	USP	A práxis pedagógica em abrigos	Izar, J. G. Orient.: Silva, R. da
	DM	PUCSP	Processos classificatórios na recepção, triagem e encaminhamento de crianças e adolescentes aos abrigos: permanências e mudanças após a ação civil pública	Orestes, F. M. Orient.: Spink, M. J. P.

Índice: DM (Dissertação de Mestrado); T (Tese de Doutorado)

#### QUADRO 29 DISSERTAÇÕES E TESES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO II – INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

### B 3 – Educadores e Ações Educativas

Essa categoria envolve os profissionais da instituição, sua prática e interação com a população acolhida, o desenvolvimento profissional, as relações de cuidado na instituição, as estratégias educativas, e as propostas ou avaliações de oficinas e intervenções de profissionais da saúde para os jovens moradores de instituições (vide QUADRO 30). Foram encontrados 25 trabalhos, sendo 18 dissertações e 7 teses.

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2001	DM	UFPR	Adolescentes institucionalizadas vítimas de abuso sexual: análise de um processo terapêutico em grupo	Padilha, M. da G. S. Orient.: Gomide, P. I. C.
2002	DM	UFRGS	Recortes de interações entre cuidadoras e crianças institucionalizadas: uma avaliação das funções parentais à luz da psicanálise	Boff, A. A. Orient.: Milnitsky-Sapiro, C.

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2003	DM	PUCSP	Psicoterapia de orientação junguiana com foco corporal para grupos de crianças vítimas de violência: promovendo habilidades da resiliência	Sauaia, N. M. L. Orient.: Araújo, C. A. de
	DM	PUCRS	Psicoterapia psicanalítica com crianças e adolescentes institucionalizados	Albornoz, A. C. G. Orientador: Nunes, M. L. T.
2004	T	USP	"Todos juntos ao redor da mesa": uma avaliação da alimentação em abrigos	Holland, C. V. Orient.: Szarfarc, S. C.
	DM	UFSC	Um homem para chamar de pai: as concepções de paternidade de meninos afastados de suas famílias e colocados em regime de abrigo	Hoepfner, Â. M. Orient.: Toneli, M. J. F.
2005	T	UFPR	Educar para ser: dilemas nas práticas educativas com crianças e adolescentes em situação de risco	Silva, R. G. da Orient.: Lloret i Carbo C.
	DM	UFSC	Brinquedo terapêutico e crianças institucionalizadas vítimas de violência: propondo um modelo de cuidado de enfermagem	Rocha, P. K. Orient.: Prado, M. L. do
2006	DM	PUCSP	Psicoterapia para crianças e adolescentes abrigados: construindo uma forma de atuação	Marmelsztejn, R. Orient.: Souza, R. de M.
2007	DM	PUCSP	O luto em instituições de abrigamento: um desafio para cuidadores temporários	Tinoco, V. Orient.: Franco, M. H. P.
2008	DM	USP	Oficina de TV, uma prática educacional: estudo de caso de uma criança abrigada	Sommerhalder-Miike, H. Orient.: Caldana, R. H. L.
2009	DM	USP	Mediação cultural dialógica com crianças e adolescentes: oficinas de leitura e singularização	Paschoal, S. B. de N. Orient.: Perrotti, E.
	DM	PUCSP	A contribuição da arte/educação comunitária para o atendimento técnico no abrigo infanto-juvenil "Meu Guri"	Souza, L. P. de Orient.: Limena, M. M. C.
	T	USP	A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica: o cuidar na visão das instituições e das famílias envolvidas	Martins, C. S. Orient.: Carvalho, M. das G. B. de
	DM	USP	Grupo Mix: um campo de linguagem para a circulação da heterogeneidade	Pinto, F. de S. e C. N. Orient.: Lerner, R.
2010	DM	UFSC	Educar-cuidar: práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes	Sperancetta, A. Orient.: More, C. L. O. O.
	DM	UFSC	Corpo a corpo: representações identitárias, singularidades e abrigos institucionais para crianças	Cintra A. L. Orient.: Souza, M. de.
	T	PUCSP	A vida em abrigos: um estudo sobre práticas sócio-educativas entre educadores e crianças abrigadas	Accorsi, M. Orient.: Szymanski, H.
	DM	UFSC	A Educação do corpo de crianças e jovens: um estudo de caso no cotidiano de um abrigo	Leite, J. O. Orient.: Silva, A. M. Co-orient.: Silva, M. R. da
2011	DM	PUCSP	A situação da lei na ótica da subjetividade: um estudo no vivido das crianças e jovens na Casa-Lar, Bela Vista - Vitória - ES	Oliveira, A. C. de Orient.: Campos, M. S.
	DM	PUCSP	Grupo de vivência de sonhos: psicologia analítica aplicada ao desenvolvimento de cuidadores/educadores de casa-abrigo	Silva, H. H. A. C. da Orient.: Faria, D. L. de
	T	USP	Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional	Careta, D. S. Orient.: Motta, I. F. da

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
2011	T	PUCSP	Intervenção psicológica com mandalas: técnica do desenho de mandala em um grupo de crianças de 8 a 12 anos, vítimas de abandono, moradoras em casa de abrigo	Dibo, M. Orient.: Ramos, D. G.
	DM	UNICAMP	Hupomnêmata: registro de histórias de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si.	Almeida, T. L. de Orient.: Guimarães, Á. M.
2012	T	UFSC	Derivação de classes comportamentais importantes para administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em comunidades de abrigo.	Benevenuti, J. Orient.: Botomé, S. P.

Índice: DM (Dissertação de Mestrado); T (Tese de Doutorado)

#### QUADRO 30: DISSERTAÇÕES E TESES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO III – EDUCADORES E AÇÕES EDUCATIVAS

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

#### B 4 – Desinstitucionalização, Escola e Trabalho.

Essa categoria abrange os estudos sobre o processo de desinstitucionalização e a relação dos jovens acolhidos com a escola, o trabalho e a formação profissional. Foram encontrados 9 trabalhos, todos dissertações. Esse eixo temático contempla a saída da instituição, assim como a educação formal e do trabalho (vide QUADRO 31).

Ano	Nível	Instituição	Título	Autores
1999	DM	UFSC	A rua da escola: estudo de significados construídos por adolescentes abrigados	Silva, S. C. Orient.: Fleuri, R. M.
2000	DM	UFSC	A maioria construída na arte de viver na rua: experiências de jovens que percorreram o caminho das ruas, da institucionalização e da desinstitucionalização	Oliveira, E. A. C. de Orient.: Fantin, M. Co-orient.: Assmann, S.
2002	DM	UFPR	Escola, educação profissional e trabalho o caso de uma unidade de abrigo	Silva, F. C. L. da Orient.: Kuenzer, A. Z.
2006	DM	USP	Adolescentes no momento de saída do abrigo: um olhar para os sentidos construídos	Martinez, A. L. M. Orientador: Silva, A. P. S. da
2008	DM	USP	Vínculos e rupturas na adoção: do abrigo para a família adotiva	Mendes, C. L. P. C. Orient.: Gomes, I. C.
2009	DM	PUCRS	Crianças e adolescentes infrequentes na escola: desafios e limites dos mecanismos protetivos de direito	Comiran, Gisele Orient.: Aguiñsky, B. G.
	DM	PUCSP	Currículo e inclusão: escola e (des)abrigo de alunos	Oliveira, B. N. P. de Orient.: Casali, A. M. D.
2011	DM	PUCSP	O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioria civil: e agora?	Honorato, A. A. S. Orient.: Baptista, M. V.
2012	DM	PUCRS	Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional	Portella, E. M. B. Orient.: Aguiñsky, B. G.

Índice: DM (Dissertação de Mestrado); T (Tese de Doutorado)

#### QUADRO 31- DISSERTAÇÕES RELATIVAS AO GRUPO TEMÁTICO IV – DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, ESCOLA E TRABALHO

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Sobre o processo de saída da instituição foram encontradas quatro dissertações: uma delas aborda a saída em função do processo de adoção (CARBALLIDO, 2008) e as outras abordam mais especificamente o processo de desinstitucionalização: a construção do processo de maioria em meio ao abrigo-desabrigo (OLIVEIRA, 2000), o significado da saída para jovens acolhidos que completam a maioria (HONORATO, 2011) e os sentidos produzidos pelos jovens no momento de saída da instituição (MARTINEZ, 2006). Não foi encontrada nenhuma tese abordando a problemática da desinstitucionalização. Os estudos voltam-se, sobretudo, para o período próximo da saída da instituição, os significados da saída (MARTINEZ, 2006 e HONORATO, 2011) e a construção da maioria (OLIVEIRA, 2000), mostrando falhas na preparação dos jovens para a saída e falta de políticas públicas para os jovens depois que saem das instituições de acolhimento.

Observa-se que quase metade das dissertações se refere às instituições de acolhimento, seguido dos estudos sobre as famílias e, em seguida, sobre os educadores e processos educativos. Apenas 9% das dissertações estão relacionadas com o processo de desinstitucionalização. Na FIGURA 03 são apresentadas as distribuições das dissertações segundo os grupos temáticos.

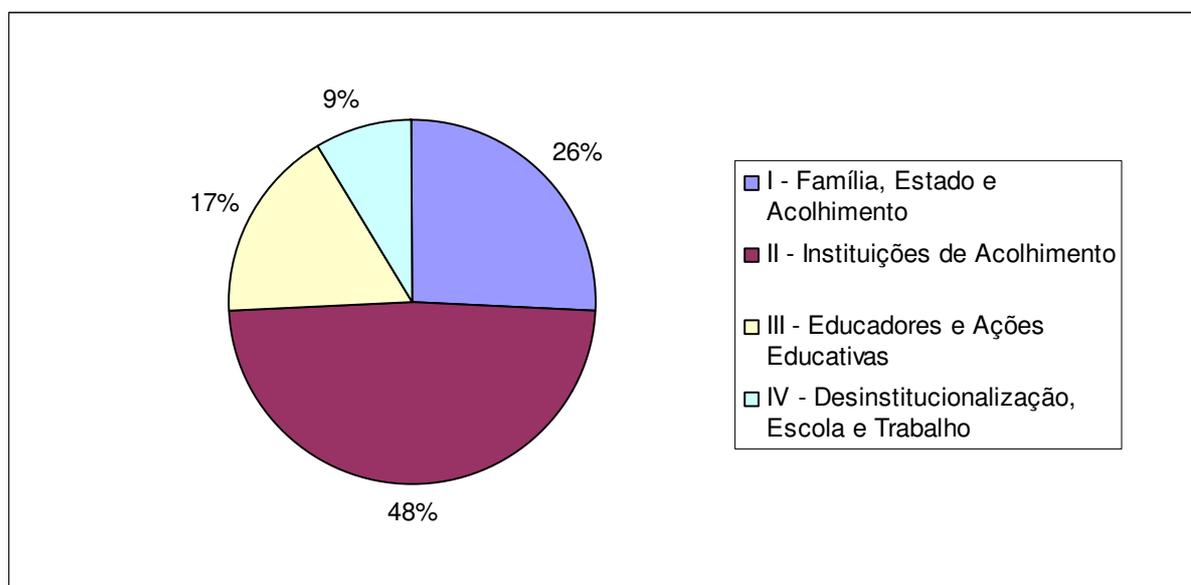


FIGURA 03 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TESES PRODUZIDAS DE ACORDO COM OS DIFERENTES GRUPOS TEMÁTICOS  
FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Quanto às teses, a maior parte dos trabalhos também é sobre as instituições de acolhimento, sendo que a temática, sendo que as temáticas Famílias e Educadores e Ações Educativas têm o mesmo número de trabalhos. Na FIGURA 04 são apresentadas as distribuições das teses segundo os grupos temáticos.

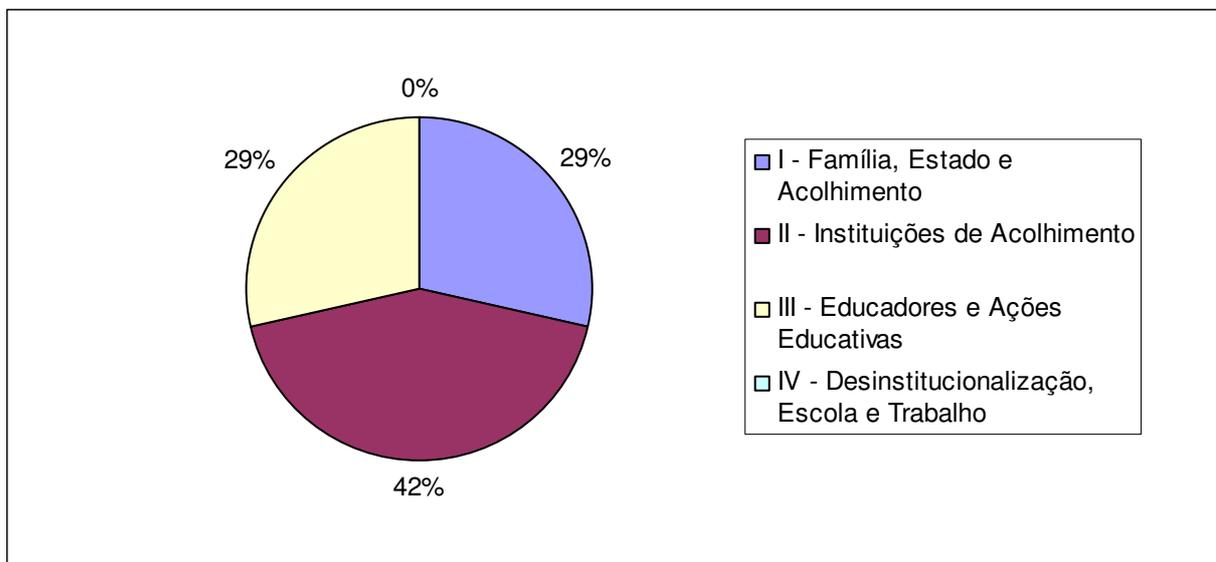


FIGURA 04 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TESES PRODUZIDAS DE ACORDO COM OS DIFERENTES GRUPOS TEMÁTICOS  
FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Com relação à área da psicologia, percebe-se grande número de trabalhos que contemplam práticas clínicas de atendimento. Entende-se que esse tipo de intervenção é importante, considerando a necessidade de desenvolver estratégias de apoio para os jovens acolhidos para sua saúde psíquica. Entretanto, essa predominância de estudos e propostas na área clínica pode ter uma ação contrária, gerando a estigmatização dos jovens. O atendimento clínico pode levar à compreensão de que o jovem acolhido tem algum problema e que precisa e deve ser “tratado”, o que por sua vez pode gerar a compreensão de que o sofrimento só está nele mesmo e no que ele viveu, e não no contexto institucional ou em falhas nas redes de atendimento. Considera-se que abordagens psicossociais que abranjam também aspectos mais amplos e propostas de conscientização seriam importantes para complementar o trabalho clínico, ou até fornecer alternativas de análise do processo institucional e das relações de grupo, dentro de uma perspectiva psicossocial e histórico-social, como pode ser a contribuição do campo da Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária (LANE e FREITAS, 1997; FREITAS, 2008a, 2010).

### **III - PROPOSTA METODOLÓGICA**

Foi realizada uma pesquisa de campo e exploratória tendo a finalidade de melhor apreender o objeto que tem caráter transitório, ligado ao viver no abrigo e fora deste.

Na presente pesquisa propõe-se analisar as condições e expectativas de vida de jovens que foram acolhidos em instituições de acolhimento e depois se tornaram egressos, a partir da ótica da psicologia social comunitária e da educação. Busca-se utilizar uma das estratégias metodológicas adotadas pela psicologia social comunitária que se refere aos relatos de história de vida, permitindo conhecer as representações que as pessoas fazem de si e do mundo em que vivem e que podem servir de base para compreender os aspectos ideológicos que produzem essa forma de entender o mundo (LANE, 2006). Para isso, será empregada a entrevista em profundidade nos moldes da entrevista narrativa, guiada por eixos temáticos.

#### **A – PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Os participantes da pesquisa são jovens, de ambos os sexos, egressos de instituições de acolhimento, sendo que o número será dado pela saturação da informação. Serão procurados jovens que se disponham a participar, aceitando dar entrevista. Tentar-se-á encontrar jovens de idades próximas ao período da maioridade.

Todos estes jovens foram acolhidos em instituições de Curitiba e região metropolitana. O critério de seleção dos participantes será a indicação dos pares, sugerida pelos participantes que já estiveram acolhidos. A primeira indicação será a partir de contatos pessoais e profissionais da pesquisadora. Será solicitado aos participantes que indiquem colegas ou amigos seus que já saíram da instituição quando completaram a maioridade.

#### **B – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES**

Um dos instrumentos escolhidos para a presente pesquisa é a entrevista em profundidade, realizada individualmente a partir de uma conversa sobre a vida deles, buscando uma forma de comunicação cotidiana e habitual. (FIGURA 05)

Os eixos temáticos em torno dos quais a entrevista está estruturada referem-se às atividades desenvolvidas atualmente, à experiência vivida na instituição de acolhimento, à saída da instituição, à vida depois da saída e aos planos para o futuro.

Para que possam ser submetidas à análise de conteúdo, pretende-se gravar as entrevistas para uma posterior transcrição.

**Conte-me sobre suas atividades hoje em dia:**

O que você faz? (Trabalho, escolaridade)  
O que você gosta de fazer quando tem tempo livre?  
Quem são as pessoas mais importantes pra você, com quem você pode contar?  
Você já criou/cria alguma coisa ligada à arte?  
Pode me contar/mostrar?

Nome:  
Ano de nascimento:  
Idade:  
Família:  
Com quem mora:  
Telefone:  
Email:

**Conte pra mim como foi a sua experiência de viver na instituição?  
Como era a vida na instituição?**

Porque você foi morar na instituição? Quando foi?  
Instituição em que morou:  
Período que ficou acolhido:  
Quais as atividades que você tinha? O que você fazia?  
O que mais gostava de fazer? O que menos gostava de fazer?  
O que você fazia quando tinha tempo livre?  
Você participava de alguma atividade artística? Pode me contar?  
Tinha pessoas na instituição com as quais você se dava bem? O que acontecia? O que aprendeu com elas?  
Tinha pessoas na instituição com as quais você não se dava bem? O que acontecia? O que aprendeu com elas?  
Quem eram as pessoas mais importantes pra você, com quem você podia contar?  
Durante o tempo em que você ficou na instituição, como ficou a relação com sua família?  
O que você aprendeu no tempo em que ficou na instituição?  
Como aprendia as coisas?  
Em que a instituição contribuiu para sua vida (de bom e de ruim)?  
Você teve alguma experiência morando com família acolhedora? Como foi?

**Como foi a saída da instituição?**

Como foi desde sua saída na instituição até hoje?  
Quando você completou 18 anos, o que isso significou pra você?  
O que você acha da vida fora da instituição?  
Quais receios ou coisas boas você sentia em relação à saída? Com que coisas você se preocupava?  
O que você acha que a instituição precisa fazer para ajudar os jovens que saem quando completam 18 anos?

**Quais são seus planos para o futuro?**

Você se sente satisfeito com a sua vida?  
Tem alguma coisa que você gostaria de mudar em sua vida? O quê? Por quê?  
Você tem contato com outros jovens que moraram em abrigos? Pode indicar alguém?

FIGURA 05 - ROTEIRO DE ENTREVISTA  
FONTE: FREITAS e ROMANELLI (2013)

## **C – ENTREVISTA PILOTO**

Em junho de 2012 foi realizada uma entrevista piloto com uma jovem de 14 anos que frequenta projetos de desenvolvimento pessoal e profissional em uma ONG. Essa organização também atende jovens de instituições de acolhimento para estes cursos.

Esta entrevista forneceu algumas informações sobre atividades cuja jovem participa, sobre coisas de que gosta, sobre a maneira como se diverte e sobre sua rede de relações. Como seu pai morou durante a infância em uma instituição, ela contou sobre como ele relata esta experiência para a família.

A realização da entrevista forneceu algumas pistas para a reformulação do roteiro de entrevista final. Dentre as mudanças feitas, foram incluídas questões referentes ao futuro e percebeu-se que os participantes deveriam ser fundamentalmente pessoas que viveram na condição de abrigado.

## **D – PROCEDIMENTOS**

Seguindo os trâmites costumeiros de atender aos quesitos legais e éticos, o projeto de pesquisa deste trabalho foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR.

Em seguida foram estabelecidos contatos com pessoas que conhecem egressos de instituições de acolhimento para a indicação dos participantes da pesquisa. O(a) primeiro(a) entrevistado(a) foi escolhido a partir de uma pessoa conhecida da pesquisadora. Essa pessoa entrou em contato com o jovem que conhecia e pediu permissão para passar os dados (nome e número de telefone) para a pesquisadora, solicitando também a permissão para que esta entrasse em contato com ele.

A partir da primeira entrevista, foi solicitado ao entrevistado que sugerisse o nome de algum conhecido que também morou no abrigo, que seria então convidado a participar da pesquisa. O participante a ser entrevistado deveria entrar em contato com a pessoa que indicar, solicitando sua autorização para fornecer o contato à pesquisadora. Os participantes da pesquisa foram escolhidos conforme aceite e concordância em participar da pesquisa.

Os participantes foram convidados a comparecer à Reitoria da UFPR, onde seria escolhido um lugar isolado, previamente agendado, onde poder-se-ia assegurar o sigilo das informações e o conforto e bem estar dos entrevistados.

Os participantes da pesquisa receberam informações sobre os propósitos e procedimentos da pesquisa e, caso tenham concordado em participar, foram convidados a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, ficando com uma cópia do documento. Eles foram informados que têm o direito de recusar a participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma consequência. Também foi solicitada a autorização para que a entrevista fosse áudio-gravada.

Foi assumido o compromisso de fornecer devolutivas acerca da entrevista, com a entrega de um relatório sintético de devolução para os jovens participantes da pesquisa.

## **E – CONTEXTO DE PESQUISA: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM CURITIBA**

Em Curitiba, as instituições de acolhimento são gerenciadas pela Política de Assistência Social do Município, articulada pela Fundação de Ação Social (FAS), e fazem parte dos serviços intitulados de Alta Complexidade (APRESENTAÇÃO/FAS, 2008).

O Protocolo “Qualidade em Instituições de Acolhimento à Criança e ao Adolescente” (PROTOCOLO/FAS, 2007, p. 5) consiste em um manual de orientação de procedimentos que tem como objetivo “subsidiar o processo de gestão do acolhimento institucional, norteando diretrizes e contribuições para efetivação de uma prática educativa, com exigências padronizadas e de acordo com a legislação, para que o atendimento obtenha igual padrão qualitativo no município (...).” Este documento é uma forma de assegurar os padrões de funcionamento das instituições de acolhimento. Os encaminhamentos e as colocações das crianças e dos adolescentes seguem procedimentos específicos. Seguindo as diretrizes presentes no Protocolo, a FAS, em parceria com a vigilância sanitária, supervisiona e fiscaliza as entidades públicas e privadas, parceiras da FAS (VÍDEO Acolhimento/FAS, s/d).

O acolhimento pode ocorrer de duas formas:

## 1. Família extensa e família acolhedora:

Esta modalidade visa a garantia da convivência familiar, podendo ocorrer de duas formas: família extensa e família acolhedora. O acolhimento na família extensa é feito por familiares (família extensa) das crianças ou adolescente, e tem natureza provisória. O acolhimento em família acolhedora também tem caráter provisório e é realizado por famílias cadastradas na Vara da Infância e da Juventude, que recebem orientação da FAS e recebem o termo de guarda da criança. (ACOLHIMENTO/FAS, 2010).

O acolhimento familiar como modalidade de acolhimento foi incluído no ECA (BRASIL, 2009) como medida de proteção preferencial em relação ao acolhimento institucional. Quando a convivência com a família de origem da criança não for possível ou recomendável, é feito o encaminhamento a programas de acolhimento, dentre eles o acolhimento familiar. A pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento familiar recebe a criança ou adolescente mediante guarda.

## 2. Acolhimento institucional:

Esta modalidade visa o acolhimento de crianças e adolescentes em uma instituição.

As instituições de acolhimento diferem em seus níveis de atendimento (PROTOCOLO/FAS, 2007) quanto ao tempo de permanência. De acordo com a FAS (MODALIDADES de acolhimento institucional/FAS, 2012) as instituições de permanência breve são direcionadas para jovens que têm possibilidade de retorno familiar próximo ou encaminhamento para outras modalidades de acolhimento; enquanto as instituições de permanência continuada são voltadas para jovens cuja possibilidade de retorno à família não é possível em curto prazo. De modo prático, nas casas de permanência breve há maior frequência de chegada e saída de jovens em contraposição às de permanência continuada, em que os jovens permanecem por mais tempo, havendo menos variação de moradores. Já as casas de passagem ou albergues são instituições de permanência breve, sendo que os berçários, as casas lares e as repúblicas são de permanência continuada (MODALIDADES de acolhimento institucional/FAS, 2012) como descrito a seguir:

- Permanência breve consiste em abrigos de várias modalidades:
  - Albergue: espaços para as crianças e adolescentes participarem de atividades recreativas, pernoitarem, se alimentarem e terem acesso a serviços de orientação e atenção emergencial;

- Casa de passagem: atendimento inicial para retorno breve à família de origem ou encaminhamento para outra instituição de abrigo ou programa de apoio; e
- Comunidade terapêutica: local para tratamento e recuperação de usuários de substâncias psicoativas por tempo determinado.
- Permanência continuada: subdivide-se em diferentes modalidades:
  - Berçários: atendem bebês de 0 a 2 anos
  - Casas lares: formadas por pequenos grupos e/ou grupos de irmãos, de aproximadamente dez crianças/adolescentes.
  - Casas de apoio: recebem maior quantidade de crianças e adolescentes (entre 11 e 30), atendidos por pais sociais e/ou educador social.
  - Repúblicas: são unidades que atendem adolescentes entre 12 e 17 anos. Segundo o Protocolo (2007) o atendimento em repúblicas tem caráter educativo, visando à preparação do jovem para o futuro.

A rede de abrigos inclui instituições de acolhimento oficiais, administradas pela FAS e conveniadas ao município. Estas últimas (PROTOCOLO/FAS, 2007) são estruturadas pela parceria com entidades sociais. Para tanto, a entidade parceira precisa estar registrada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e ter o Certificado de Registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Comtiba, além do alvará de funcionamento (PROTOCOLO/FAS, 2007).

As entidades sociais parceiras estão listadas no QUADRO 32, de acordo com a Regional em que se situam:

<b>Núcleo Regional / Município</b>	<b>Nome da Instituição de Acolhimento</b>
<b>Boa Vista</b>	Unidade Aldeia – Acridas - Associação Cristã de Assistência Social
	Centro de Reintegração Social Batalhão de Última Hora – Cresbh
	Berçário Municipal - 24 Horas – Acridas - Associação Cristã de Assistência Social
	Casa Lar Voice for Change
	Comunidade Hermon - Unidade Masculina
	Lar Batista Esperança - Berçário 24 Horas - Casa de Apoio 6
	Lar Batista Esperança - Casa de Apoio 2
	Lar Batista Esperança - Casa de Apoio 7
	Lar Batista Esperança - Casa de Apoio 9
	Casa de Recuperação Água da Vida - Cravi Abrigo Feminino

<b>Núcleo Regional / Município</b>	<b>Nome da Instituição de Acolhimento</b>
<b>Boqueirão</b>	Casa Lar – Clube das Acácias Unidas
	Casa Lar - Exército da Salvação Assistência e Promoção Social
	República - Clube das Acácias Unidas
	Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social - Adra - Lar dos Meninos do Xaxim
<b>Cajuru</b>	Associação Beneficente Encontro com Deus
	Casa de Apoio - Associação Lar Moisés
	Fundação Iniciativa - Casa 01
	Fundação Iniciativa - Casa 03
	Fundação Iniciativa - Casa 04
	Fundação Iniciativa - Casa 05
	Lar Batista Esperança - Casa de Apoio 3
<b>Matriz</b>	Casa Lar 1 - Associação Casa do Pai
	Casa Lar 2 - Associação Casa do Pai
	Instituto Naurú
	Lar Batista Esperança - Casa de Apoio 1
	Associação Feminina de Proteção a Maternidade e Infância do Paraná - República Feminina Paula Pedroso do Amaral
	Casa de Recuperação Água da Vida - Cravi - Albergue Feminino
	Casa de Recuperação Água da Vida - Cravi - Albergue Masculino
<b>Pinheirinho</b>	Lar O Bom Caminho – Casa Lar
<b>Portão</b>	Associação Paranaense Alegria de Viver – Apav
	Casa Lar - Associação Lar Criançarteira
	Casa Lar - Morada do Sol – Acoa – Associação Curitibana dos Órfãos da AIDS
<b>Santa Felicidade</b>	Casa Lar - Associação Promocional do Adolescente – APA
	Casa Lar 1- Lar Amor Real
	Casa Lar 2- Lar Amor Real
	Lar Antonia – Pão dos Pobres - Piá União de Santo Antônio
	Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social - Adra - Lar das Meninas Jardim Pinheiros
	Pequeno Cotelengo do Paraná - Dom Orione
	Associação Caminho da Vida - Lar Dona Vera
	Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância - AFPMI - Casa Maternal Berçário
	Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância - AFPMI - Casa Maternal Gestante
	Lar das Meninas Jardim Pinheiros
<b>Colombo</b>	Associação Comunitária Presbiteriana Lar Hermínia Scheledar
	Fundação Francisco Bertoncello
	Missão SOS Vida - Casa de Apoio
	Missão SOS Vida – República
<b>Mandirituba</b>	Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias
<b>Piraquara</b>	Centro de Reintegração Social Batalhão de Última Hora - Cresbh Unidade 02
<b>São José dos Pinhais</b>	Lar Pequeno Aconchego Ltda

QUADRO 32 - ENTIDADES SOCIAIS PARCEIRAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

FONTE: ACOLHIMENTO para Crianças e Adolescentes, 2012/FAS.

As unidades oficiais de acolhimento da FAS estão listadas no QUADRO 33, a seguir:

<b>Modalidade</b>	<b>Nome da Instituição de Acolhimento</b>	<b>Público atendido</b>	<b>Regional (Protocolo Qualidade, 2007)</b>
Casa de Passagem (Acolhimento de permanência breve)	Pequeno Cidadão	Zero a 12 anos – misto	Matriz
	Madre Antonia	14 a 18 anos – feminino	Boqueirão
	Novo Mundo	7 a 14 anos – feminino	Portão
	Casa do Piá I	7 a 14 anos – masculino	Matriz
	Casa do Piá II	14 a 18 anos – masculino	Pinheirinho
República (Acolhimento de permanência continuada)	Santa Felicidade	14 a 17 anos – masculino	Santa Felicidade
	Nova Esperança	14 a 18 anos – feminino	Boa Vista
	Casa do Piá III	14 a 18 anos – masculino	Bairro Novo

**QUADRO 33 - INSTITUIÇÕES E MODALIDADES DE ACOLHIMENTO OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

FONTE: MODALIDADES de Acolhimento Institucional/FAS, 2012.

Há que se notar que, do período de 2010 e 2012, tempo percorrido entre as pesquisas ao *site* da FAS, a data de permanência na maior parte das instituições mudou de 17 para 18 anos.

Quanto ao serviço de acolhimento, são competências da FAS (PROCOLO/FAS, 2007):

- Realizar um diagnóstico das instituições
- Estabelecer parcerias com instituições
- “Acompanhar e monitorar periódica e sistematicamente às [sic] Instituições de Acolhimento à criança e ao adolescente;” (p. 9)
- “Sensibilizar e capacitar profissionais” (p. 9)

No que se refere à fiscalização em âmbito nacional, são funções do Ministério Público (CASA CIVIL/PR, 2010), dentre outras: (art. 120)

-VIII – “Exercer fiscalização dos estabelecimentos (...) que abriguem menores, (...) supervisionando sua assistência”.

O município, por meio do Comtiba (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) “fiscaliza entidades e programas de atendimento a crianças e adolescentes e pode aplicar medidas de proteção quando os direitos são violados, além de encaminhar denúncias para os órgãos competentes, como o MP, a Defensoria Pública e o Juizado da Infância e da Juventude” (PORTAL/FAS, 2010).

A organização do atendimento em instituições de acolhimento é definida pelo Protocolo/FAS (2007). Dentre as atividades de responsabilidade da instituição de acolhimento dá-se grande importância para o registro das situações do adolescente em cadastros apropriados (em ocasião de sua entrada e saída), recolhimento dos objetos de valor de pertence individuais, cuidados em relação à sua higiene, saúde e alimentação, e em manter um livro de registros referentes às ocorrências do jovem na instituição.

As instituições de acolhimento oficiais da prefeitura Municipal de Curitiba têm vários funcionários que ingressaram via concurso público: profissionais de serviços gerais, cozinheiro (a), educadores sociais e assistentes sociais. Também é possível contar com voluntários na unidade, serviço gerenciado pela própria instituição.

O educador social, profissional em maior número nestas instituições, deve ter formação de ensino médio completo e participa ocasionalmente de cursos de formação promovidos pela FAS. Não foram encontradas informações, tanto no *site* da FAS, quanto nos documentos oficiais sobre acolhimento institucional, a respeito da quantidade de profissionais por instituição e o modo como é feita a capacitação profissional, mas as atribuições do diretor/dirigente, assistente social e educadores ou pais e mais sociais constam no protocolo/FAS (2007).

Todos os jovens atendidos devem passar por um estudo social realizado pelo profissional de serviço social, com o levantamento da documentação pessoal do adolescente, o seu histórico e o da sua família (por meio da visita domiciliar), a verificação de recâmbio e o acompanhamento conjunto com a Vara de Adolescentes Infratores e a Vara da Infância e da Juventude caso o adolescente esteja cumprindo medida sócio-educativa. O relatório social, parecer técnico realizado pelo assistente social, inclui elementos como a avaliação para a possibilidade de retorno familiar ou de encaminhamento para família substituta. Para a definição destas questões são também utilizados os estudos realizados pelo CRAS, Centros de Referência da Assistência Social, sobre a família do adolescente em questão (PROTOCOLO/FAS, 2007).

No que se refere às ações com as famílias dos jovens acolhidos, são definidas algumas diretrizes. Segundo o Protocolo/FAS (2007) deve-se promover o contato com a família para o estudo social e para o acompanhamento das relações familiares, tanto por meio de visitas do adolescente à família, quanto da família ao local de acolhimento, desde que não estejam sob determinação judicial de

impedimento familiar. O documento também orienta para o acionamento, por parte dos profissionais dos abrigos, para ações intersetoriais e interinstitucionais no intuito de garantir a promoção da família e, conseqüentemente, a reinserção familiar.

De acordo com o Protocolo /FAS (2007) o atendimento oferecido pelas instituições de acolhimento deve ter intencionalidade educativa no sentido de promover condições básicas para que os adolescentes superem a situação em que se encontram. Ainda, de acordo com o Protocolo /FAS (2007, p. 31) “Deve ter como ponto de partida, o cotidiano em seus vários aspectos, propiciando conteúdos de vida que possibilitem a inclusão social, através de reflexão constante que leve a autonomia e ao senso crítico”.

Dentre os princípios norteadores da ação educativa são enfatizados o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, devendo ser garantido aos adolescentes o atendimento das necessidades básicas nas áreas de saúde, educação, cultura, lazer, esporte, profissionalização, convivência familiar e comunitária (PROTOCOLO/FAS, 2007).

A inclusão no ensino formal deve ser feita no máximo 30 dias após a entrada do adolescente na instituição. Os profissionais do abrigo devem acompanhar sua vida escolar e manter contato com os profissionais da escola que o adolescente frequenta (PROTOCOLO/FAS, 2007).

Quanto à proposta pedagógica, o Protocolo/FAS (2007) reforça a necessidade e a importância da instituição organizar atividades educativas de forma sistemática, sendo que devem ser priorizadas as oficinas de acompanhamento escolar e formação pessoal e social.

As oficinas de formação pessoal e social ocorrem por meio de conversas, orientações, reuniões ou atividades individuais ou em grupos. Sugere-se no protocolo/FAS (2007) que as atividades coletivas envolvam temas como: cuidados com a saúde, drogadição, valores, construção de relações humanas, preparação para o trabalho, concepção histórica do ser humano, direitos e deveres.

No protocolo/FAS (2007) também é sugerida a oficina do jornal para despertar o gosto pela leitura e a discussão de ideias e opiniões, promovendo o debate e o compartilhamento de opiniões.

As instituições de acolhimento devem promover atividades complementares e de lazer como momentos de descontração, interação e livre aprendizado. O protocolo /FAS (2007) sugere a realização das seguintes atividades: jogos e

brincadeiras, esportes, teatro, artesanato, literatura, música e artes plásticas. Há um detalhamento sobre as orientações específicas referentes às oficinas de acompanhamento escolar, formação social e pessoal e atividades complementares em “material de apoio”.

Percebe-se que a maior parte das instituições que promovem o acolhimento infanto-juvenil é de instituições parceiras, conveniadas à FAS, e que o manual de orientação de procedimentos (Protocolo) parece ter a intenção de uniformizar as ações para garantir o mesmo tipo de atendimento.

### **1. Possibilidades para os egressos de instituições de acolhimento**

De maneira geral, há falta de informações claras a respeito do paradeiro dos jovens que viveram em instituições de acolhimento. Sabe-se por informações recebidas de maneira informal que os adolescentes que completam 18 anos nem sempre são “mandados embora” da instituição. Dependendo da prática institucional e da direção, alguns adolescentes são convidados a ficar mais um tempo até se organizarem e terem para onde ir. No entanto, é possível que esta escolha sobre quem vá ficar mais tempo dependa de aspectos subjetivos e não seja uma prática recorrente.

No entanto, em conversa informal com pessoas que trabalham em parceria com instituições de acolhimento constata-se não haver dados ou informações sobre o acompanhamento e o paradeiro dos jovens que viveram nas instituições de acolhimento. Talvez essa informação fique a cargo de cada instituição e não haja levantamentos oficiais.

Rossetto (2010) realizou um levantamento de cunho jornalístico em diferentes regiões do país sobre os encaminhamentos dados aos adolescentes que completam a maioria em instituições de abrigo. Dentre as ações relatadas por prefeituras de diversas capitais consta o preparo anterior à saída do jovem, principalmente no que tange à preparação profissional. Há também relatos de que a prioridade consiste na reinserção do egresso em sua família de origem ou substituta. Algumas cidades relatam que os 18 anos compreendem a idade máxima para que os adolescentes fiquem na instituição, enquanto outras dizem prolongar o tempo de permanência dos adolescentes até que tenham condições de sobreviver sozinhos.

Em alguns casos, quando não têm condições de morar sozinhos e precisam ficar sob cuidados do município, os jovens são encaminhados para centros de apoio, abrigos e instituições que atendem adultos em situação de vulnerabilidade.

Rossetto (2010) explica que algumas cidades desenvolvem programas de repúblicas destinadas aos jovens egressos das instituições de acolhimento que completaram a maioria: São Paulo, Palmas e Curitiba. No entanto, como estas informações foram fornecidas pelas próprias prefeituras, é possível que tenham sido superestimadas ou que os projetos estivessem em fase inicial de implantação. Algumas prefeituras também relataram ter a intenção de desenvolver ações para esse público, inclusive buscando parcerias com organizações não governamentais. Por mais que Curitiba seja citada nesse artigo como mantendo instituição para maiores de 18 anos, no Protocolo (2007) da Fundação de Ação Social não há menção a esse tipo de república.

Ainda no artigo de Rossetto (2010) consta a informação de que uma república em Curitiba, administrada pela FAS, atende jovens até 21 anos de idade, onde são incentivados a se capacitar profissionalmente. No entanto, não foram encontradas informações sobre essa instituição.

O site<sup>25</sup> onde consta o artigo de Rossetto tem possibilidade de participação com comentários de leitores. Um deles é um jovem de 19 anos, que morou em instituição de acolhimento em São Paulo e solicita ajuda:

Bruno Felix da Silva 05/08/2012 às 0:43

Olá, meu nome é Bruno, e eu estou a procura de um contato com uma destas repúblicas de São Paulo para que eu possa passar por esta tal “entrevista com a Coordenadora Miriam” para que eu possa passar morar em uma delas. Eu estou precisando muito mesmo de verdade, “acontece que eu também fui criado em um Abrigo de crianças e Adolescentes que não tem possibilidade nenhuma de reintegração com a família e isto foi desde dos meus 2 anos de idade até os 18 anos de idade, só que eu completei já meus 18 anos no ano passado e até cheguei a sair deste Abrigo no qual eu estava. E hoje eu estou morando de favor na casa de um (Amigo meu, hoje eu tenho 19 anos.) só que é por pouco tempo que eu vou poder ficar na casa dele e isto foi ele mesmo quem disse para mim, eu preciso de uma ” Ajuda e uma Oportunidade o mais rápido o possível da Coordenadora Miriam” que oferece para os jovens que completam os seus 18 anos de idade e que moram ou moraram em abrigos também. “Até mesmo para que eu possa me sentir em um lugar em que eu me sinto Protegido

---

<sup>25</sup> Caso o leitor queira conhecer mais o processo de interação entre a jornalista e os leitores, pode acessar o site: <http://jornalismoresponsavel.wordpress.com/2010/06/01/republica-e-alternativa-para-jovem-que-faz-18-anos-sem-conseguir-adocao/>

e Seguro”. E isto eu não estou falando para me passar de “O Pobre coitadinho não”, e sim porque estou precisando mesmo de uma “Ajuda, Oportunidade uma Vaga em uma desta Repúblicas para eu possa morar pelo menos até eu completar os meus 21 anos de idade e poder trabalhar e juntar um dinheiro. “Para que eu possa ter mais para frente uma vida de mais Qualidade e Conforto como qualquer um outro cidadão que tem sua família do su lado tem.”

“OBS: Coordenadora Miriam, esta minha mensagem eu escrevi ela Diretamente para a senhora e se possível me dar esta Grande Ajuda, eu agradecerei mesmo de verdade.

Aguardarei um contato da Senhora ou de qualquer um dos Funcionário e Colaboradores desta ONG ou deste Site mesmo.

Obrigado pela sua atenção!...

A partir do relato do jovem Bruno, percebe-se que ele não tem conhecimento dessa república para maiores de 18 anos e que pede ajuda para ter onde ficar até os 21 anos, pois nesse momento “mora de favor”.

Ao buscar dados na internet sobre o processo de saída de instituições de acolhimento (durante o ano de 2012) foi possível descobrir alguns relatos de programas e ações voltadas para os egressos das instituições de acolhimento em função da maioridade. Uma delas consiste em uma república onde vivem os jovens com mais de 18 anos, que cursam o ensino superior, sendo egressos da Chácara Meninos de 4 Pinheiros (2012), abrigo para meninos em Mandirituba, região metropolitana de Curitiba. Entretanto, em conversa informal com pessoas que trabalham nessa instituição, tem-se a informação de que essa casa não deu certo em função da dificuldade dos meninos de viver coletivamente um projeto comum, a partir da heterogeneidade de realidade de trabalho, renda e consumo do que tinha sido adquirido na casa.

A Recriar é uma ONG que atua com o processo de adoção e de apadrinhamento afetivo em Curitiba. Dentre suas ações está um trabalho “Dando apoio para adolescentes que se encontram no sistema de acolhimento institucional no formato República e que necessitam de auxílio para a construção de seus projetos de vida e fortalecimento para o desligamento do sistema de acolhimento.” (RECRIAR: família e adoção, 2013).

Desde 2009 funciona um projeto na Recriar, intitulado: “Centro de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária: Um lugar amigo”. Esse projeto foi solicitado pela

Diretoria de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Fundação de Ação Social de Curitiba, para auxiliar jovens moradores de instituições de acolhimento no momento que antecede sua saída (RECRIAR CACFC, 2013). Inicialmente voltado para jovens de 15 e 18 anos, posteriormente o projeto ampliou sua atuação para jovens de 14 anos e os egressos, com mais de 18 anos.

O projeto desenvolvido na Recriar desenvolve ações que visam a ampliação do auto-conhecimento dos jovens, a orientação profissional, o planejamento financeiro, planejamento pessoal e familiar, construção de projeto de vida e promoção da autonomia. (RECRIAR CACFC, 2013)

Inicialmente frequentavam somente jovens que moravam em unidades da prefeitura (FAS), mas em 2011 esse atendimento foi ampliado para ONGs conveniadas que mantêm programas de acolhimento institucional.

Observa-se que as diretrizes para o funcionamento do acolhimento orientam ações relacionadas à organização do atendimento, procedimentos e sugestões de ações a serem oferecidas nos abrigos. Quanto às atividades propostas, são mencionadas atividades de lazer, esporte, profissionalização e de relações de construção de liberdade, responsabilidade e dignidade, para desenvolvimento do senso crítico dos acolhidos. Percebe-se também a ênfase na busca da reinserção familiar como um objetivo do trabalho feito pelas instituições.

Sobre a saída, chama a atenção o reduzido número de projetos ou informações sobre egressos de instituições, mas se constata a existência de um projeto, em Curitiba, para auxiliar jovens no processo de desinstitucionalização.

Na seção seguinte, Resultados, serão apresentados aspectos relativos aos cuidados éticos, necessários ao contato e localização dos jovens nesta situação, assim como as entrevistas, organizadas e sistematizadas a partir dos eixos temáticos, o que permite que se possa conhecer o processo de acolhimento sob a ótica de jovens que passaram por essa experiência.

## **IV - RESULTADOS**

Inicialmente serão apresentados os procedimentos seguidos para a realização da pesquisa. A primeira etapa foi o envio do projeto ao Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR e a realização das adaptações indicadas pelo Comitê.

Após a aprovação do projeto, foram feitos os contatos iniciais com amigos e colegas da pesquisadora solicitando a indicação de jovens egressos que poderiam ser convidados a participar da pesquisa e que autorizariam que seu contato telefônico fosse passado para a pesquisadora.

Em seguida, foi feito o contato com o primeiro jovem indicado, explicando-lhe os objetivos da pesquisa, a maneira de participação e convidando-o(a) a participar da pesquisa. Quando os jovens concordavam em participar da entrevista, era combinado um encontro na Universidade Federal do Paraná, no Setor de Educação.

No início dos encontros, foi apresentada a pesquisa e solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO).

Após os consentimentos, foram realizadas as entrevistas, que tiveram duração de aproximadamente uma hora e meia. As entrevistas foram áudio gravadas e transcritas. No final de cada entrevista, foi solicitado a cada entrevistado que indicasse um colega ou amigo também egresso de instituição de acolhimento para participar da pesquisa.

A pesquisadora se comprometeu com os entrevistados a dar uma devolutiva dos resultados principais da pesquisa, preservando o anonimato de cada entrevistado.

## **A – PROCESSO DE CONTATO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS**

A partir de outubro iniciaram-se os contatos com as possíveis fontes que poderiam indicar os participantes da pesquisa, enquanto se esperava a avaliação e liberação do Comitê de Ética. O parecer de aprovação do projeto foi o número 156.298 / novembro de 2012.

O recrutamento dos participantes da pesquisa ocorreu por meio da indicação de algumas pessoas próximas à pesquisadora. Ao saber da pesquisa, algumas pessoas comentaram espontaneamente que conheciam alguns jovens ex-abrigados e que poderiam indicá-los para a realização da entrevista. Algumas dessas amigas são do próprio NUPCES e outras são colegas de trabalho da pesquisadora.

Em função da perda de continuidade no processo de contato através dos participantes já entrevistados, foi reiniciado o processo de busca a partir da indicação de conhecidos da pesquisadora. Assim, a primeira indicação levou a dois participantes, e a segunda, a outros dois. Acredita que a mudança de indicação foi benéfica para que os entrevistados tivessem características e experiências diferenciadas entre si, o que talvez não ocorresse caso os quatro participantes fossem recrutados a partir de uma mesma indicação inicial.

Foram, então, realizadas quatro entrevistas em local indicado pelo participante ou, caso não tivesse indicação, na própria Universidade, respeitando sempre a confidencialidade. As entrevistas tiveram duração média de 1h40 e foram áudio gravadas.

As entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo de acordo com os seguintes eixos temáticos:

1. Caracterização dos participantes e sua história
2. Entradas e saídas da instituição
3. Cenários e dinâmicas na instituição
4. Significados da saída e entrada no mundo fora
5. Futuro e perspectivas: o que é feito dos jovens?

## **B – CUIDADOS ÉTICOS ENVOLVIDOS NESTA PESQUISA**

Dar visibilidade e saber o que pensam jovens sobre sua vida e seu futuro implica em conhecê-los e conversar com eles a respeito dessas questões, ouvindo-os e buscando manter uma escuta ativa. Há vários aspectos que devem ser considerados, pois permeiam a preocupação de como construir a relação eu-outro, pesquisadora-participantes da pesquisa.

A natureza do objeto de pesquisa, envolvendo jovens que viveram durante um período de tempo em instituições de acolhimento, despertou na pesquisadora algumas preocupações. Suas experiências pessoais e o referencial pesquisado levaram a algumas indagações sobre as questões éticas envolvidas na presente pesquisa.

Um dos pontos delicados quando se trata de jovens que viveram em instituições é que, normalmente, eles passaram por inúmeras entrevistas ao longo de suas vidas, inclusive anamneses aprofundadas sobre sua história, a história de sua família, os motivos que o levaram a morar em instituição, etc. Vale ressaltar o contrassenso destas inquirições, já que nem sempre os jovens são ouvidos ou respeitados em suas motivações ou desejos, como já abordado no levantamento de artigos a respeito do tema. Em função disso, pensava-se que os jovens demorariam para estabelecer uma relação de confiança com a pesquisadora ou até hesitariam em participar da pesquisa ou não se sentiriam seguros para tal. Assim, seria necessário um tempo e uma disposição da pesquisadora no intuito de encontrar maneiras de atuação para os jovens sentirem mais confiança nessa relação, respeitando-os em seus desejos e tendo sensibilidade de perceber a existência de algum desconforto. No entanto, não foi isso que se observou com os participantes desta pesquisa. Ao contrário, eles pareciam muito dispostos em contar, explicar, dar sua opinião sobre o processo de acolhimento. Os entrevistados pareciam interessados em ajudar, em participar da melhoria do processo de acolhimento e de contribuir com sua experiência e análise. Dois deles inclusive disseram que não é necessário proteger sua identidade, e que têm interesse que as informações sejam divulgadas.

Para a realização desta pesquisa, foi essencial se ter em mente o cuidado e a sutileza no modo de se abordar os assuntos vividos pelos jovens, visando o respeito e a consideração pelas suas histórias de vida e pela análise que fazem de suas

próprias experiências. Esse cuidado não se limita somente às palavras empregadas no roteiro de entrevista, mas, também, à entonação usada, à atenção dispensada e à delicadeza no tratamento, principalmente, levando-se em conta a quantidade de vezes que os jovens já devem ter falado sobre suas vidas aos profissionais da assistência social. Durante as entrevistas, a pesquisadora se sentiu muitas vezes chocada com as informações ouvidas e ficava sem saber como reagir. Como assim “dois irmãos morreram”? São coisas para as quais a entrevistadora não estava “preparada” para lidar, lidar com as informações chocantes, com a violência vivida, com a tristeza e as emoções sentidas pelos entrevistados. Ao mesmo tempo, percebia-se que os jovens “aguardavam” algum tipo de comentário ou consideração acerca do que contavam, ou então podia ser a própria entrevistadora que se sentia “na obrigação” de dar alguma resposta, se concordava ou se achava legal o que tinham feito.

Se a pesquisa tivesse sido realizada com jovens ainda institucionalizados seria necessário considerar as relações de poder dentro do abrigo. Percebe-se que algumas instituições têm um funcionamento autoritário, o que também foi descrito por diferentes autores no levantamento bibliográfico. Por isso, a “escolha” dos participantes da pesquisa foi um processo complexo. Entrar em contato diretamente com a instituição de acolhimento não se mostrou a melhor opção para a pesquisadora porque os diretores e educadores desses abrigos poderiam tanto encaminhar os jovens mais indicados para a pesquisa, considerando o critério etário (estar prestes a sair da instituição em função da chegada da maioridade), quanto encaminhar os jovens mais “adaptados” na visão de sua equipe profissional, permeando essa escolha com “valores” e “intenções” e interferindo na divulgação das informações. Além disso, também existia a possibilidade da equipe “indicar” um jovem contra a sua vontade, obrigando-o a participar da entrevista, sem escutá-lo ou respeitá-lo quanto aos seus interesses reais.

Essas questões também revelam que o cuidado na escolha dos participantes deve envolver um trabalho com a instituição, com a direção e os educadores, no sentido de entrevistar somente jovens que de fato tenham interesse de participar da pesquisa, garantindo que eles não sejam constrangidos ou pressionados a fazer algo que não queiram.

A maneira como a pesquisadora chega até os jovens pode influenciar a maneira como eles a percebem. Isso pode ocorrer caso as vinculações sejam com a

instituição, ou instituições parceiras, ou alguma instância do judiciário, cuja situação pode levar o jovem a desconfiar dos motivos da entrevista ou da maneira como ela será utilizada. Por isso, é essencial cuidar dessas relações e tentar não se vincular a elas, para que os jovens se sintam mais à vontade na entrevista. Durante a realização das entrevistas percebeu-se que alguns jovens falaram muito (positivamente) sobre as pessoas que tinham passado seus contatos para a pesquisadora.

Quando dos contatos com a instituição de acolhimento, foi necessário ter alguns cuidados no modo de abordar o assunto com os profissionais para que a possibilidade de realização da pesquisa não parecesse ameaçadora para eles. Nesse caso, foi importante ter uma postura humilde, apresentando-se como alguém que já atuou nesta área e sempre trabalhou com parcerias. Foi igualmente importante ressaltar que a participação na pesquisa era uma forma de contribuir com as reflexões sobre a área, buscando tanto melhorias e novas possibilidades quanto as situações interessantes e acertadas que ocorrem nas instituições de acolhimento.

Outra inquietação se refere aos resultados do trabalho e à devolutiva que deve ser feita à instituição e aos jovens. Em função do funcionamento das instituições de acolhimento e do pequeno número de participantes, é necessário redobrar os cuidados para que o resultado apresentado não exponha os jovens participantes e não os coloque em risco de serem “perseguidos” por suas argumentações e questionamentos. Para evitar esse tipo de problema, poderiam ser feitas mais entrevistas do que as necessárias de fato, visando impedir que os resultados possam ser associados a um ou outro adolescente.

Na escrita dos resultados e da análise percebeu-se a importância de cuidar para não identificar os participantes em função dos locais que viveram, das pessoas que citaram, das situações que viveram, para que não seja possível identificá-los.

As instituições de acolhimento oficiais em Curitiba são vinculadas à FAS, Fundação de Ação Social, que gerencia a Política de Assistência Social do Município. É possível que a FAS demonstre certa resistência em relação à realização desse trabalho. Foi relatado à pesquisadora que esse tipo de posicionamento ocorreu principalmente após a publicação de um artigo em um jornal local criticando a área dos Serviços de Proteção Especial da FAS, o que gerou muita preocupação e excesso de zelo por parte da Fundação quanto a trabalhos acadêmicos e à possibilidade de críticas a seu processo de ação.

Outra possibilidade de acessar as instituições de acolhimento seria pelo contato inicial com a Vara de Infância e Juventude de Curitiba. Entretanto, há uma relação de poder do sistema judiciário em relação à FAS, sendo que um pedido a essa vara poderia ser repassado como uma imposição aos abrigos, o que geraria mal estar e melindres. Sendo assim, a melhor possibilidade e a mais amigável, é a de conversar diretamente com os profissionais dos abrigos e das repúblicas. Após um primeiro contato com essas instituições, acredita-se que seja melhor solicitar à FAS a autorização para a realização da pesquisa, e, caso não seja possível, tentar via judiciário.

Foi importante tomar cuidado com os contatos intermediários estabelecidos com o intuito de se localizar os novos participantes da pesquisa para que não ocorressem interferências na imagem que os participantes tiveram da pesquisadora e da entrevista.

É possível que alguns dos jovens egressos das instituições sejam acompanhados pelo CRAS, nos serviços de proteção social básica ou pelo CREAS, caso estejam em situação de vulnerabilidade. Assim, uma das possibilidades de encontrar os jovens egressos poderia ser por essas instituições, mas, mesmo assim, o contato ocorreria pela FAS, o que poderia influenciar as respostas e a interação com os jovens.

Nesse caso seria necessário definir algumas estratégias para se chegar até eles. Por exemplo: os profissionais da FAS (Fundação de Ação Social) podem saber onde encontrar os jovens (por causa dos relatórios que a Assistente Social da casa precisa fazer), mas se a pesquisadora se deslocar até o local de moradia do jovem com o carro da FAS, por exemplo, já marcaria um “envolvimento” com a instituição e isso poderia implicar na falta de validade dos dados (os participantes podem querer “proteger” a FAS para não perder algum benefício ou ter receio de algum questionamento).

Caso a FAS não autorize a realização da pesquisa poderá ser feito contato com outras instituições de acolhimento não oficiais para verificação sobre seu interesse e aceitação em participar da pesquisa. No entanto, caso essa possibilidade não se concretize, poderão ser feitos contatos pela Vara da Infância e da Juventude.

Da mesma forma, caso sejam contatados jovens que participaram do projeto em que a pesquisadora atuava, será necessário considerar essa relação anterior e

refletir sobre o quanto ela pode modificar as respostas. A relação anterior poderia comprometer a pesquisa, influenciando as falas dos entrevistados.

Outra inquietude seria o fato da pesquisadora estar muito envolvida com o objeto de pesquisa. Nesse caso, esse conhecimento poderia se constituir mais um problema do que uma vantagem, pois a pesquisadora poderia tirar conclusões equivocadas a partir da experiência dela, sem conseguir compreender os fatos a partir da ótica dos jovens. Diante disso seria necessário apreender ao máximo a complexidade das questões apresentadas, de forma a realizar uma boa pesquisa com o distanciamento e os cuidados necessários.

O compromisso ético deve estar presente na busca da pesquisadora em tentar entender o que os jovens contam, chegando o mais próximo possível da realidade por eles vivida, mesmo que para isso seja necessário despir-se da experiência anterior.

## C - ENTREVISTAS

### 1. Caracterização dos participantes e sua história

Participaram da pesquisa quatro jovens com idades de 20, 28 e 34 anos, sendo dois homens e duas mulheres. O fato de serem dois homens e duas mulheres ocorreu em função das indicações que os jovens fizeram dos participantes, tendo ocorrido por casualidade. Todos os jovens moram em Curitiba ou na região metropolitana e estiveram acolhidos em instituições da grande Curitiba. Seus nomes foram substituídos por nomes de pássaros, simbolizando seus “vãos” após a saída da instituição.

As instituições em que moraram podem ser caracterizadas como de permanência continuada, como casas de apoio e repúblicas (MODALIDADES de acolhimento institucional/FAS, 2012). Dois jovens moraram na mesma instituição, assim como as duas jovens, embora uma delas tenha passado também por outras instituições, como ela relata: “(...), eu já passei por todos os abrigos de Curitiba, todo o sistema de abrigamento de Curitiba. (...)”. As instituições de acolhimento eram oficiais e conveniadas. Três dos participantes viveram em uma instituição, sendo que outra jovem passou por, no mínimo, oito instituições de acolhimento.

O tempo de permanência na instituição varia de dois anos e meio a 14 anos, sendo que dois deles passaram metade da vida, ou mais, em algum abrigo. Os períodos de institucionalização também diferem entre os jovens: os mais velhos foram acolhidos antes da promulgação do ECA e estavam na instituição quando houve a mudança legal. As duas mais jovens foram institucionalizadas após 1990. Mesmo que tenham idades distintas, as mudanças legais não parecem ter gerado diferentes experiências em relação à política de direitos. Apesar de terem vivido em instituições que garantiriam seus direitos, os jovens relatam situações de desrespeitos:

E eu fui barrado pela necessidade de família, necessidade de alguém poder me instruir realmente, né? Poder me dar atenção naquilo. E o tempo não deixava, porque em uma instituição tudo tem horário,(...) e não tem pessoas pra se dedicar a você, naquela, na tua lição de casa, no teu trabalho na escola. Então eu sempre (...) fiz sozinho, corri atrás sozinho, e (...) à noite, eu ia estudar sozinho. Às vezes ia no banheiro e ficava lendo, entendeu? Porque tudo tem hora, tem que apagar as luzes, (...)...então...é difícil, (...) [não podia mais estudar] É. Nem de dia (...) não tinha como estudar, (...) chegava da escola, já tinha que tomar banho, já jantava, tinha 10-15-20 minutos, sei lá, pra fazer lição...às vezes eu não sabia a lição direito, a pessoa te

ajudava a fazer só pra poder terminar e não te explicar realmente como era a matéria, entendeu? (Sabiá)

Os jovens nem sempre tiveram seus direitos assegurados, como seria de se esperar de instituições que se propõem a proteger a população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade. No caso descrito anteriormente, percebe-se que a matrícula a uma escola ou o apoio profissional não são suficientes, caso não se dêem possibilidades reais para o aprendizado. No QUADRO 34 são apresentadas as informações referentes ao ingresso e à saída dos jovens nas instituições de acolhimento.

Jovem	Idade	Idade de ingresso	Ano de ingresso	Instituição de acolhimento	Tipo de instituição	Motivo do abrigo	Idade de saída	Tempo de permanência	Ano da saída
Bem-te-vi	20	4 anos	1996	Instituição B, C, D, E, F, G, H, I.	Oficiais e conveniadas	Orfandade de pai e doença mental da mãe	16 anos	12 anos	2008
Colibri	20	16 anos	2008	Instituição B	Oficial	Abuso sexual	18 anos	2 anos e meio	2010
Sanhaço	28	6 meses	1984	Instituição A	Conveniada	Falta de condições financeiras	14* anos	14 anos	1998
Sabiá	34	4 anos	1982	Instituição A	Conveniada	Padrasto não aceitou.	12* anos	8 anos	1994

QUADRO 34 - CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS COM RELAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO

FONTES: FREITAS E ROMANELLI (2013)

\* Frequentaram a instituição por mais tempo, enquanto viviam em família (adotiva ou de padrinhos).

Uma das jovens mora em república de estudantes, em um quarto com mais duas jovens. Os outros três moram com suas novas famílias, sendo dois deles com a esposa e filho(s) e uma delas com o filho, a irmã e dois sobrinhos.

Com relação à educação formal, todos concluíram o ensino médio e dois cursam atualmente o ensino superior, faculdade de Enfermagem e de Serviço Social.

Dois jovens não estão estudando no momento. Uma delas explica que iniciou o curso preparatório para o vestibular e um curso profissionalizante, mas não pôde concluir: “tava estudando, mas eu não tava conseguindo coincidir meu estudo com

trabalho e filho”. O outro jovem gostaria de ter estudado, e comenta: “a única coisa que eu me arrependo de tudo, de tudo, de todos esses anos, é não ter tido estudo, sabe? Falta de oportunidade. Mas fora isso, eu sou feliz.” Este jovem fez curso na área desportiva.

Em relação às atividades desenvolvidas atualmente, todos têm trabalho, mas uma das jovens está afastada para tratamento de saúde. A maioria dos jovens exerce atividades na área comercial, mas também atuam na área esportiva e em uma instituição.

Quanto ao lazer, há predominância de atividades envolvendo os familiares (filhos) e namorado. Dentre as atividades, eles gostam de passear com a família (andar de bicicleta, pescar), brincar com os filhos (joga bola e *Playstation*) sair com namorado (a), com os colegas e amigos, assistir filmes com os amigos, frequentar a Igreja, ler e escrever. Um dos jovens comentou sobre o tempo dedicado aos filhos: “Tempo livre eu tô com eles, o tempo que possível eu tô com eles.”

No QUADRO 35 constam as informações sobre o trabalho e o lazer dos jovens.

Jovem	Trabalho	Lazer
Bem-te-vi	Serviços – vendas - finanças	Passear, ler, escrever, sair
Colibri	Serviços – vendas - loja	Sair com o namorado ou amigos
Sanhaço	Trabalha em uma instituição	Passear com a família
Sabiá	Vendas – comércio Área esportiva / Voluntário em instituição	Jogar bola e <i>playstation</i> com os filhos, ir à Igreja

QUADRO 35 - CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS QUANTO AO TRABALHO E AO LAZER

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

A seguir são descritos os processos de ingresso na(s) instituição(ões) e saída da(s) mesma(s).

## 2. Entradas e saídas da instituição

Os participantes da pesquisa ingressaram e saíram da instituição de diferentes formas, em momentos distintos de suas vidas e, em alguns casos, entraram e saíram diversas vezes. As razões que motivaram o acolhimento desses quatro jovens são variadas. Envolvem diversas formas de violência (negligência, abuso sexual, rejeição por parte do padrasto) e falta de condições econômicas. Esse cenário está presente para os jovens, como um deles fala: “(...) se a gente ta lá é

porque ninguém cuidou da gente.” Essas situações aconteceram nas famílias de origem dos jovens.

Uma jovem ficou com medo da reação da mãe após a denúncia de que ela estava sofrendo violência sexual por parte do padrasto:

(...) só uma noite que eu passei na rua, que eu fiquei andando a noite inteira, foi uma noite antes de ir pro abrigo. Que daí a minha mãe...a minha irmã falou com minha mãe e ela ficou muito brava, mas eu não tava em casa. Daí quando eu soube, eu sabia que se eu fosse pra casa minha mãe ia me bater, daí eu não quis voltar. Eu andei a noite inteira assim, na rua. Aí de manhã, de manhã, nem lembro como é que foi...só sei que minha irmã me achou. Tava na rua e ela me achou, fui ao conselho e daí a gente foi pro abrigo (...)(Colibri)

Essa jovem foi a única da família a ser institucionalizada, mesmo tendo irmãos que poderiam estar sofrendo os mesmos riscos. A mãe continua casada com o padrasto agressor e a história de abuso está se repetindo com sua irmã.

Outro jovem foi institucionalizado porque seu padrasto não o aceitava e sua mãe foi conivente com essa situação:

(...) mas o meu padrasto não aceitava eu, porque ele é de família tradicional, né? E a forma de eles verem a herança da família era que o homem ou a mulher que tivesse filhos, eles perdiam a herança, se fosse fora do casamento. (...) Então eu tinha que ver ela escondido, quando ele tava junto eu tinha que chamar ela de tia por causa dos parentes dele, né? (Sabiá)

A idade em que foram institucionalizados foi aos seis meses, aos quatro e aos 16 anos. Uma das jovens descreve o período de entrada na instituição:

Quando você vai pro abrigo primeiro você faz uma adaptação de 30 dias, você fica 30 dias sem ver ninguém, sem falar com ninguém da sua família, sem sair de dentro do abrigo. (...) Quando é medida de proteção é mais difícil (...) não pode sair do abrigo. Mas na primeira noite eu lembro (...) que senti...porque eu consegui dormir, fazia tempo que eu não dormia. (...) É, tinha medo, muito medo de dormir. (...) também não ia pro colégio. (...) Mesmo porque daí tem que pedir transferência do colégio, tudo isso. Mas a gente tinha estudo dirigido dentro de casa, (...) um trato com o colégio perto de casa que mandava conteúdo. Aí a gente não perdia aula nem conteúdo. (Colibri)

Uma das jovens morou alguns meses com sua madrinha:

(...) me senti acolhida, verdadeiramente amada, sabe, como uma família. Meus padrinhos me tratavam super bem (...) faziam de tudo pra mim, cheguei a estudar em colégio particular (...) só que eu não me sentia, não achava justo com meus irmãos, né? Eu ter tudo, do bom e do melhor, daí eu não achava justo, né? Ó, eu quero voltar pro abrigo porque eu quero manter meus laços sanguíneos. Aí ela [madrinha] falou, tudo bem, é isso que você quer? ... Eu não acho justo com meus irmãos. Aí ela “mas você pode ficar comigo e aí através de mim você ajuda eles”. Daí eu não soube entender, na época, eu era muito criança. (...) (Bem-te-vi)

Bem-te-vi passou por no mínimo oito abrigos, como ela relata:

Quando a gente completava a idade a gente ia ser transferida, a gente ficava sempre naquela coisa, sabe? (...) inclusive tive dificuldades no colégio, né, devido a tanta transferência, então. (...) Então assim acontecia qualquer coisa eles não sabiam lidar com (...) as dificuldades das crianças...eles transferiam, simplesmente como se as crianças fossem um objeto, sabe...descartável. Não tá projetando bom comportamento...a juíza vai e autoriza a transferência. A juíza também não dá abertura para a criança ser ouvida. (...) O que que a criança é ali...entendeu? (Bem-te-vi)

A saída da instituição ocorreu aos 12, 14, 16 e 18 anos. Uma das jovens foi morar em pensionato, outro adotado por funcionários da instituição onde vivia, outro foi morar com o padrinho e outra alugou um kitinete. Uma das jovens estava grávida no período da desinstitucionalização.

Mesmo após a saída, dois deles continuaram frequentando a instituição durante a semana, morando com o padrinho ou pais adotivos aos finais de semana.

(...) eu não queria sair de lá, porque eu tinha a minha referência de criança, de alegria, de tudo ali dentro. Então eu morava com ele, mas ao mesmo tempo meu coração não tava lá com ele, tava com as crianças do orfanato. (se emocionou) Porque eu sabia que tinha outras crianças que não tiveram a oportunidade que eu tive, que tavam lá dentro. (Sabiá)

Famílias:

A configuração da família de origem dos jovens é a seguinte: família com pai (falecido), mãe, irmãos; mãe separada, com cinco filhos (sendo dois falecidos), que se casou novamente; mãe e irmão; mãe casou-se novamente e teve três filhos (sendo um falecido).

Todos os jovens participantes da pesquisa têm irmãos. A mãe de dois deles teve um novo relacionamento, fato que acabou levando à institucionalização deles (rejeição do jovem por parte do padrasto e abuso sexual por parte do padrasto). Somente um dos jovens não tem nenhuma notícia da mãe e do irmão. Os outros três mantêm contato relativamente próximo com pelo menos algum irmão.

Dois dos jovens tiveram irmãos que faleceram de maneira violenta, fruto do tráfico de drogas ou de conflitos nas relações interpessoais. Esses três jovens assassinados, infelizmente estão em consonância com os altos índices de mortalidade juvenil em nosso país, que atinge, sobretudo, os jovens do sexo masculino.

Os jovens que mantêm contato com suas mães biológicas têm uma relação conflituosa ou difícil com elas.

Uma das jovens relatou que não gostava de visitar a mãe, mas era obrigada:

Algumas vezes eles [profissionais do abrigo ou do judiciário] tentavam manter um vínculo, e às vezes tinha aquela semana que a gente ia pra casa, mas não gostava de ir pra casa. Quando saiu, quando a juíza permitiu que eu pudesse fazer visita familiar da minha mãe no final de semana pra casa, eu não gostava. Eu fazia de tudo pra voltar (...) Assim: ou era permitido ou era proibido. Mas eu não era, eu não tinha proibição, entendeu? Por mais que eu não quisesse, não tinha proibição de ir pra casa. (...) Então eles me mandavam pra casa do mesmo jeito, eu não gostava. (Colibri)

Os jovens não puderam ficar com suas famílias de origem e foram institucionalizados em função de violência sofrida ou de falta de condições dos pais de cuidar deles.

No QUADRO 36, constam as informações sobre a família de origem, o contato que têm atualmente, as possibilidades de adoção e seus desfechos.

Jovem	Família de origem	Contato atual	Possibilidade de adoção	O que aconteceu
Bem-te-vi	Pai (falecido), mãe, dois irmãos.	Contato próximo com os irmãos. Mora com a irmã biológica e sobrinhos.	Os 3 irmãos iam para adoção internacional	Não foi possível, pois a mãe biológica lutou para que não fossem adotados.
Colibri	Mãe separada com 5 filhos (dois falecidos) Casou-se novamente.	Contato com a mãe e irmãos. Relacionamento mais próximo com os irmãos já falecidos. Hoje mantém contato próximo com as irmãs.	Acolhida aos 16 anos. Nunca quis ser adotada, mas possivelmente nesta idade não seria possível.	
Sanhaço	Mãe, irmão	Não tem contato com ninguém da família de origem.	Teve início o processo de adoção por volta de um ano e meio, por pessoas que trabalhavam no abrigo.	A adoção foi efetivada quando ele tinha 4 anos. Continuou vivendo na instituição, mesmo após a adoção.
Sabiá	Mãe, casou-se novamente, teve 3 filhos (um falecido)	Tem contato com a mãe, o padrasto e os irmãos.	O padrinho quis sua guarda.	A mãe biológica não queria, não podia ficar com ele, mas ao mesmo tempo não queria que fosse adotado. Aos 12 anos o padrinho ficou com sua guarda.

QUADRO 36 - AS FAMÍLIAS DE ORIGEM DOS JOVENS, O CONTATO ATUAL E AS POSSIBILIDADES DE ADOÇÃO  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Sobre as oportunidades de desinstitucionalização, três dos jovens tiveram possibilidade de ser adotados, mas como a mãe biológica deles não concordou com a adoção, não foram adotados. A adoção se efetivou para somente um dos jovens. Sobre essa experiência de ter sido adotado, um deles relata que a adaptação é longa, pois sentiu dificuldades de viver em família, principalmente na relação pai-filho.

Após a institucionalização, alguns dos jovens tiveram experiências com famílias que os acolheram, seja como padrinhos ou madrinhas, seja pelo processo de adoção. Nesta pesquisa, todas essas experiências estão sendo consideradas como análogas às de famílias acolhedoras em função do tipo de relação que se estabeleceu entre o jovem e a família ou padrinhos. Somente uma jovem não teve essa experiência.

Um dos jovens é afilhado de dois irmãos. A madrinha tinha vontade de ter uma criança em casa, que também faria companhia a outra que não tinha com quem brincar. Ele se aproximou mais do padrinho, por ser homem e ter atividades próximas (jogar bola, brincar). Depois, foi morar com o padrinho e continuou frequentando a instituição. Para o jovem, o padrinho é a pessoa que ele considera mais importante:

(...), eu posso contar muito com esse meu pai adotivo, né? (...) ele sempre tá do meu lado, (...) ele pra mim é tudo, (...) quando eu menos esperava ter uma família, ele se propôs a ser meu pai adotivo, né? (...) E eu aprendi a reconhecer e dar valor às pessoas que me deram valor, que acreditaram em mim, sabe? (...) Uma vez por semana eu me dedico a visitá-lo. (Sabiá)

Dois jovens moraram por um período tanto na família (adotiva e família acolhedora) quanto na instituição. Um deles comenta do período que era adolescente e que passou a ficar somente em casa, com os pais adotivos: “Então nunca perdi o vínculo, assim, com a instituição. Nunca cheguei a ficar...assim, ficou um ano sem aparecer lá...não. O máximo que eu ficava era uns dois meses.”

Uma das jovens conheceu a psicóloga em uma ONG que frequentava. Para a jovem: “a Sra. Verão, tudo que acontece independentemente do que é da ONG ou não eu conto pra ela, da minha vida mesmo, ela é a minha melhor amiga”. No período em que a jovem se envolveu num relacionamento violento, ela contou com a ajuda da psicóloga. Ela conseguiu um emprego e se mudou, deixando o rapaz. Desde então elas continuam muito próximas.

A pessoa que se tornou madrinha de outra jovem trabalhava em uma das instituições em que esta foi abrigada. Encontrou a jovem, ficou conversando, perguntou se ela queria ter uma madrinha e a jovem aceitou. Sobre a experiência de ter morado em família acolhedora, a jovem relata que foi uma experiência bastante positiva; em sua opinião “uma experiência bem gostosa”. Quando era adolescente a jovem morou com seus padrinhos durante alguns meses, mas não quis ficar por se sentir mal em relação aos seus irmãos que estavam abrigados.

No QUADRO 37, constam as informações sobre as famílias acolhedoras e as pessoas que os jovens consideram mais importantes atualmente. Os padrinhos foram mencionados por todos os jovens que tiveram essa experiência, como pessoas importantes para eles.

<b>Jovem</b>	<b>Famílias acolhedoras</b>	<b>Pessoas que consideram mais importantes hoje</b>
Bem-te-vi	Madrinha e padrinho	Filho, padrinhos, irmãos.
Colibri	-	Namorado, psicóloga da ONG, irmã mais velha
Sanhaço	Foi adotado por pessoas que trabalhavam na instituição.	Amigos que moraram na instituição, cuidadoras e pais adotivos.
Sabiá	Padrinho e madrinha	Padrinho

QUADRO 37 - DESCRIÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS E DAS PESSOAS MAIS IMPORTANTES ATUALMENTE PARA OS JOVENS  
 FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

### **3. Cenários e dinâmicas na instituição**

Esse item trata das atividades desenvolvidas na instituição, as relações dentro do abrigo e as regras e funcionamento institucionais. Também são apresentadas as apreciações dos entrevistados sobre as instituições de acolhimento de modo geral e de maneira específica em relação à sua experiência pessoal. Posteriormente, é apresentado o significado de ter vivido no abrigo e o que isso produziu na vida deles.

#### **a) Atividades**

As atividades que os jovens tinham na instituição envolviam recreações como brincadeiras, jogos coletivos (vôlei, caçador), atividades de lazer como passeios, visitas de outras pessoas (voluntários) à instituição, eventos na instituição, festas, assistir TV, ouvir rádio, ficar na edícula, assistir filmes locados. Também foi relatado

o culto na instituição e ida à Igreja. Na instituição eram ofertadas oficinas de reforço escolar, pintura, desenho, capoeira, artesanato, assistir e ler jornal, dinâmicas. Essas oficinas eram propostas por educadores, voluntários ou estagiários de faculdades.

A gente tinha várias oficinas (...) Eu não participava de todas porque eu estudava à noite, mas as meninas que não estudavam à noite (...) tinham várias oficinas. Artesanato, jornal, que a tia fazia a gente assistir jornal, que a gente não gostava, criança não gosta, pra ter um senso crítico, ler jornal também.. (Colibri)

As atividades que aconteciam na instituição estão dentre os aspectos da vida deles na instituição que eles mais gostavam. Três jovens mencionaram as festas ou eventos como situações de que mais gostavam.

Quando indagada sobre as coisas que mais gostava no abrigo, uma das jovens disse: “Era quando eu tava fora dele. Não gostava do abrigo”.

Chama a atenção o fato dos jovens gostarem de receber ou encontrar as pessoas de fora da instituição: as atividades desenvolvidas por estagiários, as festas ou eventos promovidos por visitantes ou voluntários. Essa relação fora-dentro parece muito fechada e sem permeabilidade. Os relatos abaixo relatam sobre essas atividades festivas:

O que eu mais gostava...era das festas. Que daí enchia a casa lá, era muita gente. (Sanhaço)

Um dos jovens relata um aspecto difícil das visitas, a hora da despedida. Parece haver uma crítica: “a pessoa vai viver a vida dela, vai feliz (...)”, enquanto os jovens ficam lá, com as saudades.

Em relação às atividades, os jovens também narraram algumas experiências de trabalho que não aconteciam dentro da instituição, mas parece que o encaminhamento foi mediado pela instituição de acolhimento.

Dois jovens estavam inseridos em programas de aprendizagem e trabalharam em instituições públicas. Outro trabalhou como *Office boy* desde os 14 anos. A respeito dessa experiência, eles relatam:

(...) eu aprendi muito trabalhando em Júpiter. [local onde trabalhou] foi dos meus maiores professores, porque eu trabalhei sempre com pessoas mais velhas, (...) Eu era uma pessoa muito fechada, assim, muito revoltadinha, sabe? (...) eu ficava

nervosa (...) e eles: “calma, (...) vai com calma, você consegue, e tal”. (...) Eu aprendi muito lá, (...) Hoje eu levo pra minha vida, (...) (Bem-te-vi)

Eu trabalhava em Saturno. (...) era legal. (...) Eu fazia um outro curso (...) que era profissionalizante. (...) eu estudava (...) de manhã, trabalhava de tarde, e estudava a noite no colégio. O [curso] era um complemento do trabalho, se eu não fosse pro trabalho, não podia ir pro [curso] (...) Depois que eu saí da casa eu saí de lá, porque acabou meu contrato. (Colibri)

(...) meu dinheirinho sempre foi sagrado, foi suado, eu trabalhava de Office boy, eu ia de bicicleta pra não gastar o vale-transporte, a parte que eu ganhava eu trocava na banca pra poder guardar o dinheiro, tudo, e depois eu fui mudando de emprego, fui tendo outras oportunidades, né? (Sabiá)

#### b) Pessoas/relações

No que se refere às pessoas com as quais se davam bem, os jovens falaram de educadores e de amigos com quem moraram na instituição. Uma das jovens relata, sobre as colegas da instituição “ai, uma galerinha...eu tive bastante vínculo com o pessoal ali.” (Bem-te-vi)

Eles relatam ter aprendido a enxergar de modo diferente e se colocar no lugar das outras pessoas. Uma das maiores amigas de uma das jovens tinha uma doença e acabou falecendo meses após ter saído da instituição:

Quem ensinou mais foi a minha amiga, a Caburé, eu tinha uma ligação muito forte com ela. (...) A morte dela deu um clique em mim, sabe? Que a vida é dura. (...) deu um clique em todo mundo (...) que querendo ou não a gente precisava dos educadores. (Colibri)

Sobre o vínculo com os profissionais da instituição, a jovem descreve sua relação com a enfermeira:

A Sra. Primavera era fantástica, incrível. (...) Ela era muito engraçada, (...) bonita, (...) sempre tava com a gente, a gente podia contar todos os segredos pra ela. Um dia eu quero ser uma [profissional] igual a Sra. Primavera. Gosto demais da Sra. Primavera. (...) A Sra. Outono (...) que é educadora, eu gosto dela também, ela é minha mãe às vezes. (Colibri)

As pessoas com as quais os jovens não se davam bem também são colegas que moraram na instituição e educadores. Entre os colegas aconteciam discussões e brigas, como no exemplo de uma das jovens: “Ela me ameaçava, dizia que ia me matar porque eu era filha de traficante, (...) [o que acontecia] Briga, luta corporal, vias de fato”.

Na relação com essas pessoas com os quais eles não se davam bem, os jovens relatam ter aprendido a “lidar com as diferenças”, “ter mais tolerância, ter uma paciência estendida”.

As pessoas mais importantes para os jovens eram profissionais que trabalhavam na instituição: educadores, enfermeira e, em um caso específico, a pessoa que fundou o abrigo. Eram pessoas com quem os jovens tinham mais contato, com quem conversavam bastante, solicitavam conselhos e que consideravam muito.

Em seu casamento, um dos jovens queria levar as duas mães ao altar, a biológica e a da instituição:

(...) foi o sonho da minha mãe [da instituição], como ela sempre diz, ela sempre fala que foi um dos melhores momentos da vida dela poder entrar comigo na igreja. E foi pra mim também. (Sabiá)

Tanto as pessoas que marcaram positivamente a vida dos jovens, quanto as que marcaram negativamente, faziam parte do cotidiano da instituição. Mesmo que os jovens tenham relatado ter gostado das festas e do contato com as pessoas “de fora”, foi com as pessoas “de dentro” da instituição com quem tiveram uma experiência mais marcante.

### c) Regras e funcionamento da instituição

O depoimento dos entrevistados apresenta alguns aspectos do funcionamento das instituições de acolhimento. Nas falas de alguns deles é possível identificar como as diferentes instituições eram divididas em níveis (1, 2 e 3), e as características de cada uma delas. As repúblicas são de nível 3, onde os jovens têm maior autonomia e estão há mais tempo na casa; as casas de nível 2 recebem os jovens oriundos do nível 1 e os prepara para o nível 3, e as casas de nível 1 são as que recebem os jovens logo que são abordados da situação de violência em que viviam, ou que recebem crianças.

Na época as casas eram divididas em 3 níveis: a nível 1, a nível 2 e a nível 3. A nível 1 era pra criança (...) que era até 12 anos; a nível 2 que era uma casa, era uma casa que iam as meninas do nível 1 pra serem preparadas para uma de nível 3, que era a república. Ou seja, pra estar lá em Netuno [instituição] a gente tinha que merecer estar lá. Elas eram escolhidas as meninas lá (...) não era assim... qualquer uma. Daí se elas não conseguissem chegar ao nível 3 elas eram transferidas pras outras casa do tipo 1 (...) quem ta em abrigo ta lá muitos e muitos anos. Então, pra ficar dentro de

uma nível 3 você tem que ter um comportamento bom, tem que ser uma menina boa, (...) não podia ter envolvimento com droga, nem com prostituição, (...) ter uma boa índole pra ta lá. (Colibri)

Fui para Mercúrio [instituição] (...) nível 1, (...) é aquelas crianças que acabaram de ser abordadas da rua, sabe situação de risco, questão de desabrigo, que estão sendo colocadas ali. E eu passei, sabe daí tinha meninas que usavam drogas. Sabe, acabei me influenciando, indo também pro caminho. (Bem-te-vi)

No entanto, verifica-se que essa divisão em níveis não foi encontrada em documentos oficiais da FAS (MODALIDADES/FAS, 2012; PROTOCOLO/FAS, 2007). Observa-se no discurso de ambas uma conotação positiva para o nível 3 e uma negativa para o nível 1, e que a jovem deve merecer estar em casas de nível 3, e que essa divisão está relacionada com o comportamento dos jovens.

A estrutura física da instituição foi descrita por alguns dos jovens entrevistados como casas grandes, com grandes espaços externos, quintal, edícula:

Era uma casa, lá na, aonde eu fui criado, era uma casa bem grande, tinham uns 8 quartos (...) bem grandes (...) aquele monte de beliche, era bem, estilo bem "orfanatão" (...) tinha um terreno gigante na frente, um terreno gigante atrás, então era bem... (...) Tinham meninos e meninas, diferentes idades, já tinha adolescente também... (...) [no] quarto maior (...) uma das cuidadoras da noite dormia (...) [nos] outros quartos eram um pouco menores, (...) ficavam mais os adolescentes. (Sanhaço)

Olha, a gente era em 30 meninas em 6-5 quartos (...) 6 meninas por quarto. (Colibri)

Essas descrições revelam uma grande quantidade de crianças e jovens por quarto, algo descrito por um dos jovens com o estilo de uma grande instituição.

Quanto às pessoas que trabalhavam na instituição, os jovens fizeram referência aos educadores, guardas municipais, técnicos (assistente social, enfermeira), pessoas em cargo de gestão e educadores/profissionais: uma diretora e uma vice-diretora, enfermeira, assistente social e guarda-municipal. As pessoas que frequentavam eventualmente a instituição eram estagiários, voluntários e visitantes. Dentre esses profissionais, uma das jovens fez referência à presença de um profissional da guarda municipal:

(...) fica uma guarda de prontidão. Cada abrigo tem uma guarda. Todos os abrigos têm uma guarda. (Bem-te-vi)

A presença desse profissional parece fora de contexto numa residência infanto-juvenil e parece indicar aspectos coercitivos de controle e “correção” do comportamento dos jovens.

Quanto à relação entre profissionais e jovens foram mencionados 10 educadores para 30 jovens e 6 educadores para 32 crianças.

Os jovens também comentaram sobre o cotidiano institucional e o funcionamento do abrigo. O dia-a-dia segue um cronograma de atividades e horários, com uma rotina bastante rígida, como pode ser observado a seguir:

É porque eu acho que na sociedade nós vivemos em um mundo que nós temos que nos adequar à regra, a gente vive num mundo com regra. (...) Só que lá é demais. Gente, as crianças não são robóticas, as crianças não são robô, que é assim, é assim uma coisa monocromática, sabe? Não, gente, quebrar o gelo de vez em quando faz parte (...) (Bem-te-vi)

E o tempo não deixava (...) tudo tem horário (...) e não tem pessoas pra se dedicar a você, (...) na tua lição de casa (...) (Sabiá)

(...) [na instituição] o trabalho era meio que de linha de produção. Hora do banho, ia todo mundo pro banho, por ser mais prático, mais rápido, né? (Sanhaço)

A rotina rígida descrita pelos jovens se torna um empecilho para a qualidade das relações, por aproximar-se do trabalho em linha de produção. Esse ambiente institucional também parece estar ligado ao reduzido número de educadores para a quantidade de crianças atendidas.

A comparação que uma das jovens fez das “crianças com robôs” mostra seu descontentamento em relação ao excesso de rigidez, bem demonstrado pela expressão “monocromática”: uma instituição que não permite que os jovens possam se expressar e ter diferentes cores e nuances, que achata e massifica. O termo robô ainda traz a ideia de afastar o comportamento dos jovens do que ele tem de humano, deixá-lo o mais previsível e controlado quanto possível.

Com relação às responsabilidades que os jovens tinham que assumir na instituição, havia: atividades domésticas, às vezes de maneira mais livre, ou por escalas. Essas tarefas não são descritas como penosas pelos jovens:

(...) a limpeza da casa era nossa. (...) não era nada pesado, tipo, cada uma arruma sua cama. (...) Daí uma menina ficava responsável (...) [por] só varrer. Daí tinha quem varresse o quintal, quem lavasse a louça (...) (Colibri)

Com relação às regras, os jovens contaram que os horários de saída e chegada deveriam ser cumpridos, que a instituição não permitia saída para visita quando tivesse algum evento, e que havia regras em relação ao modo como os jovens deveriam gastar ou poupar seu salário, descritas a seguir:

(...) às vezes tinha algum evento na instituição, então não poderia sair. Então nenhum dos dois [mãe ou padrinho] me levava. Então antes deles irem me buscar tinha que saber se eu podia sair ou não, né? (Sabiá)

A gente tinha que cumprir os horários. Quem não cumprisse perdia esse direito [de sair]. (Colibri)

O controle dos gastos pode parecer uma boa ideia para que os jovens aprendam a economizar e consigam juntar dinheiro para a saída da instituição. No entanto, por ser uma medida autoritária, não garante que os jovens aprendam sobre economia doméstica ou consigam tomar as melhores decisões sobre sua gestão financeira.

Um dos jovens narra uma situação que mostra a proibição de namoro entre jovens na instituição e a transferência do(a) namorado(a). Também revela que as jovens poderiam receber visitas dos(as) namorados(as), mas o(a) jovem homossexual não poderia receber a de seu(sua) namorado(a) com a justificativa de que outros jovens também iam querer ter relacionamentos homossexuais.

A proibição do namoro e o impedimento da visita do(a) namorado(a) mostram um tabu dentro das instituições, reforçado ainda mais pela dificuldade dos profissionais em lidarem com situações de visibilidade da homossexualidade dos jovens. Além disso, o impedimento do relacionamento afetivo e o tratamento desigual em relação ao namoro heterossexual aproximam-se de possíveis atitudes homofóbicas.

Quando os jovens apresentam “comportamento inadequado” eles sofrem punições. Sobre isso uma jovem comenta que: “Eu acho que ter, mas de uma forma mais relevante, entendeu? Tem que ter punição sim, entendeu?”. O termo relevante mostra que parece haver punição para tudo, independentemente de comportamentos mais graves ou menos graves, não havendo gradação sobre o que é mais ou menos importante em termo de comportamento ou aprendizagem, como exposto nos trechos abaixo:

Era qualquer coisinha, chamavam os guarda municipal. (Bem-te-vi)

(...) você cometeu qualquer coisinha, ah não vai passear no parque (Bem-te-vi)

Nesse caso, para o jovem as punições eram superdimensionadas em relação ao fato usado para justificá-las. Outra jovem explica que as medidas-socioeducativas são formas de corrigir o comportamento em casa, e também comenta que a punição era coletiva, independentemente de quem tinha cometido o erro:

(...) não gostava na época eram as medidas sócio-educativas (...) pra corrigir comportamento, né? Eu achava que elas eram (...) muito rígidas às vezes, mas hoje eu vejo que elas são necessárias. (Colibri)

(...) eu mesma chegava na Sra. Primavera [educadora] e falava: não, (...) eu quero ser punida. Senão isso abre vazão para as meninas que vieram, que não vieram do nível 2 pra fazer o que quiserem, sabe? (...) Isso na época eu via como uma coisa ruim, hoje eu vejo como uma coisa boa. (Colibri)

Os castigos narrados pelos jovens envolvem proibições de atender ao telefone, de sair, de ir aos passeios, obrigação de limpar a casa sozinho, ficar sem rádio, televisão e não ter nada pra fazer, ficar determinado tempo sozinho no quarto, ficar na cadeira do castigo, ou ser levado para a delegacia.

Quase todas as punições envolvem a não participação em alguma atividade de lazer ou de saída, diminuindo as possibilidades de contato com o mundo externo à instituição. Além disso, pela descrição dos jovens, há um desrespeito em relação à liberdade e aos direitos, como no caso de uma jovem que foi algemada e de outra, que relatou que na medida de quarto não era permitido dormir. A seguir reunimos uma lista de punições apontadas pelos 4 entrevistados (vide QUADRO 38)

<b>Punições</b>
Ficar 3 meses sem atender telefone
Ficar 3 meses sem poder sair, indo somente ao colégio
Perder o passeio
Ser levado à delegacia
Ficar sem televisão, ficar sem rádio, não poder ficar no local de lazer
Não ter nada para fazer
Limpar a casa sozinho
Ficar sozinho no quarto
Ficar estudando 2h por dia no final de semana
Se desrespeitasse os horários perdia o direito de sair: ficava 15, 30 dias sem sair de casa.
Ficar um tempo no quarto, na cadeira do castigo

QUADRO 38 - AS PUNIÇÕES APLICADAS PELAS INSTITUIÇÕES  
FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

Os jovens não mencionaram como as regras e as punições eram definidas, mas comentaram que a escolha sobre as punições dependiam da direção ou dos educadores, revelando mudanças de regras de acordo com quem está exercendo o poder e em função de quem cometeu o erro, como a seguir:

É, querendo ou não é assim, sabe? Daí geralmente quem fazia as escalas eram as educadoras, daí quando era uma educadora que não gostava, elas davam as piores escalas pra gente, sabe? (...) É, de limpar, de arrumar a casa. Elas inventavam uma coisa nada a ver pra dar punição, assim. (Colibri)

E olha, quando eu fui pra D.A. [Delegacia do Adolescente], por uma coisa que eu não fiz, eu não tinha feito nada (...) passei por constrangimento, (...) (Bem-te-vi)

As situações descritas mostram a arbitrariedade das punições e injustiças cometidas na própria instituição.

Em outra situação uma das jovens escolheu sua própria punição, que foi posteriormente implantada na instituição. O que parece ser uma ideia democrática – de escolher a punição – acabou se tornando mais uma regra da casa, aplicável a todas as moradoras. Além disso, verifica-se a relação do estudo como algo penoso como um castigo, que é uma associação anti-educativa.

As faltas que levavam às punições eram brigas, mau comportamento (aprontar demais) e deixar de ir ao colégio.

#### d) Apreciação sobre a instituição

As contribuições que os jovens fornecem sobre as instituições de acolhimento se referem à apreciação desses locais como moradia, avaliando-os em suas funções e objetivos e apresentando críticas e sugestões.

Um dos jovens tem a percepção de que os abrigos não são bons locais para viver, poderiam ser melhores. Para ele essa experiência deve ter a maior brevidade possível:

É, assim, eles não são bons, porque, por mais que eles tentem manter um ambiente parecido com o da família, nunca vai ser, né? (...) ao invés de se preocupar tanto em tentar deixar o ambiente familiar (...) eles deviam (...) fazer com que o trabalho (...) funcione (...) como se fosse uma catraca, tão ajustado, que a criança fique um período tão pequeno lá (...) assim, umas férias que ela teve, sabe? (...) Quanto mais rápido, melhor. (Sanhaço)

Os jovens tecem algumas críticas, apontam falhas no sistema de acolhimento institucional e sugerem alguns aspectos que as crianças necessitam nas instituições: serem ouvidas, terem possibilidade de diálogo, receberem carinho, terem limites, como descrito a seguir:

(...) as crianças elas precisam ser escutadas, precisam ser ouvidas. (...) Falta conversa, falta diálogo. (Bem-te-vi)

(...) no orfanato você não tem carinho de todo mundo, não tem como a pessoa te dar carinho igual pra todo mundo. (Sabiá)

Um dos jovens declara que o acolhimento institucional envolve pessoas, não consistindo apenas num sistema. Evidencia o fato de se pensar sobre o próprio acolhimento institucional, sobre os direitos das crianças e adolescentes, esquecendo-se das pessoas que estão nas instituições, que vivem lá cotidianamente. Outra jovem apresenta uma crítica em relação à rigidez do ambiente institucional:

(...) Porque eu acho que abrigo é uma prisão (...) quando a gente não tava estudando, trabalhando, a gente saía uma vez por semana, pra ir dar uma volta. Gente, a gente não ta preso...parece penitenciária. (Bem-te-vi)

O jovem compara o ambiente institucional das medidas de proteção (instituições de acolhimento) e as unidades de atendimento em regime fechado do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) para onde vão jovens que cometeram atos infracionais e cumprem medidas sócio-educativas.

Algumas semelhanças entre os dois tipos de atendimento aparecem na fala dos jovens no uso de algumas expressões e palavras, como por exemplo: “abrigo é uma prisão”, medidas sócio-educativas, a saída semanal para banho de sol, lados A e B para se referir à divisão do espaço da casa e o termo pavilhão. Outro aspecto que chama a atenção é o fato de ter um guarda-municipal em cada instituição.

Para um dos jovens, a experiência de viver em uma instituição, da forma como acontece, não promove o acolhimento dos jovens. Outro jovem relata que não concordava ou não gostava de algumas regras, como no momento da adaptação em que era estabelecido um período de 30 dias sem sair do abrigo, e o fato de todos serem punidos juntos caso alguém cometesse algum erro. Mas comenta que hoje, depois de ter saído de lá, as percebe de maneira diferente.

Outro jovem apresenta algumas de suas discordâncias e o efeito que suas críticas tinham sobre a instituição:

E ali eles agem errado e colocam a culpa no adolescente. (...) Se houve imprudência, há uma penalização. (...) às vezes o adulto (...) quando ele erra não é punido. O adolescente é. (...) E onde tá os direitos (...) dos adolescentes? (Bem-te-vi)

Os jovens estão morando em uma instituição para que os seus direitos sejam protegidos, mas as pessoas que têm a função de auxiliá-los são as que violam os seus direitos.

#### e) Apreciação sobre os profissionais das instituições

Nesse item são apresentadas as impressões que os jovens têm sobre os profissionais que atuam nas instituições. Como se discutiu anteriormente, os participantes da pesquisa desenvolveram vínculo com vários profissionais, mas também tiveram dificuldades ou problemas com vários outros.

Alguns profissionais das instituições são lembrados como fantásticos, incríveis, admiráveis e amados; mas alguns outros são lembrados com características negativas e considerados chatos.

A respeito da atividade profissional de educador social, alguns jovens explicam que vários profissionais se interessam pela carreira por causa da estabilidade e do salário, independentemente de ter perfil para o trabalho:

(...) Assim, quando a gente ta em abrigo a gente quer conversar, a gente quer contar pra alguém e é geralmente quem ta há mais tempo, elas já estão cansadas, já estão saturadas... (...) Isso, as educadoras já estão cansadas, já estão saturadas... Não têm mais muita paciência. (Colibri)

Eu vou ser bem sincera, tem muito educador que ta ali só pra receber o salário. (Bem-te-vi)

Um dos jovens tenta explicar porque alguns educadores não têm o perfil adequado para trabalhar nas instituições. Inicialmente justifica que os que atuam há muito tempo já estão saturados, mas depois percebe que uma das educadoras de que mais gosta tem muitos anos de serviço. Em seguida explica que algumas educadoras não gostam de crianças, o que não condiz com o perfil para o trabalho. Também comenta que as educadoras são alocadas para os diferentes equipamentos da prefeitura sem que se considere se o perfil desse profissional é adequado à função que ele vai assumir.

Outro jovem relata a quebra de sigilo profissional de uma psicóloga com quem tinha conversado, fato que intensifica a perda de confiança que teve em relação aos adultos. Ele teve uma experiência muito negativa, como relatado a seguir:

Há vários psicólogos nos abrigos, mas as crianças têm medo, sabe? De acabar expondo e de acabar sofrendo algum tipo de consequência. Porque querendo ou não querendo não há sigilo, viu? Eu não sei que tipo de putaria que existe dentro do abrigo. Uma vez só que eu conversei com uma psicóloga...eu tenho uma dificuldade muito grande de falar com psicóloga, e ela contou tudo pra minha diretora. Tudo. Eu falei “que ética, você é, e a sua ética. Quando você jurou, quando você se formou você fez um juramento, você jurou, porque toda a profissão jura. E a tua ética, ficou aonde?” Ai eu fiquei tão mal, tão ruim. (Bem-te-vi)

Os jovens relatam que nem sempre são ouvidos, e em diversos momentos falam de seu sofrimento psíquico. Um atendimento como o que ocorreu é lamentável considerando as dificuldades pelas quais os jovens passam e a necessidade que têm de trabalhar seus aspectos psicológicos. Hoje vários dos jovens comentam ter necessidade de trabalhar seu psicológico, mas é possível imaginar a dificuldade de procurar um profissional após esse tipo de experiência de violação de direitos.

Os participantes da pesquisa também comentaram sobre a gestão da instituição, apontando aspectos positivos e negativos. Um dos jovens conta que um dos administradores não sabia gerenciar uma instituição, o que aparece em vários momentos de sua fala; outro compara a gestão de duas diretoras, sendo a primeira apresentada de modo negativo e autoritário, e a segunda (que a substituiu), de modo mais aberto e positivo, como apresentadas nas falas a seguir:

Igual eu digo assim que às vezes os abrigos são as maiores obras destrutivas na vida da criança e do adolescente, tem questão de negligência e tudo. Eles não sabem o que é uma boa administração. (Bem-te-vi)

E também depois que Sra. Primavera assumiu a gestão a gente assumia as coisas (...) em democracia. A gente reunia todas as meninas na sala e daí, ao final, se eu fizesse alguma coisa errada ela me chamava pra conversar e aí falava se eu merecia uma punição e qual punição eu merecia. Ela não dava punição assim, sabe? (Colibri)

Um dos jovens relata o quanto admira sua mãe na casa, e conta sobre a homenagem que lhe fez no dia das mães:

(...) eu fiz uma homenagem pra ela no dia das mães. [se emocionou]. (...) E eu pude falar assim, de coração, não foi uma coisa forçada, então, as pessoas viram aquilo, ficaram sensibilizadas, porque eu fiquei no orfanato todo esse tempo, mas eu tive muito amor, sabe? Então, se eu puder falar do meu amor que eu tenho por ela, eu não sei o dia que ela for, o que vai ser da minha vida. Esse dia vai chegar, mas eu nunca vou deixar de agradecer ela toda vez que eu vê ela, sabe? Não vou deixar de agradecer, de dar um abraço, de dar um beijo... (Sabiá)

#### f) Significado de viver na instituição

Os jovens estabeleceram comparações entre a vida na instituição e a vida fora dela, em uma família. Eles comentam que não sabem como seria a vida fora, que poderia ser bem pior, que a instituição foi um local do qual dependeram (alimentação, casa), que provavelmente tiveram uma criação melhor do que teriam se estivessem com sua família, e que talvez vivendo em família não tivessem tido o que tiveram no abrigo:

Não posso nem dizer que boa, nem que ruim, sabe? Porque querendo ou não querendo eu dependi, (...) do abrigo, Comi, dormi, precisei do acolhimento do abrigo. Não posso ser tão...sei lá, falar mal do abrigo. (Bem-te-vi)

(...) significou (...) uma experiência única (...) que tudo que eu vivi me trouxe pra fazer o que eu to fazendo hoje, (...) eu não taria lutando tanto quanto to lutando hoje... por um atendimento de qualidade (...) pras crianças (...) só tenho, na verdade só a agradecer lá, que o que aconteceu comigo eu só agradeço a Deus (...) porque senão eu acho que eu não seria quem eu sou hoje, né? (Sanhaço)

O abrigo me trouxe muitas coisas boas, hoje, como pessoa, sabe? Isso mesmo, acho que eu sou hoje eu sou uma mãe, sou uma mulher de verdade, mas eu...tenho que reconhecer que o abrigo... não sei, minha vida inteira foi abrigo, né? Eu não sei como seria fora de um abrigo. (...) Tive 6 meses com a minha madrinha, com uma família, sabia o que era uma família. (Bem-te-vi)

(...) eu sou feliz, sou grato a Deus porque fui parar na instituição. (...) toda a base que eu tenho hoje veio de lá, sabe? Não sei se todos os abrigos são iguais (...) mas esse que eu fui foi muito especial (...) Queria que todos fossem como esse que eu fui. (...) [o que foi especial] a organização, o respeito, sabe? É, tudo com horário (...) As visitas das outras pessoas, sabe, dos voluntários, as pessoas que fim de ano passam, as pessoas vão lá, te levavam presente, sabe? (Sabiá)

(...) se eu não tivesse ido pro abrigo, eu teria tido uma vida muito pior. Foi difícil o tempo que eu fiquei no abrigo, não vou dizer que foi um mar de rosas porque não foi (...) O tempo que eu fiquei fora também. Mas se eu tivesse ficado na minha casa, com a minha mãe (...) a minha vida teria sido muito pior. Eu não sei o que teria acontecido, mas eu tinha muita vontade de morrer. (Colibri)

Também descrevem essa vivência como uma experiência única, que trouxe coisas boas, em que receberam todo o necessário, que era um local de que gostavam, que foi uma experiência a qual agradecem a Deus. A instituição às vezes é vista como referência, como experiência que faz parte de sua vida, responsável pelo que são hoje, fornecendo as bases para o que fazem hoje, que trouxe coisas boas.

Por outro lado, também descrevem esse tempo vivido na instituição como uma experiência não benéfica, difícil, muito ruim, local onde perderam parte da vida. Os trechos a seguir apresentam algumas dessas reflexões:

Eu não tive essa fase de fora do abrigo. Não é uma coisa tão bacana, não é benéfica pra o emocional, para a vida da pessoa. Se a pessoa não for muito forte, ela acaba se perdendo. (Bem-te-vi)

A instituição os “tirou” de alguma situação ruim em que viviam, foram dependentes da instituição e sobreviveram por causa dela, mas, ao mesmo tempo, percebem que há muita coisa errada, que esse “cuidar” tem muitos problemas e críticas. Eles podem ter desenvolvido um sentimento de culpa no sentido de terem que ser “eternamente agradecidos” em relação às instituições, mas parecem ficar confusos porque a experiência representou aspectos negativos e de violação de direitos.

Dois deles tentaram suicídio mais de uma vez enquanto moravam na instituição e também quando estavam ainda em casa, com suas famílias.

Sei lá (...) Quando você tá numa situação de abrigo (...) as crianças elas se sentem, como que (...) inválidas (...) Ela se sente incapaz, entendeu? E quando (...) são ingressadas no mercado de trabalho, ou nos estudos (...) têm dificuldade...de lidar com as pessoas (...) (Bem-te-vi)

Eu não sei o que teria acontecido, mas eu tinha muita vontade de morrer. Diversas vezes eu tentei me matar, sabe? Várias vezes. (Colibri)

A experiência institucional gerou grande sofrimento psíquico às duas jovens, que, somado às suas experiências de vida anteriores ao abrigo, tiraram seu desejo de continuar vivendo.

Os jovens relatam ter aprendido sobre as relações interpessoais e desenvolvido a empatia: amar, ouvir, entender melhor as pessoas, ceder, escutar, falar, se colocar no lugar das pessoas, preocupar-se com o próximo, saber que existem pessoas numa condição pior, saber que não sofrem sozinhos e que tem outras pessoas que sofrem. A seguir constam alguns dos trechos das entrevistas:

(...) [aprendi] a dar valor a um monte de coisa que talvez um monte de gente não dá valor. (...) pequenas coisas assim. (...) Eu acho que aproveitar a vida (...) de (...) momentos de felicidade, de poder aproveitar e extrair (...) o máximo daquele momento (...), porque a gente não sabe o que vai acontecer depois, né? (...) (Sanhaço)

E, bom, eu digo... o dom de amar é uma coisa tão bonita, tão forte, então...tudo isso que eu carrego comigo eu aprendi da Sra. Inverno [a fundadora da instituição] (...) (Sabiá)

A gente aprende num lugar assim que sempre tem alguém numa condição pior do que a nossa, por mais que a nossa seja difícil. Tem alguém pior. (Colibri)

[aprendi] Nada. Aprendi a ser resiliente (...) a criar forças, (...) que a gente não tem que ser egocêntrico, a gente tem que olhar que tem pessoas que sofrem, tem pessoas que têm dificuldades, que a gente não é sozinho no mundo. (...) não sofre sozinho (...) Que tem pessoas que sofrem no mundo. Eu aprendi a me pôr no lugar das pessoas, sabe? Eu era muito fechada no meu ciclo (...) que a gente tem que ceder, (...) tem que aprender a escutar, aprender a falar, mas também se preocupar com o próximo (...) E isso eu vou levar pro resto da minha vida. (Bem-te-vi)

As pessoas com quem aprendiam eram os colegas da instituição e profissionais que atuavam lá. Com relação a como aprendiam as coisas, os jovens disseram que era no dia-a-dia, com a vivência que o dia-a-dia proporcionava.

Os jovens também desenvolveram sentimentos negativos e passaram por experiências maléficas a partir da vivência na instituição, como medo, perda de confiança nos adultos, dificuldade em lidar com os adultos, desconforto frente a um ambiente de expectativa e a aquisição do hábito de fumar, como segue:

Hoje em dia eu tenho muita mágoa dos abrigos. (...) eu não converso, eu ainda tenho dificuldade em lidar com os adultos. (...) De uma certa forma a gente acaba criando bloqueios. Só que tem pessoas que não, que conseguem superar tranquilo, mas tem outras que não. Tem umas que já são mais vulneráveis, outras que não, é a vida, né? (Bem-te-vi)

Primeiro eu tinha medo de morar sozinha, muito medo, porque a gente vivia sempre cercada de gente, nunca tava sozinha. Tinha muito medo, sabe? (Colibri)

Isso é uma coisa ruim, né? [se referindo ao cigarro] Sabe que eu aprendi a fumar com uma educadora? (...) eu cheguei e pedi um cigarro pra ela. (...) vi ela tragando, eu aprendi a tragar (...) meus padrinhos não aceitavam, aí eu falei, ó, infelizmente eu sou fumante. (Bem-te-vi)

Para um dos jovens a experiência vivida na instituição foi marcada pela violência, pela injustiça, o que gerou muita mágoa.

Alguns jovens mostram o interesse em levar os filhos para a instituição, para mostrar a experiência que tiveram. Um dos jovens leva os filhos na instituição em que morou para que eles valorizem o que têm, outro jovem queria visitar uma instituição em que morou e levar seu filho, mas não lhe permitiram.

Esse desejo de mostrar suas experiências aos filhos parece ser motivado tanto pela vontade de mostrar sua história e suas origens quanto pelo desejo de fazer com que seus filhos valorizem o que têm, mostrando que nem todas as pessoas têm as mesmas oportunidades.

#### **4. Significados da saída e entrada no mundo externo**

Nessa sessão são apresentados os conteúdos das entrevistas referentes à como os jovens se sentiram saindo da instituição, o que isso significou para eles, a apreciação da vida após a saída pelas suas experiências pessoais e pelo relato sobre os outros colegas que já saíram da instituição.

##### **a) Como se sentiu**

As respostas que nortearam esse item foram as que os participantes deram para as perguntas seguintes: “Como você se sentiu saindo do abrigo?”, “Quando você completou 18 anos, o que isso significou pra você?” e “Quais receios ou coisas boas você sentia em relação à saída? Com que coisas você se preocupava?”

Os sentimentos relatados sobre a saída envolvem medo, estranheza, contando os dias para a saída. Eles também relatam não quererem sair e ter receio em deixar as outras crianças que permanecem na instituição. Outro jovem conta que tinha muito medo. Segundo ele, o medo está vinculado ao receio de tomar decisões, de ter que lidar com a liberdade, de estar sozinho. Durante o período em que viveu na instituição, esses eram aspectos da vida com os quais não precisava lidar. A seguir estão trechos das falas dos jovens:

(...) eu digo que eu saí com os 18 anos (...) eu não queria sair de lá, porque eu tinha a minha referência de criança, de alegria, de tudo ali dentro. (Sabiá)

Eu tinha medo do mundo. Porque eu tinha ficado dois anos lá dentro e a gente tinha muita proteção. Eu tinha muito medo (...) de (...) ter um relacionamento (...) de casal, a (...) [na instituição] a gente não tinha que tomar decisões sozinha. (...) Então era muito fácil. Daí o mundo exige que a gente tome decisões, que a gente ache um lugar, uma posição. (...) Primeiro eu tinha medo de morar sozinha (...) porque a gente vivia sempre cercada de gente, nunca tava sozinha. Tinha muito medo (...) de andar na rua, (...) de coisas necessárias que eu tinha que fazer. (Colibri)

[sentimento positivo em relação à saída] A liberdade. A gente quer sempre ser livre, quer entrar e sair a hora que quiser. A gente não tinha essa liberdade, né? Tinha hora pra chegar e hora pra sair. Mas eu não soube lidar com a liberdade. (Colibri)

(...) parecia que tava contando os dias (...) só faltou ter um calendário e fazer os 'xizinhos' (...) pra chegar nos 18 anos (...) (Sanhaço)

Observa-se que um dos jovens, mesmo tendo saído aos 12 anos, manteve-se ligado à instituição, o que lhe deu a percepção de sair aos 18 anos. Ele relata que não queria sair de lá e sentia compaixão pelos colegas que ficaram. Outro jovem conta que o ambiente institucional era protegido e que, por essa razão, não precisava tomar decisões e ficar sozinho. Por outro lado, percebe-se que essa proteção é ao mesmo tempo uma “desproteção”. Primeiro, porque os jovens são expostos a vários riscos na instituição, e, segundo, porque não têm oportunidades de experimentar a autonomia de que necessitarão na sua vida independente.

Sobre a aproximação dos 18 anos ou a saída da instituição, os jovens falaram dos sonhos de infância que almejavam realizar nessa idade, da família que esperavam ter, do carro e da casa própria, da liberdade, do receio de viver na cadeia, dos sonhos de estudar ou se formar.

Na fala de um dos jovens percebe-se que ele planejava se programar para conseguir o que queria, trabalhando e economizando. Outro tinha desejo de fazer as coisas da forma como queria e também tinha receio de que algo acontecesse com os pais e não pudesse mais depender deles. Outro jovem pensava em duas possibilidades opostas, uma de viver preso em consequência de suas ações de “vingança” resultado do sofrimento que teve nas instituições, e, por outro lado, pensava em estudar e “ser alguém”. Parece que as dificuldades vividas nas instituições precisam ser transpostas ou superadas para que seja possível estudar e trabalhar.

#### b) Como ficou a vida depois

Os jovens contaram suas histórias de vida e também o período posterior à saída da instituição, respondendo à pergunta: “Como foi desde sua saída da instituição até hoje?” Quando os jovens saíram da instituição tinham 12, 14, 16 e 18 anos. Um dos jovens foi morar em um pensionato, outro alugou um kitinete com a ajuda dos padrinhos, outro foi morar em outra cidade, e outro, serviu o exército.

Uma das jovens engravidou, pediu sua emancipação e saiu da instituição. No entanto, relata ter ficado perdida, não tendo para onde ir. Após o nascimento do

filho, comenta que tinha medo de sair da maternidade sem o filho, mas conseguiu sair com ele. A jovem recebeu licença maternidade da empresa em que trabalhava e depois teve ajuda também do pai do seu filho. Até hoje recebe pensão alimentícia para o filho.

Um dos jovens fez o serviço militar obrigatório e decidiu permanecer como militar. Sobre a vida militar, ele conta:

Então eu já gostava de disciplina, então quando eu fui pro quartel, me apaixonei, porque tudo é com horário, tudo as coisas certas, né? Tudo tem punição, então você cometeu um erro, você vai ser punido. Fez uma coisa boa? Você vai ser elogiado. Então eu gosto disso, eu gosto de disciplina. Disciplina, na verdade é algo que todo mundo deveria fazer, sabe? Porque com disciplina você não prejudica ninguém, você se ajuda, você levanta tua auto-estima, você sabe que você venceu, você foi capaz de fazer aquilo (...) [sobre a experiência militar] Ah, foi maravilhoso, porque eu cheguei e não sabia como era, então todo dia era um dia diferente. (Sabiá)

Outro jovem foi morar em outra cidade: “(...) tocando minha vida sozinho mesmo. Trabalhando e tocando minha vida.”, e relata que ficou orgulhoso em conseguir viver de modo independente dos pais. Lá trabalhou em várias atividades. Descreve esse período como “(...) bem de descontração, mas onde eu consegui juntar um dinheiro assim.” Conheceu a namorada (com quem é casado hoje) e retornou para Curitiba.

Logo após a saída, uma das jovens começou a namorar um rapaz com quem morou junto por mais de um ano. Ele era ciumento e a impediu de continuar trabalhando, estudando e frequentando a ONG. Esse comportamento gerava discussões que acabavam em agressões físicas contra ela. A psicóloga da ONG procurou por ela para ter notícias. Ao saber do que estava acontecendo, ajudou-a a procurar, em segredo, um trabalho e outro local para morar. Sobre esse período vivido com o namorado, narra:

A gente passou a morar junto, como se fosse casado. Daí ele era muito violento, ele tinha muito ciúme de mim, e daí eu tive que parar de estudar, parar de trabalhar e eu vivia dele, sempre dele. (...) eu brigava muito com ele que eu queria ir pra ONG, sempre, e ele não gostava. (...) E geralmente acabava em briga e ele me machucava. Daí uma vez eu contei isso pra Sra. Verão [Psicóloga], (...) e a gente começou a procurar outro lugar e um emprego pra mim ficar, escondido dele. E enquanto eu não tivesse um emprego eu não podia sair porque.. (...) não tinha renda, então eu não tinha como me sustentar. Meu dinheiro já tinha acabado já. Então eu tive que viver, de viver com ele, senão eu ia tomar um caminho, sabe, que eu não ia (...) Ele parecia ser uma pessoa boa, mas depois de um tempo ele se revelou como outra pessoa. (...) foi um dos momentos mais difíceis, porque eu não tinha vontade de fazer nada, nada, nada. Passava o dia inteiro chorando. (...) Acho que eu fiquei

dois meses com ele e eu fui morar junto. [o fato de ir morar com ele] tem muito a ver [com o medo de ficar sozinha]. (Colibri)

Um dos jovens se casou e teve o primeiro filho no ano seguinte ao casamento. Ele frequentou cursos na sua área profissional, enquanto trabalhava. O curso era em outra cidade e requereu muito esforço do jovem.

O período em que uma das jovens morou sozinha se revelou também muito difícil porque dois de seus irmãos foram assassinados e, como consequência, voltou a ter depressão.

Um dos jovens explica que durante sua adolescência acabou deslocando sua rotina para fora da instituição porque começou a fazer cursos. Outro declara que sempre esteve presente na instituição, com exceção do período em que esteve no exército.

Uma das jovens teve dificuldade de conseguir uma vaga em uma república de estudantes, e ficou aproximadamente um ano e meio na fila. Quando saiu a vaga ela não foi autorizada a se mudar, pois lá só podem morar estudantes que não têm parentes na cidade. Como ela tem a mãe, foi necessário explicar sua situação para que ela fosse aceita. Nesse período a jovem teve que ir morar com sua mãe, pois não tinha dinheiro para pagar os dois alugueis (da casa e da república).

Quando fala do momento em que vive e do esforço empreendido para conseguir realizar seus sonhos, um dos jovens comenta:

Então eu sou uma pessoa que quando eu pego pra fazer, eu tento fazer bem feito, né? E eu to me destacando. Então eu to bem...todo mundo fala: "Ah, depois dos 30 é melhor", é, melhor, (...)... realmente, acho que você já ta mais maduro, você sabe realmente o que você quer. (Sabiá)

Ao descrever diferentes momentos de sua vida, outro jovem usa expressões contraditórias, ora dizendo que as coisas aconteceram de forma mais inesperada (surpresa), ora como algo planejado, previamente organizado:

Daí eu voltei pra cá, por escolha (...) já namorando (...) a gente já começou a se programar, pra (...) se casar. Foi bem planejado. (...) Então, minha vida sempre foi acho que assim uma caixinha de surpresas, (...) as coisas foram acontecendo porque tinham que acontecer. (Sanhaço)

Uma das jovens se mudou quatro vezes no período de 2 anos, passou um tempo morando com o namorado, sofreu violência doméstica e teve depressão. Precisou voltar para a casa da mãe, a contragosto, enquanto não conseguia vaga

em uma república de estudantes. Provavelmente por isso, a jovem relate ter medo de mudanças.

Não ficou claro se outra jovem pediu a emancipação ou a madrinha pediu a emancipação dela. Em momentos diferentes da entrevista ela relatou essas duas informações. Por relatos informais, sabe-se que as jovens que estão institucionalizadas não podem ficar no abrigo quando estão grávidas. Tem-se o conhecimento sobre uma instituição para mulheres grávidas ou com seus bebês em Curitiba, mas com número reduzido de vagas.

Em artigo da Gazeta do Povo (CARRIEL, 2008), é relatado o caso de uma jovem de 16 anos que está grávida e não consegue lugar nos abrigos de Curitiba, por falta de vaga. Ela ficava ora no Conselho Tutelar, ora na rua, e ainda estava aguardando vaga de um local para ficar.

Os relatos descritos pelos quatro participantes mostram como eles conduziram suas vidas de diferentes maneiras para conseguir “sobreviver” fora da instituição. Um dos jovens teve uma vida institucional bastante fragmentada, repleta de entradas e saídas em vários abrigos e, no momento da saída, ficou desamparado. Outro viveu em sua família até os 16 anos e viveu em instituição durante outra fase, no período da adolescência. Relatou ter medo da rua, das pessoas e de tomar decisões.

Ambos os homens explicaram que tinham metas de trabalhar e juntar dinheiro para conseguir a vida independente. Percebe-se que de certa forma atingiram alguns de seus objetivos. No entanto, as coisas foram acontecendo um pouco de modo aleatório, sem o planejamento desejado.

Três dos jovens entrevistados receberam ajuda de pessoas que estavam ligadas de alguma forma às instituições de acolhimento e se referem a elas com bastante carinho e gratidão. A ligação com os padrinhos e com a psicóloga da ONG parecem ter sido fundamentais para que os jovens se organizassem. São essas pessoas que os jovens consideram mais importantes hoje em suas vidas, pois são elas que estiveram presentes nos momentos de transição e parecem ter garantido continuidade diante das mudanças e rupturas que a vida lhes impôs.

c) Apreciação da vida fora do abrigo

Sobre a vida fora do abrigo os jovens relatam: uma maravilha, bem melhor do que na instituição, com sensação de liberdade, uma experiência nova, diferente, em que as pessoas tinham cultura, como se constata nos depoimentos a seguir:

Ah, bem melhor. [Risos]. (...) parece que você tá com uma bola de ferro (...) presa em você, sabe? (...) não por ser ruim, um ambiente ruim (...) quando você compara isso você se sente um pouco preso. (Sanhaço)

(...) foi tudo uma experiência nova, tudo diferente, as pessoas tinham conhecimento, cultura, (...) eram mais evoluídas até na forma de falar (...) Eu achava tão bonito o falar diferente (...) as pessoas ter carros (...) a pessoa ter um emprego bom (Sabiá)

Uma maravilha. Há dificuldades, né, vivemos em uma sociedade. (...) Amo de paixão, direito de ir e vir. (Bem-te-vi)

Por outro lado, também são relatados sentimentos negativos: um jovem expressa vontade de voltar para a instituição e dificuldade de confiar nas pessoas.

Tem horas que dá vontade de voltar (...) porque é muito difícil. Você conhece pessoas novas, você sempre acha que ela tem uma segunda intenção, você não consegue confiar em mais ninguém, talvez seja o meu trauma, talvez seja o tempo de abrigamento. Você não consegue confiar em mais ninguém. É meio difícil. (Colibri)

Com relação à questão “o que você acha que o abrigo precisa fazer para ajudar os jovens que saem quando completam 18 anos?” eles relataram que não é necessário fazer nada, pois depende da pessoa, que deve haver orientação em relação a aspectos financeiros, de como morar, se alimentar, se vestir, auxílio para refeição, visitas domiciliares de acompanhamento, continuidade nos tratamentos de saúde, como apresentado a seguir:

Sabe o que que eu acho que falta? acho que faltou (...) o pós-abrigamento (...) A saída das meninas (...) Porque nem sempre as meninas estão trabalhando, então como que vai lidar com a parte financeira, que tem que ter dinheiro, alugar uma casa, pra se sustentar, pra alimentação, pra vestimenta. Então, e aí? Muitas meninas não sabem o que fazer. Elas se sentem perdidas. (Bem-te-vi)

(...) a nossa cultura (...) hoje (...) você fica morando com os pais até os 30 anos (...) e tá confortável (...) se você tá desempregada, (...) beleza, tô com meu pai, tô com minha mãe (...) Vou procurar bem tranquilo. E eu percebo que lá a gente não tinha isso, tinha uma visão bem diferente. Vou ter minha independência financeira, (...) minha independência de vida (...) de não precisar depender de ninguém (Sanhaço)

(...) também visitas, em casa sabe, durante 6 meses, pra ver como tá o andamento. Mas eu não cheguei a receber visita. É só até aí que vai a parte deles, depois de 6 meses. (Colibri)

(...) uma coisa que me prejudicou foi que quando eu saí (...) não tive um desligamento (...) da minha terapia (...) E aí (...) como não ia mais pra terapia, não conversava mais com o psiquiatra, também perdi também a medicação. (...) Foram cortados assim, não continuei fazendo, não tive desligamento, nada. (Colibri)

#### d) Contando sobre os outros

As respostas à pergunta: “Você tem contato com outros jovens que moraram em abrigos? Pode indicar alguém?”, possibilitou a indicação de pessoas para participarem da entrevista, mas também permitiu obter informações sobre os outros jovens que foram abrigados.

Eles contaram que ainda têm notícias de alguns dos jovens. Um deles disse que fala com três que trabalham no comércio, e três que não estão bem, que estão perdidos (em situação de rua, usando droga, se prostituindo). Das pessoas que o jovem conheceu, uma é falecida, duas estão na rua, uma está presa, uma é doente mental e mora com o pai, e outra mora com a irmã.

Outros jovens não contaram especificamente sobre seus amigos, mas deram informações de forma generalizada. Um deles contou que mensalmente um grupo de quinze egressos se reúne em uma pizzaria e que o vínculo deles é como o de irmãos.

Tem meninas que saíram de lá e eu nunca mais vi, não sei que fim levou. E teve outras que mesmo depois que saíram elas ainda recebiam visitas das educadoras que tinham vínculo maior, ou que fizeram diferença boa [na instituição] (Colibri)

Mas não sei se eles teriam (...) essa vontade de falar, talvez, que tem uma coisa que marcou eles, ou até vergonha, talvez, de ter morado no orfanato. Tem pessoas que têm vergonha (...) tem pessoas que (...) se escondem atrás daquilo que (...) viveram. (Sabiá)

Percebe-se que, apesar dos jovens relatarem ter contato próximo e relação fraterna com vários de seus colegas da instituição, eles não tinham contatos de telefone, e às vezes sabiam somente o local de trabalho.

Constata-se também que a instituição está muito presente na vida dos jovens, seja a instituição de acolhimento onde moraram, seja a ONG que frequentavam.

## 5. Futuro e perspectivas: o que é feito dos jovens?

Nesse item são abordadas as considerações dos entrevistados sobre sua satisfação com a vida atual e seus planos para o futuro.

### a) Satisfação com a vida hoje

Os participantes responderam à questão “Você se sente satisfeito com sua vida?”, indicando o quanto estão contentes com suas vidas atualmente. Dois dos jovens declararam estar satisfeitos. Uma das jovens fala que sente prazer de viver e de ter uma vida digna, ter sua casa e sua família. Dois outros jovens comentam que se sentem satisfeitos, mas não plenamente. Para uma das jovens, o fato de poder dormir sem medo é um dos aspectos mais importantes para sua satisfação. Outro jovem esclarece o quanto é grato pela sua vida e por Deus ter-lhe proporcionado amor.

Eu me sinto honrada (...) por ter minha casa, (...) minha família, (...) minha dignidade, sabendo que eu não to lesando ninguém. Me sinto satisfeita, sabe? Um prazer de viver (...) De cada dia ser novo, a cada manhã eu tento fazer novo (...) É (...) gostoso. (Bem-te-vi)

Poderia não ser uma história feliz, mas você pode ter certeza que foi uma história abençoada por Deus [se emocionou] (...) sou grato a Deus todos os dias, (...) sou muito feliz pro que Deus proporcionou na minha vida, que é o amor (...) (Sabiá)

Além disso, um jovem esclarece os motivos de sua satisfação, o fato de ter conquistado o que queria e de ter superado suas dificuldades e explica que depois de tanta opressão, cresceu com sua experiência de vida.

Quando perguntados sobre se mudariam algo ou o que mudariam (“Tem alguma coisa que você gostaria de mudar em sua vida?”), os participantes demonstraram que não gostariam de mudar, e uma delas complementa que tem medo de mudanças, que elas não representam coisas boas. Um jovem disse que gostaria de falar aos pais (adotivos) do amor que sente por eles, outro lamenta não ter tido oportunidade de estudar e outra argumenta que queria lidar melhor com as dificuldades e se sentir melhor do ponto de vista psicológico. Ela comenta que queria mudar o mundo, mas que isso não é possível.

De mudar? Não (...) acho que o que eu tinha que viver era porque eu precisava viver (...) então não mudaria assim. (...) falaria um pouco mais assim, do que eu sinto pela minha mãe e pelo meu pai assim (...) [do sentimento] de amor, de carinho. (Sanhaço)

A única coisa que eu me arrependo de tudo, de tudo, de todos esses anos, é não ter tido estudo, sabe? Falta de oportunidade. Mas fora isso, eu sou feliz. (Sabiá)

Porque mudar minha vida? Às vezes meu jeito de não aceitação de dificuldades. Mais o meu eu, mais meu psicológico, a auto-estima. Eu queria mudar o mundo, mas a gente não consegue. (Bem-te-vi)

Observa-se o fato de um dos jovens querer mudar algo que não depende dele, relacionado aos estudos. Outros comentam sobre aspectos subjetivos sobre a auto-estima e o medo da mudança, ambos relacionados com o turbilhão de mudanças pelo qual passaram e pela constante reorganização que estas modificações exigiram deles, principalmente em termos psicológicos.

#### b) Planos

Os jovens também responderam à questão: “Quais são seus planos para o futuro?”, e expressam o desejo de terminar a faculdade, talvez casar e ter filhos e dar oportunidades de estudos para eles, de assumir representatividade na área social, se desenvolver profissionalmente, dar estudo para os filhos para que não dependam dele, ter o reconhecimento dos filhos e o sonho de fazer faculdade de direito, talvez de fazer concurso, de mudar de trabalho, de continuar crescendo.

(...) Eu tenho potencial pra isso e eu acredito que eu sou capaz. Então eu acredito que as pessoas também sabem (...) que eu sou esforçado (...) dedicado. Eu não quero reconhecimento por dó, ninguém sabe que eu sou, que fui criado num orfanato, eu quero que as pessoas reconheçam eu como pessoa, profissional. (Sabiá)

[o futuro] A Deus pertence. (...) pretendo retomar os estudos (...) e fazer direito. (...) prestar concurso. (Bem-te-vi)

Três dos jovens expressam o desejo de querer ajudar ou fazer algo pelos jovens acolhidos: um deles quer escrever sobre o processo de acolhimento institucional, outro pretende continuar ajudando outras pessoas e outra gostaria de ajudar os jovens nos abrigos, trabalhar como educadora social ou em órgãos filantrópicos.

(...) eu to procurando extrair o máximo que eu posso de tudo, do dia-a-dia, rotina da instituição, de como trabalhar, de como prevenir o acolhimento de crianças. (Sanhaço)

O meu objetivo nessa vida eu espero que seja ajudar outras pessoas, como eu gosto. (Bem-te-vi)

Eu quero trabalhar em prol das crianças e dos adolescentes, sabe? (...) eu quero defender eles nos abrigos, nas escolas, nos bairros periféricos, nos subúrbios, sabe,

eu quero, sabe, eu quero que essas diferenciações das classes subalternas. (Bem-te-vi)

Os jovens têm vários objetivos, alguns parecem ser para conseguir lidar com o que passaram, as injustiças e dificuldades que sentiram na instituição, ou fazer pelos outros o que não puderam fazer por eles. Outro jovem comenta que quer dar estudo para os filhos, para que não dependam dele.

### c) Produção artístico-cultural

Uma das jovens relatou ter participado de uma oficina de arte terapia na ONG, em que ela decorava caixas de mdf. Outro jovem relatou ter feito pintura em tela. Sobre o que fazem atualmente, três dos jovens contaram que escrevem. Um deles escreve suas memórias ou ideias pessoais como forma de lidar com a tristeza ou a mágoa. Outro tem intenção de publicar um livro com sua história, tem material escrito em forma de diário e gostaria de deixar registrado para que seu filho soubesse de sua história. Outro jovem escreve material técnico sobre acolhimento institucional, sobre a prevenção e elabora projetos na instituição em que trabalha, a partir dessas reflexões e anotações.

Ah, eu escrevo muito. Uma época eu comecei terapia, fiz terapia um tempo numa clínica, e deram como opção do tratamento escrever, e eu escrevo bastante. (...)Pra gente não ficar guardando é bom escrever. [guardando o que] Tristeza, mágoa, sabe? É bom escrever porque se a gente vai guardando dentro da gente é bem pior. (...) E é bom fazer da tristeza uma coisa bonita. Quer dizer, eu acho bonito. (Colibri)

Então, eu gosto muito de escrever e aí eu procuro canalizar tudo que eu escrevo mais pros projetos que a gente desenvolve (...) procuro escrever voltado pras crianças (...) de uma forma que venha trazer benefícios pra elas, assim, usando um pouco da minha experiência. (Sanhaço)

Observa-se que alguns jovens escrevem material autobiográfico que também parece ter função de ressignificar suas experiências. Escrever também possibilita encontrar novos sentidos para a experiência vivida e registrar traços de sua identidade. O fato de um dos jovens ter intenção de mostrar ao filho sua origem e relatar “faz parte da minha vida” parece ser um exemplo disso. A escrita pode ser uma possibilidade de modificar a realidade experienciada (pessoal) e também divulgá-la, para que outros jovens possam usufruir das transformações, contribuindo para a melhoria no processo de acolhimento institucional.

## **V – VIDA DOS JOVENS DESINSTITUCIONALIZADOS: REFLEXÕES NA ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO**

Nesta seção são retomados os relatos dos jovens sobre a experiência institucional e a vida após esse período e são tecidas reflexões à luz da Psicologia Social Comunitária e da Educação Conscientizadora, buscando entender o que acontece com eles após a saída.

No intuito de pensar as diferentes juventudes – considerando-se as várias experiências dos jovens, a maneira como viveram seus anos na instituição e a vida atual fora da instituição – algumas perguntas emergem, dentro de um foco psicossocial e educativo, a saber:

a) O que significou viver na instituição? Como essa experiência influenciou a vida depois?

b) O que aprenderam nas instituições e em que condições?

c) Com relação às produções culturais, o que fazem ou querem fazer?

d) Como é a vida fora da instituição?

e) O que eles almejam para seu futuro?

a) O que significou viver na instituição? Como essa experiência influenciou a vida depois?

As dimensões psicossociais e educativas das experiências vivenciadas pelos jovens podem ser observadas nas relações estabelecidas com as outras pessoas. Isso pode ser encontrado nas experiências em grupos, nas atividades de que participaram no abrigo, com maior ou menor envolvimento e prazer, e nas emoções sentidas em todas essas situações.

Durante a experiência institucional os jovens tiveram relações positivas com profissionais que trabalhavam nos abrigos e com colegas que viviam lá. Relatam ter criado vínculos e amigos, mencionando momentos de lazer e distração vividas em grupos. As redes de convivência podem ser solidárias ou não, comunitárias ou não. Podem ser relações que mantêm, adaptam ou transformam as condições em que as pessoas vivem, dependendo do processo de conscientização vivido no cotidiano (FREITAS, 2010). Em relação à experiência vivida com os pares, pode-se perguntar: Qual o significado de ter vivido essa experiência juntamente com outras pessoas e será que chegavam a se constituir em grupos dentro da instituição?

A condição grupal é relevante para se compreender os processos pelos quais os jovens passam na instituição. Para a psicologia social comunitária a pertinência das pessoas a grupos fornece a referência do indivíduo dentro do sistema social, possibilita o processo de formação da consciência na relação indivíduo-grupo e permite a afirmação, a reafirmação e a negação da identidade de seus participantes (LANE e FREITAS, 1997).

O grupo não deve ser entendido como algo estático, pois segundo Guareschi (2009), ele se estabelece pelas relações que são mutáveis, dinâmicas, sempre em construção, e implica na relação entre pessoas que têm algo em comum. Para Lane (1985, p. 78): “(...) toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam.”

Por meio do relato dos jovens, percebe-se que suas experiências oscilavam entre processos grupais e processos individuais. Os jovens formavam grupos espontâneos que se reuniam por afinidade na instituição e faziam atividades juntos.

Era a turma do barulho e a turma do silêncio. Mas ai, eu fui da turma da bagunça. (...) A gente aprontava, a gente jogava o terror lá dentro. (Bem-te-vi)

Uma das jovens fazia parte do grupo que “aprontava”, que parecia ser não seguidor das regras e disciplina. Durante a experiência de acolhimento institucional os jovens ocasionalmente constituem grupos, e as relações internas podem ser de maior ou menor coesão.

Parece que a instituição não favorecia a constituição de grupos coesos, de alianças fortes. Uma jovem relata situações em que foi transferida para não estar junto com sua irmã e com sua namorada. As jovens mencionaram a existência de punições no abrigo que impediam a formação de grupos e intensificavam as inimizades. A esse respeito, outra entrevistada relata situações em que meninas, que não se davam bem, eram obrigadas a ficar no mesmo quarto.

Talvez a experiência vivida por Bem-te-vi com o grupo que “aprontava” seja uma exceção, pois a maior parte dos “grupos” de que os jovens participavam provavelmente não eram grupos propriamente ditos. Lane (1985, p. 97) apresenta uma categoria de não-grupo entendida como “agrupamentos onde, tanto as necessidades como os motivos e as atividades decorrentes são individuais e não consequências de uma relação onde predomina o ‘nós’ e que exige a cooperação de todos.” Nesse sentido, pode-se entender que o que predominava na instituição eram

não-grupos, pois, segundo Lane, nesse tipo de grupo não há desenvolvimento e transformação das relações entre os membros dos grupos, constituindo-se mais em agrupamentos físicos.

Freitas (2008a) apresenta uma pesquisa desenvolvida com jovens que participavam de atividades desenvolvidas em Grupos de Jovens e que estavam envolvidos em práticas comunitárias na região em que moravam, no Espírito Santo e no Paraná. Segundo a autora, o significado atribuído pelos jovens à participação nesses projetos envolveu dimensões psicossociais como o pertencimento social, a construção e a consolidação de uma identidade ligada ao trabalho comunitário e o fazer algo em grupo.

Baseando-se no estudo de Freitas (2008a), a noção de pertencimento psicossocial pode gerar alguns questionamentos: quais são os ganhos ou as perdas que os jovens tiveram ao viver em uma instituição e como isso se reflete no pertencer a um grupo e na construção das identidades? De acordo com Freitas (2010), esse sentimento de pertencimento ao grupo é travado e construído nas relações cotidianas. Mesmo que se considere a existência ocasional de experiências grupais nas diferentes situações vivenciadas pelos jovens nos abrigos, é possível que eles não tenham criado um sentimento de pertencimento. Talvez, porque a formação de grupos coesos fosse “combatida” pelos profissionais da instituição ou porque houvesse uma alta rotatividade de jovens atendidos. A manutenção dos grupos depende da relação de confiança estabelecida entre seus membros e, segundo Lane e Freitas (1997), do significado que a coexistência tem para cada membro. A dinâmica de funcionamento da instituição, e sua dinâmica de transitoriedade provavelmente impediam que os jovens estabelecessem relações de maior intimidade e lealdade, permitindo a aproximação dos laços e o sentimento de pertencimento.

Na instituição, as relações entre o grupo de profissionais e o grupo de jovens acolhidos oscilavam entre ações nas quais os educadores consideravam todos os jovens como um grande bloco coletivo - quando era necessário cumprir a agenda de atividades e tarefas “burocráticas” já prescritas no plano disciplinar da instituição - e ações nas quais os jovens eram tratados individualmente. Outra estratégia disciplinar da instituição era punir todas as pessoas, mesmo que só um (a) jovem tivesse cometido algum erro. Essa situação gerava rivalidades e desunião nos grupos, talvez com o intuito de obter um controle interno através de mecanismos de

delação entre os jovens, corroendo os grupos e criando obstáculos para ações de cooperação e solidariedade. E, portanto, minando as bases da construção identitária individual e grupal (FREITAS, 2008a).

Já, o tratamento individual dos profissionais em relação aos jovens também parece ter caráter de controle. Havia relações injustas, de abuso de poder, que provocavam indignação e várias emoções.

[depois de contar sobre ter sofrido abuso sexual] Então eu ia me revoltando, fiquei revoltada, sabe? Eu queria, tipo, é como um pedido de ajuda, gritando “socorro, eu tô aqui”, sabe? Pelo amor de Deus, estão fazendo o quê com as crianças? Estão acabando com a vida dessas crianças, sei lá. (Bem-te-vi)

Percebe-se a revolta com a situação na qual foi ignorada e considerada mentirosa pela instituição, após ter denunciado o abuso sexual que sofrera por parte de seu pai social. Este descaso institucional contribuiu, também, para enfraquecer as bases de confiança com outros jovens e profissionais, que seriam fundamentais para a emergência do sentimento de pertencimento.

Deve-se compreender como ocorre o processo de participação dos jovens, quais as suas motivações e as repercussões em sua vida. Por isso, interessa particularmente entender as relações de oposição, de confronto, de negociação e/ou de concordância (FREITAS, 2010), que se fizeram durante a experiência na instituição e após a saída.

A instituição, através de mecanismos de punição aos questionamentos e reflexões deles, impedia a reflexão conjunta. Jovens questionadores, ao fazerem queixas eram levadas constantemente à delegacia, sendo consideradas “problemáticas”. Esse mesmo mecanismo acontecia ao se “patologizar” os jovens levando-os a profissionais da saúde mental para serem “tratados” de seus comportamentos de crítica, reflexão e inconformismo.

Esse tempo eu achava que eu precisava muito da medicação, não podia ficar sem medicação. (...) Eu tomava neozine pra dormir, tomava carbamazepina, tomava fluoxetina pra ansiedade. Durante um tempo isso que me dava mais medo de andar na rua, eu andava na rua sem medicação. (Colibri)

Eles falam que sou psicótica, eu não acredito que uma criança seja psicótica. Mas tudo bem. Eu sempre fui uma pessoa polêmica. Uma pessoa que eu sempre quis mostrar que eles estavam errados, apesar deles serem adultos. Eu perdi confiança nos adultos, né? Então, quando eu tentei mostrar uma coisa que ela tava errada. Uma guarda municipal agrediu uma menina dentro do abrigo, eu fui mostrar que eles tavam errados. Eles me fizeram contenção, me levaram, eu tive que tomar sossega

leão. Isso não é certo, isso não se faz nem com cachorro, nenhum animal, e simplesmente me transferiram. (Bem-te-vi)

Ambas as jovens entrevistadas tentaram suicídio várias vezes, fato que pode mostrar o sofrimento pelo qual elas passaram e o risco a que estiveram expostas.

Diversas vezes eu tentei me matar, sabe? Várias vezes. Tanto quando eu estava na minha mãe quando eu estava no abrigo. (Colibri)

(...) tentei 3 suicídios lá dentro. (Bem-te-vi)

A princípio poder-se-ia pensar que a instituição tomou providências, já que as jovens eram encaminhadas ou atendidas por profissionais da saúde. Mas o contexto institucional também parecia estar na origem de várias dessas dores sentidas e o encaminhamento não parecia considerar o contexto como uma das causas para esse sofrimento.

Em um mecanismo de auto-proteção os funcionários discriminavam os jovens que se mostravam questionadores e apontavam os problemas funcionais da instituição. Assim, toda manifestação contrária era classificada como comportamento inadequado, sendo então punido e controlado, sem que houvesse averiguação dos fatos através da oitiva de ambas as partes.

Lane (2009) ressalta a importância do grupo como condição para a auto-reflexão e a ampliação do conhecimento que as pessoas têm acerca da realidade em que vivem, para juntas definirem ações concretas e organizadas de transformação das condições vividas. As dinâmicas de acolhimento podem estar impedindo esse tipo de relação, provavelmente com a finalidade de neutralizar os questionamentos e as críticas ao seu funcionamento.

Ao discutir a opressão, Freire (1979) apresenta algumas relações entre opressores e oprimidos, que são semelhantes ao que acontece na instituição. Segundo Freire (1979), a consciência e a humanização das outras pessoas são percebidas pelo opressor como subversão e os oprimidos passam a ser considerados inimigos que se deve vigiar. Nos relatos dos jovens, em vários momentos aparecem comentários demonstrando a oposição entre os educadores e os jovens acolhidos numa relação conflitante e de abuso de poder.

O que a institucionalização significou em termos de vida fora e busca de realizações e sonhos?

Segundo o relato dos jovens, as pessoas mais importantes para eles após a desinstitucionalização são a sua “nova” família (constituída por eles e seus filhos e/ou companheiros), os pais adotivos, os padrinhos e a psicóloga da ONG. Essas são as pessoas com as quais eles podem contar e a quem estão ligados afetivamente. Observa-se que os jovens conheceram parte dessas pessoas por intermédio da instituição ou em função do processo de institucionalização. Os jovens são muito agradecidos a elas e no dia-a-dia recebem sua ajuda quando necessitam, tendo assim um porto-seguro.

Será que as relações estabelecidas com os pares, no período da institucionalização, se mantêm após a saída da instituição? Com exceção de um dos jovens, que disse que o seu grupo se encontra mensalmente numa pizzaria, os demais entrevistados parecem não manter contato com os colegas. Pode-se pensar que a interrupção desses relacionamentos é negativa, porém, talvez não seja o caso. Essa experiência pode ter promovido a aprendizagem do processo grupal e ter ensinado aos jovens a viver em grupo, cumprindo então o seu papel. Entretanto, os relatos dos jovens sobre as relações interpessoais indicam que eles têm algumas dificuldades nas relações que estabelecem atualmente.

Ao falar sobre os seus sentimentos, durante e após a saída da instituição, os jovens relataram que sentem medo: medo de se relacionar por não confiarem em ninguém, medo de serem enganados, medo dos adultos, medo de ficarem sozinhos, medo de relacionamentos conjugais e medo de serem devolvidos (à instituição, mesmo depois da adoção).

É mais da confiança. Sabe, tipo, de você confiar. Hoje eu vejo minha chefe, sabe? Eu tenho como um, uma certa dificuldade de chegar a ela, de chegar nela, entendeu? Expor o que realmente tá acontecendo, sabe? O medo, de não ter sido ouvida quando criança, de falar e sabe, ser a mesma coisa. (Bem-te-vi)

Você conhece pessoas novas, você sempre acha que ela tem uma segunda intenção, você não consegue confiar em mais ninguém, talvez seja o meu trauma, talvez seja o tempo de abrigo. Você não consegue confiar em mais ninguém. É meio difícil. (Colibri)

“Ah, vai me devolver, vai me devolver” E acho que eu até fiquei isso com minha mãe e com meu pai assim, por mais que eu tenha uma referência muito forte deles, mas eu ficava acho que com o pé atrás, assim. Será que pode acontecer isso comigo, e tal? Então eu procurava ser aquele filho mais correto assim, pra que não acontecesse isso comigo. Então acho que eles tinham medo de me perder e eu tinha o medo de perder eles. (Sanhaço)

Após sua saída, uma das jovens teve um relacionamento afetivo marcado pela violência, fato que poderia ter lhe custado a vida devido à gravidade das agressões do seu cônjuge e da repressão imposta por ele. Outro jovem comenta ter sido enganado nas relações de trabalho, e outra explica que tem dificuldades em lidar com os adultos:

Muitas vezes eu, as pessoas, as pessoas passam por cima, me prejudicam, até mesmo clientes meus no trabalho me prejudicam, sabe? Mas eu acredito que tudo é uma forma de você vencer, sem dificuldade a gente não dá valor. Então, já tive calote de clientes, já trabalhei com várias coisas, tive, já fui prejudicado, já fiquei até 3 meses sem receber nada da empresa que eu trabalhei. (Sabiá)

Hoje assim como mulher, como mãe, sabe, como uma pessoa adulta, eu ainda tenho assim, sabe, assim, eu não converso, eu ainda tenho dificuldade em lidar com os adultos. Hoje eu to numa fase adulta e tenho dificuldade. Às vezes eu tenho que me entender pra poder entender os outros. Ficou muito, sabe, ainda fica, algumas coisas, sabe? Até na questão profissional, na questão de estudo mesmo, sabe? (Bem-te-vi)

Os jovens também falaram do receio de não conseguirem ter o básico para a sobrevivência (como alimento, moradia, vestuário) na vida após a desinstitucionalização.

b) O que aprenderam nas instituições e em que condições?

Compreender a dimensão educativa das instituições de acolhimento implica em apreender esse espaço como promotor do desenvolvimento humano, buscando refletir sobre os aspectos educativos constituídos nas relações cotidianas, nos espaços comunitários dentro e fora da instituição e nas ações e mudanças promovidas nestas relações.

De acordo com Lane (1985), é necessário identificar “(...) em que condições sociais ocorre a aprendizagem e o que ela significa no conjunto das relações sociais que definem concretamente o indivíduo na sociedade em que ele vive” (LANE, 1999, p.12). As experiências vividas na instituição criam diferentes situações de aprendizado. Os jovens aprendiam pela interação com os profissionais e com os colegas, no dia-a-dia da instituição. Uma das jovens relata que conversava e pedia conselhos às educadoras e à enfermeira.

Com as pessoas com as quais os jovens se davam bem, eles aprenderam a se colocar no lugar dos outros, a enxergar as coisas de maneira diferente, a ver que a vida é dura. Segundo Freire (1979) a aprendizagem é um modo de tomar

consciência da realidade, o que poderia estar acontecendo ao conhecer a realidade dos colegas e interagir com eles.

Com as pessoas com as quais os jovens não se davam bem, eles aprenderam a lidar com as diferenças, lidar com pessoas que não gostam, ter mais tolerância e paciência. Essas relações difíceis eram marcadas por conflitos, brigas e no caso dos educadores, pela arbitrariedade das ações em relação aos jovens acolhidos.

Sobre o que aprenderam na instituição, os jovens mencionaram vários aspectos das relações interpessoais, como ceder, escutar, ouvir e entender as pessoas e amar, se colocar no lugar dos outros. Isso pode levar à compreensão de que a experiência institucional promoveu um ambiente de aprendizagem quanto à interação com os outros. Como discutido anteriormente, sobre a experiência de viver em grupo, ela parece trazer algumas contribuições no lidar com o outro, na aprendizagem do processo grupal. Na instituição os jovens têm uma convivência mais coletiva e se deparam na relação com o outro.

No entanto, ao comentar sobre alguns outros aspectos aprendidos na instituição, também algumas dificuldades que eles têm nas relações interpessoais. Eles relataram ter desenvolvido medo, perda de confiança nos adultos, dificuldade em lidar com os adultos e desconforto frente a um ambiente de expectativa. Mesmo que os jovens tenham tido experiências grupais e que elas tenham promovido seu desenvolvimento, eles também desenvolveram várias dificuldades que atrapalham nas relações que vivenciam cotidianamente. Percebe-se que os jovens aprenderam a entender os outros, se colocar no lugar deles, mas por outro lado não conseguiram se fazer entender, se fazer escutar ou respeitar, o que gerou o medo, a falta de confiança e o desconforto que têm em relação aos outros.

Para Guareschi (2009) as relações de dominação consistem em relações entre pessoas em que uma das partes expropria o poder dos outros. Elas são opostas às relações comunitárias, em que há respeito à singularidade, às diferenças e as pessoas podem ter vez e voz.

Algumas das experiências que os jovens mencionaram envolvem relações conflituosas, desiguais, em que era comum ocorrer abuso do poder por parte dos profissionais da instituição. Isso gera mais um contrassenso, pois as crianças vão para a instituição para serem protegidas e são agredidas novamente por outro adulto. As situações vividas levavam, frequentemente, ao desrespeito e a diversas

formas de violência, dentre elas a privação de liberdade presente nas punições. Portanto, essas relações na instituição eram mais frequentemente de dominação, do que igualitárias, democráticas e solidárias.

Diante dessas relações desiguais, os jovens criticam situações ocorridas na instituição. Uma das jovens questionou muito sobre a institucionalização e acabou sofrendo muitas repreensões e perseguições por causa disso. Parece que tentaram fazer de tudo para silenciá-la.

Tem coisas que não é fácil superar. Tudo bem, você até perdoa, mas a impunidade você fica revoltado. (Bem-te-vi)

Por outro lado, jovens que apresentam “bom” comportamento segundo a instituição, e que não questionam tanto as regras, parecem ser recompensados de alguma forma. Os meses a mais que uma das jovens ficou na instituição, após ter completado 18 anos, são exemplos disso.

Que era um privilégio que poucas têm, de ficar depois dessa idade. (...) A casa tinha obrigação com a gente até os 18 anos fechado. Mas às vezes a tia podia estender, dependendo da menina. É, até que sim [era uma boa menina], porque fiquei mais 5 meses né? (Colibri)

As percepções sobre as relações de poder na instituição foram diferentes entre os quatro jovens e na história de cada um, em diferentes momentos de suas falas. Uma jovem comenta que quando estava no abrigo não concordava com as punições e regras, e que hoje entende que elas eram necessárias e boas para ela. Um dos entrevistados acha que as crianças necessitam de mais rigor do que a instituição pode “dar”. Esse jovem lamenta não poder dar mais limite às crianças da instituição:

(...) o limite que eu posso colocar na criança lá é só na conversa, mas às vezes não é aquele limite que a criança ta pedindo, ela precisa de um outro tipo de limite, uma intervenção mais...sei lá, ser privado de alguma coisa, e lá a gente não tem como privar ela de nada. Se a gente priva ela de alguma coisa, a gente ta violando mais um direito dela, né? Então, é o limite que só o pai e a mãe sabe dar. Esse tipo de limite a instituição não tem como propiciar. E se ela fica muito tempo lá, ela perde esse período de ser estabelecido esse limite. (Sanhaço)

Porque os jovens acabam aceitando e repetindo esse discurso mesmo tendo sido vítimas? Freire (1979, p. 57) ressalta que quase sempre, “(...) em lugar de lutar pela liberdade, os oprimidos tendem a converter-se eles mesmos em opressores ou em ‘subopressores’.”

Freire (1979, p. 61) explica que “o desprezo por si mesmo é outra característica do oprimido, que provém da interiorização da opinião dos opressores sobre ele. Ouvem dizer tão frequentemente que não servem para nada, que não podem aprender nada, (...), que acabam por convencer-se de sua própria incapacidade.” Esta dificuldade de aprender das crianças acolhidas em instituições também é mencionada:

Faz 3 anos que a gente ta brigando com a escola lá das crianças, e agora a gente conseguiu ter uma conversa bem contundente com a pedagoga, assim, da escola, né? Pra que ela compreenda esse histórico das crianças, que ela nunca vai render como outras crianças que têm esse suporte familiar, e ela não rende mesmo. (Sanhaço)

Uma das jovens parece ter sido convencida de que algumas das críticas que sofria na instituição eram procedentes. Como era frequentemente repreendida pela instituição e levada à delegacia do adolescente, achava que se tornaria presidiária.

Olha, eu pensava que eu ia viver na cadeia, [risos] pensava que ia viver na cadeia porque eu era terrorista. Eu tinha um pensamento mesmo meio maquiavélico (...) (Bem-te-vi)

Se o aprendizado, segundo Freire (1979) está associado à tomada de consciência, aprender é um modo de tomar consciência da realidade, se apossar dessa realidade vivida. Nos relatos dos jovens é possível observar que eles tomam consciência da desigualdade nas relações, porém isto por si só não parece ser suficiente para produzir mudanças, pois depende também dos níveis ou processos de conscientização construídos (FREITAS, 2008a).

Nas diretrizes da FAS sobre o atendimento oferecido nas instituições de acolhimento (PROTOCOLO/FAS, 2007) salienta-se a intencionalidade educativa no sentido de fazer com que os jovens superem a condição em que se encontram (de vulnerabilidade), por meio de reflexão constante. As ações educativas, segundo o documento, devem ressaltar o respeito, a dignidade e o direito à liberdade. Entretanto, através das falas dos entrevistados constata-se que esses direitos nem sempre são respeitados e que a reflexão não é bem vinda. A instituição parece não conseguir garantir condições adequadas para a aprendizagem dos jovens, talvez devido às exigências de suprir as necessidades para a manutenção da ordem, da organização e da rotina.

c) Com relação às produções culturais, o que fazem ou querem fazer?

Três dos jovens entrevistados escrevem memórias ou experiências autobiográficas, depoimentos e material técnico sobre a institucionalização. Escrever sobre suas vidas pode ter vários significados: pode ser uma forma de lidar com as situações vividas ou uma maneira de compartilhar com as outras pessoas o que viveram na instituição e fora dela. Para Freire (1979), o homem cria cultura na medida em que se integra às condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que se apresentam.

Dois das jovens começaram a escrever durante a experiência de acolhimento, e continuam até hoje. Para esses jovens, a escrita é uma maneira de lidar com os desafios vividos, de refletir sobre a sua experiência e de buscar compreendê-la.

A produção cultural está relacionada às suas experiências concretas e constitui uma maneira de construir narrativas históricas de suas vidas e de guardar suas memórias.

Na verdade escrevi como se fosse um diário, mais relatando, sabe? Contando o que tava acontecendo. Relatando a minha situação de abrigo, com data, tudo. Daí eu tinha escrito a punho né? Mas aí eu digitei tudo. Eu tenho salvo, sabe? Isso aí um dia, vai ser bom, porque pra minha vida mesmo. Faz parte da minha vida, fez parte da minha vida. Um dia pro meu filho, saber da origem da mãe, a verdadeira mãe, entendeu? (Bem-te-vi)

A escrita pode ser uma forma de desabafar ou de se fazer escutar, o que nem sempre acontecia durante as suas experiências nas instituições.

O compartilhar de suas experiências não acontece somente através das páginas escritas pelos jovens. Eles comentam que gostam de levar seus filhos para visitar as instituições. Nessas visitas eles mostram aos filhos onde viveram, explicam suas origens e, também, mostram seus filhos à instituição, orgulhosos de terem superado as dificuldades vividas durante a experiência de abrigamento e de terem constituído a sua própria família.

(...) encontrei o pessoal na instituição. E eles me adoram. Eu era muito chata, eu era muito revoltada, eu brigava com todo mundo, eu esmurrava, tratava tudo na base do esporro, aquela eloquência mesmo, sabe? E encontrei eles “Nossa, como você ta bem, e seu menino, que lindo, tal, parabéns.” (Bem-te-vi)

Então, eu sempre levo meus filhos no orfanato e digo: olha, eles não têm pai, eles não têm mãe, então eu quero que vocês sempre dêem valor a isso. (Sabiá)

A experiência de visitar a instituição, embora possa não ser vista como uma produção cultural é uma atividade relacionada à convivência familiar que integra aspectos lúdicos e de lazer permeados pelas emoções.

A produção cultural, as relações estabelecidas e as emoções envolvidas nas atividades de escrita e de visita à instituição podem ser entendidas à luz da Psicologia Social Comunitária. A compreensão dos processos grupais e das relações psicossociais envolve os fenômenos da identidade, da consciência e da atividade, formando um tripé dialeticamente articulado, pelo qual trafegam, transversalmente, as emoções e a linguagem (NOVO e FREITAS, 2007).

A Professora Sílvia Lane, ao explicar esses processos, utilizava o seguinte esquema explicativo em suas aulas da Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP (NOVO e FREITAS, 2007, p. 32):

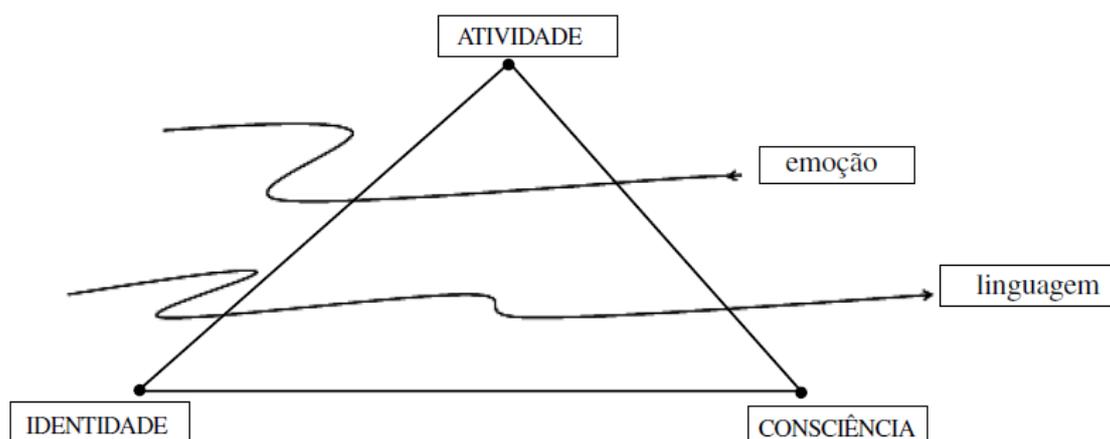


FIGURA 06 - MODELO PARADIGMÁTICO PROPOSTO POR SÍLVIA LANE PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS E RELAÇÕES GRUPAIS. FONTE: NOVO e FREITAS (2007, p. 32)

A atividade de escrever suas memórias (para si ou para os outros) e de visitar a instituição com os filhos está articulada à identidade e à consciência. Essa atividade pode contribuir para o fortalecimento de identidades e a compreensão da história vivida na instituição, contribuindo para o processo de conscientização. Pode-se perceber, então, que a identidade envolve um processo de construção individual, grupal e social (FREITAS, 2010).

Como pode se observar na FIGURA 06, aos três aspectos fundamentais se somam a linguagem e a emoção. Elas atravessam os outros três aspectos, uma vez que as relações interpessoais são mediadas pela linguagem, como instrumento de

interação e do próprio pensamento, e as relações sociais são atravessadas pelas vivências emocionais (LANE, 2009). A articulação entre esses três aspectos é materializada nas dimensões emocionais e de linguagem. Estas dimensões emocionais estão relacionadas ao modo como os jovens se sentiram sendo acolhidos em instituições e como se sentem hoje, fatos possivelmente enfatizados em seus textos. A linguagem, nesse caso, está tanto na escrita de suas histórias, quanto na importância que dão a contar o que viveram para outras pessoas (incluindo a pesquisadora) e para seus familiares.

As atividades artístico-culturais e de lazer, mesmo que importantes para a formação das identidades e para o processo de conscientização, estavam sendo realizadas de maneira individual. Para passar a ter uma dimensão reflexiva e de conscientização, necessitaria da ação coletiva.

d) Como é a vida fora da instituição?

Em contraposição à vida dentro da instituição, a vida fora dela significou para os jovens uma sensação de liberdade, uma experiência diferente. Também significou medo, estranhamento e vontade de não sair para não abandonar os pares que continuaram na instituição. Uma das jovens teve a possibilidade de morar com seus padrinhos, mas quis voltar porque seus irmãos não teriam a mesma oportunidade. Outro jovem foi morar com o padrinho, mas queria ter ficado na instituição porque não queria deixar os outros.

Esse desejo de retornar à instituição ou de não sair de lá pode ser compreendido como companheirismo ou compaixão em relação aos outros, e, nesse sentido, poderia se falar de pertencimento. Por outro lado, a experiência institucional parece ter um funcionamento ambíguo. Talvez não seja possível a vida fora da instituição sem chagas e dores porque “estar” na instituição e “sair” dela são situações entendidas como oportunidades de “salvação”. A instituição, apesar de seus problemas, é percebida como um “lar” que os acolheu, os abrigou, os alimentou e os fez “sobreviver”. Eles ao dependerem dessa instituição, passam a percebê-la como boa.

Eu aprendi [no abrigo] a me pôr no lugar das pessoas, sabe? (...) E isso eu vou levar pro resto da minha vida, entendeu? Acho que uma das coisas boas mesmo foi isso. A parte construtiva. Mas fora isso não tenho nenhuma coisa que eu posso dizer que é aplausível dentro do abrigo. Não posso nem dizer que boa, nem que ruim, sabe? Porque querendo ou não querendo eu dependi, sabe?, do abrigo, Comi, dormi,

precisei do acolhimento do abrigo. Não posso ser tão...sei lá, falar mal do abrigo.(Bem-te-vi)

Neste relato, a jovem expressa o seu receio em criticar a instituição porque dependeu dela para a sua sobrevivência. Em uma das expressões que ela usa de forma inacabada (“não posso ser tão...”) parece que ela está se “censurando” pelas críticas que faz à instituição. Segundo Freire (1979), na relação opressor-oprimido, os oprimidos são percebidos como mal-agraçados (FREIRE, 1979). A instituição opera de modo perverso, passando a ideia de que “ao oferecer qualquer coisa para quem não tem nada”, ainda que expondo essas pessoas à violência, ela é digna da gratidão eterna dos atendidos porque, se não fosse por ela, eles poderiam estar na rua ou em situação pior.

Acho que, se eu não tivesse ido pro abrigo, eu teria tido uma vida muito pior. Foi difícil o tempo que eu fiquei no abrigo, não vou dizer que foi um mar de rosas porque não foi, nunca é. O tempo que eu fiquei fora também. Mas se eu tivesse ficado na minha casa, com a minha mãe, vivendo aquela vida a minha vida teria sido muito pior. (Colibri)

Com relação à experiência de ter vivido junto com outras pessoas na instituição, os jovens relatam ter vínculo forte com vários dos colegas.

(...) o vínculo que a gente tem é de irmãos. Não tem outro. O contato que a gente tem até hoje é semanal, uma vez por mês a gente vai na pizzaria pra comer, se reúne, então esse vínculo a gente nunca perdeu, sabe? São 15 pessoas. Então a gente tem um vínculo bem assim, de irmão mesmo, sabe? É bem bacana. (Sanhaço)

O relato do jovem mostra que ele continua tendo contato com algumas pessoas com quem morou na instituição. Num primeiro momento, pode parecer que ele e seus amigos construíram experiências de grupo onde se apoiam e se ajudam, relações com as quais eles se identificam e se sentem pertencentes. Entretanto, é possível que esse vínculo seja menos importante do que eles imaginam ou gostariam, sendo mais significativa a perspectiva individual que a grupal. Mesmo tendo vivido juntos, eles não têm os contatos uns dos outros. Às vezes os jovens sabem dizer onde o colega trabalha, mas essa informação é um vínculo muito “frágil” para a manutenção do contato, visto que, como depende da questão laboral, pode se perder tão logo o colega mude de trabalho.

Ao indicar colegas para participar da entrevista, vários dos jovens passaram o contato de alguém que atua em instituição de acolhimento ou ONG, porque não tinham o telefone do colega, havendo uma dependência em relação à instituição.

Por um lado, essa relação pode ser constituída porque a instituição é a referência deles, tem pessoas com as quais eles podem contar e de que gostam. Por outro lado, essa relação dá a impressão que a instituição pode estar “controlando” as interações entre os jovens, mesmo que eles já tenham saído. Mesmo que os jovens percebam a instituição de modo bastante positivo, parece que os vínculos ou relações passam sempre por ela e dependem dela.

Os jovens entrevistados contaram sobre seus colegas e amigos, também egressos da instituição, da época em que moravam no abrigo.

Essa galera da bagunça, hoje tão bem. E a galerinha que era quietinha ta perdida nas drogas. Isso é um ponto que eu fico olhando, pô. A gente era da turma da bagunça, daria tudo pra estar perdido hoje, porque a gente banalizava mesmo, sabe? A gente aprontava, a gente jogava o terror lá dentro. A gente que tinha de tudo pra cair, sabe, num mundão, na vida, sabe? A gente não caiu. E agora as meninas, assim, 3 pessoas que eu não vou citar nomes também porque acho que tem que respeitar a pessoa. 3 pessoas que eu conheci, gente que eu falava, nossa, essa pessoa vai ser tudo, entendeu? Ta perdida...sabe, abandonou filho, sabe, isso aí. (...) Perdida, em situação de rua, droga, se prostituindo, sei lá. (Bem-te-vi)

Na experiência dessa jovem, as pessoas que faziam parte da turma da bagunça hoje estão em melhor situação do que a turma das “quietinhas”. Essa situação contraria as expectativas deles mesmos, e, provavelmente, da instituição. Para outra jovem, os exemplos de pessoas que não estão bem, que moram na rua e usam drogas, são os das pessoas que evadiram da instituição, provavelmente exemplos mais próximos aos das pessoas que a outra jovem chamou de turma da bagunça.

Todos os jovens entrevistados trabalham e dois dos jovens conseguiram o trabalho atual por causa do padrinho ou de contatos na instituição de acolhimento.

As primeiras atividades laborais que desempenharam nem sempre oportunizaram formação profissional. A inserção no mercado de trabalho foi inicialmente com atividades que não necessitavam de qualificação profissional e também não parecem ter oferecido muitas oportunidades de desenvolvimento profissional. Os programas de aprendizagem experienciados por duas jovens talvez sejam uma exceção, mas mesmo após terem realizado esses trabalhos, elas passaram a exercer atividades no comércio com atendimento ao público. Ou seja, a experiência de aprendizagem parece ter sido uma experiência isolada que não parece ter influenciado os trabalhos que se seguiram. Sarriera *et al.* (2010), em estudo feito com jovens de 16 a 24 anos, ressaltam a existência de uma “terra de

ninguém” no processo de transição entre a saída da escola e o ingresso no mundo do trabalho, trajeto que os jovens têm que enfrentar “sozinhos”.

Os jovens comentam ter planejado vários aspectos de suas vidas e dizem ter amadurecido mais cedo, mas percebe-se - após a desinstitucionalização - que os fatos da vida foram carregando-os e os tirando dos rumos inicialmente trilhados. Ao observar as experiências pessoais e profissionais após a saída, parece haver certa desorganização.

O planejamento a que se referem envolve as metas que os jovens tinham de economizar dinheiro para fazerem o seu pé-de-meia. Esse esforço em economizar está presente na fala três jovens e parece ter gerado certo orgulho e conforto para aqueles que conseguiram.

Mas, eu sabia que, antes disso tudo, eu tinha que me programar pra fazer as coisas, eu tinha que estudar, eu tinha que guardar meu dinheiro do trabalho, sabe? Então eu fui guardando meu dinheirinho, eu fui me esforçando pra não gastar com besteira, eu nunca bebi, nunca fumei, sabe? Sempre eu, as coisas da igreja me ensinaram o que é certo e é errado, né? Então eu fui crescendo com isso, colocando isso dentro de mim, e eu fui guardando pra um dia quando eu fosse usar, precisar, eu usar e saber realmente, né? Então meu dinheirinho sempre foi sagrado, foi suado, eu trabalhava de Office boy, eu ia de bicicleta pra não gastar o vale-transporte, a parte que eu ganhava eu trocava na banca pra poder guardar o dinheiro, tudo, e depois eu fui mudando de emprego, fui tendo outras oportunidades, né? E fui pro quartel, ganhava bem no quartel, esse dinheiro eu fui guardando. (...) Então eu tive a minha festa de casamento, tudo com meu dinheiro, tudo com meu esforço, é marcante, né? (Sabiá)

Porque eu comecei a trabalhar e juntava dinheiro e sempre com esse objetivo de rachar o aluguel com alguém e tocar minha vida. (Sanhaço)

No entanto, pelos relatos sobre suas vidas após a saída, percebeu-se que esse “juntar dinheiro” não estava tão articulado com os outros objetivos, profissionais e pessoais, e no caso de uma das jovens, o dinheiro economizado acabou rapidamente.

Eu conversei com o dono do pensionato, daí como eu já tinha dinheiro (...) passei pra lá. (...) Eu tinha dinheiro guardado, daí eu podia me manter por um bom tempo. (...) [Passou a morar com o namorado, parou de trabalhar] É, porque não tinha renda, então eu não tinha como me sustentar. Meu dinheiro já tinha acabado já. Então eu tive que viver (...) com ele (...) (Colibri)

Vários dos jovens saíram da instituição com um desejo de sair e constituir uma família, aparentemente repetindo um padrão de comportamento estimulado por um discurso que ouviram na própria instituição, como um ideal a ser construído. Esse discurso coloca a família num “lugar” de porto seguro, e a chegada à tão

almejada felicidade. Porém, casando “rapidamente” após a saída, eles assumem compromissos para os quais ainda não estão preparados, seja emocional ou financeiramente, situação que os impede de ter um tempo adequado para pensar no que sonham e desejam para o futuro, e para se planejarem.

Assumindo compromissos com filhos eles enfrentam mais obstáculos na sua formação profissional. Uma das jovens parou de estudar porque não conseguiu conciliar essa atividade com o filho e com o trabalho. Embora não tenha planejado ter seu filho, relata que essa experiência é muito importante pra ela. Outro jovem casou-se e sua esposa engravidou muito rapidamente após o casamento. Ele conta que ele queria primeiro construir a casa, mas acabou tendo que mudar os planos por causa dos filhos.

(...) e lá [onde trabalhava] eu comecei como caixa, e já fiquei, fiquei acho que 4 anos lá, também, aí fiz o acerto de lá justamente pra terminar minha casa, tal, e nesse período eu fui construindo. Minha esposa, 1 mês de casado, 2 meses de casado já estava grávida do meu filho (...) Então foi um período que eu não esperava...sabe, ser pai assim, recém casado. Mas eu...a minha idéia era construir a casa, bonita, ter meu carro, depois ter os filhos, né, aproveitava o namoro bastante, mas não, Deus já abençoou a gente com meu filho, né? Então, eu tive que me programar pro meu filho, não pra minha casa, né? Então as coisas foram fluindo assim, conforme o dia-a-dia, e foi acontecendo, e eu fui trabalhando. (Sabiá)

Assim, logo após a desinstitucionalização os jovens passam a assumir várias responsabilidades para as quais talvez não se sentissem “preparados”. O período que se sucede à saída poderia ser um momento para se estruturarem, se capacitarem e para pensarem em si e amadurecerem. A instituição não fornece condições para uma saída segura, que envolveria, por exemplo, a preparação para o trabalho, a formação profissional e o preparo em relação à vida afetiva (relacionamentos).

Os membros da família que eles constituíram passam a ser as pessoas mais importantes para eles, para quem eles dedicam os momentos de lazer e com quem se sentem bem e compartilham sentimentos.

(...) porque meu filho, o mais novo, ele falava assim: “Pai, eu te amo igual o céu” [se emocionou] É, eu falo: “eu te amo igual a praia”, [se emocionou] então pra mim é gratificante porque o céu não tem fim, a areia da praia não tem fim. Então eu sei que é um amor é assim, imenso, né? Então meu filho pequeno hoje fala assim: “Pai, eu te amo igual dinossauro”, risos. entendeu, porque o irmão dele fala, então...ele quer falar também... (...) então os bichinhos que ele gosta, né? Ele fala assim: “Pai, eu te amo igual meu Playstation” [Risos] Entendeu, não tem maldade, sabe? Então é o amor que ele quer expressar, entendeu? (Sabiá)

Hoje, assim, eu vejo a importância, sabe, de uma família na vida da pessoa, sabe? Mesmo que não seja a família, sabe, sanguínea, biológica, mas é importante, é muito importante. Eu vejo pelo meu filho... meu filho, eu precisei, quando ele passou o final de semana com o pai dele, ele me ligava “mãe, vem me buscar, mãe, eu não quero ficar longe de você, vem me buscar mãe?” (Bem-te-vi)

Os jovens também parecem preocupados em ser “bons” pais para seus filhos, dedicando-se e investindo nessa relação.

Nossa, eu como mãe, eu como educadora dentro da minha casa eu sou modelo do meu filho. Tudo que eu faço, qualquer palavrão que eu falo, qualquer coisa agressiva que eu faça, meu filho vai me copiar. (Bem-te-vi)

Então eu sou o pai que, pelos meus filhos o que tiver ao meu alcance e eu puder correr atrás pra eles, eu vou. (...) Porque fazer pros filhos o que eu não tive é gratificante. Porque nessa vida a gente não leva nada, só a amizade das pessoas, o carinho, o respeito. Então um dia meus filhos vão poder dizer: “ó, meu pai era um pai, né?” Super pai como a gente sempre sonha em ser. Tem muitos que não dão valor ao pai ou o pai não valoriza o filho que tem. E quando perde daí dá valor, né? E esse mal eu não vou ter porque meus filhos me amam assim de paixão, realmente. Então é gostoso. (Sabiá)

Ao contrário do que se ouve nos discursos do senso-comum, não é possível perceber na nova experiência familiar, desses quatro jovens, a reprodução da violência e do abandono vividas anteriormente. Poder-se-ia pensar que a experiência de sofrimento, que tiveram com suas famílias de origem e também na instituição, fez com que percebessem a importância de cuidar bem dos filhos e do quanto estes significam referências importantes para eles.

e) O que eles almejam para seu futuro?

Qual o espaço para o onírico, para o campo das possibilidades, e para a elaboração e construção de projetos futuros no mundo após a saída da instituição?

No âmbito pessoal, os jovens sonham em estudar ou terminar os estudos, em se desenvolver profissionalmente e dar oportunidades de estudos aos filhos. As profissões que pretendem seguir ou já desempenham parece ter relação com a experiência institucional. Um dos jovens trabalha numa instituição de acolhimento e estuda serviço social, outra estuda enfermagem, outra pretende cursar direito e talvez prestar concurso para ser educadora social. Outro jovem trabalha ligado ao esporte e comenta o quanto gosta de disciplina, que aprendeu vivendo na instituição.

Os jovens também querem dar aos filhos o que não tiveram em termos de oportunidades de educação. Eles se referiram à educação formal, aos estudos, mas

também à educação familiar. A experiência institucional os fez pensar em como eles gostariam de ser cuidados, desejando cuidar bem dos filhos. Eles também usam a referência familiar de origem como exemplo a não ser seguido com a família atual e filhos.

Eu sinto, tenho uma mágoa muito grande da minha mãe por ela não ter escutado quando eu quis falar. E quando eu falei, ela não ter acreditado. Então eu queria, se um dia eu casar e tiver meus filhos, eu quero escutar eles, levar muito a opinião deles, sabe? Não quero ter segredos pra mim, eu quero que eles confiem em mim, pra falar qualquer coisa (...) A gente aprende, todo mundo deve ser cuidado de alguma maneira...e se a gente ta lá é porque ninguém cuidou da gente. (Colibri)

Os jovens também querem tentar fazer alguma coisa pela instituição ou pelas crianças e jovens institucionalizados. Eles relatam querer ajudar outras pessoas, ser padrinhos, ajudar os jovens nos abrigos e escrever sobre o processo institucional. Um dos jovens comenta o quanto gosta de visitar a instituição e “desorganizar” sua rotina.

(...) então eu gosto de ajudar, eu posso estar lá [na instituição onde é voluntário], eu to lá, dia de semana eu to lá, eu to lá, as crianças olham na janela: “Ó o Sanhaço chegou, o Sanhaço chegou!”, porque eu chego lá, acabou a rotina. Eu quebro a rotina deles, eu vou lá pra fazer bagunça, sabe? Eu vou lá, eu deito na mesa que eles tão comendo, eu vou lá, eu levanto a mesa, eu levanto o banco que eles tão sentados, eles, sabe, então eles dão risada, eles gostam, sabe? É tudo aquilo que eu passava, eu tento passar pra eles, aqueles momentos de alegrias, sabe, porque o que passou de tristeza, esquece. Tive dificuldade? Tive, mas os momentos de alegria eu posso ter com eles. Então quando eu to lá e eles “Ó, o Sanhaço chegou”... é tão gostoso isso pra mim, sabe? (Sanhaço)

Esse desejo de contribuir com os jovens institucionalizados parece ter relação direta com sua experiência. É possível que essa atividade, ao mesmo tempo que promove relações e constroi ou reforça laços, também seja uma oportunidade de ressignificar as experiências institucionais. A compaixão com os outros que vivem em instituições e a intenção de visitar e ajudar, também mostra uma identificação dos jovens com o “ser institucionalizado”. Nesse caso, é possível que, na construção das relações e dos grupos, os jovens desenvolvam um senso de pertencimento e tenham possibilidades de refletir sobre o vivido. De acordo com FREIRE (1979, p. 34) “o homem é um ser de raízes espaço-temporais”, e, integrado em seu contexto, reflete sobre si mesmo e se constrói. O interesse dos jovens em frequentar instituições e ajudar é interessante no sentido de terem a preocupação pelos demais jovens, serem solidários e também no impacto que essa participação pode ter em suas vidas.

Entretanto, o fato dos jovens se envolverem ou quererem participar dessas atividades não significa obrigatoriamente que será uma ajuda que promova transformações nas condições de acolhimento. Um dos jovens quer continuar atuando na área do acolhimento, também de forma coletiva. Outros jovens participam ou pretendem participar de atividades em instituições de acolhimento, incluindo o envolvimento em atividades lúdicas e recreativas, criando laços afetivo-emocionais na instituição. Embora essa forma de participação tenha valor e pareça ter sentido para os jovens, pode ainda ser uma perspectiva individual indicando haver algumas necessidades sobre propostas grupais e coletivas que pudessem trazer resultados positivos e duradouros nas relações internas na instituição.

De acordo com Freitas (2008a) estratégias de participação articulam a vida cotidiana com as possibilidades de ações coletivas e organizações comunitárias. Ou seja, ao assumirem uma perspectiva coletiva em grupos, com atividades visando à realização concreta de um produto ou “solução” coletiva, talvez fosse possível que as relações de interação promovessem processos identitários e de crescimento, mesmo dentro de instituições de acolhimento.

A FIGURA 07 representa um esquema sintético acerca da influência da experiência institucional na vida dos jovens. Representa esquematicamente o que significou para esses jovens a vida na instituição e que efeito essa experiência produziu na vida deles, o que contribuiu de positivo e de negativo para suas vidas e como essa experiência influenciou a vida fora, hoje e no futuro.

A primeira elipse representa os quatro jovens que passaram pelo mesmo tipo de experiência, da institucionalização. Representada na segunda elipse, essa experiência promoveu a construção de relações, aprendizagem e produções culturais. O questionamento sobre em que a vivência institucional contribuiu para suas vidas, de positivo ou negativo, foi observado a partir da contribuição da Psicologia Social Comunitária e da Educação conscientizadora.

A terceira elipse, sobre a vida hoje, indica como os jovens foram marcados de diferentes maneiras, do ponto de vista psicossocial e educativo na instituição, e como essa experiência influenciou suas relações grupais, sua aprendizagem e a produção cultural na atualidade.

A quarta elipse pretende reunir alguns significados de como essa experiência apontaria para o futuro, que transformações e manutenções são pretendidas e como o futuro está representado na vida desses jovens.

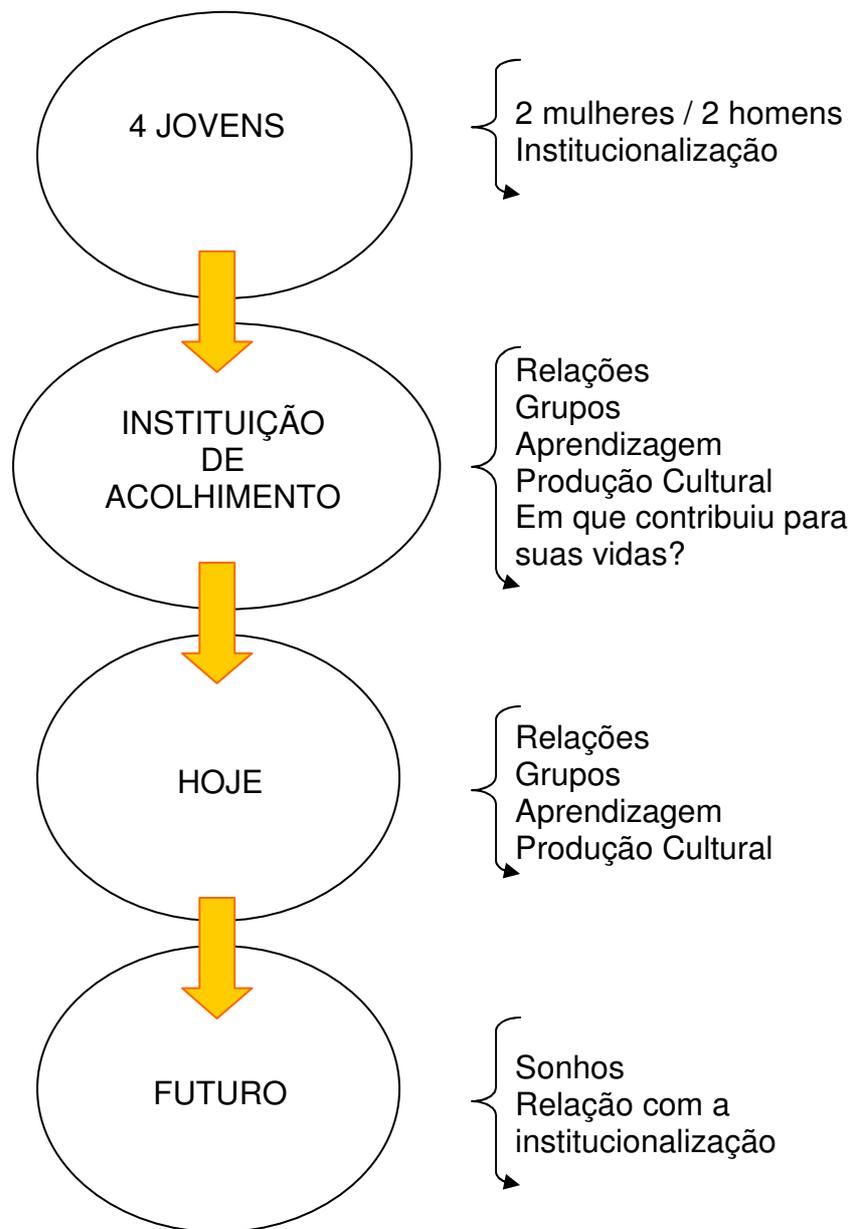


FIGURA 07 - ESQUEMA SINTÉTICO RELACIONANDO A INFLUÊNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO PARA OS JOVENS NA ATUALIDADE EM SEUS PLANOS FUTUROS.

FONTE: FREITAS E ROMANELLI (2013)

O significado da experiência institucional, para a maior parte dos jovens, ao mesmo tempo em que permitiu criar relações e estabelecer bases de referência, foi uma experiência ruim, na maior parte das vezes. Viver na instituição influenciou suas vidas atualmente. Contribuiu positivamente para o desenvolvimento da tolerância, do respeito aos outros, mas contribuiu negativamente porque gerou sentimentos de medo e receio em relação ao mundo fora da instituição, principalmente nas relações interpessoais.

Como produção cultural os jovens escrevem textos para si mesmos, como memórias, e para os outros, pois alguns pretendem transformar suas histórias em livros. A escrita de suas vidas constitui uma atividade importante para reflexões sobre a experiência institucional. Entretanto, os jovens participam de poucas atividades coletivas e em grupos para que possam se conscientizar do vivido e transformar as realidades.

A vida após a saída gerou a sensação de liberdade, mas também o desejo de ficar na instituição, em função do receio de sair e dos medos de enfrentar o mundo fora. A impressão que se tem é que a instituição representa uma gaiola onde eles tiveram que viver durante certo tempo de suas vidas, e, ao saírem da gaiola, os pássaros, antes presos, precisam aprender ou reaprender a voar e a viver. Os jovens trabalham, mas alguns deles se queixam de não ter tido oportunidades de estudos.

Para o futuro, os jovens almejam crescimento profissional, dar oportunidades de estudos para os filhos e cuidá-los da forma como gostariam de ter sido cuidados. As instituições continuam presentes em seus sonhos futuros, seja com visitas ou atividades de lazer e recreativas, seja por meio do trabalho remunerado ou como voluntário.

## VI – ANEXO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Berenice Marie Ballande Romanelli, e minha orientadora, Professora Doutora Maria de Fátima Quintal de Freitas, da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, jovem, a participar de um estudo intitulado “Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento: o hoje e o amanhã na ótica de jovens (des)institucionalizados”. Este estudo é importante para entender que projetos de vida e de futuro possuem os jovens que moraram em abrigos e para ajudar na elaboração de propostas educativas ligadas às instituições de acolhimento.

- a) O objetivo desta pesquisa é conhecer como vivem jovens que moraram em abrigos, e que expectativas eles têm de futuro.
- b) Concordando em participar da pesquisa, solicitaremos que você responda a perguntas de uma entrevista sobre sua vida e projetos de futuro, cujas respostas e informações pessoais serão mantidas em absoluto sigilo e anonimato, garantindo a sua total privacidade e segurança. Você terá assegurado que em momento algum nenhuma informação que o/a identifique, poderá ser utilizada sem a sua autorização formal.
- c) Como riscos relacionados à sua participação na pesquisa, há a possibilidade de você sentir algum desconforto e sentimentos desagradáveis, em função da entrevista.
- d) Os benefícios esperados com esta pesquisa são auxiliar nas propostas educacionais dos abrigos, dando voz aos jovens que viveram nessas instituições e contribuir para as políticas públicas para a juventude.
- e) Você poderá entrar em contato conosco a qualquer momento sobre dúvidas ou perguntas sobre a entrevista. A pesquisadora Berenice Marie Ballande Romanelli, psicóloga, aluna do curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, responsável por este estudo poderá ser contatada pelo telefone 3360-5117 e email: berenice.romanelli@ifpr.edu.br, Rua Gal. Carneiro, 460, Reitoria da UFPR, Ed. D. Pedro, 1º andar, sala 101 - CEP: 80.060-150 – Curitiba – PR para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

Rubricas: Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal _____ Pesquisador Responsável _____ Orientador _____ Orientado _____
---

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br
--

- g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por uma pessoa autorizada: a professora Maria de Fátima Quintal de Freitas, que me orienta nesta pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.
- h) As despesas necessárias para a realização da pesquisa (material de escritório necessário para gravações e transcrições das entrevistas) não são de sua responsabilidade. Será fornecido o valor correspondente às passagens de ida à UFPR e retorno, para a sua participação neste estudo.
- i) Ao final desta pesquisa, você e os demais participantes, serão informados a respeito dos resultados principais que foram obtidos, mantendo-se sempre o sigilo e o anonimato de todos que colaboraram. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão, sendo garantidos a todo e qualquer momento o meu anonimato e sigilo, sem nenhum prejuízo ou constrangimento para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do sujeito de pesquisa ou responsável legal)  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Projeto  
Berenice Marie Ballande Romanelli  
Aluna da pós-graduação em Educação  
Doutorado – UFPR

\_\_\_\_\_  
Professora Maria de Fatima Quintal de Freitas  
Professora DTFE/PPGE  
Orientadora da Pesquisa  
Programa de pós-graduação em Educação

Rubricas: Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal _____ Pesquisador Responsável _____ Orientador _____ Orientado _____
---

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br
--

## VII – REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (orgs). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p.73-90.

ACOLHIMENTO para crianças e adolescentes/FAS - conveniadas com a FAS. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=108>>. Acesso em 04 set. 2012.

ANTONELLI, D. De menor a maior abandonado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jul. 2012, p. 4. Caderno Vida e Cidadania, p.1.

APRESENTAÇÃO/FAS: Fundação de Ação Social. Apresentação. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/apresentacao.htm>> Acesso em: 6/9/2008.

AQUINO, L. M. C. de. A rede de proteção a crianças e adolescentes, a medida protetora de abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: a experiência de nove municípios brasileiros. In: SILVA, E. R. A. da (Coord.) **O Direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. 325-365.

BAPTISTA, M. V.; VITALE, M. A. F.; FÁVERO, E. T.; GANEV, E. A necessidade de conhecer as famílias e os caminhos percorridos. In: FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. (Orgs.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam e o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 13-24.

BAZON, M. R. Investir na formação de educadores: uma forma de qualificar os serviços e programas de atenção direta à infância e adolescência. In: BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; FISCHMANN, R. (Orgs). **Crianças e Adolescentes: Construindo uma Cultura da Tolerância**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 169-181.

BRASIL, LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm)> Acesso em 11 fev. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 26/jan/ 2012.

BRASIL. Decreto n. 17943, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Revogado pela Lei nº 6.697, de 1979. Rio de Janeiro, RJ, 31 de dezembro de 1927. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acesso em: 25/01/2012.

BRASIL. Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1º de junho de 2005. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm)> Acesso em 27/jan/ 2012.

BRASIL. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 4513 de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 de dezembro de 1964. Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm)>. Acesso em: 25/01/2012.

BRASIL. Lei n. 6697, de 10 de outubro de 1979. Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 de outubro de 1979. Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6697.htm)>. Acesso em: 25/01/2012.

BRASIL. Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 de outubro de 1991. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm)> Acesso em: 20/jan/ 2012.

BRASIL. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)> Acesso em: 23/01/ 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/.arquivos/.spdca/pncfc.pdf>>. Acesso em: 12/02/2012.

BRASIL. Projeto de Lei n. 4529, de 2004a. Estatuto da Juventude. Disponível em:<[http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/arquivos/SSP\\_1\\_=\\_PL\\_4529\\_2004\[1\].pdf](http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/arquivos/SSP_1_=_PL_4529_2004[1].pdf)>Acesso em 27/01/ 2012.

BRASIL. Projeto de Lei n. 4530, de 2004b. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nac\\_juventude.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_juventude.pdf)>. Acesso em 27/jan/ 2012.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 29-44.

CARRIEL, P. Adolescente grávida não ganha abrigo e fica na rua. **Gazeta do Povo**. Caderno Vida e Cidadania. Curitiba, 05 nov. 2008. Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=824832>>.

Acesso em 18 jan 2013.

CASA CIVIL/PR. Sistema estadual de legislação. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&retiraLista=true&site=1>>. Acesso em: 11/01/2010.

COLE, M.; COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSTA, A. C. G. da. De menor a cidadão. In: MENDES, E. G.; COSTA, A. C. G. da. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros Editores, 1994. p. 121-149.

COSTA, A. C. G. da. Infância, juventude e política social no Brasil. In: **BRASIL criança urgente: a lei**. São Paulo: Columbus, 1990, p. 69-105.

COSTA, B. L. D. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação: o caso das políticas de assistência social à infância e adolescência. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (orgs). 2 reimpressão. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2008. p. 27-57.

CRUZ, L. R. da. **(Des)Articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (orgs). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 155-176.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**. Campinas, n. 82. p. 1-32. Unicamp: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/NEPP: 2009.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G.(orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. p. 21-56.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREITAS; M. de F. Quintal de. Juventude e vida cotidiana: perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008a. p. 62-84.

FREITAS, M. F. Quintal de. Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. In: DIMENSTEIN, M. (Org.) **Psicologia Social Comunitária**: Aportes teóricos e metodológicos. Natal: Editora da UFRN/EDUFRN, 2008b. p. 23-42.

FREITAS, M. F. Quintal de. Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In: LACERDA JR., F.; GUZZO, R. S. L. (orgs). **Psicologia & Sociedade**: interfaces no debate sobre a questão social. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. p. 83-98.

FROTA, M. G. da C. A cidadania da infância e da adolescência: Da situação irregular à proteção integral. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (orgs). 2 reimpressão. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2008. p. 59-85.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias – Relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. de F. (org.) 15 ed. **Psicologia social comunitária**: Da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 81-99.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social**: O homem em movimento. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 10-19.

LANE, S. T. M.; FREITAS, M. de F. Quintal de. Processo grupal na perspectiva de Ignacio Martín-Baró: Reflexões acerca de seis contextos concretos. **Revista Interamericana de Psicologia**. v. 31, n. 2. p. 293-308. 1997.

LANE, S. T. Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (orgs). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense; Edusc, 2006. p.67-81.

- LANE, S. T. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. de F. (org). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 17-34.
- LÔBO, P. L. N. **Do poder familiar**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1057, 24 maio 2006. Disponível em:<<http://jus.com.br/revista/texto/8371>>. Acesso em: 8 fev. 2012.
- LUNA, M. A apropriação da infância vulnerável. In: CASTRO, L. R de (Org). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001, p. 121-128.
- MARTINS, H. H. T. de S.; AUGUSTO, M. H. O. Juventude(s) e transições. **Tempo Social**. São Paulo, vol.17, n.2, p. 1-4, 2005.
- MENDONÇA, M. H. M. de. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol.18, suppl., p. 113-120, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13798.pdf>> Acesso em: 04/03/2012.
- MICELI, M. S. Por uma visão crítica do direito da criança e do adolescente. **Revista Estudos Jurídicos UNESP**. Franca, A. 14 n.20, p. 01-348, 2010.
- MODALIDADES de Acolhimento Institucional/FAS. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=222>>. Acesso em 04 set. 2012.
- NASCIMENTO, M.; BRANT, F.; BORGES, M. O que é feito Deverá. O que foi feito de Vera. In: NASCIMENTO, Milton. **Clube da Esquina 2**. São Paulo: EMI-ODEON, 1978. LP 1, Lado 2. Faixa 2.
- NOVAES, R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003. p. 121-141.
- NOVO, H. A.; FREITAS, M. de F. Q. de. A guerreira Sílvia Lane e suas lições de paciência histórica um depoimento emocionado. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, Edição Especial 2, p. 24-36, 2007.
- OZELLA, S.; AGUIAR, W. M. J. de. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr. 2008.

PETIÇÕES online. **Melhor estrutura e ampliação das equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude em Curitiba-PR.** Disponível em: <<http://www.peticoesonline.com/peticao/melhor-estrutura-e-ampliacao-das-equipes-tecnicas-das-varas-da-infancia-e-juventude-em-curitiba-pr/366>> Acesso em 12 fev. 2012.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, mai/ago. 2004.

PORTAL administrativo do município. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:vrRdlzYXkEoJ:www.pam.curitiba.pr.gov.br/geral>>. Acesso em: 02/03/2010

PROTOCOLO Qualidade em Instituições de Acolhimento à Criança e ao Adolescente/FAS. Curitiba, FAS, 2007.

RECRIAR: CACFC. Centro de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária: “Um lugar amigo”. Disponível em: <[http://www.projetorecriar.org.br/site/centro\\_apoio.htm](http://www.projetorecriar.org.br/site/centro_apoio.htm)>, Acesso em 20 jan 2013.

RECRIAR: família e adoção. Disponível em: <<http://www.projetorecriar.org.br/site/index.htm>>, Acesso em 20 jan 2013.

ROSSETTO, L. República é alternativa para jovem que faz 18 anos sem conseguir adoção. **Jornalismo Social**. 01 jun. 2010. Disponível em<<http://jornalismoresponsavel.wordpress.com/2010/06/01/republica-e-alternativa-para-jovem-que-faz-18-anos-sem-conseguir-adocao/>>. Acesso em 09 fev. 2012.

SALLAS, A. L. F. *et al.* **Os jovens de Curitiba**: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania. 2 ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

SARRIERA, J. C.; BERLIM, C. S.; VERDIN, R.; CÂMARA, S. G. Os (Des)Caminhos dos Jovens na sua Passagem da Escola ao Trabalho. In: SARRIERA, J. C. (coord.) **Psicologia Comunitária**: Estudos Atuais. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 53-73.

SCHUCH, P. **Práticas de justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, E. R. A da. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In: SILVA, E. R. A. da (Coord.) **O Direito à convivência familiar e comunitária**: os

abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. 41-70.

SILVA, E. R. A. da; MELLO, S. G. de. Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada.” In: SILVA, E. R. A. da (Coord.) **O Direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. 21-39.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 04/03/2012.

SOUZA, J. V. Educação musical e práticas sociais. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 10, p. 7-11, mar. 2004.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, p.16-39, Set /Out /Nov /Dez 2003. Disponível em; <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: 14 /02/2012.

TELES, N.; FREITAS, R. Política Pública e Juventude. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. p. 189-209.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VÍDEO Acolhimento/FAS. Disponível em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=107>> Acesso em 02/03/2010.

## REFERÊNCIAS - ARTIGOS DA REVISÃO

- ALEXANDRE, D. T.; VIEIRA, M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.9, n.2, p. 207-217, 2004.
- AYRES, L. S. M.; CARDOSO, A. P. e PEREIRA, L. C. O abrigamento e as redes de proteção para a infância e a juventude. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 125-135, 2009.
- AYRES, L. S. M.; COUTINHO, A. P. C.; SÁ, D. A. de; ALBERNAZ, T. Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.10, n.2, p. 420-433, 2010.
- AZÔR, A. M. G. C. C. V. ; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.25, n.1, p. 77-89, 2008.
- BARROS, R. de C.; FIAMENGI JR., G. A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.5, p. 1267-1276, 2007.
- BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M.. A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 199-204, 2000.
- BAZON, M. R. Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.10, n.18, p. 40-50, 2000.
- BOING, E.; CREPALDI, M. A. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.21, n.3, p. 211-226, 2004.
- BORRIONE, R. e CHAVES, A. M. Análise documental e contexto de desenvolvimento: estatutos de uma instituição de proteção à infância de Salvador, Bahia. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.21, n.2, p. 17-27, 2004.
- CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C. e PONTES, F. A. R. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas

interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v.7, n.2, p. 329-352, 2007a.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C. e PONTES, F. Augusto R. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. **Aletheia**, Canoas – RS, n.25, p. 20-34, 2007b.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 615-625, 2009.

CHAVES, A. M.; GUIRRA, R. C.; BORRIONE, R. T. de M.; SIMÕES, F. G. A. Significados de proteção a meninas pobres na Bahia do século XIX. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. especial, p. 85-95, 2003.

CONCEIÇÃO, M. I. G.; SUDBRACK, M. F. O. Estudo sociométrico de uma instituição alternativa para crianças e adolescentes em situação de rua: construindo uma proposta pedagógica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.17, n.2, p. 277-286, 2004.

COSTA, N. R. do A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n.1, p. 111-118, 2009.

DALBEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p 33-40, jan/mar 2008.

DELGADO, Paulo. O acolhimento familiar em Portugal: conceitos, práticas e desafios. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.22, n.2, p. 336-344, 2010.

DELL'AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.17, n. 3, p. 341-350, 2004.

FERRIANI, M. das G. C.; BERTOLUCCI, A. P.; SILVA, M. A. I. Assistência em saúde às crianças e adolescentes abrigados em Ribeirão Preto, SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.61, n.3, p. 342-348, 2008.

FREITAS, H. M. B. de; BACKES, D. S.; PEREIRA, A. D. A.; FERREIRA, C. L. de L.; MARCHIORI, M. R. C.; SOUZA, M. H. T. de.; ERDMANN, A. L. Significados que os

profissionais de enfermagem atribuem ao cuidado de crianças institucionalizadas com AIDS. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.19, n.3, p. 511-517, 2010.

GABATZ, R. I. B.; PADOIN, S. M. de M.; NEVES, E. T.; TERRA, M. G. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v.31, n.4, p. 670-677, 2010.

GIACOMELLO, K. J.; MELO, L. de L. Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, suppl.1, p. 1571-1580, 2011.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. "Tava morta e revivi": significado de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 469, 2008.

MARQUES, C. de C.; CZERMAK, R. O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.20, n.3, p. 360-366, 2008.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.9, n.1, p. 177-187, 2004.

MEDEIROS, H. M. F.; MOTTA, M da G. C. da. O existir de crianças com AIDS em casa de apoio: compreensões à luz da enfermagem humanística. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 29, n.3, p. 400-407, 2008.

MOTA, C. P.; MATOS, P. M. Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.20, n.3, p. 367-377, 2008.

MOTTA, D. da C.; FALCONE, E. M. de O.; CLARK, C.; MANHÃES, A. C. Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, p. 523-532, 2006.

NASCIMENTO, M. L. do.; SCHEINVAR, E. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, 2º semestre, 2005.

NERY, M. A. A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola. **Caderno Cedes**, Campinas, v.30, n.81, p. 189-207, 2010.

NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. Mãe social: profissão? função materna? **Estilos da Clínica**, São Paulo, v.10, n.19, p. 162-181, 2005.

PENNA, L. H. G.; CARINHANHA, J. L.; LEITE, L. C. A prática educativa de profissionais cuidadores em abrigos: enfrentado a violência vivida por mulheres adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 7, n.6, p. 981-987, 2009.

PEREIRA, M; SOARES, I.; DIAS, P.; SILVA, J.; MARQUES, S.; BAPTISTA, J. Desenvolvimento, psicopatologia e apego estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.23, n.2, p. 222-231, 2010.

PRADA, C. G.; WILLIAMS, L. C. de A.; WEBER, L. N. D. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v.9, n.2, p. 14-25, 2007.

SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. de A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.22, n.3, p. 334-352, 2009.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M.; FROSI, R. V. e KOLLER, S. H. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.16, n.2, p. 59-70, 2004.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M.; FROSI, R. V.; KOLLER, S. H. Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 134-142, 2005.

SANTOS, M. F.; BASTOS, A. C. de S. Padrões de interação entre adolescentes e educadores num espaço institucional: resignificando trajetórias de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n.1, p. 45-52, 2002.

- SCHWONKE, C. R. G. B.; FONSECA, A. D. da; GOMES, V. L. de O. Vulnerabilidades de adolescentes com vivências de rua. **Revista de Enfermagem - Escola de Enfermagem Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.13, n.4, p. 849-855, 2009.
- SILVA, M. R. D. da; NUNES, K. da S. Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 42-49, jan-jun. 2004.
- SIQUEIRA, A. C. Escola como parte da rede de apoio de adolescentes em reinserção familiar. **Vidya**, Santa Maria – RS, v. 29, n. 2, p. 87-96, jul./dez., 2009.
- SIQUEIRA, A. C.; ZOLTOWSKI, A. P.; GIORDANI, J. P.; OTERO, T. M.; DELL'AGLIO, D. D. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 15, n. 1, p. 7-15, 2010.
- SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006.
- SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Retornando para a Família de Origem: Fatores de risco e proteção no Processo de Reinserção de uma Adolescente Institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.17, n.3, p. 134-146, 2007.
- SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.26, n.3, p. 407-415, 2010.
- SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p. 262-271, 2011.
- SOUSA, K. K.; PARAVIDINI, J. L. L. Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.31, n.3, p. 536-553, 2011.
- VASCONCELOS, Q. A.; YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.19, n.43, p. 221-229, 2009.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v.12, n.2, p. 441-449, 2008.

VENTURINI, F. P.; BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Família e violência na ótica de crianças e adolescentes vitimizados. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, pp. 20-33, 2004.

ZEM-MASCARENHAS, S. H.; DUPAS, G. Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, v.35, n.4, p. 413-419, 2001.

WATHIER, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v.29, n.3, p. 305-314, 2007.

## REFERÊNCIAS – TESES E DISSERTAÇÕES DA REVISÃO

ABAID, J. L. W. **Vivências adversas e depressão**: um estudo sobre crianças e adolescentes institucionalizados. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ABRÃO, M. J. **As implicações do aprisionamento dos pais no exercício do direito à educação e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em regime de abrigo na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ACCORSI, M. **A vida em abrigos**: um estudo sobre práticas sócio-educativas entre educadores e crianças abrigadas. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ACKERMANN, S. R. **Um espaço e muitas vidas**: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ALBORNOZ, A. C. G. **Psicoterapia psicanalítica com crianças e adolescentes institucionalizados**. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ALEXANDRE, D. T. **Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ALMEIDA, T. L. de. **Hupomnêmata**: registro de histórias de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ALVES, E. S. **Abrigamento de crianças e realidade familiar**: a desmistificação do abandono. 205 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

AMORIM, D. C. **O sistema de abrigamento em Chapecó**: possibilidade e limites da implementação de direitos para crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ANTONIO, M. de L. B. **Avós, pais e netos**: relações socioafetivas intergeracionais em situação de pedido de guarda na Vara da Infância e Juventude / Comarca de Santos/SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARRUDA, I. C. de. **O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes**: uma simplicidade complexa. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

AVARCA, C. A. de C. **A noção de família em processos judiciais**: uma análise a partir de casos de violência sexual infantil. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

AZEVEDO, R. G. de. **O caso AMIB**: institucionalização, estigma e controle social. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BABADOPULOS, A. L. **Que mulher eu posso ser?**: a constituição do psiquismo na menina vitimizada. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

BALDISSERA, M. J. S. **"Eu, a casa e a escola"**: narrativas de adolescentes em conflito com a lei acerca de si, da casa abrigo e da escola. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BATISTA, J. M. da S. **A resiliência na história de vida de adolescentes institucionalizados**: possibilidades para a prática de enfermagem. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BENEVENUTI, J. **Derivação de classes comportamentais importantes para administrar condições de vida de crianças e jovens que vivem em comunidades de abrigo**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BENTO, R. **A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BERNARDI, D. C. F. **Concepções de infância em relatórios psicológicos judiciais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOFF, A. A. **Recortes de interações entre cuidadoras e crianças institucionalizadas**: uma avaliação das funções parentais à luz da psicanálise. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BOUCINHA, I. A. **Narrativas de jovens que experimentaram a proteção em abrigos na década de 90**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CAMARGO, V. L. K. **Famílias acolhedoras**: um estudo comparativo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARDOSO, D. **A vida na República Nova Esperança**: uma observação no interior de uma instituição de proteção de adolescentes em situação de risco. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

CARETA, D. S. **Análise do desenvolvimento emocional de gêmeos abrigados no primeiro ano de vida**: encontros e divergências sob a perspectiva Winnicottiana. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARETA, D. S. **Quando o ambiente é o abrigo**: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARLOS, D. M. **Fatores de proteção sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica e abrigados - subsídios para a construção da resiliência**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARREIRÃO, U. L. **Irmãos em abrigos**: possibilidades e limites para o resgate do direito à convivência familiar e comunitária. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CASTILHO, M. L. C de. **Migração, história e transmissão**: uma família que se conta. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAVAZZANI, A. L. M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**: (Segunda metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CECATTO, G. M. **Comportamento agressivo e aspectos psicodinâmicos em crianças abrigadas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CINTRA, A. L. **Corpo a corpo**: representações identitárias, singularidades e abrigos institucionais para crianças. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

COMIRAN, G. **Crianças e adolescentes infrequentes na escola**: desafios e limites dos mecanismos protetivos de direito. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COPOLLA, M. E. A. **Mães que perdem seus filhos na justiça**. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CRUZ, E. F. **Espelhos d'AIDS**: infâncias e adolescências nas tessituras da AIDS. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CRUZ, L. **Desarticulando as políticas públicas no campo da infância**: implicações da abrigagem. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

D'ARÓZ, M. S. **Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG**. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DALBEM, J. X. **Características da representação do apego em adolescentes institucionalizados e processos de resiliência na construção de novas relações**

**afetivas.** Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DELL'AGLIO, D. D. **O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes.** Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

DIAS, W. A. **Construções possíveis:** o convívio em um projeto público de acolhimento familiar. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DIBO, M. **Intervenção psicológica com mandalas:** técnica do desenho de mandala em um grupo de crianças de 8 a 12 anos, vítimas de abandono, moradoras em casa de abrigo. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DORING, M. **Situação dos órfãos em decorrência da AIDS em Porto Alegre/RS e fatores associados à institucionalização.** Tese (Doutorado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FEITOSA, A. G. S. **A infância abrigada:** impressões das crianças na casa abrigo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERIGOLO, M. **Uso de drogas em indivíduos institucionalizados e associação entre fatores de risco e dependência de drogas ilícitas.** Tese (Doutorado em Ciências Médicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FERREIRA, M. R. P. **Crianças que não conseguem esquecer:** sobre o traumático na infância. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GALLO, M. **Os direitos sociais colocados em pauta na construção de metodologia para abrigo:** a experiência da Fundação Criança de São Bernardo do Campo-SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

GLENS, M. **Órfãos de pais vivos:** uma análise da política pública de abrigamento no Brasil. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GNOATO, G. **Nos caminhos da rua**: a mobilidade social do menino de rua na cidade de Curitiba. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Infância e da Adolescência). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

HADLER, O. H. **Nas trilhas de João e Maria**: a produção do sujeito jovem entre práticas de institucionalização, políticas públicas e formas de governo. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

HOEPFNER, A. M. **Um homem para chamar de pai**: as concepções de paternidade de meninos afastados de suas famílias e colocados em regime de abrigo. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

HOLLAND, C. V. **"Todos juntos ao redor da mesa"**: uma avaliação da alimentação em abrigos". Tese (Doutorado em Nutrição humana aplicada). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HONORATO, A. A. S. **O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioria civil**: e agora? Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

IZAR, J. G. **A práxis pedagógica em abrigos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

JANCZURA, R. **Abrigos e políticas públicas**: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KERN, F. A. **Adolescentes abrigados**: suas vivências e a compreensão de seus projetos de vida. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

KREUZ, S. L. **Da convivência familiar da criança e do adolescente na perspectiva do acolhimento institucional**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

KURYLO, C. C. C. **Instituição & gênero: e a formação para o século XXI?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LEITE, J. O. **A Educação do corpo de crianças e jovens: um estudo de caso no cotidiano de um abrigo.** Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LEONCIO, W. A. H. **Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares.** Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEPIKSON, M. de F. P. **Meninos e meninas em risco: análise da prática da (des)proteção em regime de abrigo.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MACHADO, C. **A influência da família na socialização da criança institucionalizada.** 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MARIANO, H. A. **A infância e a lei: o cotidiano de crianças pobres e abandonadas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e suas experiências com a tutela, o trabalho e o abrigo.** Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARMELSZTEJN, R. **Psicoterapia para crianças e adolescentes abrigados: construindo uma forma de atuação.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINEZ, A. L. M. **Adolescentes no momento de saída do abrigo: um olhar para os sentidos construídos.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINS, C. S. **A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica: o cuidar na visão das instituições e das famílias envolvidas.** Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, E. **“Vamos brincar de casinha”:** a construção do significado de família na interação de crianças institucionalizadas. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARTINS, S. R. de C. **Proposta de intervenção com famílias de crianças e adolescentes institucionalizados**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MEDEIROS, H. M. F. **Existir de crianças com AIDS em casa de apoio sob o olhar da teoria de Paterson e Zderad**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MEDEIROS, M. **Olhando a lua pelo mundo da rua**: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto SP, 1999.

MEIRELLES, G. A. L. de. **Os Conselhos Tutelares e a democratização da Política de Abrigamento para crianças e adolescentes no município de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

MENDES, C. L. P. C. **Vínculos e rupturas na adoção**: do abrigo para a família adotiva. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MIRANDA, S. M. G. de A. **Criança e adolescente em situação de rua**: políticas e práticas sócio-pedagógicas do poder público em Curitiba. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MIURA, P. O. **A violência intrafamiliar em Brasil e Portugal**: uma avaliação das ações terapêuticas a partir de duas cidades, Arujá e Coimbra. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTES, D. C. **O significado da experiência de abrigo e a auto-imagem da criança em idade escolar**. Dissertação (Mestrado em enfermagem pediátrica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NUNES, E. S. N. **Das ruas ao internato**: experiências infantis - Abrigo de menores do estado de Santa Catarina - Florianópolis (1950-1972). Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA e SILVA, M. B. de. **A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos**: recolher, salvar e educar (1896-1944). Dissertação

(Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. C. de. **A situação da lei na ótica da subjetividade**: um estudo no vivido das crianças e jovens na Casa-Lar, Bela Vista - Vitória – ES. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, A. P. G. de. **O caráter provisório do abrigo e a passagem adolescente**: pensando transitoriedades. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, B. N. P. de. **Currículo e inclusão**: escola e (des)abrigo de alunos. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, D. N. de. **Circulação de crianças e adolescentes em Vargem Grande Paulista-SP**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, E. A. C. de. **A maioria construída na arte de viver na rua**: experiências de jovens que percorreram o caminho das ruas, da institucionalização e da desinstitucionalização. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

ORESTES, F. M. **Processos classificatórios na recepção, triagem e encaminhamento de crianças e adolescentes aos abrigos**: permanências e mudanças após a ação civil pública. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PADILHA, M. da G. S. **Adolescentes institucionalizadas vítimas de abuso sexual**: análise de um processo terapêutico em grupo. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Infância e da Adolescência). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

PASCHOAL, S. B. de. N. **Mediação cultural dialógica com crianças e adolescentes**: oficinas de leitura e singularização. Dissertação (Mestrado em ciência da informação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEREIRA, J. A. B. **O direito fundamental de liberdade da convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente.** Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PETERS, E. B. de O. **A relação entre o prescrito e o real no discurso jurídico de destituição do poder familiar.** Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

PILAR, U. B. **Substituindo famílias:** continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre, 1946/2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PINTO, F. de S. e C. N. **Grupo Mix:** um campo de linguagem para a circulação da heterogeneidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PIOVESAN, F. C. **O direito à convivência familiar.** Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

POLETTO, M. **Bem-estar subjetivo:** um estudo longitudinal com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

POLETTO, M. **Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.** Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PORTELLA, E. M. B. **Proteção social:** a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PRADA, C. G. **A família, o abrigo e o futuro:** análise de relatos de crianças que vivem em instituições. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Infância e da Adolescência). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

PRESTES, A. B. **Ao abrigo da família:** emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

REY, S. **Crianças em abandono:** a hipótese do complexo de Édipo. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

RIBEIRO, L. da C. **A trajetória de vida de um jovem que vivenciou o rompimento dos vínculos familiares e um longo período de abrigo.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIGONI, M. H. **Do terço a chácara:** a expressão da alteridade na construção do sujeito para os meninos de Quatro Pinheiros. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

RIMOLI, J. **Direito a delicadeza:** crianças e adolescentes livres da exploração sexual. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ROCHA, P. K. **Brinquedo terapêutico e crianças institucionalizadas vítimas de violência:** propondo um modelo de cuidado de enfermagem. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RODRIGUES, L. **Na cena jornalística, os serviços de acolhimento e a adoção:** incitamentos à vontade de família. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUEZ, S. I. N. **Pensando sobre si mesmos:** o que adolescentes em situação de vulnerabilidade social aprendem ao enfrentar adversidades. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SANTOS, A. C. R. dos. **O acolhimento institucional de crianças e adolescentes:** protege ou viola? AVARCA, C. A. de C. A noção de família em processos judiciais: uma análise a partir de casos de violência sexual infantil.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, C. P. **A escuta de sujeitos adolescentes que vivenciaram o abrigo**: contribuições psicanalíticas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, C. S. D. dos. **O que leva uma mãe a abandonar um filho?** Dissertação (Mestrado em Psicologia da Infância e da Adolescência). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SANTOS, R. B. **O fogo da modernização**: tradição e tecnicismo no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1940-1980). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, S. D. M. dos. **Filhos da lua**: a ausência de relações sociais de reconhecimento em crianças que vivem em instituições de atendimento a infância. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SARTORELLI, J. B. **Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo**: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SAUAIA, N. M. L. **Psicoterapia de orientação junguiana com foco corporal para grupos de crianças vítimas de violência**: promovendo habilidades da resiliência. Dissertação (Mestrado em Psicossomática e Psicologia Hospitalar). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar?** Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SERRANO, S. A. **O abrigo de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto**: caracterizando esse contexto. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, C. P. da. **Alterações de linguagem em crianças com histórias de desagregação familiar**: três estudos de caso. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, F. C. L. da. **Escola, educação profissional e trabalho o caso de uma unidade de abrigo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SILVA, H. H. A. C. da. **Grupo de vivência de sonhos**: psicologia analítica aplicada ao desenvolvimento de cuidadores/educadores de casa-abrigo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, I. R. da. **Caminhos e (des)caminhos do plano nacional de convivência familiar e comunitária**: a ênfase na família para a proteção integral de crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, J. de F. M. da. **Abrigar o corpo, cuidar do espírito e educar para o trabalho**: ações do estado do Paraná à infância do "Abrigo Provisório Para Menores Abandonados" ao "Educandário Santa Felicidade". Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SILVA, M. N. M. **Controle e repressão em uma sociedade de classes**: estudo da institucionalização e do processo educativo de dois abrigos infantis em Bragança Paulista. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, R. G. da. **Educar para ser**: dilemas nas práticas educativas com crianças e adolescentes em situação de risco. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Tese (doutorado) - Universitat de Barcelona. Defesa: Barcelona

SILVA, S. C. **A rua da escola**: estudo de significados construídos por adolescentes abrigados. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SIQUEIRA, A. C. **Crianças, adolescentes e transições ecológicas**: instituições de abrigo e família como contextos de desenvolvimento. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SIQUEIRA, A. C. **Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SNIZEK, B. K. **Chegadas partidas**: um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SOMMERHALDER-MIIKE, H. **Oficina de TV, uma prática educomunicativa**: estudo de caso de uma criança abrigada. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUSA, C. M. P. de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará**: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, L. P. de. **A contribuição da arte/educação comunitária para o atendimento técnico no abrigo infanto-juvenil "Meu Guri"**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SPERANCETTA, A. **Educar-cuidar**: práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TINOCO, V. **O luto em instituições de abrigamento**: um desafio para cuidadores temporários. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

TRINDADE, J. M. B. **Metamorfose**: de criança para menor: Curitiba - início do século XX. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

VALENTE, J. A. G. **O acolhimento familiar como garantia do direito à convivência familiar e comunitária.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VALENTIM, N. dos S. **Delineamento adaptativo/psicológico de mães de crianças abrigadas.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VINCENZI, M. R. R, C. **Os mecanismos protetores utilizados por uma equipe multidisciplinar na promoção de crianças e adolescentes resilientes.** Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VOLIC, C. **A preservação dos vínculos familiares:** um estudo em abrigos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ZOLA, M. B. **Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes:** a questão das políticas públicas/sociais em relação à família - estudo acerca de suas possibilidades em diferentes cidades. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.